



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DEBORAH SILVA DE QUEIROZ

**MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR BRASILEIRA: GUIA PARA
UTILIZAÇÃO DE FILMES EM SALA DE
AULA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)**



Mestrado Profissional em Ensino de História / ProfHistória

“Memória da Resistência à Ditadura Militar Brasileira: Guia para Utilização de Filmes em Sala de Aula”

Orientador: **Prof. Dr. Pedro Caldas** (UNIRIO)

Orientanda: **Profa. Deborah Silva de Queiroz** (FAETEC/Prefeitura Rio)

Em Memória de **LEÔNIDAS SILVA DE QUEIROZ**, meu saudoso irmão, sociólogo e militante do MR-8. Tudo indica que foi ‘**acidentado**’ aos 25 anos, na Av. Brasil, em frente ao Ceasa de Irajá, no dia 23 de abril de 1978. Estava a caminho de Magalhães Bastos, onde realizava trabalhos sociais na Vila São Miguel, que tinha o Seu Abílio como presidente da Associação de Moradores. Seu carro foi violentamente fechado por um Opala preto, com quatro homens dentro, jogando-o contra um poste, segundo uma testemunha. Foi assessor de campanha do Vereador Tônico – Antônio Carlos de Carvalho, constantemente ameaçado pelo CCC- Comando de Caça aos Comunistas – como podemos ver no Cartão de Natal (Vide Anexo), de dezembro de 1979. Em 1980, teve seu Gabinete na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro detonado por uma bomba, que mutilou seu tio e assessor, José Ribamar de Freitas.

Em Memória de **PABLO GUSTAVO RUEDA**, meu saudoso cunhado, e sua companheira “**MARGARITA**”(Maria Antônia), ambos tinham 23 anos, militantes do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT/ERP), **desaparecidos** em setembro de 1977, quando foram sequestrados, de madrugada, do apartamento em que moravam em Buenos Aires/Argentina. Ele era técnico em eletrônica e ela cursava o último ano de Psicologia. O Estado argentino reconheceu e indenizou as famílias.

Para:

Meus amados filhos – Pablo Queiroz Rueda (**Pablito**), Teodoro (**Teo**) Queiroz Guarinello e Leonardo (**Leo**) Queiroz Guarinello;

Minhas queridas noras – **Dani** Martins, **Paula** Araújo e **Jéssica** Frade, a esta última agradeço, especialmente, pela colocação de notas, numeração, formatação final da dissertação, posto que sou geração a.C. - antes do Computador.

Meu amigo e companheiro Luis Alfredo Chrysóstomo Guimarães (LUAL), e nossos filhos canídeos: **Malena** e **Zeus**.

Meus pais, advogados trabalhistas, que me ensinaram que a vida é produção, é trabalho, e o lado do empregado é sempre o mais espoliado e explorado, necessitando de atenção, consideração e ação para transformação.

Todos aqueles que lutaram, direta ou indiretamente, contra as ditaduras militares no continente latino-americano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. .Dr. Pedro Caldas pela assertividade com que conduziu todo o processo de orientação. Sem a sua participação firme e serena teria sido mais difícil encontrar o equilíbrio necessário para que eu não incorresse em ortodoxias, que em nada ajudariam na feitura de minha dissertação, e no trabalho de meus pares em sala de aula.

Agradeço à Profa. Dra. Alessandra Carvalho e à Profa. Dra. Conceição Pires pelas ricas arguições na minha defesa, bem como pela valiosa contribuição no Exame de Qualificação da Profa. Dra. Conceição Pires.

Importante também na minha jornada acadêmica foi a Professora Dra. Glória Maria de Oliveira (UFRRJ), por seu curso “Teoria da História”, ministrado de forma magistral, principalmente, pelo enfoque dado a autores importantes para o ensino de história, sobretudo, pela análise do autor Mario Carretero, importante referência nos estudos sobre as ditaduras militares e o ensino de história em diversos países, não só da América do Sul, como também da Europa, tema essencial para minha dissertação.

Foi fundamental na minha caminhada a participação do Prof. Dr. Marcelo Magalhães (UNIRIO), que ministrou a disciplina “História da História da Educação”. Nele pude conhecer e analisar livros de Andreas Huyssen, o autor mais importante enquanto referencial teórico em minha pesquisa. Além disso, apresentou um vasto panorama sobre a educação e o ensino de história, com uma clareza e didatismo que em muito contribuiu para o desenvolvimento do meu tema de pesquisa.

Por último agradeço a CAPES/UAB – Ministério da Educação – pela Bolsa de Mestrado durante os dois anos em que realizei o meu Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Índice

Introdução	3
Capítulo I- O golpe militar de 1964 para acabar com os inimigos mortais da democracia brasileira: os ‘liberticidas’ e ‘subversivos’	10
Populismo varguista: trabalhismo e industrialização	11
O nacionalismo reformista de Jango, as novas esquerdas e as resistências ao varguismo	12
Reformas ou Revolução: reformas de base ou insurreição popular.	15
A guerra das ideias e os ‘Grupos dos Onze’: ensaio geral para a resistência armada.	20
‘O Brasil vai bem, o povo é que vai mal’	23
A utopia da ‘reforma agrária’, os ‘boias frias’ e o ‘entreguismo’ no vasto território nacional.	26
‘Quem samba fica quem não samba vai embora’: os ‘anos de chumbo’ e a opção pela luta armada.	33
‘A roda da História anda para frente e esmagará o imperialismo norte-americano.’	38
A mídia e seu papel de ‘duplicação da história’ gerando ‘efeitos de poder’	39
Capítulo II – Memória, disputas de memória, direitos humanos e direito à verdade.	41
Alguns ‘nós’ na historiografia da ditadura militar e os ‘trabalhos de memória’.	42
Memória, Memória Social, Memória Coletiva.	53
O ‘direito a ter direitos’: direitos humanos e o direito à verdade.	57
A anistia e suas diversas formas: ‘conciliação e esquecimento’, ‘verdade e julgamento’, ‘verdade e perdão’	60
A Lei de Anistia de 1979 – conciliação e esquecimento: a experiência brasileira.	61
Os ‘trabalhos de memória’ na Argentina.	70
Os depoimentos de testemunhos & os documentos oficiais das Forças Armadas: os trabalhos da CNV na reconstituição da verdade histórica.....	75
Capítulo III – Guia para análise de filmes em sala de aula: “15 filhos” – um modelo.	85
‘Mas, afinal ... O que é mesmo documentário?’	87
‘De médico, de cineasta e de louco todo mundo tem um pouco’.	89

A análise fílmica: considerações gerais para a utilização de áudios visuais em sala de aula.	91
“15 Filhos”: Memórias e ‘histórias’ de filhos de militantes políticos.	93
A música enquanto parte da narrativa fílmica nos documentários.	104
Quem são os 15 filhos?	109
“15 filhos” – Resumo da Narrativa Fílmica	112
Relação de Curtas e Médias Metragens.	124
Sinopse das Atividades para Utilização em Sala de Aula.	125
Conclusão.	128
Bibliografia.	135
Anexos	140

“Memória da Resistência à Ditadura Militar Brasileira: Guia para Utilização de Filmes em Sala de Aula.”

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (Karl Marx, “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 25)

Introdução.

Nossa pesquisa busca a conformação de um material de reflexão para a utilização fílmica em sala de aula, por professores do Ensino Médio. Nesse sentido, visa apontar, esclarecer e analisar alguns ‘lugares comuns’, que são estratégias para escamotear, e por que não sublimar a luta dos vencidos; das reivindicações populares e democráticas anteriores ao golpe, num período único de nossa história. Assim, concordamos com autores como Jacob Gorender, Paulo Eduardo Arantes, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti, por exemplo. (GORENDER, J. 1987; ARANTES, P.E., 2015, in O que resta da ditadura, pp. 205-36; REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, M., 1993). Conjuntura ímpar porque nunca se viu a sociedade civil participando tão ampla e contundentemente como naquele momento: o período que vai da renúncia de Jânio Quadros ao final do governo de Jango, culminando com o Golpe Militar. Enfocaremos também a conjuntura política posterior ao Golpe, que levou a militância de esquerda a adotar a estratégia da luta armada e dos focos de guerrilha, não esquecendo que a guerrilha da Serra do Caparaó, do Movimento Nacionalista de Esquerda (MNR), de cunho nacionalista e ligado a Leonel Brizola, que terminou em abril de 1967, deve ser considerada o marco inicial dessa estratégia militarista. Aqui já temos uma “representação cristalizada” que será analisada ao longo desse trabalho: por que a luta armada e as guerrilhas, urbana e rural, só aparecem e relacionam-se ao período posterior ao Ato Institucional número 5? Por que a tortura só é apresentada no *locus* privilegiado do pós-AI-5? (ANEXO I – Relatório Final da CNV, sobre tortura no pré-64)

Vamos analisar e relativizar algumas questões pertinentes a esse período histórico, tais como, revolução, contrarrevolução, luta armada, democrática, antes e após o golpe, luta pelo socialismo e ‘vitimização’ do militante e etc. Temos como premissa a perspectivação das formas como elas são apresentadas, dos marcos que

delineiam os fatos e/ou momentos históricos que compõem essa conjuntura, esse momento único de nossa história. Identificamos disputas de memória na historiografia, que aponta para uma memória dos vencedores e dos vencidos, bem como encontramos nos materiais didáticos disponibilizados para nós professores muitas cristalizações dos saberes dominantes e/ou hegemônicos, que aparecem, sobretudo, através dos registros da imprensa liberal e conservadora. Vale ressaltar, que vem ocorrendo mudanças relativas a esse material midiático. Trata-se de uma herança ainda não ‘abortada’ de uma ‘história oficial’, apresentada durante décadas nos livros didáticos¹ que conformou a ‘memória social’, amplamente divulgada nos meios de comunicação em geral, e que busca o apagamento do caráter popular das mobilizações operárias e/ou sindicais, rurais e/ou camponesas, presentes, por exemplo, nas greves gerais sob o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ou nas ações das Ligas Camponesas e suas ‘guerrilhas’, além da ampla e significativa participação de marinheiros, fuzileiros navais, oficiais de baixa patente, que lutavam pelas reformas de base, mas, sobretudo, o ‘nacionalismo-democrático’² (ANEXO III – Relatório Final da CNV sobre prisão e tortura de militares de baixa patente, no pré-64), que arregimentava os trabalhadores em geral, além dos segmentos mais politizados e atuantes na sociedade civil (engajados ou não nos partidos políticos e /ou nos sindicatos), assim como de muitos militares nacionalistas de alta patente na luta contra a espoliação do imperialismo norte-americano, o mais significativo no período histórico pertinente a nossa pesquisa..

O mote de nossa análise é a identificação das ‘representações cristalizadas’ dos saberes históricos, que voluntaria ou involuntariamente, ou ainda, consciente ou inconscientemente, são apresentadas na ‘memória social’ e que constituem a estratégia ao apontar os motivos dos insucessos das mobilizações populares, ora “a derrota é justamente aquilo que uma certa história não pode revelar nem interpretar porque só se mantém como ‘história’ pelo silêncio que impôs aos vencidos”(Marilena Chauí, in DE DECCA, s/d, p. 12). Entendemos por “representações cristalizadas” as representações que acabaram conformando a memória social e/ou coletiva, bem como aquelas que se

¹ . (MUNAKATA, Kazumi, ‘Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil’, in FREITAS, M.C. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*, SP, Contexto, 1998). Concordamos plenamente com este autor quando infere que “a neutralidade sabe-se, é um engodo, e a “postura crítica” pode muitas vezes fazer o jogo do inimigo”.

² . “nacionalismo democrático”, expressão utilizada por Reis Filho, D.A., em seu livro “Ditadura e democracia no Brasil”, RJ, Zahar, 2014.

sedimentaram no discurso hegemônico dos vencedores, uma história oficial, que por muito tempo parecia ser a única existente. Dessa forma, são recorrentes essas ‘representações cristalizadas’, corroborando para a maneira como os conteúdos são apresentados nos materiais didáticos e midiáticos em geral. Bem como, na produção memorialística dos que militaram contra a ditadura, e que vem sendo publicada desde fins dos anos 70, com mais intensidade na década de 80 até a queda do Muro de Berlim, e retomando fôlego na década de 90 (RIDENTI, 2010, p.295).

Acreditamos que isto se dá, também, por se tratar de uma história recente. Muitos dos protagonistas desse período histórico estão vivos, o que leva ao acirramento nas disputas de memória. Além do fato de que vem sendo produzido um vasto material fílmico, não só documental, mas também de natureza ficcional. Se por um lado, contribui para a divulgação de um tema importante que não deve ser esquecido, devemos ficar atentos para as rememorações, pois como infere Huyssen, há toda uma “espetacularização” do que podemos denominar de um “trauma histórico”, muitas vezes à mercê do tratamento mercadológico e por que não da “política midiática da memória” (HUYSEN, 2000, p. 21)

Dessa forma, temos uma construção romântica na rememoração daqueles ‘tempos sombrios’, como se vivêssemos tempos iluminados! Os meios de comunicação, por exemplo, apresentam uma versão em que “prevalece a imagem de uma sociedade que viveu a ditadura como um pesadelo e que é preciso exorcizá-lo”, como bem infere a historiadora Jesse Jane Vieira de Sousa, que militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (Vieira de Sousa, Jessie Jane, “O que meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar”, *in* FICO; ARAUJO; GRIN, Org. p. 171). Assim, é como se, agora, os tempos fossem dourados, inexistindo, por exemplo, as práticas de tortura vigentes e recorrentes nas ações policiais, assim como as chacinas, principalmente nas periferias dos centros urbanos. Além disso, escamoteiam as retaliações e repressões sofridas por manifestantes nas ruas, atualmente, e a consequente demonização midiática em alguns casos.

Trataremos essas questões, no segundo capítulo, quando apresentarmos as disputas de memória na historiografia pertinente aos estudos sobre a ditadura militar, nos filmes que vamos analisar no terceiro capítulo, bem como na Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada em 2010, no início do Governo Dilma Rousseff, que teve

seus trabalhos encerrados ao final de 2014. A CNV arrolou 434 casos de mortos e desaparecidos e, ainda no ano passado, ocorreu a reinstalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela lei 9.140/1995, que dará continuidade aos trabalhos, a partir dos novos dados arrolados pela CNV. Nossa análise se concentrará especialmente na confrontação entre as ações por verdade e justiça por parte dos familiares dos mortos e desaparecidos, que conforma uma importante luta política por direitos humanos, além dos depoimentos dos militantes na CNV, com as ações e reações dos militares, tanto no nível jurídico institucional, isto é, nos processos impetrados pelos familiares, e mesmo pelo Ministério Público de São Paulo, por exemplo, como também nos depoimentos dos poucos militares que se dispuseram a depor na CNV.

Alguns exemplos dão a tônica da questão que estamos priorizando como mote de nossa análise. A queda do Muro de Berlim, em 1989, é uma dessas ‘representações cristalizadas’. Os livros didáticos e os “meios midiáticos”³ em geral, trazem fotos do seu desmoronamento, sempre com muitas pessoas felizes pelo fim da separação da Alemanha. No entanto, não é apontado, ressaltado e analisado o momento em que ele foi construído, a conjuntura nefasta da ‘Guerra Fria’ que levou à tal edificação. Ora, isso pode parecer algo sem grandes implicações, mas, hoje mais do que nunca, é necessário relembrar esse momento de disputa ideológica, afinal, estamos vivenciando um raro momento de expansão ou não dos direitos sociais e humanos, nacional e internacionalmente.

Outra representação cristalizada se refere aos militantes, guerrilheiros da luta armada, no campo ou na cidade. O mais emblemático é a figura de Marighella, que nunca esteve tão em voga – vemos por toda parte e em várias cidades do Brasil, a pichação nas ruas - “*MARIGHELLA VIVE*”. Contudo, esse homem que lutou a vida toda por uma sociedade socialista, de acordo com Marcelo Ridenti, aparece quase que exclusivamente como um guerrilheiro da luta armada, autor do “*Manual de um guerrilheiro*”, que segundo o general Álvaro de Souza Pinheiro é utilizado pela *Al Qaeda!* (ANEXO VII). Dessa forma, não nos é apresentado o homem que após a ditadura Vargas e até o golpe militar de 1964, lutava por ideais democráticos e afirmava: “*Os golpes armados, a desordem, a violência não ajudarão a marcha da*

³ “Meios midiáticos”, compreendendo todas as mídias: jornais, revistas, rádio, televisão e a “mídia virtual – blogs, redes sociais, etc.

democracia para frente”⁴ A quem interessa trazer à tona apenas o militante extremado, radical e violento? Por que na memória social só permanece a figura de Carlos Marighella, ‘cristalizada’ no papel de guerrilheiro urbano, subversivo e/ou terrorista? Avaliamos que isso não é fortuito e/ou gratuito, e por se tratar de uma história recente, essa ‘memória social’ é disputada e tem diversos significados e/ou significantes.

Essa é a perspectiva que guiará a nossa dissertação, isto é, trazer à tona a atuação de sujeitos históricos, os militantes de uma forma ampla, e aqueles representados em nosso documentário modelo, que agiram num determinado contexto, e que não podem ser analisados com a lógica, o olhar e o referencial do presente. Como bem infere Sarlo, **“uma utopia revolucionária carregada de ideais recebe um tratamento injusto se é apresentada só ou fundamentalmente como drama pós-moderno de seus partidários”** (RIDENTI, 2010, p. 297). Não podemos incorrer no erro de analisar e julgar as ações de mulheres e homens, que lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária, pelo Socialismo, como se estivéssemos vendo um filme de ficção, e muitos, aliás, já foram elaborados sobre o período aqui abordado. Mais preocupante é a análise de um historiador conceituado nos estudos sobre a ditadura, que atuou na resistência à ditadura militar, em obra recente, inferir que a sociedade se divertia diante da ousadia de moças e rapazes, *“bravos meninos e meninas”*, que ao ‘capturarem’ o embaixador dos Estados Unidos, forçaram “a ditadura a ficar de joelhos”. Após caracterizar os militantes que participaram desse ato como meninos e meninas (Joaquim Câmara Ferreira era um homem maduro, de meia-idade, sendo o principal dirigente da ALN, depois de Carlos Marighella, de longa trajetória na militância, oriundo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Virgílio Gomes da Silva, um ex-operário paraibano que entrou para a luta armada, ou seja, não eram rapazes e muito menos meninos!), inferindo ainda que os populares também delatavam esses revolucionários e seus esconderijos às forças repressivas:

A sociedade assistiu a todo esse processo como se fosse uma plateia de jogo de futebol. Espectadoras de um filme ou de uma telenovela. Em algumas ocasiões, havia quem simpatizasse com os revolucionários: foi o que aconteceu quando da captura do embaixador estadunidense. A população divertiu-se com o embaraço dos poderosos frente à ousadia de um punhado de moças e de rapazes – bravos meninos e meninas – que obrigaram a ditadura a ficar de joelhos, nem que fosse por alguns instantes. Em outros momentos, porém, os revolucionários e seus

⁴ Ridenti, Marcelo, in “Carlos Marighella – o homem por trás do mito”, NOVA&NÓVOA, Orgs., p. 14.

esconderijos seriam delatados por populares à polícia. (REIS FILHO, 2014, p.77)

Podemos nos perguntar se esse não é o roteiro do filme “*O que é isso companheiro?*”, de Bruno Barreto, 1997, que realizou um verdadeiro ‘sequestro da história’⁵, em seu filme baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira. A quem interessam essas ‘cristalizações’, versões e leituras equivocadas? Esse é o desafio que queremos realizar em nossa pesquisa, ou seja, tirar do ‘lugar-comum’, a atuação de todos aqueles que lutaram por um país mais justo, que atuaram tanto na legalidade como na ilegalidade, não só quando não se via mais saída diante da repressão acirrada levada a cabo pelos militares após o AI-5, como também os militantes do Partido Comunista Brasileiro, tantas vezes posto na ilegalidade, e de onde saíram importantes figuras da luta armada, como Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Maurício Grabois, Pedro Pomar e etc.

Esclarecemos que pelo fato de lecionarmos no ensino médio, iremos priorizar as abordagens, os contextos e até mesmo algumas informações peculiares que, usualmente, não são apresentadas e utilizadas pelos docentes, sobretudo, no capítulo 1 onde faremos um ‘apanhado’ geral da conjuntura histórica imediatamente anterior e posterior ao golpe militar.. Através de nossa pesquisa foi possível não só conhecê-las, como também relacioná-las, relativizá-las, visando sempre apontar outras representações que possam transcender àqueles conteúdos mais recorrentes no ensino da história do Brasil recente, mais particularmente, sobre a ditadura militar brasileira e as ‘lutas pela restauração das liberdades democráticas’, assim como os preceitos que norteavam a ação das forças sociais e/ou populares nos anos anteriores ao golpe.

No segundo capítulo analisaremos as ‘disputas de memória’ que se dão na memória social, bem como nos trabalhos recentes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), enquanto resultados de nossa problemática transição democrática, assim, explicitaremos os diferentes processos das redemocratizações, e a importância dos trabalhos de memória (políticas de memória) na conformação dos direitos à memória e à

⁵ “Versões e Ficções: o sequestro da História”, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, Org. REIS FILHO, D.A.. Esse autor tem dois ensaios nessa coletânea e critica a representação dos ‘guerrilheiros’ como ‘jovens sonhadores’ e/ou ‘bravos meninas e meninos’, mas, curiosamente, quase vinte anos depois escreve sobre o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, discorrendo da mesma forma ‘descompromissada’. Aliás, parece escrever uma ficção e não um texto de história, e uma ficção se apropriando do contexto da leitura que Bruno Barreto e seu roteirista Leopoldo Serran, representam no filme “*O que é isso companheiro?*”, de 1977.

verdade. Faremos um contraponto com os processos de redemocratização na Argentina e na África do Sul, no pós-Apartheid.

O terceiro e último capítulo versará sobre a análise fílmica de um curta-metragem, “**15 Filhos**” (1996), composto pelos depoimentos de quinze jovens, filhos de militantes políticos, a maioria mortos e/ou desaparecidos na ditadura militar, que foi realizado por duas depoentes que participam do curta – Marta Nehring e Maria Oliveira. A análise fílmica deste documentário servirá como modelo para o nosso guia, que poderá ser utilizado pelos professores do ensino médio, ao trabalharem com o tema da ditadura militar brasileira. Além de apontarmos um modelo, com exemplos de algumas atividades a serem desenvolvidas com os alunos, arrolaremos alguns curtas e médias-metragens, sobre o tema, que poderão também servir de material de análise para os estudantes, bem como dois documentários, longas-metragens, que faziam parte de nosso projeto inicial. Acreditamos que, assim, estaremos contribuindo em muito com a dinamização do ensino de história da ditadura militar brasileira nas escolas de Ensino Médio.

Cap. I – O Golpe Militar de 1964 para acabar com os inimigos mortais da democracia brasileira: os ‘liberticidas’ e ‘subversivos’.

Faremos uma análise dos pontos que julgamos mais importantes para o nosso tema, relativos à conjuntura imediatamente anterior e posterior ao golpe militar, mais precisamente, o período que vai da renúncia de Jânio Quadros, passando pelo governo de João Goulart que foi interrompido pelo golpe de Estado de 1964, até o período de exceção e/ou ditatorial que se implantou no Brasil com a ditadura militar. Nosso interesse específico é o enfoque das resistências – democrática e armada, de mulheres e homens que lutaram pelos ideais democráticos e/ou revolucionários, por uma nação mais justa e igualitária, ou ainda pelo socialismo. Eram diversas as concepções de como essa luta seria mais eficaz e o quê exatamente buscava-se construir. Assim, existiam vertentes que iam da construção de uma ordem nacional-democrática, a exemplo da revolução cubana em sua primeira fase, bem como aquelas que preconizavam a revolução socialista por etapas, sendo primeiramente democrática-burguesa, para depois implantar o socialismo, e ainda as que lutavam pelo estabelecimento direto do socialismo que levaria ao comunismo.

O título acima poderia se referir ao período posterior ao golpe militar de 1964, mais precisamente, à propaganda governamental do pós-AI-5, quando toda a militância foi ‘demonizada’, sendo chamada de subversiva e terrorista. No entanto, são palavras do então diretor da Rádio Tupi, João Calmon, em outubro de 1963, após a implantação em rede com as Rádios Globo e Jornal do Brasil, do programa “Rede da Democracia”. Essa rede surgiu uns cinco meses antes do golpe, sendo uma resposta ao programa que Leonel Brizola passara a fazer na Rádio estatal Mayrink Veiga, após a criação dos “Grupos dos Onze”. Assim, João Calmon afirma na edição do jornal *O Globo*, de 26 de outubro de 1963: “Por que haveria de continuar a rádio, no plano político, a ser manejada em cadeia apenas por inimigos mortais da democracia? (...) Chegou a hora de dizer: basta! Nossa “Rede da Democracia” aqui está para impedir que nos céus do Brasil continue o monólogo liberticida e subversivo” (MORAES, 2011, p. 155). Nessa mesma edição, o ‘democrata’ Ulysses Guimarães dá o seu depoimento positivo de boas-vindas à “Rede da Democracia”!

Analisaremos agora as ações dos ‘inimigos da democracia’, bem como as respostas dadas pelos ‘guardiães da democracia’. Vale ressaltar que a maior parte dos democratas, dos reformistas e/ou revolucionários, que visavam um governo popular, atuando antes e após o golpe, “persistem acreditando na possibilidade de construirmos um outro país, mais igualitário e justo”. E mais: “não se registram revisões autobiográficas que invalidem as experiências de engajamento e participações vividas entre os anos JK e Jango” (MORAES, 2011, p.15). São homens que atuaram na legalidade, bem como clandestinamente, tanto na esfera político institucional como em movimentos populares no meio rural e nos centros urbanos.

“Populismo varguista: trabalhismo e industrialização”

Faremos uma breve digressão para melhor compreendermos as raízes das razões que levaram os trabalhadores, as forças sociais em geral, a uma série de reivindicações e comprometimento com as reformas de base no governo Goulart. Ressaltamos que o populismo não se restringe ao seu caráter demagógico e manipulador na condução das políticas trabalhistas criadas pelo governo de Getúlio Vargas (GORENDER, 1987, p. 16). Sabemos que existem leituras que privilegiam demasiado a esfera da política trabalhista varguista, e as melhorias trabalhistas em função da cooptação dos trabalhadores, através de seus sindicatos patronais e/ou pelegos. É curioso observar um historiador de ponta, que estuda a(s) esquerda(s) no período da ditadura militar brasileira, ao revisar a segunda edição de seu livro, fruto de sua tese de doutorado, declarar que “com o tempo, eu passaria a valorizar mais o que havia de popular no chamado populismo” (RIDENTI, 2010, p.300). Esse é o principal aspecto das políticas populistas, não só no Brasil, como também no caso do peronismo na Argentina. Ou seja, a ampla participação das forças populares nas reivindicações econômicas, que acabam se tornando políticas também, conformando claramente a luta de classes. É fato, a classe operária, os trabalhadores argentinos em geral, até hoje, são peronistas e se organizam, sobretudo, em partidos e/ou movimentos peronistas.

Tendo morado alguns anos na Argentina, inclusive no momento do golpe militar de 1976, vivenciei ‘indiretamente’ uma experiência de militância de esquerda numa organização peronista – Peronismo de Base (PB), que teve o primeiro braço armado dentre as organizações e/ou partidos da esquerda argentina: Forças Armadas Peronistas (FAP) , criada alguns anos antes do golpe do general Rafael Videla. Dessa forma, não

concordamos com as análises que reduzem o populismo – getulismo, peronismo e etc. – a lugares comuns, à representações cristalizadas, que ocultam justamente a luta de classes, a participação popular intensa nos referidos períodos históricos. Sabemos que a luta econômica, as reivindicações por melhorias de salário, das condições de trabalho e moradia, podem levar o trabalhador a um salto qualitativo, ou seja, a adquirir consciência de classe, e então passando a exercer uma luta política contra a exploração do capital. Esse movimento/processo foi analisado pelo teórico marxista Gramsci, sendo denominado de passagem da ‘consciência em si’ à ‘consciência para si’. Ora, é justamente esse aspecto peculiar do populismo, isto é, essa característica popular do populismo que não podemos perder de vista quando analisamos o fenômeno do populismo na América Latina.

De um lado, o populismo de Vargas com sua vertente trabalhista, conformou o trabalhismo, que foi um dos fatores que levou à industrialização brasileira. De outro, foi a própria industrialização que “minou as bases sobre as quais o populismo podia vicejar. A classe operária cresceu e fez o aprendizado das reivindicações econômicas e da luta política. A consciência de classe de crescentes contingentes de trabalhadores tornou-se cada vez menos compatível com a expressão populista”(GORENDER, 1987, p.16). Foi também essa industrialização, através do populismo e do trabalhismo que levou ao nacionalismo. Sabemos que o nacionalismo pode se expressar de diferentes formas, através de concepções diversas. Temos o nacionalismo de direita (o nacional-socialismo alemão e italiano), o integralismo – nossa versão fascista do nacionalismo, o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, aberto ao capital estrangeiro, ou ainda o nacionalismo popular e/ou reformista, de Jango, bem como o nacionalismo-democrático e revolucionário, cubano, por exemplo.⁶

⁶ Devemos ressaltar que o nacionalismo naquela conjuntura dos anos 60, era um ingrediente caro aos revolucionários latino-americanos. Como afirmou Mario Roberto Santucho, dirigente máximo do PRT-Partido Revolucionario de los Trabajadores, com o seu braço armado ERP- Ejercito Revolucionario del Pueblo, numa entrevista a um jornalista: “*Mirá chango, yo soy nacionalista. Pero no te confundás, no soy nacionalista de derecha sino de izquierda*” (SEOANE, 2011, p.23).No Brasil, tivemos a vertente radical do nacionalismo, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), de inspiração brizolista, assim como a Ação de Libertação Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Esses dois movimentos/organizações, lutavam pelo fim da espoliação do capital internacional, particularmente, do imperialismo norte-americano, bem como pela derrubada da ditadura militar brasileira, assim como a esquerda revolucionária o fez em toda América Latina.

“O nacionalismo reformista de Jango, as novas esquerdas e as resistências ao varguismo”

Pelas teses de Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães e do próprio Luiz Carlos Prestes, ou seja, para os membros do Comitê do PCB, o Brasil era um país que apresentava traços de semi feudalismo, sendo necessária, então, uma revolução burguesa que levaria adiante uma revolução nacional democrática, tendo como linha de frente a ‘burguesia nacional’. Numa segunda etapa, o proletariado, seguido pelos trabalhadores rurais (camponeses), faria a revolução socialista propriamente dita. Esse ‘etapismo’ foi duramente criticado pelas esquerdas organizadas, antes e depois do golpe de 1964. Só o PC do B concebia a revolução também em duas etapas, mas avaliava que o processo revolucionário seria conduzido pelos camponeses e não pelo operariado urbano. Contudo, a ampla participação popular acompanhada da radicalização na luta pelas reformas de base (sendo a reforma agrária a mais reivindicada naquele momento), bem como o brizolismo e a formação dos já citados ‘Grupos dos Onze’, provocava em alguns segmentos da ‘burguesia nacional’, principalmente no grande empresariado, uma apreensão e mesmo um temor, em função também das novas esquerdas que surgiram nesse momento.

Ocorreu nessa conjuntura uma pulverização e/ou radicalização da esquerda, não mais representada somente pelo PCB, comumente designado a partir dos anos 60, de “Partidão”. Assim, surgiram outros partidos, como o PCdoB, organizado em fevereiro de 1962, por dissidentes do PCB, como Apolônio de Carvalho, João Amazonas e Maurício Grabois, que se recusaram a fazer a autocrítica, em função dos crimes de Stalin e do ‘culto à personalidade’, ou seja, ao personalismo que se dava em torno da figura de Stalin. Entraram em cena também: Ação Popular (AP), maoísta como o PCdoB, surgida em junho de 1962, em Belo Horizonte, bem como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), criada em fevereiro de 1961, em Jundiaí, São Paulo, além do Partido Operário Revolucionário (POR), trotskista, fundado em 1953 (MORAES, 2011, pp.69-79). O POR teve um grande impulso no momento de sua refundação; anteriormente era o Partido Socialista Revolucionário, extinto em 1952. Ambos eram ligados à Quarta Internacional (trotskista), mas “ (...) o POR(T) se vinculou à facção orientada por J. Posadas (pseudônimo do argentino Homero Cristaldi), o qual desenvolveu um enfoque terceiro-mundista da revolução mundial. Das lutas emancipadoras dos povos atrasados, Posadas extraiu a perspectiva da passagem do

nacionalismo pequeno-burguês ao Estado operário. A trajetória da revolução cubana foi a este respeito particularmente inspiradora.” (GORENDER, 1987, p.35).

Esse movimento de surgimento de outros partidos e tendências revolucionárias – todos na ilegalidade, inclusive o PCB – ocorrido ainda no final dos anos 50, mas com maior vigor nos anos 60, sobretudo após o golpe militar de 64, foi acompanhado da politização crescente da juventude, da intelectualidade, bem como de setores do operariado e de militares de baixa patente. E é aí que surge o paradoxo apresentado pelos comunistas do PCB, tradicionalmente os maiores entusiastas da revolução, mas que passam à moderação, isto é, preconizam a aliança com a burguesia e o caminho pacífico para a revolução. Dessa forma, “a atuação do PCB no período do Governo Goulart também se defrontou com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo do marxismo.” (GORENDER, 1987, p.32).

Por que a política janguista, o janguismo, o aspecto populista e reformista do governo Goulart, incomodava tanto aos militares e aos setores empresariais não adeptos do nacionalismo democrático? Jango era o herdeiro direto de Vargas, foi ministro do Trabalho de Getúlio, tendo reajustado o salário mínimo em 100% naquela ocasião, além de implantar outras medidas voltadas para o trabalhador/empregado, contrariando os interesses dos empregadores. Assim, por seu caráter ‘populista’, de adoção de medidas populares, nunca foi bem aceito pelos conservadores e reacionários. Pela ótica dos conservadores udenistas, bem como de outros setores não progressistas, no mínimo ele nutria simpatias ao ‘comunismo’, sendo o continuador do ‘varguismo’: “(...) aquele gato de sete vidas que superara a deposição de 1945, o suicídio de 1954, as tentativas golpistas de 1955 e de 1961 e haveria agora de ser enterrado. Definitivamente. E para isso era necessário tempo.” (REIS FILHO, 2014, p.50).

Após a morte de Vargas, os trabalhadores passaram a se engajar no trabalhismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a aderirem ao brizolismo, participando ativamente das greves, dos sindicatos, numa clara demonstração de que o populismo varguista trazia como consequência, naquele momento, as massas para a política. E era isso que precisava ser extirpado, esse era o ‘câncer’, o ‘perigo vermelho’, os trabalhadores não podiam continuar ganhando terreno e nem o protagonismo que passaram a ter, afinal, a luta de classes, o comunismo, precisavam ser evitados a

qualquer custo. Políticos conservadores como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Amaral Neto, e tantos outros, vociferavam contra o anti-patriotismo, contra a ‘*comunização*’⁷ da sociedade brasileira. Eram também os ‘oportunistas de plantão’, pois visavam às eleições que deveriam acontecer em 1965 ou 1966. Assim, no âmbito constitucional sempre se opuseram às reformas de Jango. Lacerda acabou sendo perseguido e indo para o exílio, quando se instaurou a ditadura militar. No entanto, anda sendo resgatado na ‘memória social’, no cinema, por exemplo, como bom moço, liberal, visionário e injustiçado.⁸

“Reformas ou Revolução: reformas de base ou insurreição popular”

Revolução, reformas, insurreição popular, esses são os parâmetros que conformavam e/ou constituíam o ideário dos anos 60 do século passado. O mundo vivia algumas revoluções, como a cubana (1961), a luta vitoriosa pela libertação argelina do jugo francês (1962), seguida de outras guerras pela libertação das colônias africanas e asiáticas da dominação do imperialismo europeu. Por outro lado, nas Américas do Sul e Central, o cenário geopolítico – resultante da ‘política de alinhamento’ em função da bipolarização do mundo – bloco capitalista (EUA) x bloco socialista (URSS) – não era nada animador: “entre o início de 1961 e o fim de 1963, nada menos que sete golpes militares haviam derrubado governos constitucionais em El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras. Como se não bastasse, os Estados Unidos investiam no programa “**Aliança para o Progresso**”, para ajudar os países da América Latina a se livrarem da ‘**ameaça comunista**’”. (MORAES, 2011, p.65).

No Brasil, num curto período de tempo, tivemos a renúncia de Jânio de Quadros, a tentativa de veto dos ministros militares para impedir a posse de João Goulart, seguida da resistência a essa tentativa golpista, pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que com a adesão do 3º. Comando do Exército e do ‘arranjo’ do parlamentarismo, acabou levando os militares e os conservadores a mais uma solução conciliatória, marca registrada da política brasileira desde sempre. Por quanto tempo esse ‘arranjo’ conteria o preocupante avanço das forças sociais e populares?

⁷ “Comunização”, termo amplamente utilizado por REIS FILHO, 2014, op. Cit., bem como por MORAES, Dênis, “A esquerda e o golpe de 64”, SP, Editora Expressão Popular, 2011.

⁸ “Flores Raras”(2013), direção de Bruno Barreto, roteiro de Matthew Chapman e Julie Sayres.

Tanto as reformas como a revolução tinham como premissa a questão da libertação nacional diante do processo espoliativo, que havia tomado grandes proporções a partir, sobretudo, do Plano de Metas nos anos JK. A dicotomia reformas ou revolução “(...) funcionava como suporte retórico na campanha pelas reformas de base. Se proteladas as reformas, só existiria uma saída: a insurreição popular. (MORAES, 2011, p.82). A atuação de Brizola por um governo “nacionalista e popular” levaria ao rompimento com o conservadorismo político – não só com a União Democrática Nacional (UDN), como também com o Partido Social Democrata (PSD). Assim, em entrevista à revista *O Cruzeiro*, em 1960, ele argumentava: “Só um inconsciente não vê que estamos vivendo o desenvolvimento de um processo revolucionário. De início, a ordem será mantida. Mas, se as coisas continuarem como vemos, a inconformidade popular, depois de alcançar a classe média e a chamada pequena burguesia, atingirá os próprios quartéis”. (MORAES, 2011, p. 82).

As concepções brizolistas sobre as reformas de base foram amplamente divulgadas na imprensa da época. Assim, a edição do *Jornal do Brasil*, de 8 de abril de 1962, trazia um resumo do programa político de um “*governo nacionalista e popular*”: reformas agrária, urbana, educacional, além da reforma de “(...) *‘todo o cruciante sistema que controla e administra as nossas relações comerciais e financeiras com os Estados Unidos, outros países e grupos econômicos – processo espoliativo que transforma o Brasil numa lata furada, por onde escoam nossas finanças’*; e ainda, “a socialização das indústrias de base, *‘fundamental para a emancipação econômica do país’*. Para Brizola, a história mostra que só se pode chegar a essa socialização revolucionariamente, *‘o que não quer dizer que tal processo seja violento’*”. (MORAES, 2011, p. 83). Brizola teve uma ampla penetração nos meios estudantis, sindical, e na baixa oficialidade das Forças Armadas, pois seu reformismo é radical, ‘esquerdista’, mas sem orientação marxista-leninista.

Jacob Gorender, em seu livro que se tornou um clássico sobre as esquerdas no Brasil, “*Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*”, por não ser um sectário e muito menos ortodoxo, reconhece e aponta as importantes ações de Brizola, em seu governo no Rio Grande do Sul:

(...) Brizola ganhou ressonância pelas ações concretas. No Rio Grande do Sul, o seu governo promoveu a fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que organizou acampamentos de

camponeses diante de glebas improdutivas e sustentou sua desapropriação pelo Estado, ainda que dentro dos limites estreitos impostos pela Constituição Federal. Em fevereiro de 1962, o governo de Brizola desapropriou sem indenização a companhia telefônica de Porto Alegre, subsidiária da ITT norte-americana. Seguindo-se à desapropriação de uma subsidiária da AMFORP em 1959 também por Brizola, o ato provocou repercussão nos Estados Unidos e causou inquietação à Light and Power e demais concessionárias de serviços públicos no Brasil. Em resposta a esta inquietação, o Congresso nos Estados Unidos aprovou a emenda Hickenlooper à lei de ajuda externa, que proibiu empréstimos e outras formas de ajuda a governos expropriadores de firmas norte-americanas sem indenização considerada justa.” (GORENDER, 1987, p. 39).

Ou seja, não era um fantoche dos interesses imperialistas, o que certamente não agradava em nada aos conservadores em geral, civis ou militares. E toda a sua longa trajetória política sempre foi pautada pelo nacionalismo e reformismo popular.

Falamos em nacionalismo reformista, em varguismo, comunismo, nos interesses do capital financeiro e monopolista internacional, mas ainda não enfocamos as ações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sabemos que o trabalho feito por essa instituição, bem como do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), se estendeu por diversos tipos de interlocução, visando minar as bases não só das instituições governamentais, como também desestabilizar o governo que assistia e apoiava as mobilizações populares, e a crescente organização das forças sociais. O trabalho realizado pelo IPES para desestabilizar o governo se dava através da disseminação “(...) de uma ampla campanha de desestabilização: as atividades envolviam doutrinação contra o comunismo, o socialismo, o ‘atraso’ da oligarquia rural, a ‘corrupção do populismo’, a intervenção do Estado, e expressavam-se através de múltiplos suportes, como palestras, simpósios, entrevistas à imprensa, debates, filmes, peças teatrais, desenhos animados e livros. Rádio, televisão, cinema, editoras e imprensa foram mobilizados” (FICO, 2012, p. 36). Vale apontar aqui, também, a análise que apresenta as articulações do IPES e suas cooptações, visando se legitimar enquanto instituição realmente preocupada em solucionar os problemas brasileiros:

“Para levar adiante suas ações contrárias ao governo, o Ipês construiu, desde sua inauguração oficial, a fachada de uma organização de pesquisas, composta por respeitáveis empresários, cujo intuito era investigar os problemas brasileiros e propor soluções do ponto de vista liberal. Sem expor publicamente o financiamento de articulações golpistas e antidemocráticas, o instituto difundiu a imagem de uma

associação que procurava participar legalmente da política nacional endossando a iniciativa privada como a vanguarda do desenvolvimento brasileiro. A encíclica *Mater et magistra* (1961), na qual o papa João XXIII exigia respeito dos patrões aos trabalhadores, ou o programa da Aliança para o Progresso (1961), no qual os Estados Unidos prometiam se empenhar no progresso da América Latina, tornaram-se documentos recorrentes na elaboração da faceta pública dos ipesianos: a partir desses pressupostos de fundo conservador, procurava-se convencer a sociedade da existência de uma classe empresarial realmente comprometida com os interesses gerais do país.” (Reinaldo Cardenuto, “O golpe no cinema: Jean Mazon à sombra dos Ipês”, in MORETTIN, E.; NAPOLITANO, M & KORNIS, M.A., História e Documentário, p. 121)⁹

Analisando a tese de Dreifuss, para quem o golpe teve a ascendência e predominância do grupo do IPES, que defendia e respondia aos interesses do capitalismo financeiro e monopolista, isto é, do imperialismo, Carlos Fico transcreve uma passagem do livro de Dreifuss que aponta os limites bem como a efetivação da estratégia desses grupos civis, “(...) embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo”. (FICO, 2012, p. 36). Para Dreifuss, o golpe de Estado de 1964, deve ser entendido como um golpe civil-militar porque teve a importante participação das ações do Ipês, do IBAD, e foi dado para atender às suas demandas. Contudo, não podemos deixar de lado a importante ação da Escola Superior de Guerra (ESG), na formação dos quadros que iriam atuar na esfera governamental após o golpe militar.

Com relação às teses sobre a natureza do golpe de Estado de 1964, encontramos diversas concepções que apontam para o entendimento do golpe enquanto civil-militar; bem como outras que falam em golpe militar-civil, dando um peso maior à participação dos militares (RIDENTI, 2010, p. 289). Entendemos que o golpe, a motivação e o preparo no campo das ideias, das ideologias, pode ter sido norteado por grupos civis, como o Ipês, o IBAD, que acabaram cooptando o amplo apoio das classes médias – com sua notável capacidade de se impactar com o ‘fantasma’ do comunismo, e todo o corolário que o acompanha, sobretudo, com o ateísmo. Mas, o golpe foi executado pelas Forças Armadas e foram elas que dirigiram o país desde o início. Cabe ressaltar inclusive, que

⁹ Reinaldo Cardenuto utiliza a sigla “Ipês”, justificando que originariamente ela assim surgiu, sendo uma referência nacionalista, já que o ipê é uma árvore nativa brasileira.

o general Golbery do Couto e Silva, militar que participava ativamente desta instituição civil, levou diversos dossiês que se encontravam no banco de dados do IPES, para o Serviço Nacional de Informação (SNI), idealizado e dirigido por ele em 1964. Esteve no comando até 1967, quando foi substituído por Garrastazu Médici. Concordamos plenamente com a posição de Carlos Fico, a de que se no primeiro governo militar, o do marechal Humberto Castello Branco, houve a nomeação de importantes quadros do Ipês (FICO, C., 2012, p. 38) que levariam adiante uma política econômica voltada para o capital internacional, também é fato que foram os militares que assumiram a condução da política, impingiram as suas marcas durante todo o período da ditadura: marcas que ficaram na memória coletiva dos grupos que lutaram e sobreviveram à ditadura militar, e que analisaremos a seguir, no segundo capítulo.

Nesse sentido, entendemos que falar em golpe civil-militar, militar-civil, e ainda cívico-militar, é ocultar a verdadeira responsabilidade daqueles que perpetraram o terror, as ações conjuntas com o aparato policial. É tirar dos protagonistas do longo período ditatorial brasileiro, que se estendeu de 1964 a 1985, os seus crimes de Estado, arquitetados e levados a cabo por eles, ainda que houvesse o financiamento de empresários através da Operação Bandeirantes (OBAN), no DOI-CODI/SP, por exemplo. E dessa forma, colaborando para que não só não sejam punidos, como ainda se auto reconheçam como vitoriosos (“nós ganhamos o combate”), os ‘salvadores da pátria’, na ‘disputa de memórias’. Isso é o que constatamos, por exemplo, nos depoimentos de alguns militares, dentre os poucos que aceitaram depor na Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Tema esse que será analisado no segundo capítulo de nossa dissertação. Assim, concordamos *ipsis litteris* com a avaliação de Fico:

“(…) Mas, embora se trate de explicar o golpe, não se pode descurar da crescente militarização posterior do regime. As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari*, e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que os empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar, em duas

palavras: de uma **ditadura militar.**” (grifo nosso) (FICO, 2010, p.38).

“A guerra das ideias e os ‘Grupos dos Onze’: ensaio geral para a resistência armada”

Vamos enfocar agora a ‘guerra ideológica’ travada nos meios de comunicação, por Leonel Brizola, em seu programa de divulgação dos “Grupos dos Onze” (ANEXO III – Relatório Final da CNV, sobre repressão a um suposto simpatizante aos “Grupos dos Onze”), na rádio estatal Mayrink Veiga.. Em primeiro lugar, vamos entender o porquê dessa denominação “Grupos dos Onze”. A explicação é apresentada na ‘Cartilha’, criada em 29 de novembro de 1963, quando Brizola nomeia os “*grupos dos onze companheiros*” ou “*comandos nacionalistas*”. Esse movimento tem o objetivo de arregimentar as forças populares com os seguintes objetivos: “(...) defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a reforma agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento de Getúlio Vargas” Na explicação do motivo da denominação de “*grupos dos onze*”, utiliza-se o exemplo de “um time de futebol, composto por onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles um é escolhido para capitão, ou comandante da equipe; todos sabem que nesse caso deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos”. Na ‘Cartilha’ também é apontado como fator mais importante o papel que esses grupos representariam na ação articulada dos segmentos progressistas: “(...) até agora quase todos nós falamos, pensamos ou agimos individualmente; no máximo, atuamos em reuniões ou movimentos eventuais, sem estrutura e distribuição de tarefas, sem unidade, sem firmeza de objetivos e responsabilidades permanentes”.(MORAES, 2011, p. 149).

Brizola, em 1981, definiu os “Grupos dos Onze” como “*clubes de resistência democrática*”, garantindo que se formaram uns vinte e quatro mil grupos por todo o país. Já Neiva Moreira, no *Jornal do País*, de 11 a 22 de abril de 1984, informa que

havia uns sessenta ou setenta mil grupos, que se formaram até 31 de março de 1964, ou seja, até o golpe militar. Suas estratégias podem ser resumidas em três pontos: 1) o trabalho político seria sustentado pelos estudantes de Direito e de Filosofia da Faculdade Nacional, que eram não só os mais politizados, assim como simpatizantes de Brizola. A tarefa deles era a sondagem através dos “Grupos dos Onze”, do nível político de seus integrantes, o que foi feito nos bairros de Cascadura e Madureira, no Rio de Janeiro; além disso, conseguiam pessoas para pichações e colagem de cartazes; 2) os militantes mais envolvidos com os comandos dos “Grupos dos Onze”, e que tinham maior qualificação na militância, tinham a tarefa de registrar toda a rotina dos oficiais de alta patente, que estavam no comando de guarnições, e em caso de ‘tentativa’ de golpe pela direita eles seriam presos; 3) “os grupos de estrita confiança do comando brizolista ajudariam os sargentos a tomarem os quartéis e a preservarem a legalidade. Cada sargento comandaria três “Grupos dos Onze.””(MORAES, 2011, p.150).

Essa proposta teve uma boa recepção pelas organizações mais à esquerda, como a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP) e frações trotskistas, mas não teve o apoio do PCB – Partido Comunista Brasileiro, que julgou ser uma ideia **“esquerdista e fora da realidade”**. Avaliamos que faltam estudos sobre os “Grupos dos Onze”, que são citados *an passant* enquanto grupos que atuaram antes de 1964 e se dissolveram com o golpe, embora “alguns dos antigos participantes dos Grupos de 11 aderiram aos grupos nacionalistas que empunharam armas contra o regime militar” (RIDENTI, 2010, p. 60). Fundamental, para a nossa análise, é a reação que os “Grupos dos Onze” passaram a ter na mídia liberal conservadora, e a supervalorização deles com o objetivo de desestabilizar o governo Goulart. Só para termos um termômetro do *frisson* causado pela atuação desses grupos, apontamos algumas notícias nos principais jornais da época:

O Estado de São Paulo, em 13 de março de 1964: transcreve artigo publicado pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em que o “Comando Geral Democrático” denuncia a “guerra revolucionária” que estaria em curso com a formação dos “Grupos dos Onze”: **“No Brasil, (...) o poder legal, o Executivo Federal, é omissos no revide ao desenvolvimento da guerra revolucionária face à infiltração marxista-leninista”**. (MORAES, 2011, p. 151.).

Nota publicada pelo *Jornal do Brasil*, de 5 de fevereiro de 1964: “Telegrama de Florianópolis dá conta da ação dos ‘grupos dos onze’, recomendado pelo Sr. Leonel Brizola para defender suas teses

reformistas. Esses grupos estão criando um clima de verdadeiro terror no Oeste de Santa Catarina, ameaçando proprietários e os que lhes são hostis”.(MORAES, 2011, p. 151)

Após o Golpe Militar, esses grupos serão apontados como a maior prova da ‘**subversão**’ no governo de João Goulart. E o jornal *O Estado de São Paulo*, de 28 de maio de 1964 afirma:

“Todos os senhores telespectadores ouviram falar dos “grupos dos onze”, do também criminoso e agitador nacional Leonel Brizola. O “grupo dos onze” representa exatamente não um time de futebol para a diversão, mas um grupo de combate militar. É a célula da organização militar. Dois outros grupos formam um pelotão; tantos pelotões, uma companhia. Esse “grupo dos onze” obedece a uma organização eminentemente militar e bem distribuída”.(MORAES, 2011, p. 152)

Não vamos analisar, exaustivamente, a reação a esses grupos, assim como as acusações e ataques que Leonel Brizola sofreu após o golpe de 1964. Obviamente a tônica era a associação ao comunismo e à guerra revolucionária, ingredientes que não podiam faltar aos discursos que conformavam a guerra das ideias. Atestada também pelas palavras do Deputado udenista, Amaral Neto, em discurso proferido num Comício na Praça das Nações, em Bonsucesso/RJ, no dia 10/03/64: “É hora de irmos para as ruas, lutar pela pátria (...) o governo não é comunista, mas está nas mãos de comunistas.” (MORAES, 2011, p. 141).

Outro episódio, agora retratando o lado grotesco, que deve ter entrado para o **FEBEAPÁ – Festival de Besteiras que Assola o País**, de Sérgio Porto, sob o heterônimo de Stanislaw Ponte Preta: trata-se de um grupo de homens, em trajes típicos de cangaceiros, armados aparentemente com espingardas, que *O Globo*, de 03/02/64, publicou afirmando: “**Milícias Armadas no Aniversário do Governador Arraes**”; era um grupo de bacamarteiros de Caruaru (folclore), com seus velhos bacamartes e trajes típicos, que havia viajado quase 150 km para a apresentação na festa do então governador de Pernambuco (MORAES, 2011, pp. 144-145).

A população foi mesmo para as ruas, principalmente, as classes médias, católicas ou não, imbuídas da ideologia anticomunista, que ‘massacrava’ a população através da propaganda política conservadora encetada pela “Rede da Democracia”, programa de rádio em cadeia (rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil), numa ação nitidamente golpista e revanchista, como ilustra magistralmente a pesquisa do historiador Dênis de Moraes. Assim, foram realizadas as Marchas da Família, com

Deus, pela Liberdade. Aqui encontramos mais uma ‘representação cristalizada’. Os livros didáticos apontam as Marchas, em São Paulo, primeiramente, e depois no Rio de Janeiro, não só antes do Golpe Militar, como também imediatamente após, mas só nessas duas cidades. Aliás, essas Marchas, ou melhor, esse processo, segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, em obra recente, nos informa que foi pouco estudado até o momento (REIS FILHO, 2014, p. 41).

Vale lembrar e reforçar o fato de que foram cinquenta e uma Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade; a primeira veio como resposta ao Comício da Central ou das Reformas (13/03/64), no Rio de Janeiro, e ocorreu na capital paulista, no dia 19 de março, por ser dia de São José, o padroeiro da família. A última se deu em Magé, no estado do Rio de Janeiro, no dia 8 de junho. Todas foram realizadas no ano de 1964, num total de nove antes do golpe e quarenta e duas após o mesmo, numa clara demonstração de que as classes médias estavam realmente ao lado dos militares.¹⁰

Finalizando esse tópico relativo aos meios de comunicação, “*front* privilegiado para atacar o inimigo”, que “funcionavam como correias de transmissão da máquina de propaganda ideológica anticomunista e antijanguista”, já que apresentavam os fatos sociais atuando nos conflitos e marcando nitidamente sua posição. “(...) Realizavam, assim, o que Muniz Sodré chama de ‘**duplicação da história**’: a mídia reprocessa os fatos sob a forma de notícias, tecendo um real específico do código jornalístico, capaz de gerar **efeitos de poder**” (grifos nossos) (MORAES, 2011, pp. 137-38).

¹⁰ As marchas foram pesquisadas por Aline Alves Presot, In Carlos Fcio, “Além do Golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”, RJ, Record, 2012. Foram 30 Marchas no estado de São Paulo, sendo a primeira na capital (19/03) e sucessivamente: Araraquara (21/03), Assis (21/03), Santos (25/03), Itapetininga (28/03), Atibaia (29/03), Ipaçu (29/03), Tatuí (29/03). Estas são as 8 ocorridas antes do golpe; após o golpe, temos: São João da Boa Vista (01/04), São Carlos (02/04), Rio Claro (04/04), Jaú (05/04), Campinas (07/04), Amparo (08/04), Franca (08/04), Mogi-Guaçu (09/04), Presidente Prudente (11/04), Taubaté (12/04), Periqui (12/04), Botucatu (12/04), Capivari (15/04), Lorena (15/04), Dois Córregos (16/04), Indaiatuba (18/04), Santa Bárbara D’Oeste (18/04), Jacareí (19/04), Cachoeira Paulista (25/04), Campos de Jordão (26/04), São José dos Campos (01/05) e Aparecida (13/05). Em segundo lugar vem Minas Gerais com 8 Marchas, na ordem cronológica: Uberlândia (03/04), Barbacena (05/04), Passos (11/04), Lavras (16/04), Conselheiro Lafaiete (18/04), Formiga (21/04) e Belo Horizonte (13/05). No terceiro lugar, aparece o Rio de Janeiro, com 6 Marchas: Rio de Janeiro (02/04), Pádua (05/04), Campos (13/04), Niterói (15/05), Caxias (07/06) e Magé (08/06), esta foi a última das Marchas em todo o Brasil. Ainda temos, o Paraná com 2 Marchas: Bandeirantes (24/03) e Londrina (02/04). Finalizando, tivemos 1 Marcha em cada uma das seguintes capitais: Maceió/AL (02/04), Recife/PE (09/04), Brasília/DF (15/04), Teresina/PI (22/04) e Goiânia/GO (13/05).

“O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”

A economia brasileira no início da década de 60 do século XX, tinha uma indústria que “*atendia a 90% das necessidades do mercado interno*”, e “*fornecia 95% dos bens de consumo*” (BANDEIRA, 1975, p. 14). Alguns anos após o golpe militar, essa situação havia se transformado radicalmente, e nossa economia chegou a altíssimos índices de participação do capital estrangeiro.

Esses índices serão acompanhados das taxas de crescimento, entre os anos 1966-1973; e serão apresentados na seguinte ordem – **setor**, taxa de crescimento e participação do capital financeiro internacional: **minerais não-metálicos**- 11,3% / 59,72%; **metalurgia** – 10,3% / 26,50%; **mecânica** – 16,2% / 74,65; **material elétrico** – 14,7% / 76,16%; **material de transporte** – 14,7 / 96,44%; **química** – 12,6% / 51,12% e **plásticos** – 12,0% / 70,13% (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 53). Vimos que as disputas políticas no governo Goulart se davam em torno do nacionalismo-reformista, que visava coibir o aumento da participação do capital estrangeiro na economia brasileira. Nesse sentido, todos lutavam contra o processo espoliativo do Brasil. Os dados acima demonstram, por um lado, a grande taxa do crescimento brasileiro, por outro, a crescente e inexorável presença do imperialismo, sobretudo norte-americano. Curioso é notar que o *The Washington post* indagava em editorial, “se o propalado desenvolvimento brasileiro a uma taxa anual de 9% (1968, 1969 e 1970) não seria ‘o caso em que os pobres ajudam os ricos a se tornarem mais ricos’ *Jornal do Brasil*, 7/12/71” (BANDEIRA, 1975, p.34).

Após o golpe militar de 64, iniciou-se um processo crescente de arrocho salarial, como consequência de uma política econômica que buscava o aumento das margens de lucro e a acumulação capitalista. Como afirmava o economista e ministro das Finanças Delfim Netto, era necessário esperar o bolo crescer para depois, então, ele ser repartido. O problema é que o bolo não parava de crescer, mas não chegava o momento de sua divisão. Assim, a concentração de renda nas mãos de poucos era diretamente proporcional ao crescimento da economia. Por outro lado, esse crescimento se dava através da super exploração da força de trabalho, acompanhada da perda histórica da capacidade aquisitiva do salário mínimo. Cabe lembrar que ainda em 1964, como um dos últimos atos do presidente Jango, o salário mínimo fora reajustado em 100%. Entre 1962 e 1967 a economia brasileira viveu uma recessão, e entre essas datas, tivemos o

golpe militar, que “*visava empreender uma ação ‘profilática’ no sentido de conter a mobilização social que o arrefecimento econômico acirrava*”. (MENDONÇA&FONTES, 2006, p. 21). A recuperação da economia se daria através do restabelecimento da “ordem”.

A nova ordem econômica que se instaurou após o golpe, se dava através da “recessão calculada”, jargão utilizado na época, e que “foi a tônica da política econômica do período 1964-67, cujo resultado seria, de fato, o crescimento surpreendente das taxas de desempenho da economia brasileira a partir de 1968. Deu-se o chamado “milagre”, o qual nada mais significou senão a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolistas nacionais estrangeiras” (MENDONÇA&FONTES, 2006, p. 22). Que o Brasil cresceu é fato, mas foi em função da classe trabalhadora, que com a “fórmula mágica” do arrocho salarial, de um lado, e a super -exploração da força de trabalho dos operários de outro, foi a responsável pela transformação econômica, assim, foi a classe trabalhadora quem pagou um alto preço pelo “milagre econômico”. Sua situação “só não piorou ainda mais, porque o orçamento familiar recebeu o reforço do trabalho da mulher e dos filhos. Em cada família, como Fernando Henrique Cardoso salientou, mais pessoas passaram a trabalhar e, assim, ‘a renda familiar dos assalariados urbanos foi sustentada, *grosso modo*, apesar da tendência à queda dos salários individuais” (BANDEIRA, 1975, p. 21).

As pesquisas econômicas do período pós 64 até a década de 70 do século XX, mostram a mais cruel queda dos rendimentos da classe trabalhadora, e elas foram realizadas sempre com base nos dados dos operários fabris de São Paulo, estado mais desenvolvido industrialmente, ou seja, no restante do país, principalmente nos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, onde “*as condições de vida sempre foram piores e mais caras, pode-se imaginar o quanto a miséria do povo brasileiro se agravou, desde 1964*”. (BANDEIRA, 1975, p. 22). De acordo com os dados do DIEESE, constatamos que “(...) em 1972, cerca de 1/3 da população economicamente ativa, isto é, 9 034 991 de pessoas, ganhavam abaixo do mínimo indispensável à sua sobrevivência”. (BANDEIRA, 1975, p. 23.).

Por último, abordaremos duas questões que dão o tom do que foi a conjuntura de arrocho salarial e super exploração dos trabalhadores. A primeira diz respeito à mais-valia absoluta, ou seja, a maximização do lucro, principalmente das indústrias situadas

em São Paulo, através da intensificação da exploração da mão de obra. Os trabalhadores das indústrias mecânicas, metalúrgicas e de material elétrico do estado de São Paulo, se viram compelidos a realizar horas extras para compensar as perdas reais de seus salários:

“a imposição de horas extras, porém, chegou a tal ponto que começou a gerar protestos. Em outubro de 1973, operários da Volkswagen e da Mercedes-Benz, de São Bernardo do Campo (São Paulo), recusaram-se a trabalhar além das oito horas e só mudaram de atitude depois que conseguiram a antecipação do aumento salarial”... “Em dezembro de 1973, houve paralisações do trabalho na Indústria Aços Villares, de São Paulo. Houve também manifestações em outras empresas do setor metalúrgico, entre elas a Metal Leve e a Caterpillar.” (BANDEIRA, 1975, p. 24).

É nesse sentido que podemos apontar “como *“resistência”* da classe trabalhadora não apenas sua *“medição de forças”* política com o Estado autoritário, mas sim sua capacidade de recriar alternativas de sobrevivência numa conjuntura como a que se apresentava” (MENDONÇA&FONTES, 2006, p. 26).

Assim, o Brasil não era só o campeão do mundo de futebol (1970), era também campeão em ‘acidentes de trabalho’. Vale lembrar que “segurança do trabalho”, enquanto saber científico e especialidade da Engenharia e de cursos técnicos, é uma ciência recente, desconhecida naquela época. Além disso, o empresariado não estava nem um pouco preocupado com a preservação da mão de obra, pois havia um ‘exército industrial de reserva’, composto pelos que migravam do campo para os grandes centros urbanos industrializados, fugindo da miséria e em busca de trabalho melhor remunerado. E foi nessa conjuntura de miséria absoluta que o então presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici, em visita ao Nordeste, especificamente, ao Sertão nordestino, respondeu a um repórter, ao ser indagado se ele achava que o Brasil estava bem: “O Brasil vai bem, o povo é que vai mal”.

“A utopia da ‘reforma agrária’, os ‘boias frias’ e o ‘entreguismo’ no vasto território nacional”

De todas as ‘reformas’, a mais propalada era a ‘reforma agrária’, e naquele contexto histórico, havia ainda mais um fator favorável. Trata-se das ações do papa João XXIII, o reformador, que através de duas encíclicas a *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), renovava a postura da Igreja, ao defender o ecumenismo, ou seja, a participação da Igreja nos problemas sociais e/ou seculares, e reforçando a

necessária autonomia das instituições religiosas com relação aos poderes estabelecidos. Essas diretrizes terão uma influência enorme na política brasileira, ao ponto da Câmara fazer “uma panorâmica do Congresso dos Dez Anos da Juventude Universitária Católica (JUC), no Rio de Janeiro”, na qual estiveram presentes em torno de 500 estudantes. Esse encontro será de grande valia para a “articulação nacional da militância política da esquerda católica nos anos seguintes” (MORAES, 2011, p. 39). Sabemos que a Ação Popular (AP) surgiu a partir das ações da Juventude Universitária Católica, no ano de 1962 como já foi apontado acima.

O documento da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), no qual a reforma agrária era avaliada como prioritária, encontrou sérias resistências por parte dos tradicionalistas, e “a correlação de forças na hierarquia católica ainda favorecia as correntes moderadas e conservadoras, mais alinhadas às classes dominantes – vale dizer, com um olho no terço e outro no fantasma do comunismo”. ((MORAES, 2011, p. 41).O teor desse documento é importante para entendermos a formação da esquerda católica no Brasil, sendo a AP a mais importante, inclusive por sua atuação na luta política de resistência à ditadura:

“Exigem-se profundas reformas e sérias transformações, cuja concretização não pode mais ser adiada, sob pena de prepararmos para o Brasil dias calamitosos que talvez nos reservem a surpresa de subversões imprevisíveis dos valores democráticos e cristãos, que tão penosamente vimos construindo e preservando.” (*O Globo*, 1º de maio de 1963, in MORAES, 2011, p. 41)

Apesar dos dados alarmantes relativos à não distribuição de terra para os trabalhadores rurais, havendo a predominância absoluta do latifúndio demonstrada pelo Censo de 1960, que apontava para o dado de que quase 50% das propriedades rurais tinham 1000 hectares, acompanhados da situação de total penúria dos trabalhadores rurais, “os bispos da ala conservadora declararam guerra à reforma agrária – ou, pelo menos, ao projeto apresentado por Jango, que como já acentuado por vários autores, nada tinha de revolucionário, nem se constituía de medidas aterrorizantes para os proprietários rurais” (MORAES, 2011, p. 43).

O projeto de Jango, além de tratar das terras ao longo das ferrovias, rodovias, açudes públicos federais e outras terras de interesse da União, versava sobre ‘desapropriação’, e, nesse sentido, não concordamos com a avaliação de que nada tinha

de ‘revolucionário’ no projeto janguista. Ora, se o Censo de 1960 apontava que propriedades com mais de 1000 hectares representavam quase a metade de todas as terras, e se o projeto previa a ‘desapropriação’ das terras com mais de 500 hectares (mesmo ocorrendo o pagamento delas com títulos públicos, de valor reajustável), ainda assim, avaliamos que havia sim um aspecto radical que transformaria o cenário do campo

O tema das Ligas Camponesas, organizadas pelo então deputado federal Francisco Julião, aparece apenas em alguns livros didáticos, sendo que o nome de Francisco Julião aparece menos ainda¹¹. Contudo, os mesmos não retratam a atuação de Clodomir de Moraes e a criação das ‘guerrilhas’, espécie de braços armados, denominados de dispositivos que proporcionariam ‘núcleos de proteção’, levando as guerrilhas em vários pontos do país. Moraes foi o principal dirigente das ‘guerrilhas’ que surgiram quando ‘*o golpe militar se tornou iminente*’, e assim a direção das Ligas preocupou-se em formar uma defesa armada, para ‘oferecer aos camponeses núcleos de proteção contra o terror que inevitavelmente seria desatado por militares e latifundiários.’”¹². Havia toda uma estrutura organizacional na elaboração de sua coordenação, que contava com antigos militantes do PCB, que deixaram as fileiras do partido por não concordarem com a linha ‘reformista’.

Foram montados oito núcleos de guerrilha¹³ sendo que os três primeiros surgiram logo após a renúncia de Jânio Quadros. Esses dispositivos articulados antes do golpe militar, recebiam ajuda financeira de Cuba, do governo de Fidel Castro, mas, contava, também, com apoio de dentro do país:

¹¹ Consultamos inúmeros livros didáticos, e curiosamente os únicos que discorrem sobre as ligas camponesas e a atuação do Dep. Federal Francisco Julião, são livros do ensino fundamental (9º. Ano). São eles: “História – Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, SP, FTD, 2ª.ed., 2012; “Vontade de Saber História”, Marcos Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, SP, FTD, 2ª.ed., 2012. Em todos os outros livros didáticos, há apenas a menção às ligas camponesas, sem, no entanto, relacioná-las a Francisco Julião. Assim, apenas constam do corolário das reformas de base, no tocante à reforma agrária.

¹² Moraes, Clodomir Santos de, ‘Las ligas campesinas de Brasil’, Tegucigalpa, Proccara/Ina, s/d, p. 115, in Moraes, 2011, p. 88

¹³ Depoimento de Clodomir de Moraes, em 20 de dezembro de 1988, a Dênis de Moraes, in Moraes, 2011, p. 88. De acordo com o depoimento de Clodomir de Moraes, a escolha dos locais para a instalação dos dispositivos das ‘guerrilhas’, se deu “depois de uma longa análise geográfica, logística e sociológica”, baseada nos levantamentos aerofotogramétricos, realizados pela Cruzeiro do Sul, uma companhia de aviação famosa na época, que foram fornecidos por um sargento que era ligado às Ligas. É interessante notar a participação de militares de baixa patente nessa conjuntura revolucionária.

“O movimento guerrilheiro tinha muitos recursos de dentro do país. Havia gente interessada na luta armada, inclusive pessoas de posse que estavam empuetecidas com as tendências golpistas que se manifestavam desde a morte de Getúlio Vargas. Queriam dar uma resposta contra isso e jogavam dinheiro no nosso movimento. Conseguimos com a própria burguesia daqui os meios financeiros. Eram burgueses revoltados com a intervenção do imperialismo americano em nossa economia.” (MORAES, 2011, p. 89)

Um dos três núcleos (‘dispositivos’) de guerrilha que foram montados, era no estado do Rio de Janeiro, em Rio Preto, e com relação a ele, Moraes deu o seguinte depoimento:

“O dispositivo do Estado do Rio, por exemplo, era numa grande fazenda capitalista, com umas 30 casas; água potável, energia elétrica. Era de um proprietário que estava empuetecido com o Lacerda e os direitistas todos. O mesmo ocorria em outros estados.” (MORAES, 2011, p.90)

Na nossa avaliação a questão dos dispositivos de ‘guerrilhas’ no campo durante o governo Goulart, não só não consta nos livros didáticos, ao menos nos que consultamos ao longo de nossa prática de ensino, como também caracterizam essa conjuntura única, ímpar de nossa história, quando uma parcela da ‘burguesia nacional’, e até dos grandes proprietários rurais, apoiavam as lutas pelas melhorias no campo, ainda que tivessem seus interesses particulares e/ou escusos. Por outro lado, apesar de todo esse cenário, os setores aliados aos interesses do capital internacional, das transnacionais, como eram chamadas, então, as multinacionais, não só saíram vitoriosos nesse embate, como aprofundariam as condições desiguais do meio rural brasileiro. O homem do campo, o lavrador, passará a ter uma situação deplorável em função do ‘entreguismo’, que os governos militares levarão adiante durante a ditadura militar. Vamos registrar aqui a atuação no campo de dois militantes trotskistas, do POR, que aponta para um problema crônico da zona rural brasileira, o da violência:

“(…) Paulo Roberto Pinto (nome de guerra Jeremias) e o uruguaio Pedro Makovsky foram os fundadores do trotskismo em Pernambuco. Operário gráfico paulista e membro da direção nacional, o jovem Jeremias atuou entre os assalariados da zona canavieira e organizou sindicatos rurais. A 8 de agosto de 1963, tombou assassinado numa emboscada em També” (GORENDER, 1987,p.35).

A violência no campo por parte dos ‘coronéis’ e seus jagunços, dos ‘grileiros’, bem como do grande capital é uma tônica que está presente na memória social, até

mesmo em função da divulgação nas mídias de mortes como a da irmã Dorothy, de Chico Mendes, além do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, resultantes da luta social desigual, que o ‘campo brasileiro’ vivencia desde os primórdios coloniais. Esse ensaio, publicado recentemente, nos ajuda a compreender o que foi, e continua sendo, a violência no campo ou na zona rural brasileira:

“No campo, os grandes proprietários, por intermédio de suas milícias privadas, uniram esforços com as forças policiais e militares do Estado para perseguir, prender, torturar e, em alguns casos, assassinar camponeses que procuravam organizar-se para melhorar suas condições de trabalho. As vítimas da luta pela terra, em geral mortas por jagunços, foram num crescendo que se prolongou para além da ditadura, até 1987. No que tange à repressão propriamente política, ela foi em particular intensa contra os camponeses do sul do Pará e da região do Bico do Papagaio, acompanhando o combate à guerrilha do Araguaia (1972-1975).” (Joffily, Mariana – ‘O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento’, in REIS, RIDENTI, MOTTA, 2014, p. 168).

Ainda com relação à questão da violência no campo brasileiro, não concordamos com a autora acima, no tocante à data de 1987 como marco para o fim das represálias e mortes na luta pela terra: o massacre de Eldorado dos Carajás (Pará) se deu em 1996, e embora a grande mídia não noticie, as mortes no campo ainda seguem ocorrendo como, por exemplo, na construção da hidrelétrica de Belo Monte que tem levado não só índios como também camponeses estabelecidos na região a perderem suas terras, e isto não se dá sem conflitos e mortes. Além disso, a guerrilha do Araguaia terminou em 1974 e não 1975 como infere a autora.

O campesinato, o trabalhador rural, também vai participar do processo de acumulação capitalista, que passa a ter uma escalada desenfreada com as novas políticas econômicas implantadas pelos militares no pós-64. Afinal, o processo de acumulação capitalista se baseia na expropriação, e sem expropriação não há acumulação; só que aqui também ela se dá de forma ‘selvagem’. Temos, por exemplo, o caso de três homens que conseguiram fugir, em julho de 1972, de uma fazenda em Conceição do Araguaia, “*onde trabalharam seis meses sem pagamento, sob a vigilância de pistoleiros armados, que impediam as saídas*” (Opinião, 19.3.1973, in BANDEIRA, 1975, p. 46).

Outro fator de pauperização da população rural surgiu com a mecanização do campo. Trabalhadores que moravam em suas casas, os colonos, foram afastados dos serviços porque os fazendeiros não queriam cumprir com as obrigações legais. Dessa

forma, esses trabalhadores ou saíram de suas casas indo para as cidades, ou “(...) começaram a formar núcleos de população marginal em torno das zonas agrícolas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, onde os capatazes os recrutavam como volantes, denominados de boias frias, para a realização, a preço vil e sem qualquer vínculo empregatício, de tarefas específicas, como colheita de algodão, corte de cana-de-açúcar etc.” (BANDEIRA, 1975, p. 46):

“Só no Paraná havia (início de 1974) cerca de 100 000 boias frias, assim apelidados porque preparavam sua marmita na véspera. Eles tinham que estar num determinado ponto às 6 horas da manhã, a fim de que o **gato**, geralmente um proprietário de caminhão que funcionava como preposto, os apanhassem para conduzi-los ao local de trabalho, muitas vezes distante 100 km. Os policiais nunca interceptavam esses caminhões nem o Ministério do Trabalho jamais tomou qualquer medida para coibir a utilização dessa mão-de-obra avulsa, clandestina”(BANDEIRA, 1975,p. 46)

Assim, o capitalismo avançou pelos campos brasileiros apoiando-se não só em formas não capitalistas, como deixando “praticamente intacto o monopólio da terra”. De acordo com o Censo de 1970, “havia 1391 estabelecimentos rurais (11,75% do total das propriedades cadastradas), estendendo-se sobre áreas superiores a 10.000 ha, contra 1273 (16,95%), em 1940. A mudança consistiu na substituição das antigas fazendas de propriedade individual dos chamados coronéis pelas empresas agrícolas pertencentes a grupos estrangeiros ou a capitalistas de São Paulo” (BANDEIRA, 1975, p. 50). Vejamos como se dava a grande concentração e exploração de nossos recursos naturais, não só agrícolas como também minerais. Os dados são tão impressionantes que vamos arrolá-los aqui para termos a real dimensão de como o Brasil passou a ser o ‘paraíso do capital financeiro internacional’; o que antes se quis evitar, depois do golpe de 64, com os militares, se institucionalizou tornando-se uma política econômica que oferecia de tal forma regalias e privilégios ao capital internacional, que se transformou numa política ‘entreguista’ de fato:

“(...) O Grupo Rockefeller comprou 531.000 ha. em Mato Grosso, e o norte-americano Henry Fuller adquiriu 161.902 ha., em Goiás. A Liquigás do Brasil S.A. (capital italiano) incorporou um empreendimento agropecuário (Suiá-Missu), do qual o Vaticano a princípio participou, dominando 577.000 ha., na região do Araguaia (município de Barra do Garças), onde várias outras companhias também instalaram fazendas com mais de 400.000 ha. (...) Conforme a Comissão Parlamentar de Inquérito apurou, os estrangeiros possuíam

um total de pelo menos 20.234.000 ha., somente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas e Território do Amapá, obtidos por meio de compra a antigos proprietários, requisição de terras devolutas aos governos estaduais e falsificação de documentos, sempre com o respaldo da violência, que compreendia intimidação, destruição das colheitas, incêndio de casas, matança de gado, com o objetivo de expulsar os seus ocupantes, índios ou lavradores. Em Minas Gerais, duas companhias norte-americanas – Brazilian Land Cattle Packing e Brazilian Meat Co. – controlavam enorme área. Só a Brazilian Land Cattle Packing detinha aproximadamente 2.913.696 ha., extensão quase igual a da Bélgica. Em Goiás, a Universal Overseas Holding, a World Land Co., Stanley Amos Sellig¹⁴, Henry Fuller¹⁵ e outros estrangeiros, dos quais os norte-americanos compunham a maioria, ocupavam, 3,5% do seu território.” (BANDEIRA, 1975, pp. 50-51).

Um estudioso do assunto comentou: “Nessas imensas áreas, verdadeiros países, há possibilidade de construir campos de pouso, fazer aterrissar e decolar aviões, sem que o vizinho mais próximo sequer escute o ruído dos motores ou veja os aparelhos”, e ele ainda observou que:

Entretanto, o mais impressionante não é o tamanho das propriedades, é saber-se que dos 2,8 bilhões de toneladas de ferro em jazidas, cerca de 2,3 bilhões já se encontram em poder de empresas estrangeiras (...). Todas as jazidas de manganês encontram-se exploradas e sob o controle de empresas norte-americanas. O nióbio, pela Wa Shang. O alumínio, pela Anaconda. O chumbo, pela Prest O’Lite, na Bahia, e assim por diante. (BANDEIRA, 1975, p. 52)

Por último, sabemos que desde a década de 1950 já havia o interesse do capital estrangeiro em comprar imensas áreas brasileiras, mas, “(...) só a partir de 1966, depois que a Força Aérea dos Estados Unidos realizou o levantamento aerofotogramétrico do País (sic.), foi que esse problema avultou. As cópias¹⁶ revelando a localização de jazidas, chegam ao conhecimento de muitas companhias internacionais”. (BANDEIRA, 1975, p. 53). Assim, da utópica ‘reforma agrária’ do governo nacional-reformista de Goulart, chegamos ao ‘entreguismo’ total de nosso território nacional. Assim, restringir

¹⁴ “Sellig foi assassinado em Indianópolis (EUA), no começo de 1970, por um comprador de terras que ele burlara.”, in Moniz Bandeira, 1975, p. 51.

¹⁵ “Fuller celebrou-se em Goiás pelos métodos de violência que empregava para expulsar posseiros. Foi preso, condenado e posteriormente absolvido por pressão da diplomacia norte-americana.”, in Moniz Bandeira, 1975, p. 51.

¹⁶ “Discurso do Dep. Bernardo Cabral, líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 12.2.1968, IN, Revista Brasileira de Política Internacional, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março-junho de 1968, ano XI, no. 41-42, pp.148 a 165”, in Moniz Bandeira, 1975, p. 53.

as propriedades rurais a 500 hectares teria sido uma mudança radical, caso a reforma agrária projetada por Jango tivesse saído do papel. O mesmo não aconteceu também porque o projeto foi brecado pela direita constitucional e sua nova correlação de forças com as eleições estaduais. “(...) A tradução política das eleições, no que dizia respeito às reformas, poderia ser assim resumida: elas não seriam aprovadas legalmente pelas instituições representativas nem apoiadas pelos governadores dos mais importantes estados” (REIS, 2014, p.34).

“Quem samba fica quem não samba vai embora’: os ‘anos de chumbo’ e a opção pela luta armada”

Na ‘Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, em dezembro de 1968’, Marighella, dirigente da ALN, afirma: “O fundamental na organização são os grupos e a atuação de baixo para cima. Uma coordenação ativa e revolucionária leva a ação para adiante. Os grupos devem unir-se de baixo para cima, a partir da ação. Podem ser feitas ações em conjunto. Todos os grupos nossos ou não nossos devem ser chamados para a ação conjunta, para ICR, seja para o que for contanto que acabe a ditadura e o imperialismo. De todo modo, o problema é quem samba fica quem não samba vai embora.”¹⁷ Ele pede aos grupos que ajam, que façam ações armadas, como as ICR – ações para captura de armas e munições – , numa clara demonstração de que o fundamento era sair do ‘imobilismo’, característica há muito identificada no PCB, assim como o ‘reformismo’. Nesse sentido, Marighella infere que “(...) A ditadura tem medo e nós não vamos parar nem sair do ritmo porque os fascistas deram um golpe dentro do golpe.”¹⁸.

Assim, a expressão “um golpe dentro do golpe”, recorrentemente utilizada nos estudos sobre a ditadura militar, foi cunhada por Marighella, militante político que lutou a sua vida toda por um Brasil mais justo e igualitário, por uma sociedade com uma justa distribuição de rendas, pelo socialismo. Outra expressão que se cristalizou na historiografia sobre a ditadura militar é “anos de chumbo” – relativa ao recrudescimento da ditadura militar, acompanhado da estratégia da luta armada pelas organizações e/ou partidos de esquerda, não só nos centros urbanos como no campo; ela tem uma historicidade:

¹⁷ “Carlos Marighella – o homem por trás do mito”, op. cit. p. 549.

¹⁸ Idem, p. 549.

“Esteve em cartaz em São Paulo, em 1983, o filme de Margarethe Von Trotta “**Anos de chumbo**”, baseado na vida de uma conhecida terrorista de esquerda da Alemanha Ocidental, na década de 1970, que apareceu morta numa prisão de alta segurança; quase certo assassinada pela polícia como represália a uma série de atentados.” (RIDENTI, 2010, p. 21)

Como vimos a ALN preconizava a ‘autonomia tática’. Temos o relato de Aton Fon Filho, que infere: “(...) cada grupo tinha liberdade de fazer a ação armada que bem entendesse, desde que estivesse dentro do planejamento estratégico da organização”. (RIDENTI, 2010, p.41). Avaliamos que essa estratégia tem semelhanças com aquela utilizada nos “Grupos dos Onze”, que dava autonomia, como num time de futebol, aos seus membros na execução das táticas deliberadas no plano das ações elaboradas por Leonel Brizola. Uma questão importante relativa à atuação da ALN na luta armada, na guerrilha urbana, diz respeito ao auxílio e/ou orientação que Cuba prestava, também a outros grupos armados como a VPR, a POLOP: “(...) treinamento militar e solidariedade, mas quase nada em termos de recursos financeiros. Carecem de fundamento as ideias de que a esquerda armada brasileira nos anos 1960 fosse teleguiada pelos cubanos.” (RIDENTI, 2010, p. 41).

Vimos, anteriormente, um dos organizadores da ‘guerrilha’ das Ligas Camponesas informar que recebiam algum recurso financeiro de Cuba, no entanto, entendemos a necessidade de não se generalizar essa contribuição, pois como será analisado no segundo capítulo, referente às ‘disputas de memória’, esse tipo de pensamento parte da ‘direita’, dos ‘conservadores’, dos ‘militares’. Veremos que nos depoimentos dos militares e agentes das forças repressivas, a tônica é a de que os grupos armados da esquerda faziam treinamento e recebiam dinheiro de Cuba, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da China e da Coreia do Norte. Cabe ressaltar que Marighella aderiu ao Projeto revolucionário continental da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), estando presente em Havana, na conferência, em meados de 1967. (RIDENTI, 2010, p. 41).

Em recente livro publicado sob o título “Marighella – o guerrilheiro que incendiou o mundo”, do jornalista Mário Magalhães, ao discorrer sobre Jacques Breyton, empresário francês, que em São Paulo ensinou Marighella a fazer bombas, informa que ele acabou sendo preso e torturado pelo Departamento Especial de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Breyton havia lutado na Resistência francesa

contra a ocupação nazista, tendo sido preso por Klaus Barbie, o “carneiro de Lyon”. Contudo, ele afirma que sofreu mais nas mãos do delegado Sérgio Paranhos Fleury, no DOPS/SP. Fleury era de uma crueldade sinistra, tendo impedido, por exemplo, Eduardo Leite (o Bacuri), de tocar a barriga de sua companheira para sentir a sua filha, o que teria sido o seu único ‘contato’ com ela. Esse episódio é relatado no documentário “Repare Bem”, objeto de nossa pesquisa inicial. Na tortura de Frei Tito de Alencar, esse delegado – ao menos assim foi representado no filme “Batismo de Sangue”, de Helvécio Ratton, 2007 – estendia a sua mão em direção ao frei e dizia em tom de escárnio: “beija a mão do papa”! Um ponto interessante da pesquisa de Magalhães é a revelação de imagens do cadáver do operário Virgílio Gomes da Silva (o Jonas), em 1969, considerado o primeiro desaparecido político da ditadura militar brasileira.

Outra ‘representação cristalizada’ na ‘memória oficial’ e /ou na ‘memória social’, é a que situa a tortura como resposta às ações armadas e/ou guerrilhas urbana e rural após o AI-5, em dezembro de 1968. Devemos prestar atenção ao que representa e de que forma atende aos interesses dos vencedores. Isto é, a uma ‘memória oficial’ que advoga a tese da ‘guerra suja’, da ‘teoria dos dois demônios’, ou seja, a ideia de que a tortura se tornou uma política de Estado como resposta às ações das esquerdas organizadas e militaristas. Nesse sentido, os militares que deram o golpe “(...) Consideravam válido o recurso aos maus-tratos e à tortura e já começaram a praticá-los no próprio episódio do golpe e nas semanas subsequentes. De contornos indefinidos e com distintas orientações, os integrantes dessa nebulosa, pela truculência de seus procedimentos, passariam a ser conhecidos pela mídia liberal e conservadora como **linha dura**” (REIS, 2014, p. 50) . Esse argumento também não se sustenta, pois já no dia seguinte ao golpe, os militares agem com truculência:

“A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade. Os vencedores não perderam tempo no desmantelamento da rede de organizações em que se apoiava a Frente de Mobilização Popular (FMP). Centenas de sindicatos caíram sob a intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. **Torturas e assassinatos deram**

início ao terrorismo de Estado.” (Grifo nosso) (GORENDER, 1987, p.70)

Ressaltamos que não é nosso objetivo analisar detalhadamente as organizações de esquerda que se formaram, antes ou após o golpe militar, bem como suas estratégias e linhas de ação, ou ainda suas tendências e/ou linhas teóricas, que pautavam suas estratégias na luta contra o capitalismo, o imperialismo e, posteriormente, contra a ditadura militar. O que é importante apontar é que antes do golpe mesmo, algumas organizações como o PC do B, a POLOP e o POR já preconizavam como tática a luta armada. Sabemos que se antes do golpe a esquerda já havia entrado num processo de pulverização, com o golpe e a instauração da ditadura militar, ocorre uma segmentação maior ainda, o que sem dúvida alguma facilitava, ainda mais, a sua destruição. Contudo, ‘unidade’ já não era mais uma palavra de ordem cara às esquerdas, muito pelo contrário, a ‘unidade’ a qualquer preço, aquela que relevava aspectos importantes para a militância revolucionária, não mais era possível. Os tempos eram outros e o fundamental era a ação, a transformação revolucionária que só viria com a radicalização através das armas, da força. Nesse sentido, a ‘unidade’ só se apresentava com relação aos objetivos da luta revolucionária. Assim, Marighella inferia em setembro de 1969, em “As perspectivas da revolução brasileira”:

“(…) a situação política no Brasil transformou-se numa situação militar... Os problemas de estrutura agravaram-se. O país está mergulhado numa crise crônica e a crise política é permanente. O regime da ditadura militar nem ao menos procura encobrir-se com qualquer máscara... a inspiração dos grupos revolucionários é anticapitalista e anti-imperialista... A unidade já existe em torno de duas questões. A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança do regime. Todos querem que a atual estrutura de classes da sociedade brasileira seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do Estado seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do país os norte-americanos.”(RIDENTI, 2010, p. 56-7)

A guerrilha teve início logo após o golpe, destacando-se aí alguns “(…) grupos nacionalistas radicais, vinculados, direta ou indiretamente, à liderança de Leonel Brizola (...). Em 1965, um pequeno contingente de guerrilheiros, liderado pelo tenente-coronel Jefferson Cardim, invadiu o país pelo Sul, sendo rapidamente controlado e derrotado.

No ano seguinte, teria início instalação de um foco guerrilheiro brizolista na região da serra do Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Foi abortado pela polícia antes de entrar em ação. (REIS FILHO, 2014, p. 71-2). Ainda em 1967, antes mesmo do AI-5, iniciam-se as atividades da ALN, através de algumas expropriações de armas e de dinheiro. A ALN, inicialmente, foi formada por antigos militantes do PCB, inclusive Carlos Marighella, que era o seu principal dirigente até o seu brutal assassinato (REIS FILHO, 2014, p. 72).

Em 1970, no vale do Ribeira (SP), um grupo de guerrilheiros da VPR, sob o comando do Capitão Lamarca, foi surpreendido por tropas do Exército, enquanto fazia treinamento; conseguiram furar o cerco armado de milhares de soldados, voltando para São Paulo¹⁹. Cabe ressaltar a participação de oficiais do Exército brasileiro na luta por uma sociedade mais justa e contra a ditadura militar. Carlos Lamarca foi um Capitão do Exército que desertou levando um arsenal de armas para a luta revolucionária, declarando posteriormente: “Eu vim servir ao Exército pensando que o Exército estava servindo ao povo, mas quando o povo grita por seus direitos é reprimido”. Sua trajetória revolucionária é representada no filme “Lamarca”, de Sérgio Rezende, de 1994.

A Guerrilha do Araguaia (1967-1974), empreendida pelo PCdoB, teve início no final dos anos 60, isto é, nesse período já havia militantes atuando na região, contudo, ela se dá efetivamente a partir de 1972. O PCdoB rejeitava a teoria foquista empreendida em Cuba, aproximando-se da linha chinesa e albanesa. “Enquanto o foquismo se caracteriza pela vanguarda militar, em que uma pequena coluna de guerrilheiros conquista o poder por meio de ações armadas, a via chinesa pressupõe um amplo processo de mobilização popular, no qual a guerrilha cumpre apenas uma etapa, certamente, menos importante do que o chamado ‘trabalho de massas’” (Relatório Final da CNV, Volume I, p. 682). Para o PCdoB, de linha maoísta, a revolução teria início no campo, e depois haveria a adesão do proletariado urbano. A repressão foi tão brutal que além de liquidar com os 69 guerrilheiros que aí estavam, só foram localizados os restos mortais de dois combatentes. Um dos representantes das Forças Armadas, o general Álvaro de Sousa Pinheiro, em depoimento à CNV, no Arquivo Nacional/RJ, reconheceu

¹⁹ O grupo de guerrilheiros teve a ajuda de ‘mateiros’ da região para furar o cerco de milhares de soldados. Em meados dos anos 80, uma expedição científica de arqueólogos da Universidade de São Paulo (USP), foi auxiliada por um ‘mateiro’ para adentrar a mata em busca de prováveis ‘sítios arqueológicos’, de ‘sambaquis’. Esse guia foi um dos ‘mateiros’ que ajudou o grupo a furar o cerco, segundo testemunho do arqueólogo Norberto Luiz Guarinello (USP).

a atuação do Exército, sobretudo através dos destacamentos das forças paraquedistas. No entanto, afirma em diversos momentos que não irá dar detalhes, falar de datas, lugares e pessoas; analisaremos alguns depoimentos no segundo capítulo de nossa dissertação.

“A roda da história anda para frente e esmagará o imperialismo norte-americano”

Luiz Carlos Prestes (PCB), assim se pronunciou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em abril de 1963, no Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Nesse último tópico, vamos analisar como e porque a roda da história atropelou os anseios das forças sociais e populares, bem como das forças progressistas, que queriam esmagar o imperialismo, além de ‘reformular’ a sociedade através de mudanças significativas para a massa de trabalhadores urbanos e rurais. Já vimos que o avanço das reivindicações nacionalistas, reformistas, que buscavam contemplar a grande maioria da população, causava preocupação. Assim, o resultado foi que a roda da História atropelou a luta contra o imperialismo e com o golpe militar de 1964, foi implantado no Brasil um novo modelo econômico totalmente voltado para o capitalismo financeiro internacional (imperialismo). E o que é pior, a deposição de Jango, através do golpe de Estado de 1964, significou o abortamento do movimento de massas, da luta de classes que se delineava claramente na sociedade brasileira.

A economia brasileira naquele momento não alcançou a estabilização, e as mobilizações populares – grandes greves, comícios e debates nacionais, assustavam as elites econômicas. Assim, quando os oficiais de baixa patente passaram à ofensiva, realizando a propalada assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos, os militares viram um grande motivo para dar o golpe, afinal, a ‘indisciplina’ não podia ser tolerada sob nenhum pretexto. Como pretexto esse foi um bom pretexto. Cabe lembrar, que hoje sabemos da presença de muitos elementos infiltrados nos movimentos, inclusive, o famoso cabo Anselmo. Uma observação importante sobre este evento foi a presença, nunca apontada e ressaltada (ao menos nos livros didáticos que já consultamos ao longo dos 24 anos de nossa docência no ensino fundamental e médio), do marinheiro João Cândido, o ‘Almirante Negro’ da Revolta da Chibata, “convidado de honra no ato que

se realizava no Sindicato dos Metalúrgicos”, o qual observou que “lugar de marinheiro revoltado era nos navios de guerra e não nos sindicatos...” (REIS FILHO, 2014, p. 43). Não devia ser mesmo, pois quando o golpe militar foi executado não encontrou resistência alguma. Fato esse que analisaremos ao tratarmos das ‘disputas de memória’, já que é motivo de ‘escárnio’ por parte dos militares, que se vangloriam por não haverem encontrado nenhuma resistência.

“A mídia e seu papel de ‘duplicação da história’ gerando ‘efeitos de poder’”

Finalizaremos o capítulo considerando as consequências dos ‘efeitos de poder’ gerados pelas mídias, nos meses anteriores ao golpe militar, o que acarretou um processo de ‘duplicação da história’. A “Rede da Democracia” em apenas cinco meses (de outubro de 1963 até o dia 1º. de abril de 1964, quando ela saiu do ar), realizou um verdadeiro “**bombardeio ideológico**”, anticomunista, antijanguista, bem no feitiço da ‘Guerra Fria’ e que, certamente, causou um verdadeiro *frisson* nas classes médias, bem como nos segmentos empresariais e militares, conservadores e reacionários, nem um pouco simpatizantes do reformismo popular e nacionalista. Aliás, o tom desses propagandistas, das alocações (termo da época) era sempre no sentido de condenar o não avanço do capital estrangeiro no nosso país. Também era dito que o governo Goulart tinha o papel de “afugentar os próprios capitais nacionais que estão procurando outros sítios mais seguros, onde não serão perseguidos como estão sendo no Brasil”, nas palavras de Roberto Marinho, em *O Globo*, de 30 de outubro de 1963 (MORAES, 2011, p. 156). E assim, “(...) a virulência da propaganda anticomunista e da campanha difamatória contra a pessoa de Jango, ‘foi decisiva para convencer as classes médias a saírem às ruas e exigirem a queda do governo’, nas palavras de Maria Victória Benevides”.²⁰

Como já dissemos, a “Rede da Democracia” veio como resposta à atuação dos “Grupos dos Onze”. Eram três rádios – Tupi, Globo e Jornal do Brasil, em cadeia, que transmitiam diariamente, às 22:30, “a verdade sobre as manobras que os inimigos da democracia, de peito aberto ou encapuzados, intentam golpear os princípios

²⁰ Maria Victória Benevides, “A retórica do medo – uma análise do papel decisivo da propaganda conservadora na preparação do golpe de 64”, Folha de São Paulo, S.P., 1º. de abril de 1984, in Moraes, op. cit, p. 157.

constitucionais, as liberdades humanas e os ditames cristãos da formação histórica do Brasil”. Nesse sentido, a cadeia radiofônica levava “(...) a voz de líderes autênticos divulgará mensagens de fé na grandeza da pátria e na pujança do regime democrático”. (*O Globo*, 26 de outubro de 1963, in MORAES, 2011, p. 155). Estavam decididos a combater os inimigos da democracia, da nação, isto é, o comunismo, o populismo janguista, o nacionalismo, o poder de mobilização dos trabalhadores. Diante da guerra ideológica propagada pela imprensa escrita e pelas rádios em cadeia, as classes médias se mobilizaram e foram para as ruas, combater “(...) O inimigo, afinal, era um ‘monstro’ de vários tentáculos: ateu, corrupto, insidioso, bolchevista, cubano, imbuído da firme determinação de solapar as liberdades, destruir a família e expropriar as propriedades de todos” (MORAES, 2011, p. 158).

Um fato que traduz bem a correlação de forças em jogo nos meses anteriores ao golpe, bem como a animosidade naquele momento, é o episódio em que uns dois mil estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, impediram o então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, de entrar na faculdade.. Ele seria o paraninfo de uma turma de formandos de Jornalismo: usou de sua autoridade, chamou a Polícia Militar, contudo, o Exército foi acionado e cercou o prédio (patrimônio do Governo Federal). Lacerda não só não discursou como sequer entrou no prédio. Como resultado dessa ação, “no dia 1º de janeiro de 1964, *O Estado de São Paulo* publicava carta indignada de Sobral Pinto ao general Moraes Âncora, comandante do I Exército, em que o advogado afirmava a respeito dos acontecimentos da Faculdade Nacional de Filosofia”:

“Começou ontem, sob a proteção abusiva e violenta de tropas do Exército, sujeitas ao seu comando, a revolução bolchevique brasileira. (...) Não existe mais nesta hora no País nem lei, nem autoridade pública, nem classes armadas, no sentido em que as define a Constituição.” (GORENDER, 1987, p. 61).

Um filme recente sobre a trajetória de Sobral Pinto (“Sobral – o homem que não tinha preço”, direção de Paula Fiúza, 2013), exhibe sua coragem ao defender os ‘direitos humanos’ e ao ser preso na ditadura militar, ‘peitando’ os desmandos autoritários que levaram à decretação de sua prisão. Temos, assim, mais uma ‘representação cristalizada’, que busca o apagamento, a sublimação na ‘memória social’, das ações de reação ao desenvolvimento da luta de classes, da ampliação dos direitos e reivindicações das forças populares. Afinal, os vencidos não devem ter direito às

representações que legitimem as suas utopias e lutas por uma sociedade mais igualitária, cabendo-lhes, apenas, a responsabilização pelo caos da ‘ordem social’, pelas mazelas de um governo reformista e popular, ‘comunista’ e a favor da ‘baderna’.

Os dias estavam contados, o golpe veio e não houve resistência. Fato esse que levou os militares a se sentirem não só vitoriosos, como também a desdenharem das forças e das organizações populares, que avançavam num processo que poderia, sim, desencadear uma revolução nacional democrática, popular, e por que não socialista. Esse era o ‘perigo’ que urgia ser liquidado, e, efetivamente:

“O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores. Significou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento a todas as formas de organização popular. Iniciaram-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões dos líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão. Era o desmantelamento, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial.”
(FONTES&MENDONÇA, 2006, pp.19-20)

Cap. II – Memória, disputas de memória, direitos humanos e direito à verdade.

As exigências de verdade, justiça e memória estão hoje instaladas como demandas centrais de vastos setores sociais. Como afirmavam as Mães da Plaza de Mayo, ainda sob a ditadura militar, quando estavam em pauta os dilemas da verdadeira reconciliação nacional, “o silêncio não será uma resposta nem o tempo fechará as feridas.” [Livre tradução] (*Nunca Más*, CONADEP, edição do 30º. Aniversário do Golpe de Estado, p. 7)

“Alguns ‘nós’ na historiografia da ditadura militar e os ‘trabalhos de memória’”

Ricoeur em “A memória, a história, o esquecimento”, obra publicada em 2000, na França, inicia seu livro com uma ‘advertência’. Assim, ele ressalva que sua pesquisa advém de várias preocupações, tais como, de ordem pessoal (o autor estava com 87 anos no ano da publicação), profissional (em função dos muitos Seminários e Colóquios sobre o tema), e, por último, uma preocupação de ordem pública, afirmando “(...) perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos” (RICOEUR, 2012, p. 17).

Nossa preocupação também é essa, e o que nos guia no tratamento do nosso tema sobre a memória (e o esquecimento) da resistência à ditadura militar. Na historiografia sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985), identificamos diversas questões, que constituem alguns ‘nós’ na interpretação não só da conjuntura política, como também da resistência (ou da não resistência) ao golpe e/ou ao longo período ditatorial, passando pelo processo que levou à anistia. Essas questões estão estreitamente ligadas ao ‘uso’ que se faz da história visando uma determinada leitura e/ou tese. Um desses pontos, por exemplo, é a ideia de que não podemos falar em

contrarrevolução, não só porque esse foi o argumento dos militares para darem o Golpe, como também porque não havia luta armada antes do Golpe de 64 (SAFATLE, Vladimir in O que resta da ditadura). Avaliamos que pensar dessa forma é simplesmente ignorar as forças sociais e populares que se apresentavam antes do golpe de 64, que como procuramos demonstrar no capítulo um, constituiu um momento único na história do Brasil, em função da intensa participação dos mais diversos segmentos sociais, que arregimentava forças revolucionárias sob o mote das ‘reformas de base’. Por outro lado, afirmar que “vários dos grupos formados” preconizavam a implantação de uma “etapa democrática” no processo revolucionário em direção ao socialismo (Teles, Janaína, in Desarquivando a Ditadura, 2009, p. 152), é não só uma visão ‘romântica’ dos atores sociais – os militantes políticos –, como também escamoteia a ação desses grupos. Assim, eles estariam ‘perdoados’ enquanto vítimas, cristalizando-se como heróis na memória social. Já vimos que as ações da esquerda tinham como objetivo a instauração do socialismo, de uma ditadura do proletariado nos moldes soviético, ou chinês, ou ainda na linha albanesa etc. Sendo ou não através de etapas, como preconizavam o PCB e o PCdoB, isso não justifica uma leitura anacrônica do passado²¹.

Nesse embate historiográfico, que envolve disputas de memória – apontadas também nos depoimentos (ANEXOS) de alguns militantes, bem como dos poucos agentes da repressão (civis ou militares), que se dispuseram a depor na CNV –, constatamos muitas ‘falas’ que apontam para o binômio revolução/contrarrevolução, fruto daquela conjuntura ímpar que precisava ser aniquilada. Analisar esse rico momento histórico, reduzindo-o a um reformismo populista, como já foi dito, é incorrer numa percepção demasiadamente simplista, e que deve ter suas razões políticas. Como avalia Paulo Eduardo Arantes, “(...) Só recentemente esse mito começou a ser desmontado, e redescoberto um passado de grande mobilização social das “pessoas

²¹ “Durante a campanha pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita ocorreram, segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, reconstruções históricas e uma série de deslocamentos de sentido ficou na memória nacional como fato irrefutável. Os partidários da anistia apresentaram as esquerdas revolucionárias como parte da resistência democrática, apagando o caráter ofensivo de seu projeto. Sabe-se que os projetos de luta armada, cujo objetivo principal era derrubar a ordem capitalista e construir uma sociedade socialista, são anteriores a 1964. Quando o golpe civil-militar ocorreu sem resistências, as esquerdas enfrentaram profunda crise de identidade. A interpretação de Reis Filho, porém, relega a um segundo plano o fato de que vários dos grupos formados durante essa crise continuaram a defender a realização da revolução em duas etapas, na qual a primeira seria a “etapa democrática” (Ridenti, 1993, pp. 30-2, 45, 61-4). Primeiramente, sabemos que a revolução preconizada por etapas era defendida apenas pelo PCB e pelo PCdoB, e por outro lado, esse argumento ‘reforça’ a ‘representação cristalizada’ do militante enquanto vítima inocente, que é justamente o argumento de Reis Filho.

comuns”, trabalhadores surpreendentemente sem cabresto à frente²². É bom insistir: foi justamente a capacidade política de organização daquelas “pessoas comuns” o alvo primordial do arrastão aterrorizante, que recobriu o país a partir de 1964. E o continente”.(ARANTES, P.E., in O que resta da ditadura, 2010, p. 217). Assim, não só no Brasil como em vários países da América Latina, deu-se um processo de contrarrevolução, iniciado em 1954 com o golpe de Jacobo Arbenz na Guatemala, e nesse sentido, “ao longo de mais de três décadas de contrarrevolução – é este o nome – no continente, perseguiu-se de fato um só objetivo: extinguir **‘o poder formativo da política enquanto dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas’**. A Guerra Fria latino-americana (se fizermos questão de manter a nomenclatura consagrada) girou basicamente em torno desse eixo emancipador”.²³

Acreditamos que sem essa perspectiva, a de que os atores sociais buscavam transformações radicais, agindo, então, das mais diversas formas, prosseguiremos na busca de motivos e maneiras que justifiquem ou condenem a “teoria dos dois demônios”, ou a tão propalada “guerra suja”. O discurso instituído pelos militares latino americanos para justificar suas ações, que conformaram um verdadeiro ‘terrorismo de Estado’, não pode nos levar a avaliações equívocas sobre o papel daqueles que militaram contra a ausência de um Estado de Direito. Essa questão é de grande importância para a nossa pesquisa, sendo um debate que perpassa toda a historiografia pertinente aos estudos das ditaduras latino-americanas. A violência do Estado não se justifica ou se legitima enquanto resposta às ações dos militantes, armadas ou não, ou ainda das ‘pessoas comuns’ que se moviam pelos mais diferentes motivos em busca de uma sociedade mais justa. O Estado não pode alegar que diante do “caos social” a única resposta cabível era a execução do terror através de uma ‘guerra’. Vejamos o argumento de um historiador espanhol sobre o termo “guerra suja”: “(...) Consideramos que tal expressão deve ser totalmente rejeitada, pois não se trata propriamente de conflitos entre diversos grupos homólogos dentro da nação, e sim de casos nos quais o Estado, ele próprio, assume os métodos do terror, com a vantagem de atribuir-se o poder e a legitimidade da qual unicamente ele dispõe, para lutar contra um “inimigo” ao qual apresenta como pouco visível e cuja captura requer a suspensão dos direitos dos

²² “cf. Jorge Ferreira (org), O populismo e sua história (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001), em particular, Daniel Aarão Reis Filho, O colapso do colapso do populismo. E ainda, do mesmo Jorge Ferreira, O imaginário trabalhista (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005)”.

²³ “cf. Greg Grandin, The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War (Chicago, Chicago UP, 2004)” (Arantes, P.E. in O que resta da ditadura, p. 218.)

cidadãos e da soberania do povo” (livre tradução - CARRETERO, 2007, p.183). Assim, não podemos concordar com a linha argumentativa de que a reação dos militares, com a utilização de métodos coercitivos que violavam gravemente os direitos humanos, se justifica por se tratar de uma ‘guerra’ ao “terrorismo”.

Nos recentes trabalhos da CNV, podemos constatar diversas posturas relativas ao entendimento de uma justa política da memória e do direito à verdade. O exemplo do coronel Paulo Malhães é bastante emblemático. E devemos lembrar, já que vivemos num país em que o esquecimento parece correr mais rapidamente que a história (“*en nuestro país el olvido corre más ligero que la historia*” - Adolfo Bioy Casares, in “*Ni el flaco perdón de Dios*”), que esse militar testemunhou na CNV em 2014, fornecendo diversas informações sobre as ações de sequestro, tortura, morte e ocultamento de cadáveres dos militantes (ANEXO IV). Em realidade, complementou diversas informações que já havia dado à imprensa sobre o ‘caso Rubens Paiva’, e que foram publicadas. Foi o primeiro militar de alta patente, que se dispôs a colaborar no sentido de ‘passar a limpo’ a história dos fatos ocorridos na ditadura. Como resultado de suas ‘confissões’, um mês após o seu depoimento, foi assassinado em seu sítio, na baixada fluminense, numa aparente ação de ladrões. Contudo, desapareceram de sua casa apenas o seu computador e documentos, prováveis pistas e informações que, certamente, não deveriam ser reveladas. Ocorrendo, muito provavelmente, uma ‘queima de arquivo’. O Delegado Cláudio Antônio Guerra afirma que foi ameaçado, sendo avisado que se viesse ao Rio de Janeiro receberia uma bala perdida num determinado local! Assim, temos mais um flagrante desrespeito ao direito à verdade, que é um dos direitos humanos, juntamente com o direito à memória, por exemplo.

O coronel Malhães “era ligado à Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política chilena, e ganhou o codinome de *Dr. Pablo* quando participou dos interrogatórios no Estádio Nacional de Santiago, após o golpe contra Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973” (Teles, J. in O que resta da ditadura, p. 261). No entanto, ele afirma em depoimento que não foi ao Chile, tendo sim o codinome de ‘Pablo’, e que executou ações aqui no Rio de Janeiro contra militantes argentinos e uruguaios, que haviam fugido de seus países para pedir asilo político no Brasil. Participou ativamente da Operação Condor, realizada com o fim de capturar subversivos, através de um ‘intercâmbio colaborativo’ entre os diferentes países do Cone Sul. Além disso, foi também o responsável pelas ações do Centro de Inteligência do Exército (CIE),

juntamente com José Brant Teixeira (*Dr. César*), ambos sob o comando de Milton Tavares de Souza, que era o Comandante do CIE. Dentre essas ações está o combate à Guerrilha do Araguaia. Em seu depoimento (ANEXO IV) ele se apresenta como um militar bem preparado e competente do serviço de informações, sendo especializado em ‘cantar’ os presos, isto é, em fazê-los atuar como ‘infiltrados’ em suas organizações, falando inclusive sobre o Cabo Anselmo, o mais emblemático e conhecido ‘infiltrado’ nesse período. Assim, temos o seguinte trecho da revista *Isto é*, de 24 de março de 2004:

Comandando uma rede de informações do CIE, Doutor César e Doutor Pablo, segundo Marival, também foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma megaoperação em inúmeros pontos do país para liquidar, a partir de 1973, os militantes de várias tendências da Ação Popular (AP), movimento de esquerda ligado à Igreja Católica. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wriath, Eduardo Collier Filho e Honestino Monteiro Guimarães, militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) [...]. Irmão do reverendo Jaime Wriath, Paulo Stuart foi preso e morto em São Paulo, em 1973. Os demais militantes tombaram naquele ano e em 1974, no Rio. (Teles, J. in: O que resta da ditadura, p. 261).

No caso da Argentina, é curioso observar que os militares buscaram as justificativas para o golpe militar de 1976, utilizando a teoria “dos dois demônios”, ou seja, a atuação da esquerda (‘esquerda terrorista’) com os atos de guerrilha rural (Tucumán), em meados de 1975, empreendida pelo ERP/PRT, bem como os da guerrilha urbana, como a ação dos Montoneros, em outubro de 1975, contra o Regimento de Infantaria de Monte, em Formosa, considerada a mais importante ação dessa organização peronista, além do sequestro dos irmãos Born, das indústrias Bunge & Born²⁴, bem como, a atuação da direita (‘direita terrorista’) antes do golpe. Vale lembrar que os militares na conjuntura anterior ao golpe, se referiam à esquerda armada

²⁴ Em 19 de setembro de 1974, numa das principais avenidas de Buenos Aires, a Avenida Libertador, 15 Montoneros desviaram o tráfego, simulando uma obra na tubulação de gás, e em 2 minutos sequestraram os irmãos Born, que vinham num carro com o motorista. Os irmãos Juan (40 anos) e Jorge (39 anos), herdeiros da multinacional Bunge & Born – exportação de grãos, indústrias química, têxteis e de alimentos, ficaram, respectivamente, 6 meses e 9 meses presos. A “Operación Mellizas” (Operação Gêmeas) é considerada o sequestro mais caro da história. Foram pedidos 100 milhões de dólares, contudo, o pai se recusou a pagar o resgate. Jorge negociou com os sequestradores e conseguiu baixar para 60 milhões, e 6 meses depois, o irmão Juan foi liberado mediante o pagamento da metade do resgate. Jorge foi libertado 3 meses depois do irmão, ao serem pagos os 30 milhões restantes. Jorge Born veio para o Brasil e aqui viveu por 18 anos. Mais de 40 anos após o sequestro, a jornalista argentina María O’Donnell lançou, em 2015, o livro “Born”, utilizando entre outras fontes, informações de Jorge Born (81 anos). Este dinheiro foi o mais importante financiamento da Organização Peronista dos Montoneros. Cabe ressaltar, que o indulto outorgado pelo presidente Carlos Meném a Mario Firmenich – o principal dirigente Montonero, diz respeito a este sequestro.

como “‘bandos’ de delinquentes que só podiam praticar o terrorismo”. O engodo maior, ou melhor, a tentativa de falsear os fatos se deu pelo não reconhecimento dos grupos da “direita terrorista”, verdadeiros “esquadrões da morte” como a Aliança Anticomunista Argentina (a ‘tríplice A’), que agiam em comum acordo com os militares, sendo muitas vezes grupos paramilitares. Por outro lado, na guerrilha do ERP em Tucumán, foi o próprio Exército com sua ‘Operação Independência’ que atuou na repressão, numa clara demonstração de total desrespeito aos direitos humanos, em função da forma desigual no combate – muito semelhante às operações realizadas pelos militares brasileiros na Guerrilha do Araguaia – que massacrou os guerrilheiros, ainda no governo civil de Isabel Perón.

Posteriormente, nos anos 80, quiseram justificar o seu terrorismo de Estado, afirmando que o efetivo da esquerda armada compunha um verdadeiro exército. Assim, esqueceram-se das afirmações que haviam feito após o golpe de 1976: “(...) As próprias Forças Armadas, reiteradamente desde 1976, insistiam na debilidade militar e a impotência operacional das organizações guerrilheiras” (VEZZETTI, 2009, p. 76). Vale ressaltar, que no momento de maior arregimentação dos militantes guerrilheiros, o ERP chegou a ter de 400 a 500 membros armados, e os Montoneros entre 600 e 800 efetivos de combate²⁵. No entanto, “(...) o “Documento Final” justificativo do massacre, em maio de 1983, cria a cifra de 25.000 a 30.000 efetivos, dos quais 15.000 haviam sido combatentes, e com isso pretende fazer acreditar que a cifra em torno de 30.000 desaparecidos, que começava a ser exposta publicamente, coincidia com esses supostos efetivos da insurreição armada” (livre tradução) (VEZZETTI, 2009, pp. 76-7).

O aludido “Documento Final” foi confeccionado pelas Juntas Militares, como resposta às pressões exercidas pelas famílias dos desaparecidos, pelas “Madres de la Plaza de Mayo”(organismo nacional de defesa dos direitos humanos), e também por outros organismos internacionais na luta pelos direitos humanos. Como resultado dos trabalhos de memória, que reivindicavam o direito à verdade, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), publicou em 1984 uma grande coletânea oficial de depoimentos sob o título de “*Nunca Más*”, que passou a ser referência para outras coletâneas publicadas com o mesmo título em vários países da

²⁵ Prudencio Garcia, El dilema de la autonomia militar. Argentina bajo las Juntas Militares, Madrid, Alianza, 1995, Apéndice IV, “Estimación aproximada del número de miembros armados de las organizaciones ‘Montoneros’ y Ejército Revolucionario de Pueblo”, pp. 491-516.

América latina. No Brasil, o “Brasil: Nunca Mais”, foi publicado em 1985, e segundo esse relatório organizado por Dom Paulo Evaristo Arns, 25% dos presos políticos tiveram as denúncias das torturas que sofreram ou testemunharam, registradas na Justiça Militar, durante o período da ditadura militar. Cabe lembrar que em março de 1964, o presidente João Goulart criou, por decreto, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que só passou a funcionar em novembro de 1968. A primeira denúncia sobre o desaparecimento do Deputado Rubens Paiva, feita em 20/01/1970, quatro dias após o seu desaparecimento, foi apresentada numa reunião do dia 13/07/71 ao CDDPH.

Outra abordagem relativa à conjuntura anterior ao golpe de 64, e que nos chama a atenção enquanto um ponto de disputa de memória, é a concepção de que o momento era o das representações parlamentares para a execução da reforma agrária, não havendo luta armada de esquerda antes do golpe militar de 64, e mais, a ideia de que o processo brasileiro levaria a uma experiência do tipo chilena e não cubana. Ora, vimos que havia a disposição e efetivação dos ‘dispositivos de guerrilha’ das Ligas Camponesas, bem como dos “Grupos dos Onze”, que objetivavam sim criar uma resistência em caso de golpe, ainda que não tenham logrado tal êxito. Por outro lado, vislumbrar e apontar que o tipo de experiência política “(...) estava mais próximo da dinâmica que redundou anos depois, na eleição de Salvador Allende, no Chile, do que de algo parecido com a lógica revolucionária cubana” (SAFATLE, V. in O que resta da ditadura, 2009, p. 249-50), é realmente abusar de um raciocínio histórico embasado em hipótese, o que para nós não existe em História. Não devemos pensar os processos históricos utilizando relações de causa e efeito, do tipo “se” o golpe não tivesse acontecido, chegaríamos a uma experiência socialista como a chilena, e não como a cubana. Lembremos, mais uma vez, que a primeira fase da revolução cubana foi de natureza nacional-democrática.

Precisamos deixar de criar mecanismos que “maquiam” as condições históricas na formação social anterior ao golpe (fato já analisado no capítulo 1), assim como a atuação daqueles que buscavam a concretização de uma sociedade igualitária, justa, através do Socialismo, pois acreditamos que pode decorrer daí uma representação romântica dos militantes, como vítimas passivas. Vale apontar aqui uma passagem do

livro “Passado e Presente – guerra, ditadura e sociedade na Argentina”, de Hugo Vezzetti, em que apresenta o livro “*La Voluntad*”²⁶.

“(…). As vítimas, incluindo os sobreviventes que oferecem a matéria testemunhal do livro, não se declaram inocentes das opções e ações que jogaram sua cota de violência no cenário dos anos 70. Nesse sentido, pode ser considerada como a mais ambiciosa tentativa de reescrever e retificar o relato do ‘*Nunca más*’. História de sobreviventes dessas lutas, deixa ouvir vozes que já não se enunciam a partir do lugar dos crimes nem tem como referência originária a figura trágica do *desaparecido*. No lugar moral da vítima, caracterizada somente por sua condição de vazio e carência de direitos, separada de suas condições, de seus ideais e seus combates, emerge um personagem que retorna do passado: o *militante*. Na realidade, por trás da ficção geral, que resulta, de fato, numa galeria de personagens, o determinante é a decisão de contar essa história a partir da convicção de que o lugar central, o protagonismo, deve ser deslocado para o papel ativo e decidido que cumpriram sujeitos conscientes e atores de seu próprio destino.” (VEZZETTI, 2009, p. 218 – livre tradução)

Não podemos conceber as vítimas da ditadura militar como mulheres e homens sem decisões nem ideias próprias, como se estivessem ali quando o inimigo decidiu terminar com eles. Acreditamos que isso reforça a ‘teoria dos dois demônios’, da ‘guerra suja’ que precisa ser desconstruída. Temos que resgatá-los, trazendo-os para as nossas memórias como atores que perseguiram uma mudança social e política profunda, que seguramente era o gérmen de uma sociedade que almejava ser bem diferente da que vivemos hoje. Todos os indivíduos que foram vítimas da repressão, não só os que morreram, eram militantes políticos no sentido mais amplo do termo. Atuavam nos diretórios estudantis, faziam trabalhos sociais em bairros das periferias, muitos eram profissionais liberais, como médicos, advogados, jornalistas, operários e/ou sindicalistas que se organizavam em seus locais de trabalho e/ou nos sindicatos. E se foram considerados subversivos, é porque uma das características do ‘terrorismo de Estado’ é a “tipificação do delito”, ou seja, subversivos são aqueles “que o Estado decida que são e pelo motivo que o Estado decida”²⁷.

²⁶ Martín Caparrós e Eduardo Anguita, *La voluntad . Una historia de la militancia revolucionaria en la Argentina* , 3 tomos ,Buenos Aires, Norma, 1998.

²⁷ “Escribir para la Memoria – la dictadura militar (1976-1983) y su proyección actual – Fundación Memoria Histórica y Social Argentina). Instituto de Enseñanza Superior No. 1 – Dra. Alicia Moreau de Justo – Concurso Literario 2003, p.18.

Mais uma vez, chamamos a atenção para a representação cristalizada dos militantes enquanto aqueles que pegavam em armas, assaltavam, sequestravam, que foram chamados de “terroristas” e por isso foram mortos, desapareceram, ou tiveram que sair do país. Essa tipificação cristalizou-se, e isso explica o ‘esquecimento’, ou melhor, a ‘determinação’, o intuito de só lembrar o que não deve ser esquecido: eram ‘guerrilheiros terroristas’ que precisavam ser liquidados. Esse é o teor do depoimento do Coronel Ustra na CNV, “o capitão da vida e da morte” do DOI/CODI de São Paulo, segundo as palavras do ex-sargento Marival Chaves. (ANEXO VIII). Sabemos que muitos, como, por exemplo, Alexandre Vannucchi Leme, morto em tortura no DOI-CODI/SP, em março de 1973, era um estudante de Geologia da Universidade de São Paulo (USP), e militante da ALN. Bem como o casal Wilson Silva e Ana Rosa Kucinski, que trabalhavam no Departamento de Física da USP, militantes da ALN, mortos em torturas e desaparecidos (1974). Ou seja, eram cidadãos brasileiros, que militavam em seus locais de estudo e de trabalho, e não ‘guerrilheiros’, ‘terroristas’ armados, que tinham de ser eliminados.

Como afirma Le Goff, “apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das máximas preocupações das classes e dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1991, p. 134). Nesse sentido, passaremos a analisar a ‘memória social’, a política da memória na constituição da verdade. Encontramos aí as ‘disputas de memória’ que são o mote de nossa pesquisa. Esse ‘trabalho da memória’ se dá, também, através dos testemunhos e é esse o *leitmotiv* de nossa dissertação. Vamos explicitar e analisar os diversos significados e significantes que são representados, sobretudo, no documentário que elegemos como parâmetro para o nosso guia. No Brasil, esse ‘trabalho de memória’ está engatinhando e temos o grande empecilho de uma Lei de Anistia (1979), que dificultou os trabalhos de memória e a consecução dos direitos à verdade e à justiça, uma vez que foi fruto de uma transição baseada no esquecimento e na conciliação. Por outro lado, já foram feitas algumas tentativas de revisão da Lei de Anistia e “(...) a discussão da revisão dessa lei ganhou nova força atualmente, no espaço restrito da imprensa escrita (não televisiva), em particular a partir de 2006, com a corajosa atitude da família Teles, que abriu uma ação cível contra o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, pedindo reconhecimento das práticas de tortura às quais foram submetidos os membros dessa família. O coronel Ustra foi diretor do Destacamento de Operações de Informações –

Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo entre setembro de 1970 e janeiro de 1974, período durante o qual houve 502 denúncias de tortura e 49 mortes nas dependências do DOI-CODI. ” (Gagnebin, Jeanne Marie, in *O que resta da ditadura*, p. 178).

Utilizando como contraponto a Argentina, aonde os discursos de memória forçaram as demandas por direitos humanos, exigindo o direito à verdade e justiça, sendo a redemocratização constituída pelo processo de “justiça de transição”. E a força dos testemunhos na Argentina é tão contundente que temos condenações penais, em função dos casos de ‘desaparecimento forçado’, em que a produção de provas foi realizada com os depoimentos de testemunhos. “(...). No caso do repressor Miguel Etchecolatz, por exemplo, condenado à prisão perpétua em 2006, foram ouvidos 150 testemunhos. O mesmo acontece com decisões na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA” (Teles, J. in *Desarquivando a Ditadura*, Vol. I, P.168) . Cabe ressaltar que, no Brasil, o ônus da prova é de quem está movendo a ação judicial, ou seja, de ‘quase nada’ adianta a produção de testemunhos orais, mesmo numa ação coletiva como a dos 22 familiares dos militantes mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, por exemplo. Dissemos ‘quase nada’ porque já há entendimentos, em processos de ‘desaparecimentos forçados’ na Guatemala e em Honduras, de que “conferir o ônus da prova somente aos familiares das vítimas é perpetuar a injustiça” (Teles, J., in *O que resta da ditadura*, p. 287).

Nesse sentido, não concordamos com a ideia de que os testemunhos realizados na primeira pessoa, além de conformarem um problema, não só para a Filosofia como também para a História, tratam de nos convencer da verdade de uma história através da pluralidade de ‘histórias’(SARLO, 2012). Avaliamos como muito oportuno apontar uma passagem do livro de Beatriz Sarlo, “Tiempo pasado – cultura de la memoria y giro subjetivo – una discusión”, que tem sido amplamente utilizado como referencial teórico para as mais diversas questões relativas ao nosso tema:

“(...) o quê garante a memória e a primeira pessoa enquanto captação de um sentido da experiência? Depois de ter sido submetida à crítica radical, a restauração da experiência como memória é uma questão que deveria ser examinada. A intensa subjetividade do “temperamento” pós-moderno marca também este campo de estudos. Quando ninguém está disposto a aceitar a verdade de uma história (o que Benjamin denominou de “fatos” reificados), todos parecemos mais dispostos à

crença nas verdades de “umas” histórias no plural (o plural, essa inflexão do paradigma que ganhou a mais alta categoria, o que é oportuno, mas **também se propõe como solução verbalista para qualquer questão conflituosa.**” (Grifo nosso) (SARLO, 2012, p.52 – Livre tradução).

Para nós, esse tipo de afirmação situa-se na contramão do desenvolvimento de políticas de memória concernentes à garantia de direitos humanos. Sabemos que ‘direitos humanos’ não é algo dado, e sim construído de acordo com as condições e processos históricos específicos e peculiares a cada país. A autora está dialogando num país que tem a incrível cifra de 30 mil *desaparecidos*, onde o ‘dever de memória’ com todo o corolário que o acompanha, isto é, os exercícios ou ‘trabalhos de memória’, as políticas de memória, que visam garantir o direito à memória (um direito humano), isto é, todas essas vertentes foram e, continuam sendo, imprescindíveis na constituição dos direitos à verdade e à justiça, que são direitos humanos. Contudo, parece mesmo que a transição democrática, ainda está inconclusa tanto lá como aqui. Só isto explica esse tipo de questionamento relativo ao testemunho, única forma de se tentar fazer justiça, seja através de julgamentos, ou enquanto um direito à verdade, resgatando e preservando a memória daqueles que foram vitimados. Trata-se, sobretudo, de recuperar o passado dos vencidos que os vencedores se apressam em sepultar. Nesse sentido, vale conferir o que nos diz o jurista Dalmo de Abreu Dallari:

“Tudo isso está ganhando excepcional importância no Brasil. Começam agora a ser identificados muitos agentes da repressão violenta e arbitrária implantada e protegida pelos governos militares, que promoveram e estimularam a agressão aos Direitos Humanos, a partir do Golpe de 1964. Sob pretexto de interesse da segurança nacional, praticou-se a tortura mais covarde e desumana, escondendo-se os torturadores sob máscaras e apelidos, símbolos denunciadores de seu medo e covardia.” (Dalmo de Abreu Dallari, “Crimes sem anistia” in *Mortos e desaparecidos: reparação ou impunidade*, pp.32-3)

Ainda com relação à frágil democratização temos a declaração do escritor Jorge Luis Borges – após ter assistido a uma sessão de Julgamento Público (Juízo) de um dos componentes da Junta Militar –, sob a forma de nota enviada ao jornal *El Clarín*, publicada na edição de 31 de julho de 1985, pp. 22 e 23: “**He assistido por primera y última vez a un juicio oral a un hombre que había sufrido cuatro años de prisión, de azotes, de vejámenes y de cotidiana tortura.**” Ressaltamos que o literato está se referindo ao julgamento do general Viola. Como infere Emilio Crenzel, a testemunha se

converteu em acusada! (CRENZEL, E., 1ª.ed, 2014, p. 244). O mais interessante é que certamente o réu não estava recebendo ‘golpes violentos e reiterados’(azotes) e tampouco sendo ‘torturado’ todos os dias num dos campos de concentração argentinos, como as forças repressivas faziam antes de liquidarem as vidas daqueles que consideravam ‘subversivos’, e de fazerem desaparecer os corpos dos “terroristas”.

Precisamos ter muito claro que ‘subversivos’ eram todos aqueles que o ‘terror de Estado’ determinasse. De acordo com o relatório do CONADEP, o *Nunca Más*, ‘desapareceram’, por exemplo, 84 jornalistas, contudo, esse número representa 1,6% do total, assim temos, operários: 30,2% (em torno de 9 mil operários); estudantes: 21% (por volta de 6 mil); empregados (setor terciário): 17,9%; profissionais liberais: 10,7%; docentes: 5,7%; autônomos e outros: 5%; donas de casa: 3,8%; pessoal subalterno das forças de segurança: 2,5%; atores, artistas,etc.: 1,3% e religiosos: 0,3%. Por último, há registros (até a data da elaboração do Relatório) de 172 crianças desaparecidas, e haviam sido encontradas, até então, 25 crianças. O Relatório ‘*Nunca Más*’ informa que “(...)No delírio semântico, encabeçado por qualificações como “marxismo-leninismo”, “apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos”, tudo era possível: desde pessoas que propiciavam uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às ‘*villas miséria*’ para ajudar a seus moradores”(‘*Nunca Más*’, 2014, p. 13) [Livre tradução]. Certamente, os nove mil operários e os 6 mil estudantes que ‘desapareceram’ não eram exatamente ‘subversivos/terroristas’. ‘*Villa miséria*’ na Argentina é o nome que se dá às favelas e/ou comunidades, planas e periféricas aos centros urbanos.

“Memória, Memória Social, Memória Coletiva”

O historiador francês Le Goff, em seu clássico ensaio “Memória” in Enciclopédia Einaudi, que no Brasil foi publicada pela primeira vez, em 1984, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, demonstra o valor da memória para os estudos históricos, inferindo que ela “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”, e para que isso aconteça diz o autor, “devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”(LE GOFF, 1984, p. 47). Para a nossa pesquisa essa perspectiva é fundamental, pois trabalhamos com o testemunho e a memória, não só daqueles que resistiram à ditadura, como também dos que sofreram sequelas pela perda de laços afetivos, como atestam os documentários apontados para

serem trabalhados em sala de aula, no capítulo 3. Queremos conformar através das memórias coletivas, ‘histórias’ que apontam para a transparência dos fatos’, constituindo, assim, a ‘verdade histórica’. O Dr. José Carlos Dias, advogado e ex Ministro da Justiça do governo Lula, assim se manifesta ao conduzir a Audiência Pública com o coronel Paulo Malhões: “Eu não quero uma verdade em branco e preto, nós queremos uma verdade transparente” (ANEXO IV). Só assim podemos garantir alguns dos direitos humanos, o direito à memória e o direito à verdade.²⁸

Voltando ao nosso autor, vamos ver qual o enfoque que ele dá aos ‘trabalhos da memória’, assim como a importância que atribui às memórias sociais, às recordações pessoais e de grupos. Para Le Goff, a memória constitui a história e também a alimenta, ou seja, não se trata de convencer a ninguém de uma ‘verdade histórica’ e sim de conformar uma história, a partir de histórias (no plural mesmo), que é esquecida e não por acaso:

“Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais, arquivos do audiovisual) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a rádio e a televisão.

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social, um dos imperativos prioritários da sua objectividade científica. Inspirando-se em Ranger [1977], que denunciou a subordinação da antropologia africana tradicional às fontes “elitistas” e nomeadamente às “genealogias” manipuladas pelos clãs dominantes, Triulzi convidou à pesquisa da memória do “homem comum” africano. Desejou o recurso, na África, como na Europa, “às recordações familiares, às histórias locais, de clã, de famílias, de aldeias, às recordações pessoais..., a todo aquele vasto complexo de conhecimentos não oficiais, não institucionalizados, que ainda não se cristalizaram em tradições formais... que de algum modo representam a consciência colectiva de grupos, de grupos inteiros (famílias, aldeias) ou de indivíduos (recordações e experiências pessoais), contrapondo-se a um conhecimento privatizado e monopolizado por grupos precisos em defesa de interesses constituídos” [1977, p.477]” (Le Goff, Jacques-*Memória*, in Enciclopédia Einaudi, 1. Memória-História, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 47).

²⁸ No caput da Lei 12.528, de 18/11/2011, que instituiu a CNV, podemos ler: “A Comissão Nacional da Verdade foi criada com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticado no período fixado no caput (1946-1985), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

Não podemos falar em memória, esquecimento, verdade, culpabilidade, perdão, reconciliação, anistia ou condenação, sem mencionarmos a perspectiva do filósofo Paul Ricoeur nesse polêmico embate. Para ele, a memória é uma matriz da história. Vejamos como ele inicia a sua clássica obra mencionada anteriormente:

“(…) A permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação, que resulta desse tornar-se imagem da lembrança, afeta a ambição de fidelidade na qual se resume a função veritativa (*sic*) da memória... E no entanto...

E no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança. A própria historiografia, digamo-lo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente último da memória continua sendo o passado, independentemente do que possa significar a preteridade (*sic*) do passado.” (RICOEUR, 2012, p. 26).

Assumimos a perspectiva de que “há continuidade e relação mútua entre a memória individual e a memória coletiva, esta erigida em memória histórica no sentido de Halbwachs” (RICOEUR, 2012, p. 483). Estamos preocupados, então, com as elaborações de memórias sociais, memórias de grupos (memória coletiva), que se dão em meio às disputas destes, bem como disputas historiográficas, disputas entre “histórias “oficiais”, de esquerda ou de direita, das biografias autorizadas às celebrações institucionais. Não há como escapar: a História é sempre “vigiada”, como lembrou Marc Ferro (1985) há quase trinta anos”. (Reis Filho, D.A., *in* À Sombra das Ditaduras, 2014, p. 10).

Devemos esclarecer que nossa pesquisa não se insere no amplo quadro da historiografia, que busca a recuperação e o entendimento das “esquerdas revolucionárias”. Nossa preocupação central é com a produção de discursos de memória que engendram a demanda por políticas de direitos humanos, que podem levar, justamente, ao entendimento de que a transição está inconclusa, isto é, não podemos afirmar que vivemos em uma sociedade democrática, garantida por uma Constituição (1988). Uma sociedade onde não há o direito à verdade e o direito à justiça, ainda que seja nos moldes do ‘perdão’, como ocorreu na África do Sul, não pode ser considerada democrática. Mais ainda quando se mantém as práticas de tortura, morte e ocultação de cadáveres como sole acontecer na sociedade brasileira atual. Também aqui podemos recorrer mais uma vez à Ricoeur, quando infere que não se pode perdoar àqueles que não pediram perdão, como é o caso dos agentes da repressão no Brasil.

Com relação ao nosso objeto específico de estudo, as representações e disputas de memória e de sentido, relativas às memórias da resistência à ditadura militar brasileira, sabemos que há disputas nas lutas pela memória, pois esta se apresenta sob a ótica de diferentes grupos, que têm concepções díspares e concorrentes, travando, assim, disputas de poder não só sobre o quê lembrar e o quê esquecer, como também a forma que devemos lembrar o que queremos que seja esquecido. Esta última constatação diz respeito às representações cristalizadas que vimos apontando, e que seguiremos detectando ao longo de nossa pesquisa.

É interessante observar como se deu a emergência da memória. Existem poucas palavras tão maculadas como ‘memória’, e sua difusão foi tão impressionante como tardio o seu aparecimento no campo das Ciências Sociais. Assim, nos informa Traverso que “(...) No decorrer dos anos sessenta e setenta estava praticamente ausente do debate intelectual. Não figurava nem na edição de 1968 da *International Encyclopedia of the Social Sciences*, publicada em Nova Iorque sob a direção de David L. Sills, nem na obra coletiva intitulada *Faire de l’histoire*, publicada em 1974 sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, como tampouco entre as *Keywords* de Raymond Williams, um dos pioneiros da história cultural. Alguns anos mais tarde, ela já havia penetrado com força no debate historiográfico”[Livre tradução] (TRAVERSO, 2011, p.13). Contudo, sabemos que a emergência da memória passou a se constituir numa preocupação cultural e política, central das sociedades ocidentais, a partir do *Holocausto*, justamente enquanto política de discurso testemunhal.

Se antes estávamos preocupados e voltados para o futuro, em função da cultura apocalíptica e do surgimento do “homem novo” na Europa, resultado da “purificação racial ou de classe, no Nacional Socialismo e no estalinismo”, conformando dessa forma “futuros presentes”, “(...) a partir da década de 1980 o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes”, e essa transformação tem sua historicidade. “(...) Os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto (iniciado com a série de TV “Holocausto” e, um pouco mais adiante, com o movimento testemunhal bem como por toda uma série de eventos relacionados à história do Terceiro Reich (fortemente politizada e cobrindo quadragésimos e quinquagésimos aniversários.”(HUYSSSEN, 2000, p. 10-11). No Brasil, temos assistido aos diversos debates não só na imprensa como em Simpósios e

Seminários, lançamento de livros, inauguração de monumentos, por ocasião das comemorações do golpe de Estado de 1964, especialmente as dos 50 anos em 2014.

O que nos interessa, aqui, é o fato de que a emergência do “Holocausto” enquanto figura de linguagem universal, permitiu que surgissem discursos de memória em outras regiões bem distintas e distantes da Europa, como na África do Sul, no Brasil, no Chile, na Argentina e etc. Essa é uma questão importante para o objeto de nossa pesquisa, ou seja, a suposta aparência de que os discursos de memória conformam um fenômeno global. Temos que ter muito clara a especificidade de cada processo histórico, e, assim, “(...) no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos. Na medida em que as nações lutam para criar políticas democráticas no rastro de histórias de extermínios em massa, *apartheid*, ditaduras militares e totalitarismo, elas se defrontam, como foi e ainda é o caso da Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial, com a tarefa sem precedentes de assegurar a legitimidade e o futuro das suas políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado”(HUYSSSEN, 2000, p. 16-17).

“O ‘direito a ter direitos’: direitos humanos e o direito à verdade”

Hannah Arendt foi quem cunhou a expressão “o direito a ter direitos”, amplamente utilizada nos estudos sobre direitos humanos e ditaduras militares. Para ela, os “direitos humanos não são um dado, mas um constructo, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução”²⁹. A historicidade dos direitos humanos começa com a Declaração Universal de 1948, que foi reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Flávia Piovesan assim aponta o nascimento dos direitos humanos: “(...) Essa concepção é fruto do movimento de

²⁹ “Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo* (trad. Roberto Raposo, Rio de Janeiro, Documentário, 1979). A respeito, ver também Celso Lafer, *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988), p. 134. No mesmo sentido, afirma Ignacy Sachs: “Não se insistirá nunca o bastante sobre o fato de que a ascensão dos direitos é fruto de lutas, que os direitos são conquistados, às vezes, com barricadas, em um processo histórico cheio de vicissitudes, por meio do qual as necessidades e as aspirações se articulam em reivindicações e em estandartes de luta antes de serem reconhecidos como direitos”. Ignacy Sachs, “Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania”, em Paulo Sérgio Pinheiro; Samuel Pinheiro Guimarães (orgs.), *Direitos humanos no século XXI* (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Fundação Alexandre de Gusmão, 1998), p. 156. Para Allan Rosas: “O conceito de direitos humanos é sempre progressivo. [...]O debate a respeito do que são os direitos humanos e como devem ser definidos é parte e parcela de nossa história, de nosso passado e de nosso presente”. Allan Rosas, “So-Called Rights of the Trird Generation”, em Asbjorn Eide, Catarina Krause e Allan Rosas, *Economic, Social and Cultural Rights* (Boston/Londres, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, 1995), p. 243.”.

internacionalização dos direitos humanos, que surge no pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o período em que o nazismo vigorou. É nesse cenário que se vislumbra o esforço da reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial teórico para orientar a ordem internacional” (Piovesan, Flávia, in *O que resta da ditadura*, p. 93). A autora em tela extrata a seguinte passagem de Thomas Buergenthal.:

“O moderno direito internacional dos direitos humanos é um fenômeno do pós-guerra. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte dessas violações poderiam ser prevenidas se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse.”³⁰

Foram fixados os parâmetros protetivos essenciais na defesa da dignidade humana, decorrendo daí os quatro direitos básicos, oriundos da ‘Declaração Universal de 1948’, do ‘Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos’, da ‘Convenção contra a Tortura’ e da ‘Convenção Americana de Direitos Humanos’:

- o direito a não ser submetido à tortura;
- o direito à justiça (o direito à proteção judicial);
- o direito à verdade; e
- o direito à prestação jurisdicional efetiva, na hipótese de violação a direitos (direito a remédios efetivos). (Piovesan, Flávia, in ‘*O que resta da ditadura*’, p. 96).

Temos que ter clareza do caráter processual dos direitos humanos, isto é, não são direitos dados e/ou prontos. Ou seja, “(...) enquanto reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Como realça Norberto Bobbio, os direitos humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (Piovesan, Flávia, in ‘*O que resta da ditadura*’, p. 92)

³⁰ “Thomas Buergenthal *International Human Rights*, (Minnesota, West Publishing, 1988), p. 17. Para Henkin: “Por mais de meio século, o sistema internacional tem demonstrado comprometimento com valores que transcendem os valores puramente ‘estatais’, notadamente os direitos humanos, e tem desenvolvido um impressionante sistema normativo de proteção desses direitos”. (Louis Henkin et al, *International Law*, op. cit., p.2). Ainda sobre o processo de internacionalização dos direitos humanos, observa Celso Lafer: “Configurou-se como a primeira resposta jurídica da comunidade internacional ao fato de que o direito *ex parte populi* de todo ser humano à hospitalidade universal só começaria a viabilizar-se se o ‘direito a ter direitos’, para falar como Hannah Arendt, tivesse uma tutela internacional, homologadora do ponto de vista da humanidade. Foi assim que começou efetivamente a ser delimitada a ‘razão de Estado’ e corroída a competência reservada da soberania dos governantes, em matéria de direitos humanos, encetando-se a sua vinculação aos temas da democracia e da paz”.(Celso Lafer, prefácio de *Os direitos humanos como tema global*, São Paulo, Perspectiva/Fundação Alexandre de Gusmão, 1994), p. XXVI.”(Flávia Piovesan in “*O que resta da ditadura*”, p.94).

Todos os tratados versam sobre a absoluta proibição da tortura, ou seja, o direito a não ser submetido à tortura é um “direito absoluto”, que não permite qualquer “exceção”, “suspensão” ou “derrogação”. O Brasil ratificou a ‘Convenção contra a Tortura’, em 1989. Contudo, sabemos, por exemplo, que representantes da Anistia Internacional têm se indignado com a total falta de respeito aos direitos humanos no Brasil. Devemos acrescentar que a prática da tortura é considerada crime de lesa-humanidade, que viola a ordem internacional, sendo qualificada como “insuscetível de anistia” ou “prescrição”. Aqui temos um dado importante no que tange o direito à memória e à verdade, no processo de elucidação dos crimes de tortura, morte e desaparecimento de militantes políticos na ditadura militar. O caráter de imprescritibilidade de tais crimes faz com que muitos dos que praticaram tais crimes não queiram elucidá-los por temerem a justiça.

Veremos a seguir que no Brasil, em função do caráter conciliador da anistia, os crimes de violação dos direitos humanos perpetrados pelos agentes da repressão – civis e militares, além de não serem julgados, sequer são admitidos pelos seus protagonistas. Podemos assistir nos depoimentos à CNV, onde alguns admitem abertamente que houve e/ou que praticaram a tortura, execução sumária e ocultação de cadáveres (ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto (ANEXO VIII), coronel Paulo Malhães, (ANEXO IV), delegado do DOPS/ES Cláudio Guerra; outros negam haver participado e ainda dizem que não sabiam e/ou não viram absolutamente nada (Dr. Calandra, delegado do DOPS de São Paulo, que atuou no DOI-CODI/SP por 8 anos, codinome ‘capitão Ubirajara’; o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi comandante do DOI-CODI de São Paulo entre 1970-74) (ANEXOS V E VI respectivamente), e ainda temos os que de forma escusa ‘admitem’, mas não ‘assumem’ nenhuma responsabilidade (general Álvaro de Souza Pinheiro), este último atuou na Guerrilha do Araguaia, como membro do Destacamento das Forças Paraquedistas (ANEXO VII). Todos os depoimentos estão disponíveis no YouTube.com. Vale lembrar a assertiva de Pedro Dallari, membro da CNV, quando afirma que a negativa de admitir violações é **“brigar com a história comprovada”**.

Nos diversos depoimentos de testemunhos à Comissão Nacional da Verdade (CNV), daqueles que atuaram na ditadura militar e cometeram graves violações aos direitos humanos, é realmente impactante constatar a forma como esses agentes da repressão – civis ou militares – encaram o direito à verdade. Temos, por exemplo, o testemunho do

general Álvaro de Souza Pinheiro, onde ele literalmente declara: **“A CNV tem uma missão muito inglória se quer saber onde estão os corpos. Não vão encontrar nunca nada. Podem procurar que nunca vão encontrar nada, acho muito difícil que se encontre, e essas pessoas deixaram as famílias, então, não tinham que ser enterradas, eram clandestinas.”**(ANEXO VII). Este militar atuou no Araguaia, pelo CIE – Destacamento dos Paraquedistas – e está se referindo aos 69 mortos e desaparecidos no Sul do Pará. Dois corpos foram encontrados e em seu depoimento ele desdenha, inclusive, sobre o fato de terem sido achados. O que lhe dá a certeza absoluta de que pode fazer declarações públicas com esse teor? Certamente, isto se deve ao caráter da Lei de Anistia, que perspectivou o esquecimento e a amnésia, ou seja, o direito à verdade e à memória não foi contemplado, em nome de uma ‘transição controlada’, conciliadora. Dessa forma, a redemocratização, nos moldes em que foi instituída, conserva os velhos padrões da ditadura, que continuam orientando e perpetuando a violência na sociedade brasileira:

“Continua em curso no país, portanto, uma dinâmica de destruição continuada da política baseada nos mesmíssimos princípios instituídos pela ditadura militar: a criminalização do dissenso e a imposição do consenso, agora sob a forma da tirania do pensamento único, do discurso único e da violência do ‘não-há-o-que-discutir’; na demonização dos movimentos sociais; na destituição da fala; na ‘desnecessidade do público’(Oliveira, 2000, p. 72); na violência institucional e na brutalidade policial explícitas. Esta se volta, potencializada pelos 21 anos de ditadura militar, para as *classes perigosas*, hoje nada menos que os dois terços da população que vivem no limiar da miséria. Trata-se de reciclagem perversa da Doutrina de Segurança Nacional: são estes os novos inimigos internos a serem contidos e, no limite, eliminados. Fecha-se o ciclo da *construção da brasilidade excludente* e sedimenta-se igualmente a cultura repressiva a ela subjacente, revigorada pela incorporação definitiva da tortura – o grande legado do Estado de Segurança Nacional – como prática policial sistemática, rotineira, institucionalizada.” (Heloísa A. Greco *in* Desarquivando a ditadura, Vol. II, p. 532).

“A Anistia e suas diversas formas: ‘conciliação e esquecimento’, ‘verdade e julgamento’, ‘verdade e perdão’”.

Vamos analisar, agora, os diferentes processos históricos que envolveram situações de violação dos direitos humanos e suas decorrentes políticas de memória, direitos à verdade e à justiça, ou anistia – esquecimento e conciliação, e ainda perdão e reconciliação (África do Sul). Discorreremos sobre os processos decorrentes de ditaduras

militares no Brasil e na Argentina, apenas a título de comparação, e assim, teremos um referencial a mais, para a análise das representações e dos discursos de memória, que constituem os trabalhos de memória imprescindíveis para uma política da memória, que vem se desenvolvendo no Brasil enquanto uma nova mentalidade (memória social): a da garantia dos direitos humanos, da cidadania em toda a sua plenitude, isto é, o incremento às políticas de bem estar social que garantam uma pauta mínima dos direitos universais do homem.

Nesse sentido, acreditamos que o direito à memória e à verdade vem se impondo através dos exercícios de memória, numa perspectiva ampla de ‘dever de memória’, que poderá trazer a ‘verdade’ ou a explicitação dos fatos ocorridos na ditadura militar brasileira, relativos às ações das forças repressivas, civil e militar, e sua grave violação dos direitos humanos. Avaliamos que somente a produção de discursos de memória – seja nas Comissões (CNV e CEV estaduais), ou nas ações da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, bem como na CEMDP, que como já afirmamos no capítulo 1, foi criada em 1995 e reinstaurados os seus trabalhos a partir dos dados documentais e testemunhais, que a CNV produziu e publicou sob a forma de Relatório Final, com 3 volumes, além das “Clínicas do Testemunho”³¹, vigentes e atuantes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, e ainda uma vasta produção literária memorialística, bem como cinematográfica, teatral, incluindo também todas as formas midiáticas (escritas ou orais), ou seja, todo esse conjunto de exercícios de memória (‘marcas’ da memória), poderá vir a garantir políticas de direitos

³¹ As Clínicas do Testemunho é um dos projetos da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, tendo a função de reparação psíquica e construção de memórias, dos atingidos, direta ou indiretamente pela ditadura militar brasileira. Funcionam em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 26 conselheiros, em sua maioria, agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há treze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988; a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2012 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2008 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando, por meio das Caravanas de Anistia, as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram as violações, que já superaram 70 edições; divulgando chamadas públicas para financiamento às iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

humanos (direitos de memória, verdade e justiça), a despeito do que já ocorre em outros países do Cone Sul, como na Argentina e no Chile, por exemplo. Dessa forma, poderemos vislumbrar um real Estado de Direito, democrático e plural. Sabemos que a produção da verdade é condição *sine qua non* para a constituição de uma memória social, calcada na anamnese, podendo garantir, então, a inserção de políticas contundentes de direitos humanos.

“A Lei de Anistia de 1979 – conciliação e esquecimento: a experiência brasileira”

A Lei de Anistia de 1979 é um dos temas mais debatidos na atualidade, no que se refere ao período da ditadura militar brasileira. O caráter conciliatório através do esquecimento deixou marcas profundas na sociedade, em realidade são sequelas que causam efeitos deletérios para a democracia no Brasil. Nesse sentido, devemos apontar, aqui, a análise de Fábio Konder Comparato, concernente à anistia brasileira:

“Logo após a libertação da França, em 1944, o General De Gaulle, que demonstrou saber por ações e não apenas com palavras o que é a honra nacional e a honra militar, rejeitou uma proposta de anistia para os que haviam colaborado com os nazistas invasores. “Apagar tantos crimes e abusos”, justificou ele, “teria sido deixar um monstruoso abscesso infectar para sempre o país”. Entre nós, porém, preferiu-se deixar intacto esse abscesso, que veio intensificar, por força da crônica amnésia nacional, uma reconhecida fraqueza de caráter.” (Comparato, F.K., *in Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*, p.37, publicado na *Folha de São Paulo*, 8 julho 1993, p.3)

Basta dizer que “a anistia ainda está na raiz dos entraves para a responsabilização judicial dos agentes da repressão” (Carla Simone Rodeghero, in Reis Filho, Ridenti, Motta, 2014, “*A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje*”, p. 172). A ótica do esquecimento para que tudo volte ao lugar em que se encontrava antes do conflito político, perspectiva do advogado baiano Rui Barbosa, influenciou e/ou norteou as anistias de 1930-34 e a de 1945. Contudo, apesar de se tratar de um pensador da virada do século XIX para o XX, foi utilizado na argumentação a favor do esquecimento para a execução da anistia em 1979. O que mais nos chama a atenção é o fato de que Rui Barbosa concebia a anistia como o “véu do eterno esquecimento”, que viabilizaria a reposição de tudo, ao momento anterior aos conflitos políticos. Ora, e qual era esse momento anterior ao dos conflitos políticos? Justamente o do embate entre as forças sociais progressistas e/ou populares e aquelas dos conservadores e/ou reacionários, que viam na atuação das classes populares o ‘câncer’ que urgia ser

extirpado, pois a ‘luta de classes’ que começava a se delinear, claramente, naquele momento, poderia levar-nos ao ‘perigo do comunismo’, esse fenômeno histórico jamais existente na história do Brasil, pese a todas as conjunturas políticas que ‘intentaram’ o estabelecimento desse regime. Graças à ‘representação cristalizada’ a serviço das classes dominantes e hegemônicas, um desses momentos, ainda hoje, está impropriamente registrado na ‘memória social’ e/ou na ‘história oficial’ como a ‘Intentona Comunista’ de 1935.

Em nome da conciliação achou-se por bem adotar a estratégia do esquecimento. Criamos assim um problema para a conformação de um real Estado de Direito, como deve ser em todo regime democrático. Os militares conseguiram impor a anistia/amnésia através do artifício da expressão “crimes conexos”, ou seja, a fim de que seus crimes de graves violações dos direitos humanos fossem ‘esquecidos e/ou perdoados’, impuseram a restrição de que não seriam anistiados aqueles que utilizaram o ‘terrorismo’ em suas ações. E, assim, obtiveram a anistia de seus atos ignominiosos, pois se os ‘subversivos/terroristas’ fossem anistiados, eles também deveriam ser.

Ora, se partirmos da premissa de que o regime ditatorial foi o protagonista mor das violações dos direitos fundamentais do homem, praticando a tortura que recorrentemente levou à morte, e ainda fazendo ‘desaparecer’ os corpos dos militantes, através da ocultação dos cadáveres, não encontraremos razão suficiente que explique essa anistia pela via conciliatória. Hoje sabemos do falseamento dos dados daqueles militantes que morreram sob tortura. Como bem aponta o ex-sargento Marival Chaves, **“era comum fazer esse teatrinho, isto é, criar histórias para justificar as mortes das pessoas em torturas”** (ANEXO VIII). E mais, começam a vir à tona a elucidação de laudos e atestados de óbito falsificados por médicos legistas, sendo o mais famoso deles o Dr. Harry Shibata, ex-diretor do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, que acaba de ser condenado, perdendo seu cargo e sua aposentadoria. Foi ele quem assinou os laudos de Fujimori, Herzog, Manuel Filho, bem como,

“Assinou o laudo de Sonia Maria de Moraes Angel Jones, que depois de torturada, teve seus seios arrancados e foi estuprada com um cassetete. A versão do legista foi de morte em tiroteio”,(Jornal *O Globo*, de 19 de junho de 2012). Podemos ler nessa mesma matéria: “Shibata é processado pelo Ministério Público Federal por ocultação de cadáveres por causa do encontro de ossadas de presos políticos no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo.”

Embora negue ter visto cenas ou vestígios de tortura nos presos políticos, Shibata diz que ela existe “em qualquer lugar do mundo” – Eu não acredito que não exista polícia que não faça tortura – disse ele, que não descarta o método como forma de investigação (...).

Shibata diz que nunca fez um laudo falso: – Absolutamente. Nunca. Imagina. Eu tenho um juramento comigo mesmo. Eu sou espiritualmente muito doutrinado. E Jesus foi sempre quem pregou a verdade: “em verdade, em verdade, vos digo” – afirmou, dizendo que vai ter de “corrigir a mídia”: – É tudo mentira.” (Jornal *O Globo*, 19/6/2012)

Temos que ter muito claro que “(...) a anistia não foi um favor, mas uma exigência da sociedade brasileira. Nenhum de nós quer remexer o passado, mas apenas que se faça uma reflexão sobre uma pacificação que não houve. De 1979 até hoje já se passaram mais de 15 anos. É tempo de encontrarmos a paz que só a verdade sedimenta. Enquanto não chegarmos a antever que o futuro é o resultado do passado e que é preciso restabelecer a verdade histórica, não conseguiremos estancar os ressentimentos, que depois de tantos anos estão aí aos olhos de todos, mais visíveis do que nunca” (Hélio Bicudo, in *Mortos e desaparecidos políticos ...*, p. 87). Essas afirmativas são de 1995, e sabemos que houve avanço nas ações de políticas de memória, como as conduzidas pela Comissão de Anistia, criada em 2001, com seus Projetos Marcas da Memória, além dos recentes trabalhos da CNV.

Precisamos dar seguimento às políticas de memória com seus trabalhos de memória, pois “não há nada que justifique a tentativa de por um ponto final na questão sem esclarecer o que ocorreu, negando-se a apurar as circunstâncias das mortes e torturas”, como bem inferia André Herzog, em 1995, quando já havia se passado 20 anos da morte, na tortura, de seu pai, o jornalista Vladimir Herzog. Apesar de alguns avanços, principalmente no tocante à verdade dos fatos, sabemos que seu texto, elaborado no governo FHC aponta algumas questões ainda muito atuais:

“Quando saíram da Iugoslávia, meu pai e meus avós estavam à procura de uma nação livre, distante da barbárie nazista. Escolheram o Brasil para ser o seu país e Vlado até mudou seu nome para a versão em português, Vladimir.

Hoje é doloroso ver que na Europa os crimes cometidos pelo Estado são abertamente discutidos e aqui não. Sob esse aspecto, a abertura no Brasil foi mesmo a mais pífia de toda a América latina. Até no Chile, onde o ex-ditador continua no comando das Forças Armadas, um general acaba de ser preso. No Brasil, não estamos exigindo nem isso,

não pedimos punições, já que foi promulgada a Lei da Anistia em 1979. Queremos apenas que se apure a verdade e que ex-torturadores sejam afastados de cargos públicos. É muito?

A omissão do governo brasileiro chega mesmo a criar situações constrangedoras para o país na comunidade internacional. Ainda recentemente, o governo viu-se forçado a um tortuoso processo de exoneração de um adido militar em Londres, a pedido do governo britânico, por tratar-se de um ex-torturador.

Há poucos meses, o presidente da Anistia Internacional declarou que era “profundamente decepcionante” o tratamento dado no Brasil à situação dos desaparecidos políticos e suas famílias. O país assinou e não cumpre os tratados internacionais sobre Direitos Humanos.” (André Herzog, in *Mortos e desaparecidos políticos*, 2001, p. 82-3)³²

A Lei de Anistia de 1979, representa uma grande barreira legal/jurídica que precisa ser transposta, se quisermos realmente que a democracia em nosso país não seja um conceito ‘capenga’, como o foi, por exemplo, o liberalismo no século XVIII, que preconizava e difundia preceitos como igualdade e liberdade numa sociedade calcada no trabalho escravo. O verdadeiro ‘nó’ do problema é a menção aos “crimes conexos”, criando uma situação de ‘mão dupla’. Se os crimes dos ‘subversivos’ são anistiados, então, aqueles do Estado também devem ser esquecidos e anistiados. Esse aspecto da questão é bem explicitado e analisado num ensaio de Piovesan, que nos informa:

“Quanto à Lei de Anistia de 1979, que abrange crimes políticos praticados entre 1961 a 1979, há que se afastar a insustentável interpretação de que, em nome da conciliação nacional, a lei de Anistia seria uma lei de “duas mãos”, a beneficiar torturadores e vítimas. Esse entendimento advém da equivocada leitura da expressão “crimes conexos” constante da lei. Crimes conexos são os praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas, que se encadeiam em suas causas. Não se pode falar em conexidade entre os fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima. A anistia perdoou a estas últimas e não àqueles, perdoou as vítimas e não os que delinquem em nome do Estado. Ademais, é inadmissível que o crime de tortura seja concebido como crime político, passível de anistia e prescrição.” (Flávia Piovesan, in *O que resta da ditadura*, p. 100)

Nesse sentido, vimos assistindo desde 2009, momento do aniversário de 30 anos da Lei de Anistia de 79, às tentativas de reinterpretar a lei, exatamente com o objetivo de suprimir a menção de “crimes conexos”. Não podemos justificar e anistiar o

³² O jornalista Audálio Dantas escreveu um belíssimo livro sobre a trajetória de Herzog: “As duas guerras de Vlado Herzog – da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1ª. ed., 2012.

terrorismo de Estado, posto que é premissa do Estado amparar os seus cidadãos, mesmo em momentos de exceção do Estado democrático, de direito. Assim, não podemos aceitar que esse mesmo Estado, utilizando-se de artifícios como a suspensão do *habeas corpus*, a determinação do direito de suspeição estendido a qualquer cidadão, e ainda, o aprisionamento, a tortura e morte dos que foram declarados ‘dissidentes’, ‘subversivos’ e/ou ‘terroristas, passe em branco, ou seja, há que se impor o direito à verdade e à memória, incluindo-se aí o direito ao culto dos mortos. Esse foi o entendimento da juíza Solange Salgado, ao analisar a ação cominatória proposta por 22 familiares de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, bem como ao dirimir questões pertinentes à Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95):

“(…) A juíza, como nas sentenças dos casos citados, utilizou-se da Constituição de 1988, na qual está definido no artigo 37, parágrafo 6º., que: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. (...) considerou a norma constitucional para determinar a responsabilidade do Estado quanto às violações dos direitos fundamentais e à garantia do pleno exercício dos direitos humanos. Ponderou, utilizando-se do Direito Internacional de Direitos Humanos, que o desaparecimento forçado constitui-se numa violação de caráter permanente, que está acontecendo no presente a torturar as famílias das vítimas, e que esta violação cessa apenas quando se desvenda o destino da vítima e se esclarecem as circunstâncias em que os fatos ocorreram. (...) Ainda de acordo com a juíza, a Lei dos Mortos e Desaparecidos reconheceu a existência de uma política de Estado de desaparecimento forçado de dissidentes políticos e determinou o pagamento de indenizações. Contudo, segundo o seu entendimento, o que se pleiteia na ação é o **exercício do direito à verdade**, bem como o direito de cultuar os mortos”.(grifos nossos) (Teles, Janaína in *O que resta da ditadura*, pp. 286-87).

É interessante apontar o depoimento da historiadora Dulce Pandolfi à CNV, no dia 28/05/2013, pois é flagrante a ‘farsa’ de um regime político que se instituiu em nome da defesa da democracia, e que teve o amplo apoio das classes médias com suas “Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade”, como já apontamos. Assistimos em seu testemunho ela declarar que: “Aquela noite do dia 20/08/70, no momento em que eu entrei no quartel da Polícia do Exército, situado na Rua Barão de mesquita, número. 425, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, ouvi uma frase que até hoje ecoa forte nos meus ouvidos “**Aqui não existe Deus, nem Pátria, nem Família, aqui só existe nós e**

você". Ou seja, é a declaração de que ali naquele espaço institucional do Exército brasileiro, não haveria nenhuma legalidade, e as violações dos direitos humanos seriam cometidas pela força em nome do terror do Estado. Devemos ressaltar com todas as letras que ali **não era um "porão da ditadura"** (representação cristalizada que corrobora um discurso hegemônico). Como bem infere a historiadora **"(...) embora ali não existisse nem Deus, nem pátria, nem família, eu estava em uma dependência oficial do Exército brasileiro, uma instituição que funcionava a todo vapor, com todos os seus rituais, seus símbolos, seus hinos, sua rotina"** (ANEXO IX).

Devemos indagar o porquê da impunidade no Brasil. Como se explica que vários testemunhos acusem as ações ignominiosas de um delegado do DOPS/SP, a serviço do DOI-CODI/SP (OBAN), especialista em torturar mulheres, e nada aconteça. Em seu depoimento, o Dr. Calandra, codinome **'Capitão Ubirajara'**, quer nos fazer crer que apesar dos 8 anos que aí esteve nunca viu nada! Sabemos que em outros países, muitos réus foram condenados apenas em função das acusações dos testemunhos. Países em que a anistia/amnésia foi substituída pela anistia/anamnese. Ou seja, não houve conciliação, muito menos perdão, e sim 'justiça de transição', como na Argentina. O processo de transição na África do Sul, no pós-*Apartheid* também teve uma mecânica bem diferente. Aí a Comissão de Verdade e Reconciliação, só anistiava com o perdão caso se efetivasse uma confissão convincente. Após as vítimas testemunharem – aí os réus testemunhavam depois das vítimas e em função dos seus depoimentos, os réus – se confessassem seus atos de violação dos direitos humanos – poderiam ser anistiados, dependendo da avaliação da Comissão³³. No Brasil, não conseguimos sequer estabelecer a verdade, pois a anistia se deu pelo esquecimento, e deixou como lastro uma cultura da impunidade, da conciliação pelo esquecimento, e só agora estamos 'correndo atrás' do direito à verdade e à memória.

Uma questão recorrente nos depoimentos dos testemunhos na CNV diz respeito ao caráter revanchista da Comissão. Assim, militares como o general Álvaro de Souza Pinheiro, declaram abertamente que a 'CNV é revanchista', além de ser uma 'farsa' (ANEXO VII). Já os militantes que foram vítimas de tortura são unânimes em dizer que "não é revanche", "não é vingança", "só queremos a verdade", afinal, como afirma o

³³ Edson Teles nos informa que "das 29 mil testemunhas, cerca de 7 mil eram agentes da repressão – policiais, oficiais militares e políticos – dos quais apenas 17% foram anistiados (pouco mais de 1.100 pessoas), já que o restante prestou falso ou incompleto testemunho". Vale ressaltar que testemunhando os seus crimes de violação dos direitos humanos eles estariam salvos do julgamento.

jornalista Sérgio Gomes (ANEXO X), na Audiência Pública relativa ao DOI-CODI/SP (OBAN): **“a vingança é a justiça dos bárbaros e a justiça é a vingança dos civilizados. É evidente que essas pessoas têm de vir aqui e passar a limpo”**: fez essa declaração olhando fixamente para o ‘Capitão Ubirajara’, que acabara de entrar na sala da Audiência. Com relação à cultura da amnésia que se impôs a partir da Lei de Anistia de 1979, queremos destacar a seguinte análise de Heloísa Greco, que nos ajuda a entender as atitudes dos depoentes na CNV:

“Na ofensiva da *imposição do esquecimento* (Cardoso, 1990, p.138) que transversaliza todo este processo, a *anistia/amnésia* formula discurso próprio que tem como matriz a palavra *revanchismo*. Este é atribuído às entidades de anistia e, na sequência, aos seus herdeiros políticos – uma vertente dos movimentos de direitos humanos, os grupos *Tortura Nunca Mais* e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos – , à esquerda e à oposição em geral. O repertório de argumentações instituído por este termo é até hoje brandido contra os que insistem em lutar pelo direito à verdade: a questão do resgate do passado e da reparação histórica é colocada em conexão direta com o sentimento de vingança ou de *ódio pessoal*, o qual além de mesquinho e aviltante, por definição nada tem de político, processando-se no registro do *particular*, do *privado* e até do *foro íntimo*. O objetivo é, a partir da desqualificação e da despolitização da própria essência do *contradiscurso* da anistia/anamnese, escamotear as iniquidades da ditadura militar. Processa-se, assim, um deslocamento semântico cujo efeito se mostra eficaz e duradouro.”(Heloísa A. Greco, ‘A dimensão trágica da luta pela anistia’, *in* Desarquivando a ditadura, pp. 532-3).

Analisando os discursos dos militares na CNV encontramos todos esses componentes, que buscam a ‘desqualificação’ do opositor, não só nos dias de hoje, como nos momentos em que os atos de violações aos direitos humanos foram cometidos. Por exemplo, o médico Amílcar Lobo, diante dos clamores de presas políticas, no DOI-CODI/RJ, para que não deixasse que uma companheira fosse torturada por estar grávida de 5 meses, infere: **“Comunista não pode engravidar”** (ANEXO IX – depoimento de Dulce Pandolfi). Mas, vamos voltar para o aqui e agora, esse passado que não quer passar. Ainda estão vivas na memória social, as fotos de tortura e maus tratos dos órgãos de repressão da ditadura militar, que dois jornais (de Brasília e de Minas Gerais) publicaram em 2004; sendo também publicadas, posteriormente, por outros jornais de grande circulação. Esse acontecimento trouxe à tona a discussão sobre a abertura dos arquivos secretos da ditadura. Problema esse que nem o governo Lula, e tampouco o de Dilma Rousseff, se dispuseram a encarar, o que, certamente, frustrou as

expectativas de todos os que anseiam por verdade, bem como por justiça. A reação dos militares aponta para a total falta de respeito ao direito à memória e à verdade, e impressiona também pela convicção que essa corporação tem da impunidade.

A anistia/esquecimento fez com que a apologia ao crime, isto é, a violação dos direitos humanos seja vista como algo absolutamente natural, isto é, naturaliza-se a violência. E mais: aqueles que se opõem a sua prática são vistos como os verdadeiros inimigos da paz social, da ordem estabelecida, são revanchistas e vingativos. Em resposta às matérias que divulgavam a ‘barbárie’ impetrada pelos militares, vemos a nota elaborada pelo Centro de Comunicação Social do Exército, de 17/10/2004:

“Até o início dos anos 70, ocorreu no Brasil um movimento subversivo, atuando a mando de conhecidos centros de irradiação do Movimento Comunista Internacional, que pretendia derrubar, pela força, o governo brasileiro **legalmente constituído**. [...] Obedecendo ao clamor popular, o Exército integrou, com as demais Forças Armadas e polícias, uma força de pacificação para levar o Brasil de volta à normalidade. [...] As medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas. Dentro dessas medidas, sentiu-se a necessidade da criação de uma estrutura, com vistas a apoiar, em operação e inteligência, as atividades necessárias para desestruturar os movimentos radicais e ilegais. [...] Quanto às mortes **que teriam ocorrido** durante as operações, o Ministério da Defesa tem, insistentemente, enfatizado **que não há documentos históricos que as comprovem**, tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época **foram destruídos em virtude de determinação legal**. [...] **Depoimentos** divulgados pela mídia, **de terceiros** ou **documentos porventura guardados por particulares** não são de responsabilidade das forças armadas”. (grifos nossos) (*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 de outubro de 2004, p.3)” (Heloísa A.Greco, in *Desarquivando a ditadura*, p. 533-4).

Em síntese, temos aí, além de um discurso absolutamente ideologizado, que não corresponde à realidade dos fatos históricos, uma vez que os governos militares foram instituídos através do Golpe de Estado de 1964, que destituiu, aí sim, um **governo legalmente constituído**, vemos ainda a recusa em assumir que torturaram, mataram, ocultaram cadáveres. Quanto aos “**depoimentos divulgados pela mídia**”, a nota se refere, por exemplo, às matérias que as revistas ‘*Veja*’ e ‘*Isto É*’ haviam publicado, no início dos anos 90 e 2000, respectivamente, com base nas informações do ex-sargento

Marival Chaves, que faz recorrentes referências às matérias e a sua participação nelas, em seu depoimento à CNV (ANEXO VIII).

No Relatório ‘*Nunca Más*’ (Argentina, 1984), vemos a menção às lutas das extremas direita e esquerda, na década de 70, em vários países. É apontado o exemplo da Itália, e a atuação das ‘Brigadas Vermelhas’ (grupo de ultraesquerda), que sequestrou o Juiz Aldo Moro (1978), democrata-cristão que compunha o Parlamento italiano. Nesse episódio, um membro do Serviço de Segurança propôs ao general Della Chiesa o emprego da tortura em um detido, pois o mesmo parecia saber muito sobre a ação. Diante dessa proposta, o general declarou: **“A Itália pode se permitir perder a Aldo Moro. Não, ao contrário, implantar a tortura.”**³⁴ Não foi isto que assistimos nas ditaduras latino-americanas. O general Geisel, por exemplo, a despeito de ter ficado com o signo do presidente militar que propagou a distensão lenta e gradual do regime militar, a partir de 1973, momento em que o slogan deixou de ser “desenvolvimento com segurança”, passando para “continuidade sem imobilismo”, não tem a mesma concepção sobre a tortura. Além disso, hoje sabemos que foi, justamente, quando houve um significativo aumento dos ‘desaparecidos’: “num total de 73 militantes assassinados, 38 deles se tornaram desaparecidos e 35 compuseram a estatística dos chamados ‘mortos oficiais’” (Teles, Janaina in *O que resta da ditadura*, p. 259). Em suas memórias ele afirma: **“Acho que a tortura, em certos casos, torna-se necessária para obter confissões [...]. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura para obter determinadas confissões, e, assim, evitar um mal maior”**. (D’Araújo, 1998, p. 225)” (Greco, Heloisa Amélia, in *Desarquivando a ditadura*, p. 535). Cabe ressaltar que a Itália perdeu o Juiz Aldo Moro: não praticou a tortura **‘para evitar um mal maior’**.

“Os ‘trabalhos de memória’ na Argentina”

Na Argentina, não só pela grande quantidade de desaparecidos, o processo de transição se deu de forma bem diferente do nosso. Com relação ao número de desaparecidos, Pilar Calveiro – cientista social argentina que foi sequestrada por um Comando da Aeronáutica, no meio da rua, no dia 7 de maio de 1977, passando um ano e sete meses por diversos ‘campos de concentração’ argentinos – menciona outra cifra, diferente dos 30 mil desaparecidos, representados na memória social argentina. É

³⁴ CONADEP - Relatório *Nunca Más*,: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 9ª. ed. – Buenos Aires: Eudeba, 2014, p. 11

importante transcrever aqui o trecho de seu livro “Poder e Desaparecimento – os campos de concentração na Argentina”, em que discorre sobre essa questão:

“(…) Não parece desmedido, portanto, falar de 15 ou 20 mil vítimas em nível nacional e durante todo o período. Algumas entidades de defesa dos direitos humanos, como as ‘Madres de la Plaza de Mayo’, se referem a uma cifra total de 30 mil desaparecidos.

Dez, vinte, trinta mil torturados, mortos, desaparecidos. Nestes cálculos as cifras deixam de ter uma significação humana. No meio dos grandes volumes os seres humanos se transformam em números constituintes de uma quantidade, é então quando se perde a noção de que se está falando de indivíduos. A mesma **massificação** do fenômeno atua desumanizando-os, convertendo-os numa questão estatística, em **um problema de registro**. Como assinala Todorov, “**um morto é uma tristeza, um milhão de mortos é uma informação**”³⁵. As longas listas de desaparecidos, financiadas pelas organizações de direitos humanos, que se publicavam nos jornais argentinos a partir de 1980, eram uma recordação de que cada linha impressa com um sobrenome e um nome representava uma pessoa de carne e osso que havia sido assassinada. Por isso eram tão impactantes para a sociedade. Por isso, causavam tanta irritação nos militares.” [Livre tradução] (CALVEIRO, 2014, pp. 29-30).

Se por um lado esse dado numérico dos ‘desaparecidos’ levou a um outro tipo de transição, entendida como ‘justiça de transição’, sem conciliação e negociação com os militares (diferentemente do Brasil, não houve uma Lei de Anistia elaborada e instituída no governo das Juntas Militares), por outro lado, não podemos justificar o nosso caráter conciliatório em função do quantitativo que a repressão atingiu na Argentina, bem como no dado quantitativo, aliado ao qualitativo da repressão no Chile, que tem como símbolo o ‘massacre do Estádio Nacional’. Vale lembrar a assertiva de Todorov, pois a questão não é numérica, e sim de ausência de direitos humanos, ou melhor, de violação dos direitos essenciais que todo ser humano deve ter como garantia de sua humanidade.

A transição na Argentina começou pelo trabalho de memória, da insistência das “Madres de la Plaza de Mayo” ao direito à verdade, que levou à constituição de uma justiça de transição. Nesse sentido, elas proclamavam: “**com vida os levaram, com vida os queremos de volta**”, ou ainda “**não esqueceremos e não perdoaremos**”. Ou seja, o esquecimento não fez parte desse processo, como foi o nosso caso em que a

³⁵ Todorov, Tzvetan, Frente al limite, México, Siglo XXI, 1993, p. 189).

anistia, muito em função da volta dos exilados políticos, implicou no esquecimento, como já vimos. Dessa forma, a forte presença de grupos militantes pelos direitos humanos (direito à verdade, direito à justiça), nacionais e internacionais, em função da grande quantidade de ‘desaparecidos’ políticos, forçou o Estado a levar os perpetradores da ‘barbárie’ a serem julgados (“el Juicio de las Juntas”).

Cabe ressaltar que muitos militantes dos direitos humanos também foram presos, levados para campos de concentração, sendo mortos e desaparecendo. Já apontamos que o ‘dever de memória’, o ‘trabalho de memória’ e suas ‘políticas de memória’ levaram (não sem muitas querelas, e também de retrocessos como a lei do ‘**Punto Final**’), esse país a julgar e condenar militares e agentes civis da repressão. Em seu livro “A história política do ‘*Nunca Más*’ – a memória dos desaparecimentos na Argentina”, Emilio Crenzel faz um estudo detalhado de todo o processo que levou não só à confecção do relatório da CONADEP – Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos, sob a coordenação do literato Ernesto Sabato – como também dos ‘Juicios’, como ficaram conhecidos os julgamentos dos que violaram os direitos humanos, com torturas em campos de concentração e desaparecimentos forçados. Já apontamos a reação do literato Jorge Luis Borges, num flagrante desrespeito aos familiares dos desaparecidos, descrito no livro de Crenzel. Também é curioso o episódio em que o advogado do almirante Massera, Dr. Prats Cardona, perguntou a uma jornalista (Ruiz Guiñazú) se ela conhecia a algum inocente perseguido na luta antissubversiva. Ela replicou que sim, as crianças desaparecidas. Crenzel faz o seguinte comentário a respeito : “Longe estavam tanto a pergunta como a resposta do pensamento da Ilustração, já que ambas supunham a limitação dos sujeitos de direito” (CRENZEL, E., 2014, p. 244). Temos, ainda, a declaração do general Viola que foi o único acusado que se referiu ao Relatório (*Nunca Más*), e o fez se contrapondo a ele, afirmando: “definitivamente nunca más”. O General ainda foi noticiado no jornal *Tiempo Argentino*, de 13 de outubro de 1985, p. 10, “Viola: no habría democracia sin la guerra antissubversiva”.(idem, p. 244). Encontramos argumento semelhante no prólogo que o coronel Ustra faz em seu depoimento na CNV, quando afirma que quem deveria estar ali é o Exército brasileiro, e **que se hoje ele estava ali é porque eles, os militares, garantiram a democracia** (ANEXO VI).

A título de conclusão e ainda com relação às questões relativas à historicidade do “*Nunca Más*”, Crenzel aponta uma questão que nos parece fundamental, e que está

imbricada nas ‘disputas de memória’, que compõem o substrato para as políticas de conformação e desenvolvimento dos direitos humanos: “Assim, enquanto a promotoria, os sobreviventes e os ex membros da CONADEP convocados pelo tribunal silenciaram as filiações políticas dos desaparecidos para legitimar os direitos cidadãos, as defesas procuraram expô-las para negar a condição cidadã das testemunhas. Ambas estratégias ilustram os limites da noção de cidadania da democracia *temprana* ao não assumir plenamente o caráter universal dos direitos humanos e sua independência de qualquer ato cometido por aqueles que sofreram sua violação”. [Livre tradução] (CRENZEL, 2014, p. 141). [Não encontramos tradução para “*democracia temprana*”, que é o oposto de “*democracia tardia*”].

A cultura da memória na Argentina está de tal forma enraizada que encontramos um livro para ser utilizado no ensino médio, elaborado por três educadoras (especializadas em “currículos e práticas escolares”), ligadas a FLACSO- Argentina (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). O objetivo do livro é o ‘dever de memória’, ou seja, levar os alunos aos ‘trabalhos de memória’. Intitula-se “Fazendo Memória no País do Nunca Mais” e podemos ler na contracapa:

“O ensino da história das últimas décadas é ainda uma matéria pendente na educação argentina. Particularmente, o capítulo ausente é também o mais penoso: o da repressão militar e as lutas pelos direitos humanos. Mas não é somente o mais penoso: seus efeitos se projetam na dificuldade para alcançar uma vida democrática, republicana e justa no nosso país. Através de cinco problematizações – o papel do Estado e a sociedade, a juventude, a violência e a tolerância, a memória e o esquecimento, e as marcas da ditadura na democracia -, este livro pretende ser um suporte para que docentes e alunos abordem a leitura do *Nunca Más*. Para as autoras, repensar a história, recompor outras memórias, que por serem dolorosas e trágicas foram silenciadas ou ocultadas, é também contribuir a pensar outros futuros, a imaginar e a construir uma sociedade onde os desaparecimentos e a tortura já não estejam presentes.”

Vamos apontar apenas um exemplo de atividade que o livro apresenta. Vemos um cartaz, de divulgação pública, onde se lê: “**Democracia é Direitos Humanos -10 de dezembro – Dia Universal dos Direitos Humanos.**” “**Atividade:** Busquem informações e elaborem cartazes que permitam reconstruir a história a favor do respeito aos direitos humanos”. (Silvia Gojman; Silvia Graciela Finocchio; Inés Dussel – *Haciendo memoria en el país de Nunca Más*”, 2ª.ed., 5ª. reimp., Buenos Aires: Eudeba,

2012. Universidad de Buenos Aires). Em nosso país, sequer o dia 10 de dezembro é comemorado oficialmente, isto é, pelo Estado brasileiro, como o Dia Internacional dos Direitos Humanos!

Outra publicação que aponta para a política de memória, denotando o desenvolvimento de uma cultura da memória, que persegue o não esquecimento e o silêncio sobre o direito à verdade e o direito à justiça, direitos humanos fundamentais e essenciais para sociedades que vivenciaram experiências traumáticas, como as ditaduras militares, é o livro **“Ni el Flaco Perdón de Diós – Hijos de Desaparecidos”**³⁶, organizado por Juan Gelman – argentino e um dos maiores poetas latino-americanos, jornalista e Montonero, que por razões políticas deixou a Argentina, residindo no México atualmente – e Mara La Madrid, também argentina, psicanalista, militante em diversos organismos de direitos humanos. Em outubro de 1974 se exilou com sua família no México, momento crítico na política argentina, marcado pelo retorno de Perón e pela instituição do governo Cámpora.

Pilar Calveiro também participou da pesquisa para a feitura desse livro, que é composto por depoimentos, entrevistas, cartas de filhos de desaparecidos. Alguns encontraram a mãe, ou o pai, às vezes, fora do país. Outros ainda estão em famílias que não são as suas. Constituem o universo de crianças que ou foram levadas no ato da prisão de suas mães e/ou pais, ou nasceram nas prisões, sendo arrancadas de suas mães e levadas para outras famílias. Quase sempre era feito um ‘teatro’ em que as mães escreviam cartas para as suas mães e/ou sogras, pedindo que cuidassem de seus filhos, no entanto, já eram imediatamente levadas para outras famílias! É importante ressaltar que o ‘aparecimento’ e ‘resgate’ desses filhos de desaparecidos é fruto das ações “de las

³⁶ O Relatório ‘Nunca Más’ assim coloca a questão dos filhos dos desaparecidos:

“Quando uma criança é arrancada de sua família legítima para inseri-la em outro meio familiar, escolhido de acordo com uma concepção ideológica “do que convém para a sua salvação”, está se cometendo uma pérfida usurpação de papéis. Os repressores que arrancaram as crianças desaparecidas de suas casas ou de suas mães no momento do parto decidiram sobre a vida daquelas criaturas com a mesma frieza de quem dispõe de um botim de guerra. Despojados de sua identidade e arrebatados de seus familiares, as crianças desaparecidas constituem e constituirão por um longo tempo uma profunda ferida aberta em nossa sociedade. Neles golpeou-se o indefensável, o vulnerável, o inocente, e deu-se forma a uma nova modalidade de tormento.

Esta penosíssima situação foi prontamente enfrentada pela extraordinária tarefa que, com infatigável constância e discricção, iniciaram as Avós de Plaza de Mayo, que permitiu até a data registrar 172 crianças desaparecidas, dos quais a maioria foi levada no momento da prisão de suas mães ou nasceram na prisão. Dessas, 25 foram encontradas, mas não as 147 restantes, ainda que existam múltiplos indícios e diligências que dão ânimo para futuras localizações.” (Livre tradução)(Relatório do CONADEP – *Nunca Más*, Buenos Aires, Eudeba, 2006. p. 303. Edição do 30º. Aniversário do Golpe de Estado.)

Madres e Abuelas de la Plaza de Mayo”, e sua obstinada luta por verdade e justiça. Não à toa figuraram na imprensa nacional, e internacional, como as “loucas” da Plaza de Mayo, afinal, “(...) aos resistentes atribuem-se o rótulo de radicais, não como virtude e coragem, mas como inconseqüência, desconhecimento de nossas *virtudes conciliatórias*, devido ao temor ou supervalorização do poder dos conservadores, sejam eles forças repressivas ou mesmo *intelligentsia* da classe dominante. Ao projetar os conflitos dessa maneira, os analistas formulam os termos e atribuem a si a definição da história como um caminho único, um tempo sem intervalos, rupturas, ou mesmo duas noções recorrentes nos registros históricos latino-americanos: civilização ou barbárie. A prudência aparece como valor a ser perseguido, indicando para muitos a esperteza das negociações, sempre pelo alto, afastando as *démarches* populares do campo das decisões e acordos que levam à sua manutenção”. (Zilda Márcia Gricoli Iokoi, “A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade”, in *Desarquivando a Ditadura*, pp. 501-2).

“Os depoimentos de testemunhos & os documentos oficiais das Forças Armadas: os trabalhos da CNV na reconstituição da verdade histórica”

Precisamos ter muito claro que a tradição política liberal, aquela do liberalismo político de John Locke, estabelece como fundamento básico a ideia de que todo súdito tem direito a se opor ao estado de tirania. Assim, todo cidadão pode e deve se opor àquele que em nome do poder instaura uma ditadura, implanta o terror, suprime as liberdades individuais, e o direito de qualquer um a se opor a qualquer regime instituído. O Golpe de Estado de 1964 derrubou um governo legalmente constituído, instituindo uma ditadura militar, ou seja, um regime onde não havia liberdades individuais e, tampouco, política. Nesse sentido, “(...) *mesmo a partir do ponto de vista dos princípios do liberalismo político*, o argumento que visa retirar a legitimidade da violência contra o aparato repressivo da ditadura militar brasileira é inaceitável. (...) Insistamos nesse aspecto: mesmo do ponto de vista da tradição liberal, a situação brasileira é uma completa aberração intolerável. (...) Devemos levar esse ponto a sério e perder o medo de dizer em alto e bom som: ***toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal***” (grifo nosso) (Vladimir Safatle, “*Do uso da violência contra o Estado ilegal*”, in *O que resta da ditadura*, p. 245). Isto pode soar estranho nos dias de hoje, mas nos anos 70, do século passado, fazia muito sentido:

“[...] Sobre a proposta que me fizeram, cheguei à conclusão de que não posso aceitar, não posso largar tudo; seria atentar contra minha própria consciência. E, para mim, essa consciência é algo de muita importância. Minha decisão é firme e bem pensada, para mim nada vale o enquadramento dentro do esquema. No momento, só há mesmo uma saída: transformar este país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta, enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social.” (Relatório Final da CNV, Volume I, p. 680 – Trecho de uma Carta de Guilherme Gomes Lund para seus pais, datada de fevereiro de 1970, in MONTEIRO, Adalberto et al. *Guerrilha do Araguaia*, São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, pp. 151-52).³⁷

Temos como premissa, a certeza inabalável de que o ‘terrorismo’ implantado, a partir da ditadura militar instaurada em 1964, foi o ‘terrorismo’ de Estado, e não o das organizações armadas. E nesse sentido, vamos apontar e analisar algumas questões pertinentes aos depoimentos que escolhemos, e transcrevemos a partir das Audiências Públicas disponíveis no YouTube.com. Alguns depoimentos como o do delegado do DOPS/ES Cláudio Antônio Guerra, o do ex-sargento Marival Chaves em Sessão feita em Brasília (o do Rio de Janeiro fizemos a transcrição), além dos de Ubirajara Ribeiro de Souza, Félix Freire Dias, e Mauro Magalhães, foram consultados no 3º. Relatório Preliminar de Pesquisa (25/03/2014), da CNV, bem como a Denúncia de Inês Etienne, feita à OAB/Federal, disponibilizados no *Google* e de fácil acesso.

O general Álvaro de Souza Pinheiro em seu depoimento (ANEXO VII) se compraz em afirmar que a população nunca esteve ao lado dos ‘guerrilheiros’, além disso, eles (os militares) tinham a incrível capacidade e facilidade de cooptar os camponeses da região do Araguaia. No entanto, de acordo com documentação do Exército, que a CNV teve acesso e que publicou no primeiro volume de seu Relatório Final, composto por três volumes, podemos ver:

“(...) Diversos relatórios fazem referência às dificuldades encontradas pelas Forças Armadas para trazer a população local para o seu lado, afirmando que as operações de Ações Cívico-Sociais (Aciso) obtiveram sucesso apenas temporário, e que, tão logo o Exército retirasse suas tropas, as chamadas “condições favoráveis para a guerrilha rural” – concentração de terras, alto índice de analfabetismo, elevada parcela da população vivendo em extrema pobreza etc. – reapareceriam,

³⁷ Guilherme Gomes Lund, nasceu em 11/7/1947, estudava Arquitetura na UFRJ quando entrou para a clandestinidade. Militante do PCdoB, desapareceu no dia 25/12/1973, a 5 ou 6 KM da Base de Mano Ferreira, próximo à Palestina(PA), numa ação da Operação Marajoara. “ ‘Circunstâncias de Desaparecimento e Morte’: Segundo o Relatório Arroyo, Guilherme Gomes Lund era uma das 15 pessoas que se encontravam no acampamento da Comissão Militar na hora do ataque das Forças Armadas ocorrido em 25 de dezembro de 1973, episódio conhecido como “Chafurdo de Natal”. No Relatório do Ministério da Marinha, de 1993 e no Relatório do CIE, Ministério do Exército, também consta esta data para a morte de Guilherme.”(Relatório Final CNV, Volume III, p. 1491).

possivelmente, de maneira mais aguda.” (Relatório CNV, Vol. 1, p. 690).

Vamos, a seguir, apontar alguns tópicos retirados do Relatório Final da CNV, relacionados à Guerrilha do Araguaia, e assim poderemos analisar as declarações dadas pelo general Álvaro de Souza Pinheiro, único militar dentre os que atuaram no Araguaia, que se dispôs a depor na CNV, e o fez de uma forma absolutamente ‘irônica’, ‘sarcástica’. Avaliamos que esta postura, no fundo, aponta para um ‘vago’ receio de possíveis retaliações/julgamentos; mas, diante da ‘ameaça’ temos como resposta a força e a agressividade, típicas de quem ainda não concebe a existência de um Estado de Direito. Por outro lado, denota também a convicção de que o ‘silêncio’, o ‘esquecimento’ e a ‘impunidade’ foi o que restou de uma anistia conciliatória, que não permitiu o desenvolvimento de dois dos direitos humanos mais fundamentais e essenciais para uma sociedade, que viveu uma das mais longas ditaduras latino-americanas, só perdendo para o Paraguai de Stroessner: o direito à memória e o direito à verdade. E sem verdade não há justiça, certamente, esta última é o que eles, ainda, temem.

Devemos ter muito claro qual foi o papel da CNV. A Comissão Nacional da Verdade não teve poder processante, nem jurisdicional ou inquisitorial. Sua única tarefa e/ou função foi a de recontar, reconstituir, trazer à luz a verdade dos fatos ocorridos no período de 1946-1985. Objetivou apenas apontar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos, levadas a cabo pelos agentes da repressão (civis ou militares). Não podemos perder de vista, também, que a Comissão se instituiu com o fito de restabelecer a ‘reconciliação nacional’. E isto se deu em razão da forma em que foi conduzida a anistia, em 1979, que em nome da ‘conciliação’ selou o ‘esquecimento’, e, assim, 50 anos depois temos o processo da rememoração, da anamnese, que deveria ter ocorrido na transição dita democrática, ou ainda, na redemocratização. Assim, os trabalhos da CNV tiveram como meta, reconstituir, com base na verdade dos fatos, as graves violações aos direitos humanos, não para efetuar justiça, mas para instituir a ‘verdade’, estabelecendo, assim, o direito à verdade.

Pelos depoimentos em anexo, podemos constatar que não é essa a visão que os militares, enquanto instituição, ou seja, as Forças Armadas, têm do papel da Comissão Nacional da Verdade. Alguns se referem à CNV, como a “**comissão da meia-verdade**”, outros falam de uma “**indústria da indenização**”, e todos se aprazem em dizer que o

momento histórico hoje é outro, bem diferente daqueles tempos, isto é, são retóricos na acepção ampla do termo, ou seja, são empolados, bombásticos; seus discursos são providos de ornamentos vazios, pois não têm como justificar, nos dias de hoje, os crimes que cometeram contra a pessoa humana. Sabem, como nós, que são crimes que não têm derrogação, e, portanto, podem ser levados à punição. Dessa forma, é inerente a associação entre os pares anamnese/verdade e julgamento/justiça, ainda que a CNV fale apenas de verdade e reconciliação. É interessante observar que o testemunho Ubirajara Ribeiro de Souza, ao dar seu depoimento sobre a Casa da Morte/Petrópolis, diz o tempo todo que não tem nada a declarar; sua advogada afirma, reiteradamente, que ele não irá dizer nada, pois segundo ela, foi noticiado que os nomes dos depoentes seriam enviados para o Ministério Público. O delegado Cláudio Antônio Guerra em seu depoimento comenta essa questão:

“Pedro Dallari (CNV): Há alguma declaração final que o Sr. queira fazer nesta sessão?”

Cláudio Antônio Guerra: Não, deixa para a gente fazer... Por que (*sic*) tem muita coisa. As coisas para poder andar tem que haver uma abordagem primeiro, entendeu? Se não, não consegue chegar porque as pessoas chegam aqui e tem medo, por causa do discurso do Ministério Público. Vai dar processo, vai dar tanto de cadeia, é isso, é aquilo. Quando eu tive há pouco tempo a pedido da Comissão lá de São Paulo, eu fui conseguir localizar um companheiro passado. Ele estava disposto, inclusive, a entregar documentos. E depois dos noticiários não quer mais embora ele me deu alguns detalhes do... Acho que é melhor a gente conversar depois sobre o Perus e etc. (3º. Relatório Preliminar – CNV, Tomada de Depoimento (transcrição), Cláudio Antônio Guerra, 23/7/2014 – Completo – Áudio – Brasília. Responsáveis pela tomada de depoimento: Pedro Dallari, José Carlos Dias e Paulo Sérgio Pinheiro; NUP: 00092.001686/2014-88).”

Com relação aos casos de mortos e desaparecidos políticos, a CNV nos informa, em seu Relatório Final, que duas fontes foram fundamentais para os seus trabalhos de apuração e elucidação da verdade: o livro relatório da CEMPD – **“Direito à memória e à verdade”**, e o livro **“Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”**³⁸. Assim, vemos algumas conclusões da CNV relativas, por exemplo, à Guerrilha do Araguaia, que sempre foi coberta pelo véu do esquecimento, imposto à população pelos militares, ainda quando estavam ocorrendo os episódios.

³⁸ “De acordo com o livro Dossiê ditadura, foram levantados os nomes de 257 mortos e 169 desaparecidos por motivos políticos, vítimas da ditadura instalada em 1964, totalizando 426 pessoas. Na sua maioria, foram mortas sob tortura ou desapareceram em virtude de ações dos órgãos de repressão política. Desses, 22 são brasileiros que morreram no exterior, muitos dos quais vítimas da Operação Condor; 13 morreram das sequelas de torturas, suicídios, acidentes suspeitos ou casos cujas mortes não foram esclarecidas. Cf. Criméia Alice Schmidt de Almeida, Janaína de Almeida Teles, Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Lisboa. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 1964-1985 (São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009).”

“Os documentos oficiais, somados aos relatos dos sobreviventes e testemunhas, permitem perceber um padrão de conduta que inclui torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados. No tratamento dos camponeses e indígenas prevaleceu a integração de ações puramente coercitivas, de um lado, e a oferta de serviços do Estado, por outro. Ao mesmo tempo que buscaram angariar apoio da população por meio de medidas como a organização de serviços médicos e sanitários, prenderam qualquer pessoa que tivesse travado o mínimo contato com os guerrilheiros, de maneira a ressaltar os custos envolvidos na colaboração ou simples convivência pacífica com eles. As Aciso, que tinham o objetivo de apresentar à população uma face “humana” das forças oficiais, também eram instrumentalizadas a serviço do sistema de informações que passou a funcionar na região do Araguaia. Os órgãos do governo, como o Inbra ou DNER, foram amplamente utilizados como fachada para o funcionamento de atividades de investigação e repressão. O disfarce utilizado pelo Major Curió e a fachada do principal centro clandestino de detenção da região, a Casa Azul, como DNER, são exemplos disso. Nesse sentido, nem mesmo as ações “sociais” empreendidas na região estavam desprovidas de caráter de repressão. Predominavam as prisões arbitrárias, a restrição à ampla defesa e as torturas, que foram empregadas como forma de obtenção de informações e também como mecanismo para a constituição de uma cultura do medo junto à população da região.

Esse duplo aspecto da tortura no Araguaia tem profunda relação com a desproporcionalidade das ações das Forças Armadas. Enquanto o PCdoB enviou 69 militantes à região, o Exército ocupou a área com aproximadamente 10 mil homens, em diferentes operações. O uso desproporcional da força atingiu guerrilheiros, camponeses e indígenas. Mesmo nos marcos da ordem jurídica vigente à época, as violações foram flagrantes e recorrentes. A montagem de um verdadeiro sistema de repressão na região do Araguaia teve, como resultado final, a eliminação de quase todos os envolvidos com a experiência da guerrilha, mesmo daqueles que se renderam ou buscaram abandonar a área. Como demonstram os documentos militares, a decisão de executar os guerrilheiros partiu do comando das Forças Armadas e não pode, portanto, ser considerada excesso dos agentes presentes em campo em situações específicas: se eles conduziram torturas, execuções e desaparecimentos forçados foi porque essas condutas estavam previstas nos manuais de guerra que inspiraram as ações militares na região e nas decisões políticas e estratégicas adotadas pelo alto escalão do poder político no país.

A partir dessa perspectiva, explica-se o silêncio imposto pelas Forças Armadas a tudo que diz respeito à Guerrilha do Araguaia. Tal silêncio data, ainda, do próprio período da guerrilha. A ideia que a experiência de combate aos guerrilheiros deveria permanecer oculta e inexistente aos olhos da população brasileira pode ter sido uma das causas para a política de desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres conduzida pelas Forças Armadas. É como se a esses guerrilheiros tivesse sido negado o próprio direito de existir e, às suas famílias, fosse negado o direito fundamental à informação e ao luto por seus entes queridos.

Tendo por objetivo romper o silêncio que paira sobre o episódio da guerrilha, a CNV, para além das atividades de pesquisa documental, realizou 3 audiências públicas: a 1ª., em novembro de 2012, na cidade de Marabá, onde foram coletados depoimentos de camponeses e indígenas afetados pelo aparelho de repressão montado pelas Forças Armadas na região; a 2ª. ocorrida no Distrito Federal, no mês de agosto de 2014, quando foram ouvidos os relatos de 2 ex- guerrilheiros (Criméia Schmidt e Danilo Carneiro) e de familiares de desaparecidos políticos no episódio – agentes da repressão envolvidos nas operações de contraguerrilha, como o Coronel reformado Sebastião Rodrigues de Moura, o “Curió”, e o General Thaumaturgo Sotero Vaz foram convocados mas não compareceram. No mês de setembro de 2014, a CNV realizou ainda uma diligência ao centro de tortura clandestino conhecido como Casa Azul, na cidade de Marabá. A visita

foi guiada por camponeses torturados no local e um ex-Cabo que ali montava guarda. A diligência visitou um cemitério onde teriam sido enterrados os corpos de algumas vítimas do regime militar. Por mim, foi realizada uma 2ª. Audiência Pública na cidade de Marabá, quando foram coletados depoimentos de mais alguns camponeses torturados pelas Forças Armadas. Em paralelo às atividades públicas, assessores da CNV coletaram em sessões reservadas, depoimentos que pudessem lançar luz sobre os episódios da guerrilha.

A Guerrilha do Araguaia constitui um caso exemplar para a compreensão da estrutura da repressão política no Brasil. A organização de um sistema de informações e, posteriormente, de extermínio daqueles que eram considerados inimigos atingiu o máximo de sua maturidade nesse episódio. O discurso de combate ao inimigo interno, de luta em uma guerra, comum à Doutrina de Segurança Nacional, nunca foi tão estruturante das ações dos agentes do Estado quanto no enfrentamento dos guerrilheiros do Araguaia. Entretanto, a reconstrução dos eventos que resultaram na prisão ou morte da maior parte dos guerrilheiros aponta para a desigualdade das forças empregadas, para a rendição de vários deles e, conseqüentemente, para a execução sumária de cidadãos brasileiros pelos agentes do Estado.” (Relatório Final da CNV, Vol. I, pp. 717-18, dez. 2014.)

O Artigo 3º que trata dos objetivos da CNV nos informa que são de sua alçada: “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos; promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria ainda que ocorridos no exterior”. Aqui temos uma menção às ações da Operação Condor. Dessa forma, foi através do cruzamento de fontes documentais, documentos oficiais das Forças Armadas, e de testemunhos através de depoimentos públicos, que a CNV pode reconstituir os fatos relacionados à repressão, morte e desaparecimento forçado na Guerrilha do Araguaia.

Com base no texto acima, retirado do Relatório Final da CNV, vamos analisar e tocar em algumas questões relativas não só ao texto, mas também ao depoimento do general Álvaro de Souza Pinheiro, que atuou no Araguaia. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a inferência de que **“mesmo nos marcos da ordem jurídica vigente à época, as violações foram flagrantes e recorrentes”**. Ora, avaliamos que pensar em ordenamento jurídico na ditadura militar brasileira não faz sentido algum, uma vez que o Estado agia para além da legalidade (mesmo dentro das suas instituições, como denuncia Dulce Pandolfi), e, clandestinamente, ou seja, sem nenhuma preocupação com os preceitos legais que orientam um Estado de Direito. E é isso que leva o general Pinheiro a declarar, ao ser indagado sobre os corpos dos guerrilheiros do Araguaia: **“podem procurar que nunca vão encontrar nada, acho muito difícil que se encontre, e essas pessoas deixaram as famílias, então, não tinham que ser**

enterradas, eram clandestinas”. Diante dessa assertiva, vamos perder o medo e não silenciar essa verdade: **“toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal”**.

Também nesse sentido o coronel Malhães afirma que **“não eram pessoas simples, que viviam naturalmente. Eu, às vezes, quando vejo uma pessoa reclamar, ‘ah! meu ente querido morreu, mataram ele’, eu pergunto, será que se ele estivesse ficado junto da esposa dele, dos filhos, isso teria acontecido?”** (ANEXO IV). No entanto, esse discurso retórico, imbuído da ideia do caráter sagrado da família, da religião, da pátria, enquanto os mais altos valores da ordem cristã ocidental, tem o seu contraponto assumido pelos próprios agentes da repressão, quando afirmam ostensivamente: **“aqui não existe Deus, nem pátria, nem família”** (depoimento Dulce Pandolfi, (ANEXO IX)), bem como, **“você sabe onde você está? Você está na sala do inferno, você vai ser levado para a Vanguarda Popular Celestial. Você sabe o que é um Magnum? Seu companheiro Alexandre Vannucchi acabou de ser mandado para o céu!”** (Depoimento de Adriano Diogo, ANEXO XI).

Outro ponto muito recorrente no Relatório Final da CNV são as Operações ocorridas na região do Araguaia, dentre elas a mais contundente, até por ter ocorrido já mais para o final da guerrilha, foi a **Operação Marajoara**³⁹, sobre a qual o general Pinheiro infere: **“não vou falar nada sobre isso, vou morrer e levar para o túmulo, porque eu sou um homem das forças especiais. (...) Neutralização da célula terrorista para torná-la inoperante. (...) 90% das informações eram obtidas para neutralizar, eram obtidas pelos habitantes, que eram recompensados de forma simples e objetiva, e isto é o que funciona”**. O que foi a **Operação Marajoara**? **“planejada e comandada pela 8ª. Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). Iniciou em 7 de outubro de 1973, como uma operação “descaracterizada, repressiva e antiguerrilheira”, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato”** (Relatório Final da CNV, Vol. III, p. 1523).

³⁹ Segundo o Relatório Final da CNV, Volume III, entre 1973 e 1974 desapareceram 34 guerrilheiros. Em 1972, foram 15 desaparecidos e mais um morto. Temos ainda, um camponês morto em 1976 – Antônio Araújo Veloso.

Os trabalhos de memória estão sendo realizados no Brasil, constituindo políticas de memória nos mais variados campos. No cinema, por exemplo, acaba de ser lançado (março/2016) um documentário denominado “**Osvaldão**”, sobre o militante e guerrilheiro do PCdoB, morto e desaparecido em 1974, aos 35 anos. Assim chamado por ter quase 2 metros de altura, esse mineiro de Passa Quatro, na década de 60 foi pugilista em diversos clubes cariocas, como o Botafogo e o Vasco. O filme conta a trajetória do negro militante, e sobre ele, o diretor André Michiles declara: “Quando estudamos História no colégio, faltam ícones afrodescendentes. Existe o Zumbi, que morreu há séculos, e acaba sendo distante. Quando vejo uma figura como o Osvaldão, fico pensando, por que as disciplinas não contam a vida deste guerrilheiro?” (Jornal *Metro*, RJ, 23 de março de 2016). O filme sobre Osvaldo Orlando da Costa, foi passado no 2º. Festival Internacional Amazônida de Cinema de Fronteira, em Marabá (PA). A produção teve acesso a registros inéditos dele na Tchecoslováquia, e destrincha, também, a relação que ele tinha com as comunidades ribeirinhas em torno do rio Araguaia (Sul do Pará). Nadine Borges, que presidiu a Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio) e é coordenadora de Relações Exteriores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que “existia uma admiração na população porque ele era carismático”, e “após ser morto pela repressão, o corpo do militante foi içado, por um helicóptero. Ao sobrevoar as casas próximas à Xambioá, o objetivo dos militares seria intimidar a população e romper a relação amistosa com o movimento. Familiares ainda buscam os restos mortais de Osvaldão” (idem) “Não é possível calcular torturas contra os moradores da região. Deixou marcas. A história da guerrilha ainda é um monstro adormecido para a comunidade, garante Nadine. O Centro de Comunicação Social do Exército informou que a Força Terrestre não se manifesta sobre o assunto” (idem).

Pelo Relatório Final da CNV, podemos constatar que muitos casos de torturas e de desaparecimentos forçados de camponeses e indígenas foram relatados. No entanto, o Exército brasileiro se recusa a fazer a sua parte no árduo trabalho de anamnese, deixando apenas ‘marcas’, como as seguintes declarações na Audiência Pública do general Álvaro de Souza Pinheiro, no Arquivo Nacional: “**Nosso amigo Osvaldão, vocês devem saber exatamente o dia que ele foi para o inferno, de onde, aliás, nunca devia ter saído...**”. E mais, ao ser perguntado pela morte do Cabo Rosa, declara: “**Ninguém sabe, eles foram emboscados pelo Osvaldão, a verdade é que ele morreu. É que o Osvaldão se aproveitou desse fato e fez guerra psicológica: ninguém passa**

daqui” (ANEXO VII). Assim, há uma emergência no que se refere aos trabalhos de memória, que são essenciais e imprescindíveis em nosso país, onde o esquecimento, a amnésia, foram condição *sine qua non* para a conciliação, sempre pautada por uma cultura política do consenso. Em nome dessa mesma conciliação alguns segmentos, como o dos supostos vencedores, pretendem dar continuidade ao silêncio imposto aos vencidos. Aqui cabe apontar um texto publicado em 2009, para constatar como houve avanços, mas, também, como persistem os entraves:

“(…) Como se disse, não houve empenho em buscar a verdade, muito menos punição – a exceção está na recente publicação, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do livro *Direito à Memória e à Verdade*. Em relação a outro objetivo almejado pela anistia em 1979, o de esquecimento dos excessos cometidos durante o regime militar, a realidade indica que, por motivos distintos, os desdobramentos se deram de forma muito parecida entre os que estiveram diretamente envolvidos na questão. Permanentemente aterrorizados pela possibilidade de reconstituição do passado, os militares continuam se mostrando os mais interessados em não lembrar os abusos ocorridos a partir de 1964, evidenciando que ainda hoje não lhes foi possível esquecer. Da mesma forma, a duradoura necessidade de recordar, movida por reivindicações nunca atendidas, verdades desconhecidas e pelo desejo de que aquele sofrimento não mais se repita, tem oposto as vítimas do arbítrio e seus familiares à possibilidade de olvidar. Desprendida do debate segue, alheia, a sociedade. Parece ser a única que, de fato, conseguiu construir o esquecimento.”(Glenda Mezarobba, “*Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio?*”, in *Desarquivando a ditadura*, volume II, p.379)

Ora, os trabalhos da CNV trouxeram à tona a verdade das ‘histórias’ das graves violações dos direitos humanos, e se ainda não tivemos ‘julgamentos’, já assistimos a algumas punições como a recentíssima imputada ao médico legista Dr. Harry Shibata, que determina a perda de seu cargo público e de sua aposentadoria. Por outro lado, o temor dos militares é tão grande que eles mesmos andaram fazendo justiça, como é o caso do assassinato do coronel Paulo Malhães, das ameaças que o delegado Cláudio Antônio Guerra acusa em seu depoimento à CNV, bem como o ex-sargento Marival Chaves, que entrega uma série de cartas anônimas, enviadas de Brasília, com ameaças por estar revelando a verdade, ‘abrindo a boca’(ANEXO VIII). Estamos seguros de que os avanços estão ocorrendo. Sabemos que há impasses e/ou entraves, sendo por isso mesmo que devemos ‘passar a limpo esse passado recente’, ou seja, temos que incrementar políticas de memória, executando trabalhos de memória. Nesse sentido, nossa dissertação com o nosso ‘produto final’, visam efetuar exercícios de memória, que entendemos ser a única forma de garantir a implementação de políticas de direitos

humanos, característica essencial das sociedades democráticas, “(...) afinal, a construção da democracia, sustentam Brito, González-Enríquez & Aguilar, passa por políticas de memória, pela maneira como determinada sociedade interpreta e se apropria de seu passado, numa tentativa progressiva de moldar seu futuro: “O que e de que forma as sociedades escolhem lembrar e esquecer amplamente determinam suas opções futuras” (Brito, 2001, p. 38)”. (Glenda Mezarobba, “*Anistia de 1979, o que restou de lei forjada pelo arbítrio?*”, in *Desarquivando a ditadura*, Volume II, p. 383).

Nesse momento, em que as tensões políticas, não só na esfera institucional como na sociedade civil em geral, apontam para projetos tão divergentes – em que assistimos a um político, no Congresso Nacional, fazer apologia a ex-torturador militar, e ainda, em que alguns segmentos estão pedindo a volta do regime militar, como vimos em algumas manifestações recentes – precisamos dar continuidade à produção de discursos de memória, pois só assim poderemos garantir o direito à verdade e à justiça, na razão direta em que verdade e justiça se conformem na ‘memória social’ e/ou na memória coletiva. E dessa forma, inexistirá o cenário social que Glenda Mezarobba aponta ao inferir que **“desprendida do debate segue, alheia, a sociedade. Parece ser a única que, de fato, conseguiu construir o esquecimento”**.

Para finalizar este capítulo, vamos rememorar a fala de Frei Oswaldo, no filme “Batismo de Sangue” (2007), direção de Helvécio Ratton, baseado no livro homônimo de Frei Betto, sobre a participação dos dominicanos na luta armada da ALN, e o episódio da morte de Carlos Marighella. Seu depoimento é editado no filme “Setenta”(2013), de Emília Silveira, que é um dos documentários que apontamos para ser trabalhado em sala de aula: **“Tem Centro Acadêmico Frei Tito de Alencar; tem escola Frei Tito de Alencar; tem creche Frei Tito de Alencar e até uma Escola de Dança Frei Tito Alencar; é só entrar na internet, o nome dele é lembrado, estou aqui falando dele. E os torturadores? Estão jogados no lixo da História”**.

Cap. III – “Guia para análise de filmes em sala de aula: “15 filhos”- um modelo.”

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”

(José Saramago, in “Repare Bem” (2012), dir. Maria de Medeiros)

Finalizamos o capítulo 2 com as palavras de Frei Oswaldo sobre Frei Tito. Discorre sobre a figura humana de Tito: lembrada, homenageada, rememorada. A historiadora Denise Rollemberg no artigo “Esquerdas revolucionárias e luta armada”, aponta uma nota de autoria de Maria Celina D’Araújo na qual esta infere que os militares que ocuparam posições-chave nos órgãos de repressão se julgam de forma bastante negativa, no que tange à memória histórica das suas atuações na ditadura brasileira, assim,

“(…) está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica (*sic*) do período. (...) Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história.” (Nota: Maria Celina D’ARAÚJO, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (introdução e organização). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, RJ, Relume Dumará, 1994, p.13, in Rollemberg, Denise “Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada”, *Taller (Segunda Época)*, Revista de Sociedade, Cultura y Política in America Latina, Vol. 1, N.1 [octubre de 2012].

Não identificamos essa postura nos militares e agentes da repressão que tivemos a oportunidade de analisar, através dos trabalhos da CNV, recentemente. No entanto, é óbvio que os militares não podem reivindicar a história dos vencedores como hegemônica, ou como a história oficial a ser lembrada e ensinada, como o fizeram por décadas, durante a ditadura militar brasileira, afinal, é a história de graves violações dos direitos humanos. Nossa tarefa, aqui, é justamente rememorar e (re)significar a memória daqueles que resistiram à ditadura militar brasileira. Mulheres e homens, que se entregaram à luta por um Brasil livre da opressão do capital, sobretudo do internacional, viabilizada e intensificada pelos governos militares. Assim, lutaram pelo socialismo, por uma sociedade mais igualitária. E nessa luta, seus parentes próximos, filhos, mães, pais, irmãos, também se viram envolvidos direta ou indiretamente. Nesse sentido, nosso documentário modelo versa justamente sobre as decorrências/consequências emocionais

e afetivas para aqueles que herdaram a memória dessa resistência. Num ensaio sobre o filme “15 filhos”⁴⁰, a autora inicia seu trabalho com a seguinte epígrafe: **“Tendo vivido pouco, cumpriu a tarefa de uma longa existência”** (Edgard Godoy da Matta Machado (1973), homenagem a José Carlos Novaes da Matta Machado, seu filho, assassinado no Brasil, durante a ditadura militar, aos 27 anos de idade). Trata-se de publicizar a ‘verdade histórica’, ninguém está preocupado com vingança, que é a ‘justiça dos bárbaros’, como vimos o jornalista Sérgio Gomes afirmar na CNV (ANEXO X). Tampouco ‘odiamos’ ao torturador, ao ‘traidor infiltrado’, afinal isto seria dar um motivo para a sua existência, conforme vemos na “Carta aos Torturadores” (ANEXO XIX), publicada no Jornal *Folha de São Paulo*, 31 de março de 1999, escrita por Marta Nehring, uma das diretoras do nosso documentário “15 filhos”.

Algumas questões pertinentes ao uso do cinema no ensino de história são fundamentais. Uma delas é o entendimento de que a utilização de “filmes, textos ficcionais e outros produtos artísticos”, deve ter o intuito de “fazê-los dialogarem com o trabalho dos historiadores, ao invés de os tratar como parceiros menores e ignorantes, a serem corrigidos pela ciência. E descobrir que muitas são as vozes com direito à fala reflexiva (no plano do conceito ou no plano do sensível) sobre história. Uma delas é a voz dos filmes” (SILVA, Marcos, “*História, filmes e ensino: desavir-se, reaver-se*”, in NÓVOA, J. & FRESSATO, S. B. & FEIGELSON, K (Org.), 2009, p.156). Outra questão refere-se aos “filmes como lugar de memória e de identidade que se cruzam no discurso filmico”, e ainda, o fato de que “o cinema sob todas as formas (ficção, documentário ...) é hoje difundido por diversos meios e suportes de comunicação” (NÓVOA, Jorge, “*Apresentação*”, in *Cinematógrafo – um olhar sobre a história*, NÓVOA, J. & FRESSATO, S. B. & FEIGELSON, K (Org.), 2009, pp. 9-10). Esta última questão, relaciona-se diretamente com o nosso filme, o vídeo “15 filhos” (1996), amplamente acessado no YouTube.com e com diversas entradas. A seguir apontaremos algumas questões e/ou conceitos sobre o filme documentário.

⁴⁰ Artigo: “Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois”, in *Psicologia Clínica*, on-line version ISSN 1980-5438, *Psicol.clin.*, Vol.20, no 2, Rio de Janeiro, 2008, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, in Scielo Brasil – Articles. A autora é psicóloga, psicanalista do Departamento de Psicologia do Instituto Sedes Sapientiae, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP São Paulo – Gestão 2007-2010.

“Mas, afinal ... O que é mesmo documentário?”⁴¹

Trabalhamos, aqui, com a concepção que Bill Nichols tem sobre o que é o filme de não ficção, ou seja, o que é o documentário. Para ele, “todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela. Na verdade, poderíamos dizer que existem dois tipos de filme: (1) documentários de satisfação de desejos e (2) documentários de representação social. Cada tipo conta uma história, mas essas histórias, ou narrativas, são de espécies diferentes” (NICHOLS, B., 2014, p.26). Nesse sentido, nosso objeto de análise é um documentário de representação social, que utilizamos como modelo e/ou parâmetro para a utilização fílmica em sala de aula. No prefácio do livro, “Mas afinal ... o que é mesmo documentário?” Michel Marie afirma: “(...) A hora do documentário finalmente chegou. Gênero marginal que atravessa toda a história do cinema, sempre apareceu como vítima da discriminação ideológica, que favorecia a ficção. (...) A teoria do cinema, durante muito tempo fascinada pelo *efeito ficção*, interessa-se cada vez mais por esse imenso continente desconhecido no qual, regularmente, descobrimos novas riquezas e sutilezas, mas também sua **função social e cidadã. O documentário informa, milita, permite transformar o real**” (Grifo nosso) (RAMOS, F.P., 2013, p. 11).

Bill Nichols ao analisar o documentário em relação aos seus espectadores, ou seja, pensando na recepção do filme, indaga: “Que suposições e expectativas caracterizam nossa ideia de que um filme seja um documentário? O que trazemos para a experiência de assistir a um filme que seja diferente quando deparamos com o que consideramos ser um documentário e não outro gênero de filme? No nível mais fundamental trazemos a suposição de que **os sons e as imagens do texto se originam no mundo histórico que compartilhamos**”(grifos nossos)(NICHOLS, B., 2014, p.64). No documentário que analisamos é exatamente esse registro que detectamos. Assim que o filme começa já identificamos o ‘mundo histórico’ que está sendo representado. O vídeo “15 filhos” denota a ausência de direitos humanos através da reprodução do que foi dito* ao militante político, Joaquim de Alencar Seixas, pai de Ivan Seixas, ao ser

⁴¹ Título do livro de Fernão Pessoa Ramos, especialista em estudos de cinema, e autor do prefácio da tradução do livro “O que é documentário” de Bill Nichols. É interessante apontar que Ramos, de acordo com a nota do editor deste livro, infere que “(...) existem documentários com os quais concordamos, aqueles dos quais discordamos, os que aplaudimos e, ainda, os que abominamos, mas que não deixam de ser documentários. Ou seja, pode um documentário não mostrar a verdade (se é que ela existe) sobre um fato histórico e ainda ser chamado de documentário?”

preso. E dessa forma, a recepção de nosso filme está totalmente de acordo com a ideia de que “(...) A sensação de que um filme é um documentário está tanto na mente do espectador quanto no contexto ou na estrutura do filme” (NICHOLS, B., 2014, p. 64).

***“Oficial do Exército: - “Qual a sua profissão?”**

Advogado: - “Advogado”.

Oficial do Exército: - “Conhece a Declaração Universal dos Direitos do Homem?”

Advogado: - “Conheço, Capitão.”

Oficial do Exército: “Então, esqueça-a enquanto estiver aqui”.

Atividade: Indague aos seus alunos se eles conhecem a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Peça que eles pesquisem três dos direitos arrolados nessa declaração. Pergunte a eles o que o Capitão do Exército brasileiro quis dizer com “então, esqueça-a enquanto estiver aqui”.

Observação: Dia 10 de Dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Sugerimos que essa data seja divulgada para seus alunos, e que seja demandado a eles atividades correlatas aos direitos humanos, no Brasil, sempre que formos trabalhar com filmes sobre o tema da ditadura militar brasileira.

A seguinte consideração a respeito do filme histórico é muito apropriada para a nossa análise fílmica, ou seja, concordamos com Bill Nichols quando afirma que “o vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social”(NICHOLS, B., 2012, p. 27). Nesse sentido, José Henrique Monterde infere que “o espectador esquece a forçada separação entre o passado e o presente, para colocá-la numa situação conflitiva frente à segurança de um passado já superado, fossilizado nas páginas da História e inoperante sobre a atualidade. Reforçando o caráter atual de qualquer reflexão histórica, o cinema pode contribuir não só para um melhor conhecimento do passado e suas interpretações, como também de dotar a História de um sentido vivo e palpitante” (MONTERDE, J.H., in “*O filme: um recurso didático no ensino da História?*”, Antônio Penalves Rocha, Coletânea Lições de Cinema, FDE, p. 84).

Nossa análise se restringirá às questões relativas à ditadura militar que forem suscitadas pelo filme, isto é, que se relacionarem aos episódios representados no vídeo. Assim, não realizaremos aqui a interlocução com as análises historiográficas sobre o contexto histórico que já discorremos nos capítulos anteriores. Dessa forma, vamos

evidenciar as interpretações e proposições enunciadas no filme. Nesse sentido, faremos os esclarecimentos necessários, pontuais, em notas de rodapé, quando for necessário e imprescindível. Ressalvamos que faremos, sempre que possível, um *link* com os testemunhos correlatos aos nossos protagonistas, que são representados nos trabalhos da CNV. Queremos deixar que o filme ‘fale’ através das representações, aquelas que são apresentadas e/ou re-apresentadas, afinal:

O cinema não reflete nem registra a realidade, como qualquer outro meio de representação, ele constrói e re-apresenta seus quadros da realidade por meio de códigos, convenções, mitos e ideologias de sua cultura, bem como mediante práticas significadoras específicas desse meio de comunicação. Assim como o cinema atua *sobre* os sistemas de significação da cultura – para renová-los, reproduzi-los ou analisá-los –, também é produzido *por* esses sistemas de significado. (Graeme Turnes, 1997, p. 128-9, in SANT’ANA, Luiz Carlos Ribeiro, Tese de Doutorado IFCS/UFRJ, 2013, p. 16).

“De médico, de cineasta e de louco todo mundo tem um pouco”⁴²

Nós professores do ensino médio não precisamos ser *experts* na história do cinema, e, tampouco, nas técnicas empregadas nos filmes, mas todos sabemos um pouco de cinema, bem como das suas técnicas. Quando nos perguntam sobre o filme que assistimos, não é incomum inferirmos, por exemplo, que:

“(…) aí tem um *close* da roda da moto do exterminador passando, no ar, por cima do buraco. *Corta* para um *plano* do garoto agarrado nele. Aí, no *plano geral* vemos que o trem vai passar. De repente eles fazem um *truque* e os caras parece que derretem, para aparecer depois do outro lado (...).” (FRANCO, M da S., 1993, in Coletânea Lições com Cinema, coord. FALCÃO, A.R.;BRUZZO,C, 1993, p. 29.).

Bill Nichols, um dos maiores especialistas no gênero documentário, ao tratar da escrita sobre o documentário, propõe um exercício, informando que o mesmo pode ser formulado para um ensaio acadêmico hipotético, ou para aqueles que queiram analisar uma trama e/ou narrativa fílmica. Nesse sentido, ele infere que:

“O documentário *representa* o mundo histórico ao moldar seu registro fotográfico de algum aspecto do mundo de *uma perspectiva ou ponto de vista diferente*. Identifique o ponto de vista adotado por Robert Flaherty em *Nanook, o esquimó* e considere algumas de suas implicações (...).”(NICHOLS, B., 2014, p 210.)

⁴² FRANCO, Marília da Silva, “A natureza pedagógica das linguagens audiovisuais”, in Coletânea Lições de Cinema, FDE, SP, 1993, p. 28)

Ora, como nosso interesse aqui é o ensino da história de um período recente – a memória de grupos que resistiram à ditadura militar brasileira, propomos ao professor que aplique este exercício com o nosso curta-metragem “15 filhos”. Atividade a ser realizada em casa, uma vez que o aluno poderá ver novamente o vídeo, afinal a preparação é fundamental, e esta inclui assistir ao documentário algumas vezes, e isto porque “(...) na primeira vez, ficamos imersos na experiência de ver. Pode ser que nos façamos algumas perguntas sobre o que estamos vendo, mas, numa segunda vez, esse processo de perguntar e pensar sobre o que vemos assume mais importância” (NICHOLS, Bill, 2014, p.210). Seguindo um roteiro sugerido pelo autor, podemos aferir a seguinte atividade, mais particularmente para o filme “15 filhos”, contudo, as mesmas perguntas podem ser feitas para qualquer filme:

- **Por que Maria Oliveira e Marta Nehring começam daquela maneira? Por que terminam daquela forma? Como o fim se relaciona com o começo? Em torno do que gira a estrutura narrativa do filme? Como as diretoras representam as pessoas e a elas mesmas, já que também são depoentes? Como as caracterizam ou transmitem sua individualidade? No nosso filme esta última questão tem um caráter peculiar, pois temos irmãos como testemunhos juntos e/ou separados.**

No caso de qualquer outro filme, temos que fazer uma análise da narrativa fílmica. Assim, devemos indagar: o diretor está querendo demonstrar e/ou defender um ponto de vista? Que recursos ele utiliza para alcançar o seu objetivo? Qual o eixo da narrativa fílmica? Existe alguma razão para o filme começar dessa forma? E por que ele finaliza de tal maneira?

Aqui, temos uma **proposição que pode ser estendida para qualquer atividade com filmes em geral**. Ou seja, nós professores com os nossos alunos, devemos fazer essa análise da escrita de qualquer filme que desejarmos utilizar em nossas aulas. Afinal, “compreender que por trás de qualquer mensagem há um criador, o qual organizou a informação segundo seu ponto de vista, recorrendo a meios expressivos e tecnológicos – formas de narrativa, fotografia, som, montagem – que pudessem fazer esta mensagem mais confiável, torna-se um conhecimento imprescindível para a formação do cidadão moderno. A escola não pode estar ausente dessa formação” (FRANCO, M da S., “*A natureza pedagógica das linguagens audiovisuais*”, in *Coletânea Lições com Cinema*, coord. FALCÃO, A.R.; BRUZZO, C., 1993, pp. 31-2.). E mais, você não

precisa ser também um profundo conhecedor da história do cinema, das especificidades das técnicas do cinema, pois isto não é tarefa do professor de História, contudo, como muito bem indica o historiador Antônio Penalves Rocha , “(...) as relações entre o Cinema e a História não se limitam à História do Cinema; o que de fato nos interessa muito de perto nessas relações é o eixo que, segundo uma formulação de Marc Ferro, se constitui pelas possibilidades de uma leitura histórica do filme e de uma leitura cinematográfica da história (Marc FERRO. *Cinéma et histoire*. Paris, Denoel/Gonthier. pp. 18-19). Em outros termos, tal formulação diz respeito **ao papel exercido pelo cinema na história e pela maneira como a história é tratada no cinema**” (grifo nosso).(ROCHA, A.P., “*O filme: um recurso didático no ensino da História*”, in Coletânea Lições com o Cinema, FDE, 1993, pp.72-3).

Ao trabalharmos com o cinema em sala de aula temos que ter claro o nosso objetivo na utilização das fontes fílmicas. Isto é, precisamos estar cientes de que não estamos preocupados com a busca da verdade histórica, até porque “(...) todas as formas de saber e, particularmente, as chamadas “humanidades” estão, hoje, finalmente convencidas de que, ao término de suas investigações, não é a Verdade que irão encontrar, mas verdades, descobertas após um longo e penoso processo de produção histórica” (SALIBA, E.T., “*A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica*”, in Coletânea Lições com o Cinema, FDE, 1993, p. 91). Nesse sentido, podemos compreender as palavras do editor do livro “Mas afinal ... o que é mesmo documentário? ”, de Fernão Pessoa Ramos, ao indagar : “(..) pode um documentário não mostrar a verdade (se é que ela existe) sobre um fato histórico e ainda assim ser chamado de documentário?” (Nota do Editor, in RAMOS, F.P., 2013, p.9).

“A análise fílmica: considerações gerais para a utilização de áudios visuais em sala de aula”

O mais importante no trabalho com filmes em sala de aula, é demonstrar para os alunos que, da mesma forma que o conhecimento histórico é produzido, o filme também é um produto, e mais, “(...) ele irradia um processo de pluralização de sentidos ou de verdades e, da mesma forma como na História, é uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente” (SALIBA, E.T., “*A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica*”, in Coletânea Lições de Cinema, FDE, 1993, p. 94). Muito acertadamente, Elias Tomé Saliba chama a atenção

para o fato de que o trabalho com filmes exige uma interdisciplinaridade, que sempre resulta quase impossível na prática de ensino das nossas escolas. Por outro lado, para ele, “(...) a análise das formas pelas quais se produzem tanto o conhecimento histórico quanto o filme pode constituir-se num **guia heurístico** de grande valia para se entender, de forma aberta e dinâmica, como a história é construída na narrativa fílmica (grifo nosso) (SALIBA, E.T., *idem* p. 95-6). Concebendo-se um **guia heurístico como um guia para a descoberta ou investigação dos fatos**, e mais ainda, a ‘**heurística enquanto um método educacional que consiste em fazer descobrir pelo aluno o que se lhe quer ensinar**’ (grifos nossos) (HOUAISS, Dicionário da Língua Portuguesa, 1ª. reimpressão, 2009, p. 1017), temos aqui o *locus* privilegiado da ‘leitura’ de qualquer filme, isto é, documentário de satisfação de desejos ou de representação social. Podemos, com qualquer filme trabalhado com nossos alunos, partir do sensível (filme) para chegar ao inteligível (recepção), que apesar de ser subjetiva, sempre há uma mensagem que podemos detectar enquanto objetiva, isto é, enquanto intenção do realizador do filme, e que se expressa na narrativa fílmica.

Além disso, precisamos salientar para o professor, que irá conduzir o trabalho da análise fílmica em sala de aula, que apresentar uma sinopse, ou fazer um resumo dos conteúdos que são abordados e/ou analisados não só não é o suficiente como não dará conta de uma análise contundente e substancial das representações fílmicas. Temos que lembrar que embora não sejamos do *métier*, temos condições de realizar com os nossos alunos análises audiovisuais. Certamente, privilegiaremos as narrativas e representações tocantes ao ‘mundo histórico’. Nesse sentido, vale conferir a avaliação de Caroline Gomes Ferreira:

“(…) entende-se como essencial adentrar na análise da construção audiovisual do argumento fílmico, uma vez que, conforme afirma Pierre Sorlin (1985, 1994), não importa o *que* o filme diz, mas *como* diz, ou seja, para nenhuma análise fílmica é suficiente a sumarização do enredo ou a descrição dos temas desenvolvidos nos filmes, havendo de se considerar a maneira pela qual a história é construída áudio-visualmente.” (LEME, C.G., 2013, p.3)

Uma última questão, essencial, para o trabalho com cinema em sala de aula, diz respeito à análise das temporalidades. Ou seja, quando analisamos um filme temos que ter bem claro “(...) as suas múltiplas temporalidades, em especial, o tempo referido tematicamente no filme e o tempo de sua realização material (SILVA, NÓVOA, 2008)”

(SILVA, Marcos, “*História, filme e ensino: desavir-se, reaver-se*”, in NÓVOA, J.; FRESSATO, S.B; FEIGELSON, K (Org.), 2009, p.152). Nesse sentido, essa é uma atividade que sempre podemos empreender com nossos alunos, a demanda sobre temporalidade: **O filme retrata e/ou representa que período histórico? E em que época ele foi feito? Na narrativa fílmica há menção a outros momentos históricos?**

“15 Filhos: Memórias e ‘histórias’ de filhos de militantes políticos”

Utilizando a caracterização de Nichols, podemos apontar este documentário como sendo do modo expositivo, isto é, aquele que “ênfatisa o comentário verbal e uma lógica argumentativa. (...). Esse é o modo que a maioria das pessoas identifica como o documentário em geral” (NICHOLS, B., 2014, p 62). Este autor infere que “(...) os documentários apoiam-se muito na palavra dita. O discurso dá realidade a nosso sentimento do mundo. Um acontecimento recontado torna-se história resgatada.” (NICHOLS, Bill, 2014, p. 59.)

O documentário (vídeo) de um pouco mais de 18 minutos (18:43), foi dirigido e produzido por Maria Oliveira e Marta Nehring. Elas são filhas de militantes políticos, sendo, elas também, depoentes no filme. Foi gravado em Hi-8, em 1996, no vídeo não aparece a data. Ao pesquisarmos no *Google* sobre o filme, no intuito de encontrar a data de sua realização, encontramos referências ao curta-metragem no “*Blog do Mello*”. Achamos pertinente reproduzirmos a forma como o filme é representado, pois vamos elaborar uma atividade, para realizarmos com os nossos alunos:

Blog do Mello // terça-feira, 12 de abril de 2011.

15 filhos de guerrilheiros brasileiros falam de suas vidas em meio à ditadura.

São pouco mais de 18 minutos de resgate de uma história interrompida: pais e filhos que tiveram suas vidas invadidas e destruídas pela ditadura. Filha que tinha que fingir desconhecer o pai. Sobrinho que “nunca tinha visto” a tia. Filha que não reconheceu o rosto da mãe, totalmente desfigurada pela tortura.

Infância, adolescência, vida familiar, roubadas, por aqueles que em 1964 se utilizaram do salário, treinamento, fardas, armas, que lhes eram fornecidos pelo Estado para derrubar um governo democraticamente eleito.

O filme é de 1996, gravado em Hi-8, com direção de Maria Oliveira e Marta Nehring, que também dão seus depoimentos. (*Google* Acesso em: 24 Mai.2016.)

Atividade: Peça ao aluno que elabore o seu *Blog*. O aluno deverá apontar três aspectos/situações relativos à narrativa fílmica, diferentes dos que são apontados acima, quando Mello infere: “Filha que tinha que fingir desconhecer o pai.

Sobrinho que “nunca tinha visto” a tia. Filha que não reconheceu o rosto da mãe, totalmente desfigurada pela tortura”.

Observação: Podemos estender essa atividade para qualquer filme que formos utilizar. Assim, demandaremos ao aluno que crie o seu *blog* apresentando a sinopse do filme, ou seja, a resenha do mesmo.

Com relação às temporalidades, mencionadas anteriormente, nossos filmes são compostos por relatos/narrações, pertinentes ao período mais ‘duro’ da repressão, ou seja, no pós-AI-5, pois se refere à memória daqueles que foram mortos e/ou desaparecidos, entre 1969 e 1975. Naquele momento, eram crianças que não escaparam à brutal repressão e violação dos direitos humanos. Consideramos este filme de suma importância no trabalho de memória e também na reconstituição da verdade sobre esse período. Isto porque aborda uma questão ignorada pela sociedade em geral, a prisão e até ‘tortura’, psicológica, certamente, mas física também, de crianças e adolescentes, sendo, portanto, situações de abuso emocional e físico. Cabe apontar a passagem de um artigo sobre o filme: “(...) As falas e depoimentos não pertencem somente ao nosso tempo e nem apenas são referências a acontecimentos em nosso país. Poderiam ser contadas em qualquer tempo e em qualquer país, e todos, com certeza, seriam afetados pelas lembranças reveladas” (ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida, “*Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois*” in *Psicol. Clin.*, Vol.20, N 2, Rio de Janeiro, 2008, s/p). Ou seja, aprisionar, torturar e até matar crianças é uma experiência universal, cristalizada nas representações sobre o nazismo e seus campos de concentração. Mas, isto aconteceu aqui também, e poucos conhecem esta realidade de nosso passado recente. Dessa forma, nossa pesquisa traz à tona fatos/episódios pouco conhecidos, e que precisam estar representados na memória social de nosso país.

Por outro lado, o documentário foi produzido em 1996, um ano após a criação da Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95), que constituiu uma Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), no governo FHC. Esta comissão arrolou 434 casos de mortes e desaparecimentos, e, como já apontamos no capítulo 2, foi reinstaurada a partir da finalização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em dezembro de 2014. Nesse sentido, os trabalhos de memória e verdade estavam apenas começando. Ainda não haviam sido criadas a Secretaria de Direitos

Humanos, o que ocorreu também no governo FHC, em 1997, bem como a Comissão Especial de Anistia ligada ao Ministério da Justiça⁴³, que se deu no governo Lula.

Nesse sentido, podemos compreender os anseios e desejos representados no vídeo ‘15 filhos’. A título de exemplo, podemos apontar: o desejo de reparação, de verdade sobre o paradeiro dos desaparecidos – alguns foram elucidados pela CNV – a produção de testemunhos dos agentes de repressão, conforme apontados no capítulo anterior. Entendemos também a representação do ‘ponto final’ realizada na última fala do vídeo. Trata-se da Lei 23.492, de 24 de dezembro de 1986, Lei do Ponto Final (‘Punto Final’), criada no governo de Raúl Alfonsín⁴⁴, quando foi estabelecida a derrogação, a prescrição dos crimes cometidos pelos responsáveis pelo “desaparecimento forçado” de pessoas. Por outro lado, aqui no Brasil, seguimos falando em ‘reconciliação nacional’, como apontamos no segundo capítulo, ao apresentarmos os objetivos dos trabalhos da CNV.

⁴³ A Comissão de Anistia foi instalada no Ministério da Justiça no dia 28 de agosto de 2001. Criada pela Medida Provisória n.º 2.151, posteriormente convertida na Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, ela tem por finalidade examinar e apreciar os requerimentos de anistia, emitindo parecer destinado a subsidiar o Ministro de Estado da Justiça na decisão acerca da concessão de Anistia Política. O regime da anistia política abrange aqueles atingidos por atos de exceção por motivação exclusivamente política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Até hoje, foram apresentados à comissão mais de 75 mil requerimentos. Desses, mais de 60 mil já foram apreciados e, em seguida, submetidos à decisão final do Ministro da Justiça. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...". Mas muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade. E suas ações, destaque-se, inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009. Assim, desde 2007, a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram as violações, promovendo chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul. A competência da Comissão de Anistia para atuar em projetos de reparação e memória foi estabelecida pelo Decreto nº 8.031/2013. (Google Entrada: 30 de maio de 2016)

⁴⁴ Durante a campanha eleitoral de 1983, o candidato da União Cívica Radical (UCR), mesmo partido do agora presidente da Argentina Mauricio Macri, havia prometido que não haveria impunidade para os crimes de ‘terrorismo de Estado’. O presidente Néstor Kirchner, em 14 de junho de 2005, através da Corte Suprema de Justiça, declarou inconstitucionais as leis do “Ponto Final” e a da “Obediência Devida”. Cabe ressaltar, que Kirchner fez valer uma decisão internacional que havia sido aprovada pela ONU, ratificando, assim, a imprescritibilidade dos crimes de guerra e de lesa humanidade. E isto também, porque queria que os julgamentos fossem realizados na Argentina, e não internacionalmente, isto é, fora do país. (WIKIPEDIA, Acesso em maio 2016). A tortura como já afirmamos é um crime de lesa humanidade, que não tem derrogação.

No documentário “15 filhos” não temos a voz *over* – a voz de Deus, como caracteriza Bill Nichols, e mais, não detectamos nenhuma voz além daquelas dos depoentes, ou seja, não temos a voz *off*, geralmente do diretor do filme. Apenas num momento escutamos risadas femininas, quando Joca Grabois⁴⁵ narra o episódio de quando levou um amigo da escola na sua casa, e ao abrir a porta do quarto tinha uma enorme bandeira vermelha na parede; ele fechou imediatamente a porta, e o amigo perguntou se aquela não era a bandeira da União Soviética, ao que ele respondeu que não, que era a bandeira do Flamengo! Em nossa pesquisa sobre o filme, como já apontamos, encontramos um artigo sobre o documentário, nele estão arroladas as questões que foram demandadas aos depoentes:

“o que você lembra, não o que você acha: a infância. As músicas, uma cena, uma frase. A casa da avó, a hora do recreio. Como era sua mãe? O que você lembra do seu pai? Não a opinião, a lembrança. O nome (às vezes falso), o álbum de fotos, o exílio (no país distante ou no bairro onde nasceu), as visitas (na prisão, ou o nome que se desse a ela: hospital, trabalho). As perguntas que conduziram as entrevistas do vídeo “15 filhos” foram assim, tiradas da própria infância das diretoras (Nehring, 2006: 387)” (ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida, “Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois” in *Psicol. Clin.*, Vol.20, N 2, Rio de Janeiro, 2008)

O artigo também nos informa que o documentário foi projetado em diversos países, tais como: “Argentina, Chile, Estados Unidos, Alemanha, Holanda, entre outros – e também em festivais internacionais, em universidades, escolas, e em reuniões de direitos humanos. Desde seu lançamento em 1996, o vídeo recebeu numerosos prêmios. Consta no catálogo da Unicef de Filmes sobre Direitos Humanos: “A broadcaster’s guide to children’s rights” e no “Panorama do Vídeo Brasileiro 1995-2001”, editado pelo Ministério da Cultura.”(idem, s/p). Por último, o artigo também traz o motivo do documentário ter sido produzido:

“Marta Nehring conta que o documentário foi realizado em 1996, para um seminário da UNICAMP intitulado “**A revolução possível**”, com a finalidade de **discutir a repressão política, o esquecimento e as possibilidades de reparação**. A proposta das diretoras, Marta e Maria, era colher lembranças dos filhos de militantes políticos. Lembranças de

⁴⁵ Filho de André Grabois e neto de Maurício Grabois, ambos mortos e ‘desaparecidos’ em função da Guerrilha do Araguaia. André Grabois, como afirma Janaína Teles, no vídeo, “(...) meu tio levou um tiro pelas costas, na coluna, ficou paraplégico, levaram ele assim para Brasília, torturaram ele não sei quanto tempo, e ele morreu assim”. Sua mãe, Criméia Alice Schmidt de Almeida, foi presa, grávida de 6 meses de Joca, foi torturada como consta num dos anexos do capítulo 2, e Joca nasceu na prisão.

sua infância, dos pais, do tempo de escola. **Não a opinião de cada um sobre o que ocorreu, mas, tão somente, a lembrança.**” (grifos nossos)(*idem*, s/p)

“15 filhos” foi exibido no Simpósio “Mortos e desaparecidos políticos: impunidade ou reparação?”, que aconteceu em 2001, na FFLCH/USP. Desse simpósio, resultou um livro com organização de Janaína Teles – uma das depoentes de nosso documentário. Eugênio Bucci⁴⁶ faz um paralelo entre a postura dos militantes na tortura, “(...) confessar, para eles, era a rendição. Morrer em silêncio, a única dignidade possível”, e o papel dos filhos ao rememorarem suas infâncias e seus pais:

“(...) Agora, para os filhos, romper com o silêncio significa recompor a dignidade. Confessar a ferida antiga (que permanece) é compartilhar a memória, e impedir que a vergonha da tortura caia no esquecimento. E é incrível como cada palavra dita em *15 filhos* é uma confissão: algo que se refugiava no fundo mais escuro de cada um, no esconderijo mais difícil, mais dolorido, vem à tela em frases sofridas, frases que não queriam ser pronunciadas, mas precisam. Vêm à tela as lembranças de crianças que eram presidiárias nos primeiros anos de vida, que viram pais sendo fuzilados, mães voltarem desfiguradas, ou jamais puderam conviver com pais e mães. São testemunhos que transitam, para usar a expressão de um deles, entre a “materialidade da morte”, ou de uma morte sem cadáver, à “imaterialidade da vida”: um ser cuja fisionomia é difícil, quase impossível de ser reconstituída na memória de seus próprios filhos. Este é um vídeo que tem de ser exibido em todos os canais e, sobretudo, que deve ser exibido e discutido em todos os quartéis. **Não há possibilidade de democracia sem que a dor daqueles que falam em *15 filhos* seja compartilhada pelo país. Sem que ela seja reparada – se é que se reparam coisas assim.** O que esse vídeo contém é a curva mais baixa da história recente do Brasil e, ainda, a vontade de viver que conseguiu escapar à escuridão daquela curva.” (Grifos nossos) (BUCCI, E., in *Mortos e desaparecidos políticos: impunidade ou reparação?* 2001, p. 260)

Pesquisando o Relatório Final da CNV, encontramos referências e depoimentos não só de alguns de nossos protagonistas, como também de familiares (ANEXOS) Sabemos que o vídeo/documentário é de 1996, e nesse sentido algumas questões avançaram, ao menos no sentido da reparação, que se dá na medida em que surgem os

⁴⁶ Texto escrito em junho de 1996, elaborado com base no debate promovido quando do lançamento do vídeo 15 filhos, em 28 de março de 1996, durante o seminário A Revolução Possível, no IFCH, Universidade Estadual de Campinas. O autor preferiu publicar este texto no lugar da transcrição de sua participação no debate “Os anos 60 e 70 hoje na mídia”.(BUCCI, E., “Sobre 15 filhos”, in *Mortos e desaparecidos políticos: impunidade ou reparação?*, 2001, p. 259).

indícios da forma como foram violados os direitos humanos. Vale lembrar que apontamos no capítulo anterior, o resultado da pesquisa jornalística de Mário Magalhães sobre Marighella, que trouxe à tona a revelação de imagens do cadáver de Virgílio Gomes da Silva (Jonas), em 1969, considerado o primeiro desaparecido político, o que permitiu à família procedimentos legais importantes e imprescindíveis para a reparação da dor, para uma política da justa memória, conforme já analisados anteriormente. São depoentes no filme, os 2 filhos de ‘Jonas’ – Vladimir e Gregório Gomes.

Outra questão importante diz respeito ao caráter de herói dado aos militantes políticos. No cinema de ficção essa questão já foi analisada, por alguns autores em seus estudos sobre cinema e ditadura. Vejamos o que nos diz Carolina Gomes Leme, ao discorrer sobre ‘**Retratos da luta combalida**’:

“Cassal (2001) fala de “**heróis falhados**”, do isolamento e do fracasso dos “**heróis**” **guerrilheiros**. Souza (2007) observa uma “**tônica da derrota**” nos filmes brasileiros sobre a ditadura que analisa⁴⁷. Magalhães (2001), em sua análise de três filmes que relatam a luta armada – *O bom burguês*; *Lamarca* e *O que é isso companheiro?* –, nota o que chama de “**fatalismo dramático**”. Em nossa análise, verificamos que o recorte promovido pela maioria dos filmes que se debruça sobre o período do regime militar privilegia a luta combalida, o **enfoque da tragédia, da repressão, tortura e morte** em detrimento do enfoque do momento pré-1964 e da efervescência política e cultural, numa abordagem que coloca em relevo a opressão e **deixa obscurecidas as perspectivas de transformação social e política que permeavam o período**. A proposição que perpassa grande parte dos filmes parece se restringir a lamentar e reviver a tragédia e implicitamente **bendizer os dias atuais, afastados dos tempos sombrios do passado**” (Grifos nossos) (LEME, 2013, pp. 140-41).

Aqui, buscamos o entendimento do porquê de alguns dos depoentes se referirem a herói, ao falarem de seus pais. Ao analisar o tema herói, Martim Cezar Feijó, nos informa que: “(...) Na mitologia, o herói é divino. Na poesia épica ele é unidade de sentimento e ação. Na história é separado da realidade. Na literatura, o destino do herói é a sua iniciação: a descoberta de si mesmo. O herói continua visitando os infernos, mas principalmente passeia sobre sua própria alma. Ele também procura agarrar a história, mas é sempre superado por ela. A sua morte simboliza o fim da alienação. A sua descoberta, mesmo trágica ou violenta, é sempre um passo para diminuir suas

⁴⁷ Maria Luiza Rodrigues de Souza (2007), em sua análise comparada de algumas narrativas cinematográficas sobre as ditaduras do Brasil e da Argentina, passa em revista alguns filmes brasileiros e dedica maior atenção a *Cabra-cega* (Toni Venturi, 2005) e *Quase dois irmãos* (Lúcia Murat, 2005).” (LEME, C.G., 2013, p. 141).

limitações, nossas limitações” (FEIJÓ, M.C., 1984, p. 62-3). Ora, o militante político do século XX assumia como missão/tarefa transformar a sociedade, construir o socialismo, e num gesto de grandiosidade, e, também de generosidade, luta com todas as armas pelos seus ideais, por uma missão histórica: a implantação do socialismo.

O termo herói tem diversos significados no dicionário HOUAISS, e muitos deles relacionam-se ao sentido em que é empregado pelos depoentes aqui analisados: “mortal divinizado após a sua morte; indivíduo notabilizado por suas realizações, seus feitos guerreiros, coragem, abnegação, magnanimidade etc.; indivíduo capaz de suportar exemplarmente uma sorte incomum (p.ex. infortúnios, sofrimentos) ou que arrisca a vida pelo dever ou em benefício de outrem; *p.ext.* figura central (de um acontecimento, um período) < *os h. da Revolução Francesa* >, etc.” Ora, nenhum de nossos depoentes diviniza o seu pai ou sua mãe, contudo, alguns são heroicizados. **Gregório Gomes** testemunha: **“meu pai, pra mim, na minha visão de, até o início da minha adolescência, sempre foi, inclusive hoje continua sendo, é um herói, mas na minha infância era um herói de gibi, de estorinhas”**; **Telma Lucena** nos diz: **“herói não é o meu pai, é a minha mãe”**; e **Tessa Lacerda**, que sequer conheceu o pai, infere: **“eu sei o que ele fez, e sempre na minha cabeça fica uma coisa grandiosa, de herói, porque afinal de contas ele morreu por um ideal, ele estava disposto a isso, enfim, fica aquela coisa gigantesca, que até me oprime”**. (“15 Filhos”, 1996).

Ao analisar o herói crítico, surgido no século XX, a era dos extremos, como bem designou Eric Hobsbawn, Feijó enfoca este herói na literatura e no teatro. Ao discorrer sobre a dramaturgia de Bertold Brecht, autor teatral que era referência para a esquerda brasileira naquele período, temos um possível ‘gancho’ para o entendimento da representação de herói nas falas dos filhos:

“Uma das características principais da obra teatral de Brecht, é a do questionamento do heroísmo no mundo contemporâneo, em vias de transformações sociais, tecnológicas e humanas nunca atingidas.

Para Brecht, como artista profundamente consciente de sua obra, de seus limites e possibilidades, a principal questão a ser enfrentada é a da *alienação*; isto é, da separação do homem de seu destino histórico e coletivo.

Mas isto não quer dizer que Brecht se considerasse o “iluminado” que fosse “conscientizar” um bando de idiotas que seríamos nós. É exatamente o contrário disso que ele defendeu em teoria como sendo o

papel da arte. Porque se assim fosse ele estaria estabelecendo uma nova modalidade de heroísmo: a do herói “conscientizador”. O que ocorre na obra de Brecht é o oposto: não existem heróis positivos (com raras exceções), mas seres humanos que se transformam e adquirem confiança ou se degradam e perdem a bondade, mas nunca como heróis definitivos ou exemplares. A base de sua poética é a transformação do indivíduo e da sociedade.”(FEIJÓ, M.C., 1984, pp.80-1).

Nesse sentido, o momento histórico era justamente o da transformação da sociedade. Assim, mulheres e homens se viam compelidos a deixarem para trás suas “vidas normais” em função da contingência da clandestinidade, do exílio. O discurso radical contra a alienação política era um dos ingredientes que conformava esse novo indivíduo, fadado a se transformar, a lutar por uma utopia: a da construção do socialismo. Bucci, analisando o vídeo “15 filhos”, toca de forma contundente no âmago da questão, aquela que faz com que os jovens de hoje, em sua maioria, não consigam vislumbrar a utopia dessa militância do século passado. Que nos leva a pensar em como somos ‘pequenos’, ‘tacanhos’, e até mesmo ‘mesquinhos’, por não sonharmos os sonhos daquelas mulheres e homens, bem como por nos deixarmos seduzir pelo mercado, que em essência, é excludente:

“ (...) Vivemos um tempo em que o banal triunfou. O imediato, a frugalidade, o consumo, essas categorias venceram, num paradoxo perverso, pois a maioria da humanidade está excluída do consumo, da frugalidade e dos prazeres imediatos. Hoje ninguém mais fala em utopia, em solidariedade, em socialismo. É assustador, mas a razão pela qual morreram os “desaparecidos políticos” parece, ela mesma, ter desaparecido. Então, vendo e ouvindo as falas do vídeo, o espectador se descobre, ele também, um **órfão político**. A perspectiva é pessimista, mas não há como evitá-la. **É como se a ditadura, além de sumir com gente, tivesse sumido mais tarde com os sonhos daquela gente.** É triste porque, apesar de incorreções políticas que hoje temos condições de diagnosticar nos antigos projetos da esquerda, aqueles eram sonhos bonitos de sonhar.

Hoje resta o mercado. A sensação que dá na gente é de que o homem diminuiu de estatura moral. A sensação é de que nós todos somos menores, mais acomodados, de que já não existe mais em nós a generosidade dos desaparecidos. O vídeo *15 filhos* nos põe em contato com eles e o que deles ficou. (...) Há uma conexão entre a destruição física daqueles militantes heroicos, no passado, e a revogação de seus sonhos políticos nos dias que correm. Reencontrar os combatentes desaparecidos é uma necessidade vital para quem, de vez em quando, ainda se surpreende desacreditando das coisas como elas estão hoje, coisas que não têm passado nem história. Reencontrá-los, talvez seja

‘desdesaparecê-los’”(grifos nossos) (BUCCI, E., “15 filhos” in “Mortos e desaparecidos políticos: impunidade ou reparação?”, 2001, pp. 260-61)

Mais uma vez aparece a menção aos “militantes heroicos”. **Gregório Gomes**, como vimos, diz que quando criança tinha o pai como um herói de gibi, de estorinhas, contudo, depois ele passou a ser um herói, por sua grandeza, por sua abnegação em nome do coletivo, assim, permanecendo até hoje e se eternizando na sua memória. É interessante apontar uma passagem do livro “Poder e Desaparecimento”, de Pilar Calveiro, quando analisa “os heróis, os traidores e vítimas inocentes”. Para ela:

“O herói é um ser disposto a sacrificar sua vida e a de outros em prol de um ideal. Sua heroicidade realiza-se quando entrega a vida em defesa dessa ideia ou objetivo superior, que compreende pessoas, mas que vai mais além de qualquer delas em particular. Seu ato se converte em heroico aos ser resgatado por uma memória coletiva que o reivindica. No caso argentino, os numerosos mortos em combate durante o Processo de Reorganização Nacional poderiam corresponder a esta categoria, se alguém os reivindicasse. Mas eles morreram lutando contra o poder concentracionário sem chegar nunca aos campos de concentração. Sua heroicidade é externa e consiste precisamente em morrer sem ser arrastado pela corrente de sucção do *chupadero*.” (Livre tradução) (CALVEIRO, 2014, P. 126)

Em seguida, Calveiro infere que com relação ao ‘desaparecido’ o mesmo não acontece, pois não se sabe o que sucedeu. Se ele traiu ou resistiu heroicamente, se ele passou a ser um colaboracionista, e, assim, “(...) o simples contato com o campo, pela sombra de suspeita que projeta sobre o indivíduo, desvanece a pureza necessária do herói.. Não há heróis nos campos de concentração”.(CALVEIRO, 2014, P. 127)

Queremos com o nosso ‘guia heurístico’, criar marcas indelévels que ajudem a conformar a memória social: não devemos e nem podemos esquecer aqueles que agiram, resistiram, lutaram por um outro Brasil. Há sim um caráter heróico nas suas ações e determinações, além da integridade moral (“firmeza ideológica”) ao serem torturados, ao não delatarem, não traírem. Afinal, como o próprio coronel Paulo Malhães testemunha na CNV, esta foi a mais importante arma do serviço de inteligência dos militares, ganhar o militante, fazê-lo atuar em suas próprias organizações, colaborando com a polícia política. Nesse sentido, **Virgílio Gomes da Silva (‘Jonas’)** morreu heroicamente. Na avaliação do jornalista Franklin Martins sobre o filme “O que é isso companheiro?”, publicada em *O Globo*, 10/05/97, temos, mais uma vez, a menção ao herói:

“Jonas – nome de guerra de Virgílio Gomes da Silva – tinha uma longa militância política. Nasceu no interior do Rio Grande do Norte e, como tantos nordestinos, migrou para São Paulo, onde tornou-se operário têxtil, ativista sindical e militante do Partido Comunista Brasileiro. Em 1962, durante um comício pelo 13º. Salário, foi ferido a bala. Em 1967, deixou o PCB junto com Carlos Marighella, fundando a Ação Libertadora Nacional. Fez treinamento de guerrilha em Cuba e, ao voltar, tornou-se **um dos mais destacados chefes militares da ALN**, tendo comandado dezenas de ações armadas.

“**Ninguém é obrigado a considerar Jonas um herói** pelo fato de ele ter pago por suas ideias e por sua militância um preço que poucos aceitariam pagar. Talvez ele fosse um homem mais rico interiormente do que admitem os preconceitos elitistas dos inventores do Jonas do filme⁴⁸. Ou talvez ele desse maior valor à liberdade e à dignidade que outras pessoas, e não fosse de regatear ou barganhar quando elas estavam em jogo. Nos tempos da luta armada, essa qualidade era chamada de “**firmeza ideológica**”. Hoje, com mais simplicidade, eu chamaria de caráter. Jonas tinha caráter.

“(…) Com isso tenta-se afastar a necessidade de que o cineasta, atrás da câmara, e o espectador, em frente da tela, tenham de se colocar diante dos dilemas da época. Se todos os gatos são pardos, e ninguém está certo e ninguém está errado, **para que tomar posição? Em vez de reflexão, digestão. É a receita de uma época: a atual.** Não era a dos tempos que o filme pretendeu retratar.” (Grifos nossos) (MARTINS, F., “*As duas mortes de Jonas*”, in *Versões e ficções: o sequestro da História*, 1997, p.120 e 122).

Uma atividade que podemos realizar com nossos alunos refere-se à pesquisa e relativização do herói. Primeiramente, vamos indagar, em sala de aula, o que os nossos alunos entendem por herói. Eles farão um pequeno texto discorrendo sobre os diversos tipos de heróis. Num segundo momento, irão pesquisar em casa as

⁴⁸ Caroline Gomes Leme, em seu livro “Ditadura em imagem e som”, nos informa que “o uso do codinome real causou grande polêmica. Os participantes do sequestro fizeram duras críticas ao retrato que o filme fez de “Jonas”, conforme consta em Reis Filho et. al. (1997); e a família de Virgílio Gomes da Silva entrou com processo judicial contra o filme por danos morais, obtendo ganho de causa deferido pelo juiz Marcos Alcino de Azevedo Torres em 14 de dezembro de 2000. Cf. Fazio (2003, p. 113)” (LEME, C.G., 2013, p.123) . Vale ressaltar que Franklin Martins foi um dos participantes do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969, e foi quem “escreveu o célebre manifesto pedindo a libertação dos 15 prisioneiros políticos (e um libelo contra a ditadura militar), lido em rede nacional no horário nobre da televisão” (Salem, Helena, “Filme fica em débito com a verdade histórica”, in “Versões e Ficções: o sequestro da história, REIS FILHO et al., 1997, p. 48), e que no filme é imputado ao personagem de Fernando Gabeira, o ‘mocinho’, ‘herói’ do filme, que teria também sido o idealizador do sequestro, o que também não é verdade. Assim, temos a ‘heroicização’ de “Paulo” (Fernando Gabeira) e a ‘vilipendiação’ de “Jonas” (Virgílio Gomes da Silva).

diferentes caracterizações de herói que existem, no cinema, na literatura, nas histórias em quadrinhos, e por que não na história em geral. Avaliaremos o salto qualitativo do discurso inicial para o entendimento final do aluno.

Ao final do capítulo, apresentamos a relação de quem são os ‘15 filhos’ de nosso vídeo/documentário. **Podemos trabalhar essas ‘biografias’, pedindo que o aluno faça um trabalho de pesquisa, no sentido de ampliar e/ou aprofundar as histórias relativas aos pais e mães dos filhos apresentados no filme.** Este é um exercício de memória que precisamos fazer, afinal, já dissemos e vamos repetir, os direitos à memória e à verdade são direitos humanos. Acreditamos que o ensino de história precisa ter essa perspectiva, a de abordar e analisar as ‘marcas’ da memória, enquanto um projeto consciente de resgate de nossa história recente. Por que não trabalharmos com a memória histórica de “Osvaldão”? Essa é a pergunta do diretor do documentário recém-lançado, como vimos no segundo capítulo. Temos que levar esses filmes para as escolas, não podemos mais (enquanto professores de história, e mais do que isso, educadores – “educação para a cidadania” é a tônica da educação nos dias atuais), aceitar e conviver, passivamente, com as indagações dos alunos sobre o período da ditadura militar, feitas sob o manto da desinformação: “Mas, foi mesmo tão ruim assim a ditadura militar? Meu pai diz que não!”. Vale lembrar, que essa foi a grande motivação para a realização de nossa pesquisa: trazer à tona a memória daqueles que lutaram por um país no mínimo diferente do que temos hoje. Em sendo assim, cabe a nós, educadores, relativizarmos os dias de hoje, a sociedade brasileira herdada pelos 21 anos de ditadura militar, para que, então, nossos alunos possam compreender a motivação e o comprometimento daqueles homens e mulheres que lutaram por um mundo melhor, priorizando o Brasil, e a América Latina em geral.

Como resultado dos trabalhos da CNV foram elaborados 3 volumes de Relatório Final, facilmente acessados no *google*. Dessa forma, sugerimos que o professor trabalhe com dados que podem ser pesquisados pelos alunos nesses relatórios.

Atividade: Peça ao aluno que pesquise no Relatório Final da CNV assuntos e/ou temas, indivíduos – militantes ou agentes da repressão – concernentes ao filme que estiver sendo analisado.

Atividade: Qual o seu entendimento da participação de homens e mulheres na vida pública no Brasil e em sua cidade atualmente? Estabeleça um paralelo entre a

época do filme e os nossos dias. Qual seria, para você, a importância dos movimentos sociais na atualidade?

“A música enquanto parte da narrativa fílmica nos documentários”

O documentário começa com um dos filhos, **João Vicente Guariba**, dizendo que “esse período de 60 a 70, acho que tem uma música, que a Elis Regina canta que é ‘**Aos Nossos Filhos**’, que se você ouve a letra, é uma música que me toca pra cacete, ‘**perdoem a cara amarrada, perdoem a falta de ar, os dias eram assim**’”. O filme começa e termina com essa música, sendo que ao final toda a letra é cantada, e em alto som; acompanha os dizeres e fotos de crianças. Ela dá o tom da narrativa fílmica. O documentário representa a falta, a dor da perda e/ou da ausência, mas também a aceitação e compreensão dos filhos, por terem vivenciado a ‘barra pesada’ daqueles tempos. É bem definido por **Joca Grabois**, que é quem faz a primeira asserção na narrativa: “**uma vez que você nasce isso daí, você tem que se adaptar a isso, essa é a sua história, essa é a sua vida**”. Ninguém se ressentia pelas ações dos pais: relatam situações limites, sofrimentos, memórias traumáticas, mas todos não só ‘perdoam’ aos seus pais, como os representam como heróis, grandiosos, indivíduos que lutaram por seus ideais e/ou utopias, e que, certamente, pediriam perdão pelo caráter contingencial de suas condutas, em função da conjuntura imposta pela ditadura militar, principalmente no pós-AI-5.

A ‘música- tema’ do filme é “**Aos Nossos Filhos**” (Ivan Lins, 1980. Intérprete: Elis Regina). Por ter sido feita em 1980, após a anistia, quando quase todos os militantes políticos representados no vídeo já haviam sido mortos e/ou desaparecidos, essa letra toca profundamente na ferida dos filhos que perderam seus pais na luta contra a ditadura. Ao mesmo tempo, aponta para um outro tempo, em que eles já não estarão presentes, mas seus filhos farão por eles o que os mesmos gostariam de ter feito. É de uma beleza ímpar, e absolutamente ‘tocante’. Hoje, muitos de nós compartilhamos a mesma impressão, que Eugênio Bucci descreve, a de que somos “órfãos políticos”, (...) “é como se a ditadura, além de sumir com gente, tivesse sumido mais tarde com os sonhos daquela gente”.

Atividade: Podemos pedir para que os alunos façam, em dupla, uma análise da letra da música de Ivan Lins: o que esse compositor quis retratar? Por que os pais

pedem perdão aos filhos? Qual o significado histórico da segunda parte da música?
É uma utopia ou uma realidade atual?

Observação: Quase sempre um filme tem músicas que contextualizam a narrativa fílmica. Sendo assim, devemos sempre demandar a interpretação da música no contexto do filme. “Qual a mensagem da música no filme? Por que determinada música foi utilizada num certo momento? O que denota a música tema – se existir, no filme analisado

00:00 a 2:33 “Aos Nossos Filhos” Ivan Lins (1980) – Elis Regina– **Começo do filme:** “Perdoem a cara amarrada /Perdoem a falta de abraço/Perdoem a falta de espaço/Os dias eram assim... Perdoem por tantos perigos, Perdoem a falta de abrigo, Perdoem a falta de amigos, Os dias eram assim... Perdoem a falta de folhas, Perdoem a falta de ar/ Perdoem a falta de escolha, Os dias eram assim... **João Vicente Guariba** fala da música, de como lhe toca; **Joca Grabois** declara a inexorabilidade de nascer assim, e ter que assumir que vai ser assim mesmo; **Priscila Arantes** discorre sobre nascer clandestino, a questão do nome falso; da profissão das ‘pessoas normais’; **Ernesto Carvalho** fala do nome de seu filho ‘Henrique’, nome que o pai usava, e o dele como homenagem ao Che Guevara; **Janaína Teles** diz que não sabia o nome verdadeiro dos pais; **Vladimir Gomes** fala do nome do irmão, que de Gregório, passou a ser Geraldo, Gê, e por um equívoco ‘Geralda’;

2:33 a 4:47.” Divino Maravilhoso” – Caetano Veloso – Gal Costa canta – “**Atenção ao dobrar uma esquina, uma alegria, atenção menina, você vem, quantos anos você tem? Atenção, precisa ter olhos firmes pra este sol, para esta escuridão. Atenção, tudo é perigoso, tudo é divino maravilhoso. Atenção para o refrão. É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte**”. **Marta Nehring** conta o episódio em Havana, em que não podia falar com o pai, e saindo do elevador do hotel ele piscou pra ela e ela pra ele (‘**Atenção menina**’); **Joca Grabois** conta que na cabeça dele existia um governo ditatorial, e eles podiam vir e matar a gente. Já tinham matado a metade da família e agora podiam matar a outra metade (‘**Atenção tudo é perigoso**’); **André Herzog** e o “mundo dividido entre o mal e o bem” (‘**Tudo é perigoso, tudo é divino maravilhoso**’); **Janaína Teles**, “contavam que tinha os militares e que eles não gostavam da gente” (‘**É preciso estar atento e forte**’); **Telma Lucena**, afirma que não

vai esquecer a fisionomia do rapaz que deu um tiro na cabeça do pai (**‘Não temos tempo de temer a morte’**).

4:47 a 5:51 “Fortaleza”, Chico Buarque – **“A minha tristeza não é feita de angústias a minha tristeza não é feita de angústias, a minha surpresa. A minha surpresa é só feita de fatos, de sangue nos olhos e lama nos sapatos, minha fortaleza. Minha fortaleza é de um silêncio infame, bastando a si mesma, retendo o derrame, a minha represa”**. **Denise Lucena**, falando da cena do pai morto, “é isso mesmo? Eu não estou sonhando?”; **Edson Teles**, narra o episódio de ver a mãe numa janela com grades, chamando-o pelo nome, ele vê que é a fisionomia da mãe, mas não a reconhece;

5:51 a 8:00 – uma música clássica, não identificada por nós.

Janaína Teles afirma “tortura ela é muito sacana porque você leva ela pro resto da vida”; **Vladimir Gomes** e a manutenção do núcleo formado por ele e os irmãos na prisão; **Maria Oliveira**, relata sobre a preocupação da mãe, pois temia que a torturassem; **Janaína Teles** afirma que sempre ficou em dúvida se foi ou não torturada.

8:00 a 9:36 – “Janelas Abertas N.2” – Chico Buarque, canta Maria Bethânia. **“Sim, eu poderia abrir as portas que dão pra dentro, percorrer correndo corredores em silêncio, perder as paredes aparentes do edifício, penetrar no labirinto, um labirinto de labirintos dentro do apartamento. Sim, eu poderia procurar por dentro a casa, cruzar uma por uma as sete portas, as sete moradas, na sala receber o beijo frio em minha boca, beijo de uma deusa morta, deus morto, fêmea, língua gelada, língua gelada como nada. Sim, eu poderia em cada quarto rever a mobília, em cada um matar um membro da família, até que a plenitude e a morte coincidisse um dia, o que aconteceria de qualquer jeito, mas, eu prefiro abrir as janelas, pra que entrem todos os insetos.”** **Marta Nehring**, relata que teve febre de 40/41° no dia em que o pai morreu, foi parar no pronto-socorro; **André Herzog**, afirma que a mãe para lhe proteger, dizia que o pai sofreu um acidente, mas, o irmão que era mais velho, no dia do enterro falou: “nosso pai foi morto, ele foi assassinado”; **Vladimir Gomes** narra sobre como lhe deram a notícia da morte do pai, “foi na lata”; **Priscila Arantes**, discorre sobre as idas ao presídio, de ônibus, e era longe. As grades, uma atrás da outra, até chegar lá dentro; **Maria Oliveira** relata o episódio da pipoca

que ela levou pra mãe, no presídio, e da lembrança de que ela “quis bater muito naquela mulher”, que remexeu o saco de pipoca com os dedos.

9:36 a 11:40 – “It’s a long way” – Caetano Veloso. “Woke up this morning, singing an old, old Beatles song, we’re not that strong, my lord, you know we ain’t that strong. I hear my voice among others. In the break of day. Hey brothers, say brothers. It’s a long, long, long, long way, it’s a long, long, long, long, long way. Os olhos (‘óios’) da cobra verde, hoje foi que arreparei, se arreparasse a mais tempo, não amava quem amei. It’s a long way, it’s a long, it’s a long way, it’s a long, long, long, it’s a long way.” **Ernesto Carvalho** discorre sobre a experiência no Chile, com o golpe do Pinochet: “Comecei a ver que a coisa era meio esquisita, quando, por exemplo, o Pinochet derrubou o Salvador Allende e foi uma correria de louco. Foi meio esquisito. Acho que dentro da minha cabeça de criança eu pensava: “Que turismo louco é esse nego (sic) vem de tanque de guerra na rua?” [...] Uma imagem que ficou guardada foi no momento que nós entramos na embaixada. Aquela correria, pancadaria na porta, estava todo mundo torcendo lá na frente, o pessoal já dentro da embaixada torcendo pra que a gente chegasse lá. Foi a primeira vez que senti pavor, senti o clima de estar fugido (Nehring, 1996).” (CAMPOS PAIVA, Tatiana Moreira, “A experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar” in Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles, organizadores, “Desarquivando a ditadura, Vol.1, p. 138); **Marta Nehring** infere que na França e em Cuba, “eu tinha uma identidade, eu era Marta, filha de um guerrilheiro morto”; **Janaína Teles** afirma que achava que a sociedade devia a ela, “porque se não tivessem deixado o golpe acontecer, eu não tinha sofrido isso”; **Maria Oliveira** descreve a carta que a avó escreveu, com ela ditando, sobre como ela “ia conseguir tirar os meus pais daquele trabalho, que era o único que não deixava as pessoas irem para casa”; **Virgílio Gomes** fala do assobio do pai ao chegar em casa, e que eles corriam para encontrá-lo, “esse assobio eu fiquei ouvindo uns 10 anos”;

11:40 a 12:25 – “Partido Alto” Chico Buarque. “Diz que Deus, diz que dá, não vou duvidar, ô nega, e se Deus não dá, como é que vai ficar, ô nega. Diz que Deus diz que dá, e se Deus negar, ô nega, eu vou me indignar e chega, Deus dará, Deus dará.” **Tessa Lacerda**: “Sempre tive essa visão de que não é justo, não dá para aceitar essa ...quer dizer... É difícil falar ... Tirar assim a vida ... o governo ... é difícil falar

isso”; **Janáina Teles** declarando “ah! quero vingar, quero punir, e quero reparar a dor que me impuseram”; **André Herzog**, visivelmente emocionado, diz que “a dor era tão grande que eu não tinha como me abrir, mesmo com amigos, se instaurou uma dor muito grande naquele momento”.

12:25 a 13:42 – “Se essa rua fosse minha” – Cantiga popular – Maria Bethânia. “Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar, com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante, para o meu, para o meu amor passar. Nessa rua, nessa rua tem um bosque, que se chama, que se chama solidão, dentro dele, dentro dele mora um anjo, que roubou, que roubou meu coração. Se eu roubei, se eu roubei teu coração, tu roubaste, tu roubaste o meu também, se eu roubei, se eu roubei teu coração, é porque, é porque tu roubaste o meu também”. Lembranças de situações de angústia: **Maria Oliveira** conta o episódio da **escola**, que ela não quis sair da sala na hora do recreio, e chorava muito. A diretora chama a mãe, e está se dá conta da semelhança do pátio da escola, com o pátio do presídio; **André Herzog**, diz que na sua **escola** estudava o filho do Paulo Egídio, que um dia falou pra ele, no corredor: “Olha, meu pai, não tem nada a ver, com a morte do seu pai”; **Joca Grabois**, narra o episódio em que levou um amigo da **escola** na sua casa, e quando abriu a porta do seu quarto tinha uma enorme bandeira vermelha na parede; o amigo: “é a bandeira da União Soviética?” Ele: “Não, essa é a bandeira do Flamengo!”;

13:42 a 16:57 - “Nada será como antes”, Milton Nascimento & Lô Borges – Canta Milton Nascimento – “Eu já estou com o pé nessa estrada, qualquer dia a gente se vê, sei que nada será como antes amanhã. Que notícias me dão dos amigos? Que notícias me dão de você? Alvorço em meu coração, amanhã ou depois de amanhã. Resistindo na boca da noite um gosto de sol. Num domingo qualquer, qualquer hora, ventania em qualquer direção, sei que nada será como antes amanhã. Que notícias me dão dos amigos? Que notícias me dão de você? Sei que nada será como está. Amanhã ou depois de amanhã. Resistindo na boca da noite um gosto de sol.”

Tessa Lacerda falando do pai: “[...] tentar construir essa imagem [do meu pai], porque eu não sei nada. Eu não sei como meu pai era, eu não sei as coisas mais banais. Eu sei o que ele fez e sempre, na minha cabeça, fica uma coisa grandiosa de herói, porque, afinal de contas, ele morreu por um ideal. Ele estava disposto a isso, enfim, fica aquela coisa gigantesca que até me oprime um pouco.” **Joca Grabois** fala do pai fictício, que tentou

recompor com fotos do pai aos 16 e 3 anos: “é inconcebível você formar a imagem de um pai com uma foto preto e branco, um pai com 3 anos ou com 16 anos”; **Gregório Gomes** discorre sobre o pai herói, da adolescência até hoje, mas, “na minha infância era um herói de gibi, de estorinhas”; **Telma Lucena** lança a assertiva: “herói não é meu pai, é a minha mãe”; **Gregório Gomes**, “sabemos que meu pai foi morto sob tortura, mas para todos os efeitos legais, não existia, meu pai teria abandonado a família, minha mãe não era viúva”; **Rosana Momente** também fala do pai que era fictício, que ela nem sabia que era guerrilheiro; **Marta Nehring**, diz que tentou reconstituir o pai, procurou as pessoas que militaram com ele, mas que isso não resolve, “eu tento isso porque é um jeito de eu me entender hoje”; **Rosana Momente**, fala que ficou triste por saber que não podia ter mais expectativa do pai voltar; **Chico Guariba**, declara que “não, ninguém nunca me disse que minha morreu, (...) todo mundo procurou muito, foi um esforço muito grande de procurá-la e foi uma frustração muito grande não encontrá-la”; **Tessa Lacerda**: “E até hoje, é muito difícil você aceitar uma morte que não é material, que você não tem... mais que isso, mais que essa imaterialidade da morte, para mim, [há] a imaterialidade da vida, porque eu não tenho... eu não conheci meu pai. Então, é absolutamente ‘pirante’, você tentar, por um lado, imaginar como seu pai era e, por outro, aceitar que isso que você imaginou, morreu (Nehring & Oliveira, 1996)”. (TELES, Janaína de Almeida, “*a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos*” in *Desarquivando a ditadura*, MACDOWELL SANTOS, C.; TELES, E.; TELES, J.de A., 2009, P. 160-61) |.

16:57 a 18:43 - Final do filme: E quando passarem a limpo, E quando cortarem os laços, E quando soltarem os cintos, Façam a festa por mim... E quando largarem a mágoa, E quando lavarem a alma/ E quando lavarem a água/ Lavem os olhos por mim...Quando brotarem as flores, Quando crescerem as matas, Quando colherem os frutos, Digam o gosto pra mim... Digam o gosto pra mim ...”. Janaína Teles afirmando, peremptoriamente, que não há ‘ponto final’, nem para ela, nem para outras pessoas. **“Dedicamos esse vídeo aos nossos Pais**

“Quem são os 15 filhos?”

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, em seu artigo já apontado, infere que: “Para poder acompanhar o desenvolvimento do filme, apresento os filhos, pais e irmãos, recorrendo, principalmente, a textos elaborados pelos *Comitês Brasileiros de*

*Anistia – CBAs – do Rio de Janeiro e de São Paulo (1979) e ao livro *Dos filhos deste solo* de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio (1999)”.*

Abertura do vídeo: **Ivan Seixas** já tinha uma atividade política, embora adolescente, e suas lembranças, provavelmente, estão também marcadas pela experiência como militante. Foi convidado para abrir o filme; é, por assim dizer, o "**filho 16**". Seu pai, Joaquim de Alencar Seixas, foi preso juntamente com Ivan, que tinha então 16 anos de idade, em abril de 1971. Foram espancados com tal violência que a corrente da algema que prendia os dois pelos pulsos se rompeu. Foram torturados um frente ao outro. A polícia também prendeu a mãe, Fanny, e suas duas irmãs, Iara e Ieda. Joaquim Seixas morreu na tortura; os jornais informaram que morreu em confronto armado contra a polícia. Ivan, menor de idade, ficou preso durante seis anos sem julgamento, dos quais os três últimos na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (SP).

Telma Lucena e Denise Lucena, filhas de Antônio Lucena, morto a tiros na porta de sua casa, na frente da família. Além das duas irmãs, depoentes no filme, presenciaram o assassinato de Lucena a esposa, Damaris, e o filho, Ailton, então com apenas 3 anos de idade. Posteriormente, os três filhos foram para o exílio com a mãe. O filho mais velho, Ariston, em função de sua militância política, foi preso em março de 1970; condenado inicialmente à pena de morte, esta foi comutada para prisão perpétua e depois a 25 anos de prisão. Tendo sido preso menor de idade, foi solto após 8 anos de prisão, permanecendo em livramento condicional por 16 anos.

Joca – João Carlos – Grabois, filho de André Grabois e Criméia de Almeida, nasceu na prisão e não chegou a conhecer o pai, que foi assassinado em outubro de 1973 na guerrilha do Araguaia – e até hoje desaparecido. O Estado reconheceu sua morte, mas não informou à família o que foi feito com André. Mauricio Grabois, pai de André e avô de Joca, também morto no Araguaia em dezembro de 1973, continua desaparecido.

Gregório Gomes e Wladimir Gomes, filhos de Virgílio Gomes da Silva, morto em 1969 na OBAN. Virgílio foi torturado com os pulsos algemados às costas, tendo seu corpo sido chutado, sobretudo na cabeça, durante 15 minutos ininterruptos; logo após, desmaiou. Sua prisão e morte não foram reconhecidas pelos órgãos de repressão, apesar de numerosos testemunhos de militantes que confirmam sua presença na prisão, onde ouviram seus gritos, e a denunciaram perante tribunais militares. Recentemente, fotos de seu corpo foram localizadas e divulgadas pela imprensa, permitindo aos filhos providências junto à Justiça.

Francisco Guariba – Chico – e seu irmão, **João Vicente Guariba**, são filhos de Heleni Guariba – presa em 1970, solta em 1971, presa novamente e assassinada sob tortura. Conforme testemunhos de militantes, esteve na chamada "Casa da Morte" em Petrópolis. A responsabilidade do Estado pela morte de Heleni foi reconhecida no anexo da Lei 9140/95.

Ernesto Carvalho, filho de Pedrina e de Devanir José de Carvalho. Devanir recebeu uma rajada de metralhadora e foi preso, aos 28 anos, em 5 de abril de 1971; levado ao DOPS, morreu após ter sido torturado ininterruptamente durante dois dias pelo delegado Fleury.

André Herzog, filho de Clarice e de Vladimir Herzog, morto sob tortura horas após sua prisão em 25 de outubro de 1975. A versão oficial de suicídio dentro da prisão, com o cinto do macacão de presidiário, foi desmontada a partir de numerosos depoimentos de presos na mesma época e também pelas contradições apresentadas nos depoimentos dos médicos-legistas. A União foi responsabilizada por sua morte.

Rosana Momente, filha de Orlando Momente, desaparecido na guerrilha do Araguaia desde 1973. Orlando casou-se em 1961 e em 1964 entrou na clandestinidade, indo para o sul do Pará, onde desapareceu. Somente muito mais tarde, 18 anos depois, Criméia de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, contou para Rosana a verdadeira identidade do seu pai.

Tessa Lacerda, filha de Gildo Macedo Lacerda e de Mariluce. Gildo e Mariluce foram presos, em outubro de 1973, em Salvador. Mariluce estava grávida de um mês. Quando se encontraram dentro da Superintendência da Polícia Federal, olharam-se angustiados e longamente; foram separados e nunca mais se viram. Gildo foi torturado até a morte, no dia 29, no DOI-Codi do Recife. Nota oficial anunciou sua morte, junto com a de José Carlos Novaes da Matta Machado, "por enfrentamento na rua". Com o nascimento de Tessa, 8 meses após a morte do pai, Mariluce travou incansável batalha judicial, que se arrastou por 18 anos, para que a paternidade de Gildo fosse reconhecida. Gildo, enterrado como indigente no cemitério da Várzea no Recife, teve seu corpo necropsiado e seus restos mortais foram enterrados em valas comuns do "Buraco do Inferno" (1986) e depois no Cemitério das Flores, sem jamais chegar à sua família.

Marta Nehring (diretora do "15 filhos"), filha de Norberto Nehring e Maria Lygia Quartin de Moraes. Norberto foi preso em 1969 e, após sair da prisão, exilou-se. Um ano depois, em 1970, desembarcou no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e nunca mais foi visto. Foi morto sob tortura. A versão oficial é que teria sido encontrado morto em um quarto de hotel, próximo ao DOPS, em São Paulo, enforcado com uma gravata. A família requereu uma autópsia e a exumação, que nunca foram feitas. Enterrado com nome falso, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, somente muito tempo depois seus familiares finalmente conseguiram trasladar os restos mortais para o jazigo da família.

Maria Oliveira (diretora do "15 filhos"), filha de Eleonora Menicucci e de Ricardo Prata, ex-presos, ambos torturados. Ficaram presos durante 2 e 4 anos, respectivamente.

Janaina Teles e Edson Teles – filhos de Amélia e César Teles, ex-presos. Foram presos juntamente com os pais em 1972, sendo permanentemente ameaçados de ser torturados. Presenciaram a tortura dos pais. Janaina, Edson, os pais Amélia e César e a tia Criméia iniciaram, em 2006, Ação Declaratória contra a União, para que seja reconhecida a responsabilidade do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-Codi/São Paulo, por estes fatos.

Priscila Arantes, filha de Maria Auxiliadora A. C. Arantes e Aldo Arantes, ex-presos. Priscila e seu irmão André foram presos com sua mãe, no interior de Alagoas, no dia 13 de dezembro de 1968 – uma hora após ter sido lido, na Hora do Brasil, o Decreto AI-5. Permaneceram presos durante 4 meses, juntamente com sua mãe, em diferentes locais de detenção na cidade de Maceió: hospital, cadeia pública, delegacia de bairro, entre outros. Aldo, após fugir do DEOPS em Maceió, foi preso novamente em São Paulo em

1976, no episódio conhecido como "Chacina da Lapa". Saiu da prisão com a decretação da Anistia, em 28 de agosto em 1979.” (Grifos nossos) (“Dor e desamparo – filhos e pais”, ARANTES, M.A.de A.C., 2008, s/p).

O filme '15 filhos' representa, tem como tema, a memória dos herdeiros dos opositores à ditadura militar brasileira. Nesse sentido, trata-se de “dolorosas experiências individuais que, por meio da forma como são articuladas pela construção fílmica, apresentam-se como parte de uma história compartilhada. Conforme observa Mauro Rovai (2006), ‘o filme sai da trilha em que cada qual tem a sua história e investe noutra senha: aquela em que todos parecem contar uma só história’ (Rovai, 2006, p.6)” (LEME, C.G., 2013, p. 236). As diretoras de nosso filme, criaram subtemas que sempre aparecem em vermelho na tela, e também acrescentam dados relativos ao testemunho do depoente. Nessa perspectiva, podemos desenvolver a seguinte atividade, diante de qualquer filme analisado em sala de aula, relativo ao tema ditadura militar:

Atividade: Quem são os protagonistas do filme? Eles representam experiências individuais que se conformam numa mesma história compartilhada? Quais os artifícios que o diretor usou para, a partir de múltiplas experiências criar uma história compartilhada? Há um fio condutor no argumento fílmico? Que técnicas são utilizadas para desenvolver o tema que está sendo representado ou rerepresentado?

“15 FILHOS” - Resumo da Narrativa Fílmica

Oficial do Exército: - “Qual a sua profissão?”

Advogado: - “Advogado”.

Oficial do Exército: - “Conhece a Declaração Universal dos Direitos do Homem?”

Advogado: - “Conheço, Capitão.”

Oficial do Exército: “Então, esqueça-a enquanto estiver aqui”.

1º. Depoente, sentado num sofá, declara que “esse período de 60 a 70, acho que tem uma música, que a Elis Regina canta que é ‘Aos Nossos Filhos’, que se você ouve a letra, é uma música que me toca pra cacete, **‘perdoem a cara amarrada, perdoem a falta de ar, os dias eram assim’**”. Não aparece o nome na tela, mas, trata-se de **João Vicente Guariba**.

[Música – “Aos Nossos Filhos”, por Elis Regina]

15 filhos

Um documentário de Maria Oliveira e Marta Nehring.

Joca Grabois [sentado no sofá] – “Uma vez que você nasce isso, daí você tem que se adaptar a isso, essa é a sua história, essa é a sua vida”.

Priscila Arantes – [sentada no sofá] – Nasce clandestino e isso significa você ter outro nome, meu nome não era esse, apesar de ser Priscila tinha um outro sobrenome, o nome da minha mãe era outro, o do meu pai era outro, enfim”.

Vladimir Gomes e Gregório Gomes⁴⁹ – [Sentados no sofá] – Vladimir fala: “Então ele tinha acabado de nascer, o nome dele era Gregório, um nome já conhecido pela repressão, porque meu pai já tinha um outro filho Gregório, que todo mundo sabia, então resolveram trocar por um outro nome, e o Gregório chamavam de ‘Gê’, Geraldo, e por um erro ficou Geralda!”, narra isso achando muita graça, e o irmão também ri.

Janaína Teles – [plano no rosto dela, que vai se aproximando cada vez mais até tomar a tela toda; essa tomada tem a ver com a narrativa fílmica, pois o discurso dela ‘sintetiza’ a questão da clandestinidade, o não conhecer o verdadeiro nome dos pais, chamar “de tio, mãe, tia, pai”]. “Nem o nome deles eu sabia, o verdadeiro nome deles; eu chamava de tio, mãe, tia, pai, tudo assim, então eu passei anos e quando eu descobri que eu não sabia o nome verdadeiro deles, aliás, não sabia nome nenhum, achei um absurdo, como que eu sou filha de alguém e não sei o nome dos pais”.

Priscila Arantes – [tomada bem perto do rosto, mas com as mãos gesticulando] – “os pais, os filhos de pessoas normais, a mãe é médica, o pai é engenheiro, é advogado, tem uma profissão, tem uma coisa estabelecida, você cresce, ‘ ah! o seu pai é médico, é advogado, e os meus pais não tinham isso, a atividade profissional deles era muito complicada, eles não tinham essa atividade profissional, e sim uma atividade política, isso era muito estranho pra mim, por isso que a lembrança que eu tenho é de mistério”.

⁴⁹ São filhos de Virgílio Gomes da Silva, dirigente da ALN que participou do sequestro do embaixador americano, e que foi representado no filme “O que é isso companheiro? (1997), de Bruno Barreto como um ‘vilão’, ‘mau caráter’, ‘oportunista’, provocando uma reação intensa não só naqueles que o conheceram, como nos ex militantes políticos em geral, que escreveram artigos em defesa de sua memória no livro “Versões e ficções: o Sequestro da História”, arrolado em nossa bibliografia. Vale lembrar, que o diretor utilizou o codinome “Jonas”, o mesmo que Virgílio Gomes da Silva usava em sua militância. Assim, não se sustenta qualquer argumento no sentido de que o filme é uma ficção. Em realidade, de acordo com Fernão Pessoa Ramos é um ‘docudrama’, isto é, um filme de ficção baseado em fatos históricos (RAMOS, 2ª. ed., 2013).

[Relativizar a questão da profissão dos pais, pois esta fala nos permite avaliar o perfil social da depoente, da representação de classe social que é feita no filme. Mais adiante, André Herzog vai testemunhar que estudava no mesmo colégio que o filho do Governador Paulo Egídio, ou seja, um colégio da elite paulistana. No nosso caso específico, ensino técnico público, o perfil do alunado não é de classe média A ou B, e sim C e D; e em sendo assim, não são em geral, ‘filhos de pessoas normais’ em que ‘a mãe é médica, o pai é engenheiro, é advogado’.]

Ernesto Carvalho – [sentado no sofá...] “meu filho se chama Henrique porque é o nome que meu pai usava, na época era o nome que o meu pai adotou, então eu quis fazer uma homenagem ao meu pai. Meu nome é Ernesto em homenagem ao Che Guevara. Na época ele queria colocar Ernesto Guevara, e quando eu tinha 12/13 anos eu quis prestar uma homenagem ao meu pai [aparece o braço com uma tatuagem: “GUEVARA”], não ao Guevara. Inclusive, tudo que é relacionado a mim, que eu posso colocar Guevara, eu coloco”

Marta Nehring – [Sentada no sofá; aparece na tela: “**Marta morou em Cuba enquanto seu pai treinava para a guerrilha**”]. “Eu tinha essa consciência de que eu estava vivendo uma situação muito especial”. [Música: Gal Costa cantando “Divino Maravilhoso”] Fala do hotel “Havana Libre”, aonde havia um andar reservado para os guerrilheiros que estavam lá para treinamento. O pai sai do elevador, “nós não estávamos juntos, nós não podíamos dizer que estávamos juntos, aí eu me lembro que o meu pai piscou pra mim e eu dei uma piscada para ele. Essa é uma lembrança que eu tenho dele”.

Joca Grabois – [*close* no rosto o tempo todo] [observação: sempre que o depoente aparece pela segunda vez, já não tem nome na tela] “o que eu via era o seguinte: existia um governo ditatorial e que entrava na casa das pessoas e matavam. Entendeu? Era muito simples o meu raciocínio, se eu fizer alguma coisa, ou alguém falar algo que não podia ser dito, eles que já tinham acabado com a metade da minha família, iam acabar com a outra metade”. Ele diz isso, rindo, achando graça da sua impressão de quando era criança.

André Herzog – [Plano no rosto dele] - “O mundo de repente estava dividido entre o mal e o bem. [Aqui é feito um gancho na narrativa fílmica, com a fala de Joca Grabois.] [Observação: a morte de Vladimir Herzog é a mais emblemática e/ou exemplar, para

mostrar aos alunos o grau de violação dos direitos humanos. Afinal, ele era jornalista, diretor de um telejornal de uma TV pública, a TV Educativa (TVE), e por ser membro do PCB, foram prendê-lo na TVE; ele pediu para acabar um trabalho importante, e se comprometeu a apresentar-se para depor no DOI-CODI/SP. Efetivamente, assim o fez, espontaneamente, sendo morto sob tortura, em 1976.]

[Aparece “INFÂNCIA”, em vermelho, ainda no rosto de André Herzog] Plano do rosto de **Janaína Teles**, e ela declarando: “Ah! Contou que tinha os militares e que eles não gostavam da gente”.

Marta Nehring – [Sentada no sofá] “É, até hoje eu sonho com guerra, eu tenho essa coisa da guerra na cabeça”.

Chico Guariba – “Eu não lembro realmente qual era a referência que me deram dela. São coisas, na verdade, com fotos, por isso é aquela lembrança construída.”

Priscila Arantes – “Por isso que a minha lembrança de infância é uma lembrança extremamente agradável; o que não é, eu não lembro”. [Memória seletiva, característica dos traumas políticos e/ou sociais, guerras, por exemplo.]

Janaína Teles – [Sempre o plano é no rosto dela. Podemos indagar o porquê desse procedimento: será porque ela é carismática?] “Eu já perguntei muitas vezes certas coisas, eu esqueço, e vou lá e pergunto de novo.”

Priscila Arantes – [*close* no rosto dela, que vai cada vez chegando mais próximo do rosto e ela dizendo]: “uma coisa, e fica pensando, não sei se eu devo falar, não, não vou falar.”

André Herzog – [sentado no sofá], testemunha: “De repente eu perdi um pouco da minha inocência aos 7 anos, é muito cedo isso.”

[Aqui devemos chamar a atenção, mais uma vez, para outra representação peculiar de classe social. O alunado das escolas públicas, recorrentemente, nem conhecem o pai! Em sendo assim, a fala “eu perdi um pouco da minha inocência aos 7 anos” é significativa, e acreditamos ser oportuno o professor trabalhar esse ponto. Por exemplo, colocar a questão: ‘Você se identifica com essa colocação? Em algum momento da sua infância você sentiu que ‘perdeu a inocência’ de criança? Ressalvar, que não vale dizer que ‘deixou de acreditar em papai-noel, ou no ‘coelhinho da páscoa’!]

Telma Lucena – [sentada no sofá], falando que só lembra do rosto de um rapaz, que ela nunca vai esquecer: “eu sou uma ótima fisionomista, não esqueço mesmo, sou muito boa fisionomista”; esse rapaz chegou perto do pai dela, pôs a arma na cabeça dele e atirou. Ao lado, no sofá, aparece a irmã **Denise Lucena** dizendo “daí você fica assim, será que foi isso mesmo que aconteceu, será que eu não sou de outro planeta, porque foi assim um assassinato brutal, uma coisa assim que eles chegaram e foi muito rápido”.

Edson Teles – [sentado no sofá], ele testemunha que: “De uma das janelas com grades, tinha uma pessoa que me chamava – Edson, Edson, e quando eu olhei assim ... [Aparece na tela em branco: “**Edson e Janaína foram presos e levados à OBAN no dia seguinte à prisão dos pais**”] ... eu reconhecia a fisionomia da minha mãe, mas ao mesmo tempo eu olhava e pensava, não, não é a minha mãe”. [Na tela, em vermelho, “TORTURA”.] [Aqui há um erro: Janaína é sua irmã e aparece *Teles*, já o do Edson é representado *Telles*]

Telma Lucena – “eu não reconheci a minha mãe, foi uma coisa muito difícil, porque ela tinha apanhado tanto que ela estava deformada, então, para mim, ela era um ser mas não era a minha mãe, era uma massa” [aparece a irmã Denise ao lado; a câmera aproxima um pouco o rosto dela] Denise diz: “toda quebrada, com o rosto inchado”, Telma prossegue: “sem dente, então, não era a sua mãe, ela não conseguia nem ter a voz, né, de mãe”.

Janaína – [*close* no seu rosto] “tortura é uma coisa que você, ela é muito sacana, porque você leva ela pro resto da vida”.⁵⁰

[Aparece a placa da Rua “Tutóia”, depois a fachada do prédio e “36ª DP”, em seguida, uma mão abre o trinco de um portão de ferro, e a câmara vai entrando no espaço interno na medida em que o portão vai se abrindo: primeiro o estacionamento, os prédios ao redor, vai subindo uma escada, chega numa sala vazia – exígua, que sugere um espaço de aprisionamento – e da sala vai para o exterior: o conjunto de prédios baixos que compõem o que foi o DOI-CODI/SP, com o estacionamento no centro].

⁵⁰ . Para o psicanalista Hélio Pellegrino: “a tortura busca introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente e mais do que isto: procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. [...] Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair do torturado é a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa o avesso da liberdade. (Pellegrino, 1982, citado por Arquidiocese de São Paulo, Brasil nunca mais, 1985: 281)”, in ARANTES, M.A. de A.C., “Dor e desamparo: filhos e pais”, 2008, s/p.)

Maria Oliveira – [*close* no rosto dela]: “sempre ela teve a grande preocupação, de aonde eu estava” [Aparece na tela: “**com 1 ano e meio de idade, Maria foi presa na OBAN junto com a mãe**” “mas que eu não sumi de vez porque ela disse que ela sofreu ameaças de que me torturassem (*sic*) se ela não falasse alguma coisa”].

Janaína Teles – [*close* no seu rosto]: “porque eu sempre vi a discussão se eu fui torturada ou não”.

Vladimir Gomes – [*close* no rosto] “Nesse estado eu preferia abrir um pouco, abro, corto o meu cabelo a zero, mas eu tenho de dormir perto da minha irmã; meu irmão não, meu irmão era mais revoltado e dizia, não corto o cabelo e tenho de dormir junto também. A gente bateu, eu não sei até que ponto eles deixavam que a gente fizesse aquilo, ou até que ponto eles não conseguiam fazer outras coisas, não sei, a gente conseguiu manter um núcleo, nunca nos separamos, minha irmãzinha dormia no berço e a gente dormia embaixo da cama dela”. [Na tela: “**Vladimir e seus irmãos ficaram presos mais de 3 meses, isolados da família**”].

Denise e Telma Lucena – entram em cena, e Denise diz: “eles levaram a gente para o ... como é que chama mesmo?” Telma: “Juizado de Menores”, “em Tatuapé e ali eles criaram aquela imagem da gente, parecia que a gente era assim bandidos de alta “perilocu ...”, e a irmã Telma diz “periculosidade”; “e eles falavam assim para as outras crianças que estavam lá, ‘olha esses aí são terroristas, não mexem com eles não porque eles são perigosos””.

Vladimir e Gregório- “quando a minha tia foi lá pra pegar a gente, eu disse que não sabia quem ela era, “a tia começou a chorar, pensou que tinham feito lavagem cerebral”, daí, no outro dia, minha tia voltou e explicou tudo, “olha sua mãe tá presa, todo mundo já sabe de tudo, você pode falar que não vai acontecer nada”, “daí eu falei, é a minha tia sim, e aí a gente saiu de lá”. [Relata rindo, achando graça do episódio, numa típica manifestação do adulto se surpreendendo com o feito da criança.]

Marta Nehring – “na noite que meu pai morreu eu tive uma febre muito alta, tipo 40°, 41° quase 42°, fui parar no pronto-socorro, foi a noite que ele morreu...”.

André Herzog – [Música – Maria Betânia cantando “Janelas Abertas”] [*close* no rosto com a câmera se aproximando aos poucos]. “Naquele momento, minha mãe pra me proteger um pouco não deixavam as coisas muito claras, porque eu era muito pequeno,

me disse ó seu pai morreu num acidente, só que o meu irmão já sabia e como ele estava junto, ele falou, nosso pai foi morto, foi assassinado”, isso no dia do enterro.

Vladimir Gomes – [*close* no rosto e a câmera vai aproximando o mesmo]: “Enquanto vocês estavam lá em São Sebastião, vocês foram presos, seu tio foi preso também, que era o irmão do meu pai, e aconteceu que seu pai foi preso também e mataram ele, assim, falou na lata”.

Priscila Arantes- [tomada do tronco para cima, mais para o rosto]: “A cena da gente pegando o ônibus, porque é longe né?” [Aparece na tela em cima do rosto dela, em vermelho, “**VISITAS**”, e em seguida uma mão abrindo um fecho de um portão de ferro, que se abre para o espaço interno de um presídio, grades atrás de grades], “e aí sobe aquela ladeira e você passa pela revista e aí passa aquela grade e outra grade, e aí chega lá”.

Maria Oliveira – [*close* no rosto] “eu levei um saco de pipoca para minha mãe e aí a mulher abriu o saco e remexeu a mão lá dentro no saco, e daí aquilo me deu uma revolta tremenda, eu não quis mais dar aquele saco de pipoca para a minha mãe; a lembrança que eu tive foi a de que eu queria bater muito naquela mulher”.

Ernesto Carvalho – [*close* sempre do peito para cima] “eu comecei a ver que a coisa era meio esquisita quando [“**NO MUNDO**”, em vermelho], por exemplo, o Pinochet derrubou o Salvador Allende e nós estávamos lá, aí eu comecei a ver; na minha cabeça de criança eu pensava, pô! turismo louco esse” ... [imagens: ônibus com homens descendo com as mãos na cabeça; muitos bombardeios com fumaça; aviões de caça avançando para bombardear o Palácio de La Moneda – “**11 de setembro de 1973**”

Entra a **Marta Nehring** dizendo que “tanto no Chile como na França eu tinha a minha identidade, eu era Marta, filha de um guerrilheiro morto”.

Volta para **Ernesto**, agora sentado no sofá, pernas cruzadas, fumando e gesticulando bastante: “eu lembro de uma imagem que ficou gravada, da gente correndo para a embaixada, e o pessoal que já estava lá torcendo pra chegar logo, e a gente correndo naquele desespero; foi a primeira vez que eu [aparece na tela, em branco, “**Ernesto permaneceu refugiado na embaixada da Argentina por mais de 8 meses**”] “senti pavor, senti o clima de estar fugindo”. [Caetano Veloso cantando “It’s a long way”]

Marta Oliveira – [sentada no sofá; “**NO BRASIL**”, em vermelho] “tem uma carta escrita pela minha avó, da maneira como eu falava, em que eu dizia que eu queria vir para São Paulo, ficar no Hotel Apolo, que era ao lado do Correios, daí pegar um taxi, ir no trabalho da Nonola e do Ricardo, tirar eles do trabalho, mas o taxi ia andar muito rápido e o guarda não ia proibir a gente sair de lá, então, eles iam poder sair daquele trabalho que era o único trabalho que não deixava as pessoas saírem e irem para casa”.

Vladimir e Gregório [sentados no sofá e na tela, em branco: “**Vladimir tinha 9 anos quando seu pai foi assassinado**”. Vladimir dizendo que seu pai tinha o costume, de quando estava chegando em casa, no lugar que eles estivessem morando, ele começava a assobiar, e aí a gente descia e ia correndo encontrar ele... “esse assobio eu fiquei escutando uns 10 anos ...”.

Close no rosto de **Janaína Teles** – “eu achava que a sociedade me devia alguma coisa, porque se não tivessem deixado o golpe acontecer eu não tinha sofrido.”

Tessa Lacerda – [*close* no rosto dela, bem fechado mesmo] “Sempre tive essa visão de que não é justo, não dá para aceitar essa ... Ah! não sei, é difícil falar isso, tirar assim a vida, o governo, ah! não sei, é difícil falar disso... [o *close* vai fechando até ficar só a boca, os olhos, o nariz, as sobrancelhas...]

[Caetano Veloso canta: “Diz que deu, diz que dá, diz que Deus dará” “Deus é brasileiro”]

Janaína Teles – [pela primeira vez sentada no sofá], “quero vingar, quero punir e quero reparar a dor que me impuseram.”

André Herzog – “a dor, eu acho que a dor era tão grande que eu não tinha como me abrir, mesmo com amigos [visivelmente emocionado], se instaurou uma dor muito grande naquele momento”.

Maria Oliveira – [sentada no sofá, tomada do tronco para cima e aparece, em vermelho, “**ESCOLA**”: “eu fui pra aula, entrei direto para a sala, estudei e eu não conseguia” [aparece a imagem de um presídio, parece o Carandiru ... Maria Betânia cantando: “Se essa rua, se essa rua fosse minha, eu mandava, eu mandava, ladrilhar, com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante...], “ir para o recreio, e eu chorava muito, aquilo me angustiava muito, e a diretora achou melhor chamar meus pais; enfim, minha

mãe chegou e quando minha mãe entrou no pátio, de cara ela identificou a semelhança que tinha com o pátio de onde ela estava presa”.

André Herzog – [*close* no rosto]: “Na minha escola estudava o filho do Paulo Egídio, e ele era muito mais velho, e era uma situação muito tensa; um dia ele chegou no corredor e disse: ‘meu pai não tem nada a ver com a morte de seu pai’”.

Maria Oliveira – [*close* do peito para cima] “cantar o hino, por exemplo, é uma coisa que eu nunca decorei; tinha que cantar, colocava a mão no ombro do coleguinha da frente [ela faz o gesto com o braço], estivi a bandeira todo santo dia e cantava o hino”.

Joca Grabois – “eu estava chegando em casa com um amiguinho, aí eu abri a porta do quarto e tinha uma bandeira vermelha bem grande na parede, e ele falou: ‘essa aí é a bandeira da União Soviética?’ E eu fechei a porta do quarto, rapidamente, e disse: ‘Não, essa aí é a bandeira do Flamengo!’ E descí. Esse é um *flash* que eu tenho. [Ele conta o episódio rindo muito e, no final, escutamos gargalhadas femininas]

Tessa Lacerda - [*close* bem fechado no rosto]. Ela falando da tentativa de construir uma imagem do pai. [“**PAI**”, em vermelho, em cima do nariz dela], “porque eu não sei nada, eu não sei como meu pai era [Milton Nascimento cantando “Nada será como antes”], eu não sei as coisas mais banais; eu sei o que ele fez e sempre na minha cabeça fica uma coisa grandiosa, de **herói**, porque afinal de contas ele morreu por um ideal, ele estava disposto a isso, enfim, fica aquela coisa gigantesca, que até me oprime um pouco”.

Joca Grabois – [Sentado no sofá, de corpo inteiro] “essa parte de, essa lembrança de meu pai, por muito tempo foi até uma imagem fictícia na cabeça, não tinha uma imagem formada do rosto dele”.

Gregório e Vladimir – [sentados no sofá]. Gregório diz: “Meu pai, pra mim, na minha visão de, até o início da adolescência, sempre foi, inclusive hoje continua sendo, é um **herói**, mas na minha infância era um herói de gibi, de estorinhas”.

Joca Grabois [Milton Nascimento cantando. A câmera começa focando as mãos e depois vai subindo até chegar no rosto. Há uma relação direta com a narrativa fílmica, pois ele está discorrendo sobre como foi compondo a imagem do pai]: “Com 7/8 anos eu peguei a foto dele com 16 anos, daí mais pra frente, com 16 anos, eu peguei uma foto

dele com 3 anos de idade (ele ri muito), é inconcebível você formar a imagem de seu pai [aparece a foto do pai com 3 anos e depois com 16] com uma foto em preto e branco, um pai com 3 anos ou com 16 anos de idade”. [A câmera termina com um *close* no rosto dele bem fechado]. Observação: Ao final do vídeo, Janaína diz, “e como é que fica o Joca? Ele só tem uma foto 3x4 do pai dele”

Telma Lucena – “Herói não é o meu pai, é a minha mãe”.

Gregório – [*close* do peito para cima e na altura do queixo “**DESAPARECIDOS**”, em vermelho] “Sabemos que meu pai foi morto sob tortura, mas para todos os efeitos legais, não existia, meu pai teria abandonado a família, minha mãe não era viúva”.

Rosana Momente – [*close* bem fechado no rosto dela, e na altura dos olhos, em branco: “**ATÉ OS 18 ANOS ROSANA NÃO SABIA QUE ERA FILHA DE GUERRILHEIRO**”] “Pouquíssimas coisas eu soube do meu pai, então eu fiquei super contente de saber, de ter uma pessoa assim, que falou alguma coisa de meu pai, porque até então ninguém me falava nada, minha família, minha avó, minhas tias, meu tio, é como se ele não existisse, um pai assim só fictício”.

Marta Nehring – [a câmera começa do tronco para cima e termina só no rosto] “Eu fui atrás das pessoas que militaram com ele, eu tentei reconstruir um pai, assim, agora, isso não resolve, isso não resolve, assim, eu tento isso porque é um jeito de eu me entender hoje”.

Rosana Momente – [começa um *close* nas mãos e vai subindo, terminando no rosto] “Eu fiquei assim triste pelo que ocorreu, por saber que ele nunca mais ia estar voltando mesmo, que essa esperança estava acabada, que realmente não podia mais ter expectativa dele estar voltando”.

Chico Guariba – [sentado no sofá] “Não ninguém nunca me disse que minha mãe morreu [*close no sapato* e depois vai subindo até o rosto], a família toda, em geral, nunca conversou muito sobre isso. Porque eu acho que a família, todo mundo procurou muito, foi um esforço muito grande de procurá-la, e foi uma frustração muito grande não encontrá-la”.

Tessa Lacerda – [*close no rosto*] “E até hoje é difícil você aceitar uma morte que não é material, que você não tem; mais que isso, mais que essa imaterialidade da morte, para

mim ainda tem a imaterialidade da vida, porque eu não tenho, eu não conheci, né, o meu pai, então, é absolutamente pirante, você tentar, por um lado, imaginar como o seu pai era, e por outro, aceitar que isso que você imaginou, morreu”.

Janaína Teles – [*close* no rosto que vai fechando sempre; relação com a narrativa filmica, pois ela está falando do ‘ponto final’⁵¹. Observação: ela olha para o lado, do nada, é o único momento do filme que isso ocorre⁵² “Agora, não tem ponto final. Como é que você vai ter um ponto final se a gente sabe, por exemplo, que provavelmente meu tio levou um tiro pelas costas, na coluna, ficou paralítico, levaram ele assim para Brasília, torturaram ele, não sei quanto tempo, e ele morreu assim. Como é que tem um ponto final, se não tem o corpo dele, se só tem uma foto 3 x 4 dele; é isso que existe do André Grabois, e a memória da mãe dele, que daqui a pouco vai morrer, porque ela tá muito velhinha, da irmã dele. E o Joca fica como? Então, pra mim, não tem ponto final, pra mim e para várias outras pessoas, é isso.”

[Elis Regina cantando, cada vez num tom mais alto “Aos Nossos Filhos”]

Foto de uma avó com a neta

“DEDICAMOS ESSE VÍDEO AOS NOSSOS PAIS E MÃES”

Foto antiga, de um bebê com diversos rostos diferentes.

Foto de várias crianças numa praia, mas vestidas”

⁵¹ Janaína se refere à Lei do Punto Final – Ponto Final, argentina. O historiador Osvaldo Coggiola (USP), assim analisa a transição argentina: “Depois da derrota das Malvinas, a rápida substituição do alto comando militar e do governo Galtieri preparou as bases da Igreja, ditadura e partidos políticos. A vitória eleitoral de Alfonsín, em outubro de 1983, ocorreu no marco desse acordo. Esse acordo fomentou a “política do esquecimento”, que, das “instruções aos procuradores” dadas por Alfonsín durante o julgamento das Juntas Militares chegaria às leis de “Ponto Final” e “Obediência Devida”. (...) Mas a atormentada história do massacre e da resistência antiditatorial criou também as base para a denúncia sistemática do “esquecimento” dos crimes militares. Os familiares dos desaparecidos não deixaram nunca de mobilizar-se. Vinte anos depois, a ferida não fechou. A história é mais forte que todas as leis de “ponto final”, pois nela não há ponto final: a história não tem fim”.(COGGIOLA, O., in Mortos e desaparecidos: impunidade ou reparação, 2001, pp.277-8).

⁵² Quando Janaína Teles olha para o lado, ela está olhando para o ‘espaço fora de campo’. “Conforme explicam Aumont et al. (1995), o espaço filmico é formado não só pelo que vemos na tela, mas pelo que imaginamos dar continuidade ao que vemos, isto é, pelo campo e pelo fora do campo. O fora do campo, ou espaço *off screen*, é, assim, o “[...] espaço, invisível, mas prolongando o visível [...] o conjunto de elementos (personagens, cenário etc.) que, não estando incluídos no campo, são contudo vinculados a ele imaginariamente para o espectador, por um meio qualquer [...] o meio mais correntemente utilizado é o “olhar de fora de campo’ [...]” (AUMONT, 1995, p.24 in LEME, 2013, p.104).

“ESSE VÍDEO NÃO SERIA POSSÍVEL SEM A COLABORAÇÃO DE ANA SARDINHA”

FOTOS: DE 2 MENINAS; DE 1 MENINO

EM CIMA DA FOTO: AGRADECIMENTOS

Alfredinho, Belisário dos Santos Jr., Cilmara Bedaque, Clóvis, Dirceu, Ferré, Fistes, Jacob Solitrenick, Lili, Lutz Dobberthin, Maria Lygia Q.de Moraes, Paula Trabulsi, Talocchi, Vera, Adrenalina, Casablanca, Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos, Elipse, Motion, Quanta, Sec. Seg. Pública, Sec. Adm. Penitenciária, Fundação Padre Anchieta.

Sempre aparecendo muitas fotos de bebês, crianças, com os pais e sozinhas.

Relação de Curtas e Médias Metragens sobre a Ditadura Militar Brasileira para o Professor utilizar em Sala de Aula:

- 1) **“A ordem”**, Direção e roteiro: Luis Alberto Pereira, 1996, **18 min.**
- 2) **“As vítimas da ditadura- Depoimentos”**. Elaborado pelos professores Paulo e Walan, YouTube.com, s/d; **24 min.** (acesso em maio de 2016);
- 3) **“Brasil Outros 500”**, documentário, Brasil, Produção: Instituto Maurício Grabois e CES – Centro de Estudos Sindicais, **52 min.**
- 4) **“Cartas da mãe”**. Direção e Roteiro: Fernando Kinas; Marina Willer. 2003, **27 min.;**
- 5) **“Em nome da segurança nacional”**. Direção e roteiro: Fernando Tapajós, 1984, **48min..**
- 6) **“Leucemia”**. Direção, roteiro, música e montagem: Noilton Nunes, 1978, **9 min.;**
- 7) **“Memórias femininas na luta contra a ditadura militar”**. Projeto “Marcas da Memória”, Apoio Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, IFCS/UFRJ, Coordenação Maria Paula Nascimento Araújo, s/d, **52min.;** You Tube.com (Acesso em maio 2016)
- 8) **“Nada será como antes, nada?”**. Direção e roteiro: Fernando Tapajós, 1984, **43 min;**
- 9) **“No olho do furacão”**. Direção e roteiro: Fernando Tapajós, 2003, **52 min;**
- 10) **“O dia que durou 20 anos”**, Direção: Camilo Tavares, Roteiro: Flávio Tavares, 2013, 3 episódios de **26 min.** cada: **“A Conspiração”, “O Golpe de Estado” e “O Escolhido”**; uma coprodução TV Brasil e Pequi Produções;
- 11) **“O Oco da Fala”**: Direção: Miriam Chnaiderman, 2016, **17min.** Festival É Tudo Verdade, 2016. Sobre as Clínicas de Testemunho. Financiamento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.
- 12) **“PORTA de fogo”**. Direção e roteiro: Edgard Navarro, 1984, **22 min.**
- 13) **“Vala-comum”**, Direção e roteiro: João Godoy, 1994; **23 min.;** YouTube.com (Acesso em maio 2016). PRONEC – Programa Nacional de Educação para Cidadania. Anistia Internacional – CAPEC. *Operasjon Dagsverk Fund.*
- 14) **“Você também pode dar um presunto legal”** Direção: Sérgio Muniz, 2006, **39 min.**

Sugestão de dois (02) longas-metragens recentes:

- 1) **“Repare Bem”** – Direção e Roteiro: Maria de Medeiros, 2012, **1: 34 :20.**
- 2) **“Setenta”** – Direção Emília Silveira; Roteiro: Sandra Moreyra; 2013, **1: 30: 25.**

Observação: Nas Escolas Técnicas da FAETEC/RJ, as aulas são sempre de 2 tempos de 50 min., isto é, 1:40 min.

SINOPSE DAS ATIVIDADES

1) Oficial do Exército: - “Qual a sua profissão?”

Advogado: - “Advogado”.

Oficial do Exército: - “Conhece a Declaração Universal dos Direitos do Homem”?

Advogado: - “Conheço Capitão”.

Oficial do Exército: “Então, esqueça-a enquanto estiver aqui.”

Indague aos seus alunos se eles conhecem a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Peça que eles pesquisem três dos direitos arrolados nessa declaração. Pergunte a eles o que o Capitão do Exército brasileiro quis dizer com “então, esqueça-a enquanto estiver aqui”.

Observação: Dia 10 de Dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Sugerimos que essa data seja divulgada para seus alunos e que seja demandado a eles atividades correlatas aos direitos humanos, no Brasil, sempre que formos trabalhar com filmes sobre o tema da ditadura militar brasileira.

2) Por que Maria Oliveira e Marta Nehring começam daquela maneira? Por que terminam daquela forma? Como o fim se relaciona com o começo? Em torno do que gira a estrutura narrativa do filme? Como as diretoras representam as pessoas e a elas mesmas, já que também são depoentes? Como as caracterizam ou transmitem sua individualidade? No nosso filme esta última questão tem um caráter peculiar, pois temos irmãos como testemunhos juntos e/ou separados.

No caso de qualquer outro filme, temos que fazer uma análise da narrativa fílmica. Assim, devemos indagar: o diretor está querendo demonstrar e/ou defender um ponto de vista? Que recursos ele utiliza para alcançar o seu objetivo? Qual o eixo da narrativa fílmica? Existe alguma razão para o filme começar dessa forma? E por que ele finaliza de tal maneira?

3) O filme retrata e/ou representa que período histórico? E em que época ele foi feito? Na narrativa fílmica há menção a outros momentos históricos?

4) *Blog* do Mello // terça-feira, 12 de abril de 2011.

15 filhos de guerrilheiros brasileiros falam de suas vidas em meio à ditadura.

São pouco mais de 18 minutos de resgate de uma história interrompida: pais e filhos que tiveram suas vidas invadidas e destruídas pela ditadura. Filha que tinha que fingir desconhecer o pai. Sobrinho que “nunca tinha visto” a tia. Filha que não reconheceu o rosto da mãe, totalmente desfigurada pela tortura.

Infância, adolescência, vida familiar, roubadas, por aqueles que em 1964 se utilizaram do salário, treinamento, fardas, armas, que lhes eram fornecidos pelo Estado para derrubar um governo democraticamente eleito.

O filme é de 1996, gravado em Hi-8, com direção de Maria Oliveira e Marta Nehring, que também dão seus depoimentos. (*Google* Acesso em: 24 Mai.2016.)

Peça ao aluno que elabore o seu *Blog*. O aluno deverá apontar três aspectos/situações relativos à narrativa fílmica, diferentes dos que são apontados acima, quando Mello infere: “Filha que tinha que fingir desconhecer o pai. Sobrinho que “nunca tinha visto” a tia. Filha que não reconheceu o rosto da mãe, totalmente desfigurada pela tortura”.

5) Uma atividade que podemos realizar com nossos alunos refere-se à pesquisa e relativização do herói. Primeiramente, vamos indagar, em sala de aula, o que os nossos alunos entendem por herói. Eles farão um pequeno texto discorrendo sobre os diversos tipos de heróis. Num segundo momento, irão pesquisar em casa as diferentes caracterizações de herói que existem, no cinema, na literatura, nas histórias em quadrinhos, e por que não na história em geral. Avaliaremos o salto qualitativo do discurso inicial para o entendimento final do aluno.

6) Ao final do capítulo, apresentamos a relação de quem são os ‘15 filhos’ de nosso vídeo/documentário. Podemos trabalhar essas ‘biografias’, pedindo que o aluno faça um trabalho de pesquisa, no sentido de ampliar e/ou aprofundar as histórias relativas aos pais e mães dos filhos apresentados no filme. Este é um exercício de memória que precisamos fazer, afinal, já dissemos e vamos repetir, os direitos à memória e à verdade são direitos humanos. Acreditamos que o ensino de história precisa ter essa perspectiva, a de abordar e analisar as ‘marcas’ da memória, enquanto um projeto consciente de resgate de nossa história recente.

7) Podemos pedir para que os alunos façam, em dupla, uma análise da letra da música de Ivan Lins: o que esse compositor quis retratar? Por que os pais pedem perdão aos

filhos? Qual o significado histórico da segunda parte da música? É uma utopia ou uma realidade atual?

8) Quase sempre um filme tem músicas que contextualizam a narrativa fílmica. Sendo assim, devemos sempre demandar a interpretação da música no contexto do filme. Qual a mensagem da música no filme? Por que determinada música foi utilizada num certo momento? O que denota a música tema – se existir, no filme analisado?

9) Peça ao aluno que pesquise no Relatório Final da CNV assuntos e/ou temas, indivíduos – militantes ou agentes da repressão – concernentes ao filme que estiver sendo analisado.

10) Qual o seu entendimento da participação de homens e mulheres na vida pública no Brasil e em sua cidade atualmente? Estabeleça um paralelo entre a época do filme e os nossos dias. Qual seria, para você, a importância dos movimentos sociais na atualidade?

11) Quem são os protagonistas do filme? Eles representam experiências individuais que se conformam numa mesma história compartilhada? Quais os artifícios que o diretor usou para, a partir de múltiplas experiências criar uma história compartilhada? Há um fio condutor no argumento fílmico? Que técnicas são utilizadas para desenvolver o tema que está sendo representado e/ou rerepresentado?

Conclusão

Tínhamos como finalidade ao desenvolver nossa pesquisa sobre a memória da resistência à ditadura militar brasileira – com o ‘produto final’ de um guia para a utilização fílmica em sala de aula de documentários pertinentes ao tema –, apontar, analisar e ressaltar as “representações cristalizadas”, não só na historiografia, como na memória social (no cinema inclusive), e no ensino de história. Entendemos que estas representações são o resultado, principalmente no que concerne ao livro didático, da produção historiográfica, e da memória coletiva/social, que se faz presente, principalmente, através dos discursos veiculados pelas mídias em geral. Além disso, nossa preocupação central, que perpassa toda nossa pesquisa, é com a memória enquanto resistência ao esquecimento. A memória é uma forma de resistência ao esquecimento, fato que demonstramos quando analisamos, no capítulo 2, os direitos à memória e à verdade, apontando a Argentina como exemplo desse exercício da memória coletiva e/ou social.

Uma dessas representações cristalizadas diz respeito ao caráter revolucionário da conjuntura pré-64, que analisamos no capítulo 1 e voltamos a abordar também no capítulo 2. Mário Maestri, num artigo intitulado “O golpe contrarrevolucionário de 1964: ontem como hoje”, enfoca o movimento do capital internacional naquele momento, e sua necessária e histórica cooptação da burguesia nacional brasileira, que não tinha muito de revolucionária, até porque não seria mais burguesia, afinal a sua revolução foi feita no século XVIII. Discorre sobre a luta de classes que ocorria naquele momento, da necessidade de breca-la, bem como do caráter pequeno-burguês das ações brizolistas, janguistas, do PTB e do PCB, em suma, conclui que a conjuntura revolucionária pedia à sociedade avanços muito além das reformas de base, e é nesse sentido que Mário Maestri infere que “Para relançar o processo de acumulação industrial no Brasil, nos próprios marcos capitalistas, impunham-se radical reforma agrária; extensão das leis trabalhistas ao campo; radical ampliação do valor dos salários urbanos e rurais; desenvolvimento de tecnologia nacional; estatização do comércio internacional etc. Muito, mas muito mais, do que as anódinas Reformas de Base janguistas, petebistas e pecebistas!” (MAESTRI, Mário, “*O golpe contrarrevolucionário de 1964: ontem como hoje*”, in *Correio da Cidadania*, Acesso em: maio de 2016).

No filme “Setenta” (2013), de Emília Silveira⁵³ – sobre os 70 militantes que foram trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em 1970, no último sequestro de embaixadores – Reinaldo Guarany, ex-militante da ALN, e um dos depoentes do documentário, ao discorrer sobre as duas filhas que estudam na Fundação Osório (RJ), declara: “Você sabe o que é a Fundação Osório? É uma escola do tipo Colégio Militar. A primeira aula é às 7 horas da manhã. Um dia um professor de história deu uma aula e falou sobre o regime militar, nesses termos, ele não falou em ditadura militar e sentou o pau na ALN”. É bastante compreensível que um professor de história, numa instituição militar, em que “o diretor da escola é um general e os coordenadores de disciplinas são coronéis”, como testemunha Guarany, utilize esta expressão. Nesse sentido, acreditamos que em nossas aulas podemos desenvolver o tema, levando em consideração o componente civil, que atuou no golpe de Estado de 1964, sem, contudo, nos deixarmos influenciar pelo discurso do vencedor. Afinal, após violarem gravemente os direitos humanos só lhes resta mesmo o intuito de esquecer a ditadura e conservar o preceito ‘legal’ e/ou governamental do regime militar. Vale lembrar que a história é ‘vigiada’, e, como vimos no segundo capítulo, apoderar-se da memória ou do esquecimento é um jogo de poder, que busca a legitimação do que seja lembrado. Afinal, não é apenas uma questão semântica. Vale ressaltar a declaração do presidente Costa e Silva, por rádio e televisão, logo após a decretação do AI-5: “Salvamos nosso programa de governo e salvamos a democracia, voltando às origens do poder revolucionário”.

⁵³ No início de nossa pesquisa íamos analisar o documentário “Setenta” (2013), de Emília Silveira, um longa-metragem, que sugerimos em nosso modelo de Guia para o uso de cinema em sala de aula. Contudo, depois decidimos trabalhar com um curta-metragem como modelo, pela logística da exibição em sala de aula. Cabe ressaltar que a diretora, também em voz off, pergunta a Guarany se ele se considera um herói: “é óbvio que a gente não foi herói”. Acrescenta que conversa todos os dias, com o Aldo, o Nonato, o Toledo e a Ana Maria Correia, faz isto há 42 anos: “eles sim poderiam ser heróis, mas herói é quando dá certo no final”. Para Pilar Calveiro “o relato histórico recupera processos totais e de acordo com a leitura que faz dos mesmos, institui os heróis. Ao contrário, os testemunhos constituíram relatos fragmentários, com protagonistas individuais que nem pretendiam constituir-se como heróis nem relatar histórias heróicas. Todos estavam marcados pelas tonalidades e gamas, (...) eram tentativas de restabelecer a memória” (CALVEIRO, 2014, p. 159)

Vale lembrar que a fala seguinte a esta de Guarany é a de Marcão (Marco Maranhão), militante da VPR. Ele infere que Frei Tito se enforcou numa árvore de um bosque em Paris; a Dora se atirou embaixo de um trem em Berlim. Várias outras pessoas morreram, não de uma forma suicida, morreram de alguma forma empurradas pelo que tinham sofrido: “Eu escapei, eu não morri. Eu tive o dom e a lucidez de aprender em todos os lugares e sociedades por onde eu passei. Eu hoje sou uma pessoa muito mais rica, uma pessoa diferente do que eu seria, se não tivesse passado por tudo isso”. Marcão suicidou-se, se jogando da janela de um hotel, em março de 2015; 10 dias antes do lançamento do filme em DVD, o que ocorreu em 02/04/15. Houve quem dissesse se tratar de mais um morto da ditadura militar brasileira.

Outra questão que identificamos como “representação cristalizada” é a ideia de que não é apropriada a utilização do termo contrarrevolução, “ (...) a fim de caracterizar o que teria sido o golpe de 1964. O que não escapa da (*sic*) tendência clássica de que todo golpe de Estado procura se legitimar ao se colocar como ‘contrarrevolução’” (SAFATLE, Vladimir, 2010, p. 242). Ora, é sempre bom lembrar que os militares e a “história oficial”, representada por décadas nos livros didáticos brasileiros, chamavam o Golpe de Estado de 1964 de a “Revolução brasileira”. Aliás, esta denominação está ainda bem presente na ‘memória social’. Dessa forma, o termo ‘contrarrevolução’ deve ser empregado, pois aponta para o entendimento do período pré-64 enquanto uma conjuntura em que as forças populares e sociais, conformavam uma real ‘luta de classes’, sendo por isso mesmo que foi abortada como já abordamos ao longo de nossa dissertação. Ao pesquisarmos o Relatório Final da CNV, em seus 3 volumes, encontramos diversos indícios que comprovam a natureza revolucionária da conjuntura pré-64. Aqui podemos apontar a prisão e tortura que sofreram Clodomir de Moraes e sua mulher Célia Lima, na Invernada de Olaria (RJ), em 1962, bem como Pedro Penteado, de apenas 15 anos, “**confundido com um simpatizante do Grupo dos Onze**”, em 1964, preso e também ‘torturado’ (Relatório Final da CNV, Volume 1, pp. 341-42 e 410-11, respectivamente); (ANEXOS I e III)

Isto nos remete à outra “representação cristalizada” apontada em nossa pesquisa: a ideia radicada na ‘memória social’ de que a tortura se deu como resposta às ações armadas da militância de esquerda, no pós-AI-5. Já vimos, ao longo de nossa pesquisa, que a violenta reação dos militares se deu logo após o golpe militar: prendendo, cassando mandatos, exonerando dos cargos públicos milhares de civis e militares, enfim, não foi uma reação às ações armadas da esquerda revolucionária. Nos testemunhos que os agentes da repressão deram à CNV, eles apontam as ações dos “comunistas treinados na China, em Cuba, na Albânia, a serviço do comunismo internacional”, antes mesmo do golpe, (ANEXOS IV, VI e VII), enquanto justificativa para as graves violações dos direitos humanos, na luta contra essa militância. Esse é o teor do discurso recorrentemente empregado, obviamente de uma forma escusa, já que o objetivo claro, para eles, era exterminar/extirpar toda uma militância política, sindical, bem como simpatizantes, que ganhava força e crescia, como vimos no capítulo 1. O mais preocupante é que essa retórica está bem sedimentada na ‘memória social’, sendo veiculada nas redes sociais, e quase sempre se apresenta como justificativa para a

‘tortura’, ‘execução sumária’ e ‘ocultamento dos cadáveres’ dos militantes desaparecidos. Nesse sentido, toda a ação dos militares foi para salvar o país do comunismo, para não deixar que o Brasil se transformasse numa Cuba! E mais, no Brasil a ditadura foi branda, só matando uns quatrocentos e poucos indivíduos!⁵⁴

Vimos que no Brasil não houve, ainda, nenhum tipo de julgamento dos responsáveis pela repressão, morte e desaparecimento de dezenas de militantes políticos, sobretudo dos ‘desaparecidos’ na região do Araguaia (PA). Como bem infere Pilar Calveiro, esses ‘*Juícios*’ fazem parte de um exercício de memória coletiva e/ou social. Para esta autora, **“reconstruir e recordar interrompe a amnésia coletiva que se instalou”**(Livre tradução) (CALVEIRO, Pilar, 2014,p.163). Esse é o processo que a Comissão Nacional da Verdade instaurou, 25 anos após o fim da ditadura militar, e, como vimos no capítulo 2, os limites e entraves foram imensos, já que os militares e agentes de repressão quase sempre se recusaram a testemunhar no sentido de esclarecer os fatos, permanecendo em suas ‘zonas de conforto’, não assumindo que violações ocorreram e que foram os responsáveis por elas, enquanto membros do Exército brasileiro e de instituições públicas, ao contrário da Argentina, aonde a partir dos ‘*Juícios*’ **“ninguém pode dizer, depois de sua condenação, que os fatos não ocorreram, ou mesmo que os desconheceu”** (Livre tradução) (Idem, p. 165).

Nossa pesquisa se situa na linha da resignificação dessa luta, da rememoração da resistência de mulheres e homens, que não pode ser esquecida – a memória da resistência, e mais, temos que garantir o direito à memória e à verdade. Para tal, é necessário que sejam feitos exercícios e/ou trabalhos de memória, criando múltiplas ‘marcas’ da memória, que poderão levar os perpetradores das graves violações dos direitos humanos, a contarem a história de seus atos e/ou feitos para que, assim, possam ou não ser perdoados. Vamos lembrar, novamente, Paul Ricoeur quando diz que não se pode perdoar a quem não pediu perdão, e utilizando-se das premissas de Vladimir Jankélévitch sobre o tema, aponta a obra *“Pardoner?”*, de 1971: “O perdão! Mas eles

⁵⁴ Wilson do Nascimento Barbosa, militante da ALN, um dos setenta trocados pelo embaixador suíço, assim se coloca, no documentário “Setenta”, com relação à questão da quantidade de militantes que lutaram contra a ditadura: “(...) Porque além daquela lista de mortos que o Cardeal preparou lá, de 500/800 desaparecidos, você vê que muita gente que você conhecia desapareceu, então, a ditadura matou milhares de brasileiros e nós que aparecemos somos os sobreviventes. De maneira nenhuma, o contingente da esquerda revolucionária era o que sobrou. Era aquela meia dúzia que estava na cadeia e a meia dúzia que estava no exílio. Então, o que houve na América Latina foi um expurgo de quem era revolucionário”.

já nos pediram perdão?” “(...) Apenas o desamparo e a derrelição do culpado dariam um sentido e uma razão de ser ao perdão” (RICOEUR, 2012, p. 479-80). Vimos como os trabalhos da CNV buscaram a verdade dos fatos sobre as violações aos direitos humanos, através dos depoimentos daqueles que violaram, bem como os das vítimas sobreviventes das violações. No filme “Repare Bem” (2012), de Maria de Medeiros, Denise Crispim, viúva de Eduardo Leite (o Bacuri), afirma:

“O Eduardo assumiu toda a responsabilidade daquilo que ele fez. Ele foi assassinado brutalmente, monstruosamente, depois de 109 dias de tortura. Alguém tem que me contar esta história. Alguém sabe. Primeira coisa que eu quero saber é essa, antes de morrer, porque eu quero poder contar para as minhas netas, quem fez e como foi feito. E não contado por nós, que sobrevivemos a isso e que sabemos como era. Eu quero contado por eles. Se eles tiveram a coragem de fazer, então eles têm de ter a coragem de apresentar a própria cara, em frente a uma câmera, como eu estou fazendo nesse momento e dizer aquilo que fez.”

Obviamente, não foi o que vimos nos depoimentos de torturadores como o Dr. Calandra (“Capitão Ubirajara”), delegado do DEOPS/SP que atuou no DOI-CODI/SP (OBAN)(ANEXO V), o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o general Álvaro de Souza Pinheiro. Ainda que haja esse aspecto apontado por Denise Rollemberg, o de que na história da ditadura militar brasileira a memória predominante é a dos vencidos, não temos o reconhecimento, a história contada por aqueles que violaram gravemente os direitos humanos, fator fundamental pois “(...) encontrar responsáveis rompe a dinâmica de diluir os fatos numa ação coletiva e autorizada, e permite revelar responsabilidades e culpados” (CALVEIRO, idem, p.163). Para nós, se não há esse reconhecimento, essa história não fecha, não dá um sentido para a morte daqueles que ousaram lutar por seus ideais, pelo socialismo⁵⁵. Assim, avaliamos que a sociedade brasileira se encontra num momento em que não pode haver retrocessos na luta pelos direitos à memória e à verdade, bem como pelos direitos humanos em geral, que poderá levar ao reconhecimento e à responsabilização daqueles que impetraram o terror de

⁵⁵ Outro filme que constava do nosso projeto original, o documentário “Repare Bem” (2012), de Maria de Medeiros, versa sobre o processo de reparação e anistia de Eduarda Ditta Crispim Leite, filha de Eduardo Leite (“Bacuri), de Leonardo Ditta (seu pai italiano, que a registrou como filha) e de Denise Crispim, também militante da ALN. Aqui vale apontar o que Eduarda infere sobre este processo. Para que se torne mais inteligível a sua fala no documentário, ressaltamos, que a diretora havia perguntado, em voz off, se ela achava que valeu a pena a luta de seu pai. Cena: Eduarda está em sua casa, na Holanda, falando que a reparação que a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos fez, é importante, mas mais importante ainda é o lado simbólico da reparação, é o reconhecimento. “Pra eu dizer, então, valeu a pena à pergunta que você me fez ontem. Valeu a pena, essa noite eu pensei nisso. Valeu a pena se tem um reconhecimento, senão fica sem história, fica história sem sentido. Então, eu acho que esse momento histórico é muito importante, é muito importante para mim, importante porque dá razão para a morte de meu pai e para as outras pessoas”.

Estado. Vimos como há toda uma cultura de violação dos direitos humanos, herdada não só do longo período ditatorial que abarcamos, mas também de uma cultura repressiva do Estado Novo de Getúlio Vargas, sendo por isso mesmo que o arco temporal, relativo aos trabalhos da CNV, se estende de 1946 a 1985. Temos assistido às diversas tentativas de criminalização dos movimentos sociais em geral, bem como a insistente violação dos direitos humanos em nosso país, como apontamos no segundo capítulo.

Não podemos esquecer que há muitas histórias sem reconhecimento, ainda temos muitos ‘atropelados’, ‘acidentados’, ‘suicidados’, que sequer foram reconhecidos como vítimas da ditadura militar brasileira. Enfim, como vimos em “15 filhos”: não tem ‘ponto final’, pois a história não tem fim. Sendo por isso mesmo que precisamos lembrar, rememorar, reparar, afinal, de acordo com a última fala do filme “Repare Bem” (2012), de Maria de Medeiros, a do representante da Comissão de Anistia, na sessão pública, no Ministério da Justiça: “(...) **Enquanto o último perseguido brasileiro não for reparado, nós até não poderíamos dizer que a transição democrática está concluída em nosso país**”. O resgate dos corpos dos desaparecidos no Araguaia, por exemplo, é um dos exercícios de memória importante que precisamos realizar. Não podemos aceitar a justificativa e a assertiva do coronel Álvaro de Souza Pinheiro, de que não só não serão encontrados os corpos, como também eles não merecem ser enterrados dignamente por se tratarem de ‘clandestinos’.

Esperamos ter logrado demonstrar a necessidade de produção de discursos de memória, de exercícios de memória, que se dá na relação direta da luta por direitos humanos, principalmente no tocante à memória e à verdade. Ou seja, quanto mais produzirmos os trabalhos/exercícios de memória, maior a chance de efetivação dos direitos humanos. Andreas Huyssen, inferindo sobre os discursos de memória e sua inexorável imbricação com o campo jurídico, condição *sine qua non* para a execução da reparação, do ressarcimento e do reconhecimento das violações dos direitos humanos, toca num ponto que acreditamos ser fundamental para que os trabalhos de memória, verdade, justiça e/ou perdão possam se constituir enquanto uma política de Estado, não se restringindo apenas ao campo individual e/ou dos grupos que sofreram o trauma histórico:

“(…)O discurso da memória costuma concernir a passados coletivos e a seus efeitos no presente, mas lhe falta uma sólida dimensão normativa jurídica que leve diretamente às reivindicações de direitos legais de indivíduos ou grupos. Não é à toa que o campo da reparação e do ressarcimento jurídicos baseados na memória continua sumamente controvertido. Alguns juristas e teóricos políticos chegaram até a afirmar que a lembrança de danos passados só pode ser um pálido substituto da justiça. O debate sobre a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul é um bom exemplo, na medida em que os perpetradores receberam garantia de ser anistiados, se prestassem depoimentos fazendo uma confissão pública de seus atos progressos.⁵⁶ Ao mesmo tempo, entretanto, **todos os processos judiciais, especialmente nos casos de justiça retroativa ou transicional, ficam na dependência da memória individual** para que os tribunais cheguem a uma condenação, assim como **dependem de um sistema penal que funcione e de um judiciário independente**. Mais importante ainda, para minha tese sobre o papel da memória em relação ao direito, eu diria que **a instauração ativa de processos por violações dos direitos humanos nos tribunais também depende da força dos discursos da memória na esfera pública – no jornalismo, nos filmes, nos meios de comunicação, na literatura, nas artes, na educação e até nas pichações urbanas**. A Argentina de hoje talvez seja o melhor exemplo de como uma nova onda de julgamentos de acusados dos anos de terrorismo de Estado surgiu de uma política pública da memória, operando através de vários grupos de ativistas da memória que empregam todos os meios de representação disponíveis.” (Grifos nossos) (HUYSSSEN, Andrea, 2014, p. 200)

Dessa forma, vimos o quão necessário e premente são os trabalhos de memória, de verdade, de políticas públicas como a da recente Comissão Nacional da Verdade, que garantam o exercício dos direitos humanos, enquanto políticas que busquem o cumprimento dos direitos universais do homem. Estamos convictos de que somente a prática desses exercícios, trabalhos de memória poderão imprimir suas marcas na memória social e/ou coletiva, que por sua vez corroborarão para o cumprimento dos direitos fundamentais dos cidadãos, ou seja, dos direitos humanos. Nossa pesquisa demonstra como podemos trabalhar com os alunos, em sala de aula, no sentido de conformar uma consciência cidadã no exercício da democracia e da luta por melhores condições sociais, com o desenvolvimento de políticas humanitárias e igualitárias.

⁵⁶ Nota 10, do autor: “Mahmood Mamdani, “Amnesty of Impunity? A Preliminary Critique of the Report of the Truth and Reconciliation Commission of South Africa (TRC)”, *diacritics* 32,no. 3-4, 2002, p.33-59. Ver também a vigorosa narrativa literária de Antjie Krog, *Country of My Skull: Guilt, Sorrow, and the Limits of Forgiveness in the New South Africa*, Nova York, Three Rivers Press, 1999.” (HUYSSSEN, A., 2014, p. 212)

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, V. – Ouvrir Contar – Textos em História Oral, RJ: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, M.H.T & WEIS, L. – “Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, in História da Vida Privada, vol. 4, Contrastes da intimidade contemporânea, Org. do volume: Lilia Moritz Schwarcz , SP: Cia das Letras, 1998.
- ARFUCH, LEONOR – El espacio biográfico – dilemas de la subjetividade contemporânea, 1ª.ed, 3ª.reimp., Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- AQUINO, R. S. L. de – Um tempo para não esquecer (1964-1985), RJ: Consequência Editora e Livraria, 2012.
- BANDEIRA, Moniz – Cartéis e desnacionalização (a experiência brasileira: 1964-1974), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- BANN, S. – As invenções da História – Ensaio sobre a representação do passado, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- BENJAMIN, C. – Gracias a la vida: Memórias de um militante, RJ: José Olympio editora, 1ª.ed. 2013.
- BERTOLINO, O. – Pedro Pomar: Ideias e batalhas, SP: ed. Anita Garibaldi: Fundação Mauricio Grabois, 1ª. Ed., 2013.
- BOURDIEU, Pierre – A economia das trocas simbólicas, SP: Editora Perspectiva S.A., 1974.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. - A reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino, RJ: Francisco Alves Editora, 1975.
- CAPELATO, M.H.(Org.) [et al.] – História e Cinema, SP, :Alameda, 2ª.ed., 2011.
- CARDOSO, C.F. S.; ROSA, C.B.da C. – Semiótica do espetáculo: um método para a História, RJ: Apicuri, 2013.
- CARRETERO, M. – Documentos de Identidad: la construcción de la memoria histórica en un mundo global, 1ª.ed., Buenos Aires: Paidós, 2007.
- _____ (Org.) [et al] – Ensino de História e Memória Coletiva, Porto Alegre: Artmed, 2007
- CARRETERO, M.&VOSS,J.F.(comps) – Aprender y pensar la historia, 1ª.ed.1ª.reimp.,Buenos Aires: Amorrortu editores ,2012.
- CATROGA, F. – Memória, História e Historiografia, RJ: Editora FGV, 1ª.ed., 2015.
- CATROGA, F - Memória, História e Historiografia, Coimbra: Quarteto, 1ª.ed.,2001
- CRENZEL, Emílio – La historia política del *Nunca Más* – la memoria de las desapariciones en la Argentina, Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.

DANTAS, A. – As duas guerras de VLADO HERZOG: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

DE DECCA, Edgar Salvadori, 1930 – o silêncio dos vencidos, SP, Brasiliense, 1981.

FEIJÓ, Martin Cezar – O que é herói, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

FERRO, M. – “*O filme: uma contra-análise da sociedade?*”, in *História – Novos Objetos*, pp. 199-215, RJ, Francisco Alves, 1976

FICO, Carlos.,(org.) [et al] - *Violência na História – memória ,trauma e reparação*, RJ: Ponteio, 2012.

_____ *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, 2ª.ed., RJ/SP, Editora Record, 2012.

FREI BETTO – *Batismo de Sangue*, RJ,: Civilização Brasileira, 6ª. Edição, 1983.

GAGNEBIN, J.M. – *Lembrar, escrever, esquecer*, SP: Ed. 34, 2ª.ed., 2009.

GAUDREULT, A – *A narrativa cinematográfica*, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

GELMAN, JUAN & LA MADRID, MARA – *Ni el flaco perdon de dios – Hijos Desaparecidos*, Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1997.

GOJMAN, Silvia (Org.) [et al] – *Haciendo memoria en el país del nunca más*, 2ª.ed., 5ª. Reimp. – Buenos Aires: Eudeba, Universidad de Buenos Aires, 2012.

GORENDER, J.– *Combate nas trevas*, SP: Ed. Ática, 1987.

HARTOG, F. – *Regimes de Historicidade*, Belo Horizonte : Autentica Editora, 2014.

HALBWACHS, M.-*A memória coletiva*, SP: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, E. – *Sobre a História*, SP: Companhia das Letras, 2013.

- *Tempos fraturados, cultura e sociedade no século XX*, SP: Companhia das Letras, 2013.

HUYSEN, A. – *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. RJ: Aeroplano:2000

_____ *Culturas do passado-presente (modernismos, artes visuais, políticas da memória)*, RJ: ed. Contraponto, 2014.

_____ *En busca del futuro perdido: cultura y memoria em tempos de globalización*, Buenos Aires: FCE, 2001.

JELIN, E. – *Los trabajos de la memoria*, Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

LE GOFF, J. – *Memória*, in *Enciclopédia Einaudi* , vol.1. *Memória-História*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LEME, C.G. – *Ditadura em imagem e som: trinta anos de produção cinematográfica sobre o regime militar brasileiro*, SP: ed. Unesp, 2013.

- MAGALHÃES, M. – (Org.) [et ali.] – Ensino de História: usos do passado, memória e mídia, RJ: Editora FGV, 2014.
- MENDONÇA, S.R. de & FONTES, V.M. – História do Brasil recente – 1964-1992, São Paulo, ed. Ática, 2006.
- MORAES, Dênis de – A esquerda e o golpe de 64, São Paulo, 3ª.ed., Expressão Popular, 2011.
- MORETTIN, E., Org. et alii – História e Documentário, RJ:FGV ed.,2012.
- NICHOLS, B.- Introdução ao documentário, Campinas, SP: Papyrus Editora, 5ª.ed.,2014.
- NOVAES, A. (org.) – Tempo e História, SP: Companhia das Letras,1992.
- NOVOA, J.; FRESSATO,S.B. & FEIGELSON,K. Orgs. – Cinematógrafo – um olhar sobre a história, Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. Da UNESP, 2009.
- NAPOLITANO, M. – Como usar o cinema na sala de aula, SP: Contexto, 2013.
- PINHEIRO, M.(Org.) – Ditadura: o que resta da transição, Col. Estado de Sítio, 1ª. ed.,SP: Boitempo,2014.
- PINSKY, Jaime (Org.) – O ensino de História e a criação do fato, 3ª.ed., São Paulo, Contexto, 1991.
- RAMOS, A.F. – Canibalismo dos fracos – cinema e história do Brasil, Bauru: Edusc, 2002.
- REIS FILHO, D.– Ditadura militar, esquerdas e sociedades, RJ, Jorge Zahar ed., 2000.
- _____ - (org.) Versões e ficções: o sequestro da história. SP, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____ Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988, 1ª.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- REIS, RIDENTI & MOTTA Org. – A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964, Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- REIS,D.A.CORDEIRO J.M.,LEITE,I.C., D.O. da SILVEIRA (Orgs) _ À sombra das ditaduras [Brasil e América Latina],RJ, Mauad X, 2014.
- RICOEUR, P.- A memória, a história, o esquecimento, Campinas, ed. Unicamp, 2007.
- _____ - La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999.
- RIDENTI, M. – Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores, In. Seminário 40 anos do Golpe de 1964, RJ: 7 Letras, 2004.
- _____ Brasilidade revolucionária, SP: Editora Unesp, 2010.
- _____ O fantasma da revolução brasileira, 2ª. ed revista e ampliada, SP: Editora Unesp, 2010.

ROCHA, H. (Org.) [et al] - A escrita da história escolar: memória e historiografia. RJ:FGV Editora, 2009

ROUSSO, H. – El duelo es imposible y necesario. Entrevista concedida a Claudia Feld, Puentes, Diciembre, 2000.

SANTOS, C.M., TELES, E., TELES, J. (Orgs) – Desarquivando a ditadura – Memória e Justiça no Brasil, Volumes I e II, S.P., Ed. Hucitec, 2009.

SARLO, B. – Tiempo Pasado- cultura de la memoria y giro subjetivo- una discusión, 1ª.ed, 2ª.reimp. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

_____’ Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2010.

SEOANE, M. – La Noche de los Lápices, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1ª.ed.,2003;

_____ Todo o Nada, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, Debolsillo, 2ª. ed., 2011.

SILVA, M. A. da (Org.) – Repensando a História, 2ª.ed.,Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, S/D.

TAVARES, F. – 1961 –o golpe derrotado. Luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

TELES, Janaína – Org. Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? 2ª.ed., São Paulo, Humanitas – FFLCH/USP, 2001.

TELES, Edson & SAFATLE,Vladimir, Orgs. O que resta da ditadura, São Paulo: Boitempo, 2010.

TOZZI, Verónica& LAVAGNINO, Nicolás (compiladores) – HAYDEN WHITE, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía, 1ª.ed., Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012.

TRAVERSO, Enzo – El pasado, instrucciones de uso, 1ª.ed., Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

VEZZETTI, Hugo – Passado y Presente – guerra, ditadura y sociedade em la Argentina, 1ª.ed., 2ª.reimp. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

Artigos

MENESES, Ulpiano Toledo. de Bezerra., “A História, cativa da memória?” REV. Inst. Bras. ,SP, 34 :9-24, 1992.

ROCHA, Antonio Penalves “O filme: um recurso didático no ensino de história.” In: Lições com cinema. SP, FDE, 1993, p.69-86.

ROLLENBERG, Denise, “Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada”, *Taller* (Segunda Época), Rev. de Sociedade, Cultura y Política en America Latina, Vol.1, N1, [octubre de 2012].

SALIBA, Elias Thomé. “A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica”. In: Lições de cinema. SP, FDE, 1993, p.87-108.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Memória coletiva e história científica”, Revista Brasileira de História, São Paulo, V.14, N 28, p.180-193, 1994.

KORN , Mônica Almeida “História e Cinema: um debate metodológico”, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, [10] :237-250, 1992.

Obras coletivas impressas sem definição autoral

“Nunca Más” – Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), 9ª.ed., Buenos Aires: Eudeba, Universidad de Buenos Aires, 2014.

“Nuestros Hijos” – Madres de la Plaza de Mayo, Buenos Aires: Editorial Contrapunto SRL, 1987.

“Aún no te dije adiós” – Grupo Blanco sobre Negro – El rescate de la verdad –Impreso en ARSA Gráfica – Agosto 2006.

Teses de Doutorado

“Cinema e Educação Histórica – Jovens e sua relação com a história em filmes”, DE SOUZA, E.C. – Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2014.

“Ressurreições luminosas – Cinema, História e Escola”, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba,2013.

“O Futebol nas telas: um estudo sobre as relações entre filmes que tematizaram o futebol, duas ditaduras e promessas de modernidade, no Brasil e na Espanha”, SANT’ANA, Ribeiro Luiz Carlos, Programa de Pós-Graduação em História, IFCS/UFRJ, 2013.

Ensaio/Post em Blogs

RAMOS, A.F. - O ensino de história e o desafio das novas tecnologias: o cinema em sala de aula. Disponível em: www.nehactriang.net Acesso em: 2002.Website do Núcleo de Estudos da Arte e da Cultura Universidade Federal de Uberlândia.

DIMENSTEIN, G. – Assessoria Pedagógica – Projeto Escola Zuzu Angel –

http://www.br.warnerbros.com/zuzuangel/projeto_escola/home.html. Acesso em 15 nov.2010.

ANEXOS

ANEXO I

B) O caráter massivo e sistemático da tortura praticada pelo aparelho repressivo do regime de 1964

Antecedentes: a tortura no Brasil pré-1964+

Ocorrência rotineira no Estado Novo (1937 a 1945), no âmbito do período histórico analisado pela CNV (1946 a 1988), a prática da tortura e de outras graves violações de direitos humanos com motivação política foi adotada sistematicamente como política de Estado somente a partir do golpe militar de 1964. Porém, não foi um fenômeno estranho ao período anterior ao golpe, como ilustram alguns episódios apresentados na sequência.

1.3. A Invernada do Terror: o caso de Clodomir Moraes e Célia Lima (Rio de Janeiro, 1962)

35. Clodomir Moraes e Célia Lima foram presos em 13 de dezembro de 1962, na temida Invernada de Olaria, delegacia criada no Rio de Janeiro em 1962, com amplas ligações ao Esquadrão da Morte. Conforme noticiado no *Correio da Manhã* de 7 de novembro de 1964: A Invernada de Olaria foi criada para agir de modo arbitrário, acima dos diversos setores e jurisdições do Departamento Estadual de Segurança Pública. Atuando como força de choque, lembra a antiga DGI dos tempos do Estado Novo, espécie de brigada com a missão de “preservar a lei e a ordem” na base da violência e do terror por toda a cidade.

36. Clodomir Moraes era advogado das Ligas Camponesas, jornalista, membro do PCB e havia sido deputado estadual em Pernambuco. Célia e Clodomir estavam no carro quando se deu sua detenção. Clodomir foi submetido a tortura pelos detetives Felipe Mathias Altério e João Martinho Neto, respectivamente chefe e subchefe daquela delegacia. Segundo consta no jornal *Correio da Manhã* de 15 de agosto de 1963, Clodomir denunciou em Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa da Guanabara a violência de que foi vítima: Disse que certa vez foi levado à presença do senhor Cecil Borer, após ter sido barbaramente espancado e seviciado, para confessar que havia sido o responsável por aquisição de armas procedentes da Checoslováquia.

[...] Naquela oportunidade, protestou contra as violências, tendo os policiais se lançado contra ele, aos pontapés e sopapos. Amarraram-no com uma corda e um policial de nome Felipe ou, como era chamado, “Felipão” vibrou-lhe um golpe violento na cabeça, com uma palmatória, que lhe fez perder os sentidos. Amarrado e despido, com uma madeira roliça entre os braços e as coxas, foi colocado suspenso por sobre duas escrivaninhas separadas. O tal do Felipão lhe aplicou muitas palmatórias nas plantas dos pés e outros o socavam com brutalidade, em todas as partes do corpo. [...] O referido aparelho era um eletrochoque. Foi-lhe aplicado no pavilhão auricular. Como violento choque elétrico perdeu os sentidos, mas recuperou-os em seguida, porque os policiais se incumbiam, com pancadas no corpo, de o acordar. Soltava gritos lancinantes, em dores atroz. [...] desejavam ainda que o advogado dissesse que um dos seus acompanhantes no carro era o atual deputado Sinval Palmeira. Disse, ainda o advogado Clodomir Moraes, que o policial Felipão tentou introduzir o cabo da palmatória “no esfíncter anal”. Tudo isso era feito com gritos de satisfação dos policiais. [...] Devido às providências do seu advogado, disse o senhor Clodomir Moraes, quatro dias depois foi a

exame de corpo de delito, sendo constatados os efeitos dos espancamentos e das sevícias. Na mesma reportagem constam os suplícios dirigidos à Célia: Retiraram a roupa da mulher, sob violentos protestos de ambos, e foi amarrada, manietada e colocada no “pau de arara”, sendo aplicados os mesmos suplícios, inclusive as sevícias sexuais, durante uma hora, tudo na sua presença [de Clodomir Morais], além de 40 bolos nas mãos. Os choques elétricos foram usados na senhora Célia Lima, especialmente na região pubiana e no esfíncter anal, em meio a risos dos espancadores.

37. Na edição do *Correio da Manhã* de 21 de agosto de 1963, noticiou-se acareação realizada no dia anterior, na CPI, entre Clodomir Morais, João Martinho Neto e Felipe Mathias Altério. O jornal ressalta a coerência das informações e dos detalhes prestados e repetidos por Clodomir, enquanto os policiais caíam constantemente em contradições e infundadas negações, afirmando ironicamente que “na Invernada são todos bem-tratados, sobretudo se é um advogado”. Os policiais envolvidos no caso de Clodomir e de sua companheira Célia foram inicialmente afastados de suas funções, mas logo reconduzidos, sob alegação de falta de pessoal. **(Relatório Final da CNV, Volume 1, pp. 341-42)**

ANEXO II

“Prisão e tortura de militares de baixa patente participantes da campanha “O Petróleo é Nosso”.”

1.2. A tortura na Ilha das Cobras e quartéis do Rio de Janeiro (1952-53)

34. Os militares participantes da campanha “O petróleo é nosso!” foram igualmente alvo de perseguições e tortura na Ilha das Cobras e nas celas de alguns quartéis do Exército do Rio de Janeiro, relatadas em carta de 21 marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra, enviada ao presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem:³⁹ 34/comissão nacional da verdade – relatório – volume i – dezembro de 2014.

José Pontes Tavares – prisão que foi efetuada por escolta, constituída de soldados e oficiais da Marinha e do Exército, civis da polícia política e três americanos, foi ameaçado de morte, barbaramente espancado e amarrado no ato da prisão e assim conduzido, sob a mira de metralhadoras e outras armas para a Polícia do Exército [PE]. Na mesma noite foi entregue à Polícia Civil [DOPS], onde foi espancado barbaramente por mais de uma hora, levado nu para uma cela cheia de fezes cobertas de pó de serra. Esfregado nesses dejetos, é forçado, em seguida, a ingerir uma dose cavalariça de óleo de “rícano. Permaneceu, nesse local, sob espancamentos constantes e purgativos em número de seis, até o dia 18 sem comer e sem beber absolutamente nada. No dia 23 redobram-se os espancamentos e sevícias, sendo praticados consigo, à força, atos de pederastia, introdução de dedos e de cassetetes, untados de pimenta no reto. Foi-lhe esfregado pimenta nos olhos, cuspiram-lhe dentro da boca, com um alicate puxaram-lhe o pênis, com um cano de borracha esmagaram-lhe os testículos. Durante tais sevícias, mais de três horas caiu em estado de coma.

Eliezer Bandeira de Aquino – foi selvagemmente espancado, despido e lançado à cela cheia de vermes e dejetos fecais. De instante a instante, jogavam-lhe água fria no corpo, aplicavam-lhe grandes doses de óleo de rícino, queimaduras de cigarro, pimentas nos olhos, na boca e no nariz, introdução de cassetete de borracha no ânus, ficando prostrado, sem sentidos, em consequência disso. Passou 13 dias nu, sem comer e sem beber [...]. Foi levado para o morro do Corcovado e ameaçado de ser jogado, despenhadeiro abaixo.

Arno Riepe – foi posto numa cela, depois de barbaramente torturado, seviciado por todoo corpo, inclusive órgãos genitais, forçado a ingerir enorme dose de óleo de rícino, ficando sem comer e sem beber água [...]. Deixaram-no prostrado com febre, frio e visões estranhas. Permaneceu nesse estado até o dia 15 de abril, sobre urina podre, dejetos fecais, cheios de vermes, pois as necessidades fisiológicas eram atendidas ali mesmo, no piso da cela.

(Relatório Final da CNV, Volume 1, pp. 340-41)

ANEXO III

“Pedro Penteado do Prado, sequestrado em 1964, aos 15 anos, por ser confundido com um simpatizante do Grupo dos Onze”

“Em relato apresentado por escrito, Pedro Penteado do Prado conta como foi sequestrado em 1964, quando tinha 15 anos de idade, depois de ser confundido com um simpatizante do Grupo dos Onze:[...] ao atravessar a rua fui subjugado, encapuçado, narcotizado e sequestrado por quatro homens desconhecidos. Senti que fui lançado ao porta-malas de um carro tipo Veraneio, que eu tinha visto estacionado do outro lado da rua, e, enquanto tinha consciência, percebi que o automóvel tomava o rumo de Lages. Quando acordei, estava amarrado de mãos e pés e lançado ao piso de uma cela com grades... A cela foi aberta e os dois homens entraram. Continuaram a me chamar de “comunistinha” e outras palavras que não recorro muito bem... Consegui pôr-me em pé ao mesmo tempo em que um dos homens sacava de uma faca de campanha, de descamar peixes, que ele tinha numa bainha presa à sua perna. Ele desferiu dois golpes direcionados ao meu peito e por duas vezes levantei os joelhos, sendo esfaqueado uma vez na coxa direita, do lado externo, logo acima do joelho e outra vez na coxa esquerda, do lado interno da perna, quase na mesma posição. Com as duas pernas e a mão direita feridas deixei de reagir, perdendo parcialmente os sentidos. Depois de algum tempo, percebi que estava algemado e tentavam me colocar dependurado pela boca, numa espécie de cabide preso à parede.... Fui dependurado pelos dentes naquele “cabide” imundo e minha cabeça ficou enlaçada a duas argolas presas à parede, através de uma cinta de velcro. Lutei muito para me manter lúcido, pois, se desmaiasse, morreria afogado na própria saliva e sangue que brotavam dos ferimentos da boca. Não sei quanto tempo fiquei naquela posição, se minutos ou horas, pois perdi a noção do tempo... Quando acordei, estava em uma enfermaria típica de quartel, anos depois fiquei sabendo – quando fui prestar serviço militar. Tubos ligados a bulbos de soro se infiltravam em meus antebraços. **Minhas feridas começavam a cicatrizar e eu imaginava qual teria sido meu crime, aos 15 anos de idade, para estar passando por tudo aquilo.**”(grifos nossos)

(Relatório Final da CNV, Volume 1, pp.410-11)

ANEXO IV

“Depoimento do coronel Paulo Malhões, ex-agente do CIE – Centro de Informação do Exército”, sobre a Casa da Morte/Petrópolis – 25 de março de 2014 (Foi assassinado em abril de 2014 em seu sítio em Nova Iguaçu, e a “Polícia Civil do Rio de Janeiro concluiu por latrocínio, roubo seguido de morte”).

CNV: Dr. José Carlos Dias e CV: [Rosa Cardoso], ambos foram integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Aqui é utilizado CV.

“Eu pretendo ser bem curto, certo?”

CV: É vamos ser objetivos.

“Eu vou fazer um preâmbulo do que eu penso dessa situação, para que todos nós estejamos em sintonia. O Dr. terá de fazer também o seu preâmbulo, mas eu acho que como estou aqui na condição quase de um réu... tenho de estabelecer um começo.

CV: O Sr. não é réu aqui porque não temos um poder punitivo, não temos poder jurisdicional, agora, nós queremos reconstruir os fatos, nós queremos recontar a história, cobrindo as lacunas que existem e dando a oportunidade, inclusive ao Sr., para dizer tudo aquilo que realmente aconteceu. É o momento de passar a limpo a sua vida.

“Eu pretendo também esclarecer que nós vivemos atualmente, nós dois, quer dizer o Sr. e eu já que temos idade, vivemos uma outra época, aquela época que vivemos era bem diferente. Ninguém consegue bater um retrato todo branco, nem bater um retrato todo preto, então, o retrato tem que ter branco e preto, tem que ter este contraste. Então, vamos começar.

CV- Rosa Cardoso: Mas, o Sr. não disse que queria fazer só um preâmbulo? O Sr. quer fazer este registro inicial com a presença deles (jornalistas)? “Pode ser”

CV: Então, se pode ser, então vamos fazer esse registro inicial e depois eles saem.

“Porque a situação vivida naquela época era bem diferente”.

CV:). Eu acho o seguinte, ou ele depõe com a presença dos repórteres, agora, ele limitar aquilo que pode dizer na frente da imprensa ou não dizer na frente da imprensa, eu sou contra.

CV:[Rosa Cardoso]: Tudo bem, eu só quero que a gente respeite o que combinou com o Sr.. “Então, afastamos.”

CV:: Agora, se o Sr. tiver a disponibilidade de falar na frente da imprensa, então eles ficam o tempo todo.“Tá bem, concordo com o Sr., eles podem ficar”.

CV: Mas, se eles ficaram, porque as outras pessoas, que estavam na audiência pública, o Sr. não aceitou a presença delas?

“Não, não é não aceitar a presença deles é que eu tenho um problema de locomoção, velho, então, tive um acidente e fiquei com problema de locomoção, então, não quis é fazer tumulto. Se o Sr. acha que eles vão tumultuar a sessão, eu peço a eles que se retirem”.

CV: Não, eles (jornalistas) não vão tumultuar. Eu sou favorável a que eles fiquem. Ninguém vai se manifestar. Eu faço, portanto, um apelo, já que ele vai prestar este depoimento perante à imprensa. Eu peço que ninguém dirija nenhuma pergunta a ele. Porque só irão fazer perguntas a ele os membros da Comissão. Mesmo os nossos assessores, irão eventualmente nos oferecer elementos. Mas, só nós dois é que iremos formular as perguntas.

“Posso continuar? Então eu quero deixar bem claro que nós vivemos outra época, outra hora, outro mundo, tanto nacionalmente, como internacionalmente. Então a época que eu vivi, que eu era um jovem, eu era um membro do Exército. Eu cumpria as missões

que o Exército me dava. Não escolhia, não tinha a opção, nem nunca me preocupei com isso. [deixa eu tirar os meus óculos (escuros) para que eu possa olhá-lo nos olhos e para que o Sr. possa olhar nos meus olhos também].Então, eu como jovem tinha aprendido a amar minha pátria, a preservar as instituições, a amar o Brasil sobre todas as outras coisas, e fui seguindo a minha carreira. Tirei meus cursos como devia, como aspirante, era da Cavalaria, servia numa unidade de cavalaria em Pirassununga. Depois eu vim para o Rio de Janeiro, onde servia numa unidade blindada, e assim eu fui seguindo minha trajetória. E por um acaso desses do destino eu fui guindado a tirar um Curso de Informações; por ter sido bem classificado na minha turma na academia, por ter demonstrado que gostava desse processo, fui convidado, convidado não, fui chamado para tirar um Curso de Informações. E assim eu fiz, e comecei a desenvolver, como eu faço com tudo, Sr. presidente, a desenvolver o melhor de mim naquela função. Fui o primeiro colocado no curso, tirado no CEP, no Leme, e daí fui guindado a uma situação melhor, fui trabalhar na 2ª. do Exército, tudo isso nós estamos, o país vive não numa tranquilidade, porque já havia havido o ‘rejeito’ da posse do Jango.

CV: O Sr. chegou a ser lotado, formalmente, no Centro de Informações do Exército (CEI)? “Ainda não, nessa época não, mas mais tarde fui.”

CV: Sim, mas a propósito do que o Sr. tá dizendo. O Sr. falou que fez um curso. O Sr. fez a Escola das Américas?

“Não, foi um curso feito aqui no Brasil mesmo, no CEP – Centro de Estudos do Pessoal, ali, no Forte do Leme. Segui minha vida. Havia tido o problema da posse do Jango, mas pouco interferiu na minha vida. Eu trabalhava no 17 RC, em Pirassununga, e pouco contato eu tive com esse tipo de atividade, embora eu fosse deslocado para São Paulo, de vez em quando, mas até aí eu tinha pouca noção de política.

CV: O SR. ocupou cargos no Ministério do Exército, no Gabinete do Ministro do Exército? “Ocupei sim Sr.”.

CV: E que ministros? “Ah! Foi em quase todos eles. CV: Sim? “Sim”.

CV: Lembra um pouco as pessoas que foram seus contemporâneos? Por exemplo, Leo Frederico Cinelli. “Conheci”.

CV: Rubens Paim Sampaio. “Conheci”.

CV: Rubens Gomes Carneiro. “Conheci”.

CV: José Brant Teixeira. “Conheci”.

CV: Jurandir Ochsendorf e Souza. “Conheci”.

CV: Jacy Ochsendorf e Souza. “Conheci”.

CV: Eles estavam lotados no Gabinete do Ministro do Exército junto com o Sr.?

“Em épocas, às vezes, diferentes.

CV: E dá para relatar um pouco do trabalho que eles faziam?

“Cada um tinha a sua função, nós éramos 5 ou 6 oficiais, 6 oficiais, cada um tinha 2 sargentos.”

CV: Foi nessa ocasião que o Sr. pertenceu ao Movimento Anticomunista*?

“Não, foi antes. ”O Sr. pertenceu ao ‘Ces’ e ao MAC? “Não, pertenci ao MAC.”

CV: Movimento Anticomunista. MAC antes de 64.

“É, foi um... eu tive um... o Sr. me desculpa se eu não delatar quem o Sr. não perguntar, certo? CV: Como? “Eu não delatar nomes que o Sr. não tenha”.

CV: Não, mas o Sr. tem a oportunidade de fazê-lo.

“Mas, eu prefiro não, eu não tive autorização deles para isso.

CV: Mas, esses tudo bem?

“Pelo contato que eu tive com eles durante o trabalho não vejo impossibilidade nenhuma, mas se o Sr. falar, por exemplo, o coronel ... eu já não posso responder, porque era um superior meu, pode ter sido meu chefe, e eu não posso sem autorização dele, isso é um comportamento de homem meu.

CV: [Rosa Cardoso] Eu já vi que o Sr. tem uma certa dificuldade de seguir uma linha. Então, estávamos em 64, e eu quero saber se o coronel Ustra também era do MAC nessa época? “Não”.

CV: Mas o Sr. tinha uma ligação estreita com o coronel Ustra.

“Não, fui conhecer o coronel Ustra bem depois.

CV: Quando ele era Comandante do DOI-CODI de São Paulo, esteve com o coronel Ustra lá, quando ele era major na ocasião? “Estive”.

CV: [Rosa Cardoso] A experiência da operação OBAN, porque o idealizador mesmo dessa questão que nós vamos chegar, da Casa em Petrópolis, o idealizador foi mais o Coelho Neto, foi mais o pessoal do CIE ou a sua experiência na OBAN; o Sr. teve também um papel nessa questão. Porque por uns depoimentos do Sr. que eu tenho acompanhado, o Sr. se diz ‘o idealizador’.

“É, eu digo idealizador porque eu tinha lido, eu tinha aprendido lendo documentos do serviço secreto inglês, do serviço secreto americano, do serviço secreto israelense, deve ter mais alguma que eu li, eu me dedicava; eu quando entrava numa função minha Senhora, eu procurava aprender o máximo possível do que já havia sido dito sobre aquilo, eu não ia simplesmente passar no tempo, eu ia trabalhar no tempo, então, em nenhum momento eu deixei de aprender alguma coisa; até hoje sou um estudioso, embora seja de orquídeas, mas até hoje eu sou um estudioso.

CV: [Rosa Cardoso] Sei, mas então o Sr. é a pessoa indicada para nos responder isto. A ideia da criação desse Centro em Petrópolis foi devida mais às experiências desses estudos que o Sr. narrou aqui, ou foi mais da OBAN, do CIE, do Coelho Neto, porque isto é o que nos interessa.

“É, na realidade eu recebi a notícia de que nós tínhamos o que se chama um aparelho, que a esquerda chamava de aparelho, não é? Então, nós tínhamos um aparelho, depois isso foi modificado, não passou a ser mais um aparelho...”

CV: Passou a ser o quê? “Passou a ser uma Casa de Conveniência”.

CV: O quê quer dizer isso?

“Para mim, que trabalhei com isso, era aonde se procurava ganhar o preso para ser um infiltrado na sua própria organização.

CV: Conseguiu muitos resultados? “Bastante”.

CV: Vários resultados? “Vários”.

CV: O Sr. podia dizer quantos?

“Durante todo o tempo houve uma variação muito grande”.

CV: Que quanto tempo? “O tempo que eu trabalhei nisso”.

CV: Que tempo foi esse?

“Quase todo o tempo da existência da Casa de Petrópolis”.

CV: Quanto tempo foi isso? [Rosa Cardoso] Em que tempo foi isso, foi final de 70 até final de 71?

“A Sra. me desculpa, mas eu sou meio complicado em anos, certo?”

CV: Aproximadamente 2 anos, 3 anos, afinal de contas para o Sr. ter acompanhado a Casa de Conveniência, e disse que foram muitos os infiltrados, o Sr. poderá dizer, pelo menos, se foram 2anos ou 3 anos. “Eu acho que foi mais”.

CV: O Sr. é um homem inteligente, culto, importante, o Sr. deve ter guardado isso.

“Eu não posso dizer muito bem pro Sr. quantos anos foram, eu até brinco comigo mesmo, e as outras pessoas brincam comigo, porque eu só fui me lembrar que tinha 76 anos, no dia que eu sofri um acidente e fiquei quase imobilizado das pernas, então, o Sr. vê como eu sou difícil.”

CV: Bom, eu queria que o Sr. me respondesse pelo menos mais ou menos quanto tempo foi. “Uns 4, 5 anos”.

CV: Nesses 4, 5 anos quantos infiltrados o Sr. conseguiu?

“Ah! É uma... quantidade precisa assim, é difícil.”

CV: E essas pessoas continuaram assim a serem fiéis e transmitindo informações para os agentes públicos?

“Normalmente e com facilidade o faziam. Eu acho que essa arma, como aconteceu em outros países, foi a que ganhou a guerra.”

CV: Me responde uma coisa. De que forma o Sr. conseguia esse milagre do infiltrado?

“Não é milagre Sr. . O Sr. estuda a personalidade de quem o Sr. acha que se transformará em seu agente, procura conversar com ele, normalmente...”

CV: Sem nenhuma, sem interrogatórios fortes, duros?

“Eu tenho uma teoria, eu vou dizer ao Sr. Eu acho que um homem que apanha na cara, ele nunca mais falará mais nada, é a minha teoria. Eu acho que a pior coisa que pode acontecer com um homem é levar uma bofetada.”

CV: Lá, o Sr. nunca viu alguém se exceder nos resultados?

“Não, não estou falando que eu nunca vi ou se alguém procedeu, tô falando que era o meu pensamento.”

CV: E lá, todo mundo seguia o seu pensamento?

“Não, nem todo mundo era obrigado, nem eu permaneci o tempo todo na Casa. Então, eu não posso dizer ao Sr.”

CV: E como eram feitos os interrogatórios?

“Os meus interrogatórios não foram feitos só na Casa, foram feitos também em prisões, eram ... uma conversa normal.”

CV: Uma conversa normal, nunca houve pau de arara, nunca houve tortura?

“Não, não, tortura psicológica houve, já começa por aí.”

CV: O quê que é tortura psicológica?

“É aquela em que o Sr. não agride ninguém. O Sr. forma uma situação em que o indivíduo se sinta ou acuado, ou amedrontado.”

CV: Por exemplo, vou fazer uma pergunta para o Sr.. O Sr. ameaçar de prender um parente próximo, tipo, se você não falar agora os seus filhos podem sofrer consequências graves, isso é tortura psicológica? “Não, acho que não.”

CV: Não? Me dê um exemplo de tortura psicológica.

“Vou procurar lhe dar um bem típico. Se o Sr. mostrar que ele pelo certo teria que estar preso numa unidade militar, certo?”

CV: Ele estaria preso numa unidade militar, ele estaria seguro, sem receber o tratamento de tortura.

“Não, ele estaria registrado, preso, seguro, não, sem ser torturado não, não quero dizer isso. Mas, estaria seguro.”

CV: O Sr. não nega a existência da tortura?

“Não, eu mesmo quando comecei a minha vida nessas informações, eu mesmo cheguei a fazer tortura, não quero mentir para o Sr.”

CV: E depois parou? “Sim, quando eu evoluí ; eu digo que eu sofri uma evolução.”

CV: Quantos morreram nessa Casa de Conveniência? “Ah! É muito difícil”

CV: Muito difícil o quê? “Dizer quantos, nem porquê morreram.”

CV: Morreram, vários morreram.

“Porque a Casa de Petrópolis não era só minha; eu escolhi como um ponto de referência...”

CV: Mas o Sr. era um agente, mesmo não sendo sua casa, o Sr. deveria saber, porque muitas pessoas morreram lá nessa casa.” “O Sr. me faz uma pergunta difícil.”

CV: Mas, o Sr. não está aqui para responder pergunta fácil, está aqui para responder pergunta difícil mesmo. “É uma pergunta que não envolve só a minha pessoa.”

CV: Mas, o Sr. está aqui coronel, com a possibilidade de dizer a verdade integral. E isto vai lhe fazer bem. Porque o Sr. vai entrar para a história, como uma pessoa que teve a coragem de dizer a verdade, não é verdade? “Mas, eu tenho uma restrição na verdade.”

CV: A razão do Sr. estar aqui que que é? “Mas, eu tenho uma restrição.” CV: Qual é?

“Quando eu comecei a dizer as minhas palavras eu disse que a verdade é feita de branco e preto. E no momento eu vejo uma verdade ou só de branco ou só de preto.”

CV: Eu não quero uma verdade em branco e preto, queremos uma verdade transparente.

“A verdade tem que ser formada, ela não pode ser só ...”.

CV: Quantas pessoas morreram na Casa de Conveniência que o Sr. saiba?

“Não posso precisar ao Sr.”.

CV: [Rosa Cardoso] Porque também tem o seguinte. O Sr. declarou várias vezes aqui, que essa casa, essa instituição durou mais ou menos 4 anos. O Sr. não precisou aqui quando começou, mas falou em outros depoimentos, que começou no final do ano 70 em diante. O Sr. falou também que havia várias casas. “Certo.”

CV: [Rosa Cardoso] Porque havia várias casas, então, talvez essa dificuldade do Sr. em expressar quantos morreram é porque havia várias casas, mas nós estamos falando de uma instituição. O Sr. começou falando de 1 aparelho, que evoluiu para uma Casa, essa que foi descoberta, essa que estamos falando lá do início da década de 70, que se tem falado tanto, essa para a qual foi levado o corpo do Deputado Rubens Paiva. Teriam levado outros corpos para lá, mas, então, além dessa Casa havia outras casas. Então, seria importante o Sr. tentar lembrar quantas pessoas passaram por esse processo.

“Pelo que eu li, mais pelo que eu li, ela não chega a ser 1% da população brasileira daquela época... “.

CV: Não sei qual era a população brasileira daquela época.

“Cento e poucos milhões, porque aí eu vou lembrar ao Sr. ...”

CV: Bastante, 1% de morte, né, na Casa de Conveniência?

“Não, não estou dizendo numa Casa de Conveniência, tinham outras, tem outros ...” .

CV: Como é que eram feitos, o que era feito com os corpos? O Sr. chegou a relatar os expedientes que foram usados, cortando os dedos... “Doutor ... “

CV: Se o Sr. puder me relatar isto. Não estou dizendo que foi sua responsabilidade, mas o Sr. deve ter tomado conhecimento.

“Dr. eu sei do que o Sr. está falando, sei quem escreveu sobre isso ...”

CV: O Sr. já prestou depoimento falando disso. “Não, não prestei não!”

CV: Não? Então como é que o Sr. sabia que eu ia perguntar sobre isso?

“Não sabia não que o Sr. ia perguntar isso.”

CV: Mas, o Sr. sabe porque eu ia perguntar isso. Por que?

“Porque existe um relatório que nem sempre é verdadeiro; o Sr. tem que antever também que eu procuro me defender ... “. CV: É natural ...

“Então, a gente quando quer tirar uma regra do assunto, a gente comenta um fato totalmente novo. Então, eu não vou lhe dizer, não posso lhe dizer, que isso eu fiz para... Porque as pessoas com quem eu conversei ... “. CV:O Sr. fez isso?

“Falei isso, mas não vou dizer que isso fosse regra, que existisse uma forma, é, eu disse isso para essa pessoa, mas disse porque ela estava tão afã, tão de ... né, que às vezes... eu tava sentado na minha casa falando...”

CV: Aí o Sr. contou como eram feitos os recursos para os desaparecimentos dos corpos, foi isso? “Foi.”

CV: Os corpos eram jogados onde, hein?

“Pela inteligência, quer dizer, pela forma mais correta, eles eram jogados nos rios.”

CV: Que rio?

“Ah! Aí tem vários, porque nem todas ... “.

CV: O Sr. sabe em que rio eram jogados?

“Não tinha, eu acho, não existia nenhum particular.

CV: E no mar, eram jogados? “Difícil, aí eu não sei”.

CV: Aí eu pergunto pra Aeronáutica?

“[Ele responde rindo bastante] “É, o Sr. pergunta à Aeronáutica.”

CV: Mas, o Sr. sabe disso? [Rosa Cardoso] Tem um depoimento que diz que no final o corpo do Deputado Rubens Paiva foi jogado no mar. “Mas, isso pode ser falso”.

CV: [Rosa Cardoso] Eu sei, eu sei, aliás, até porque o Sr. falou que os destinos dos corpos era o rio, porque no mar, o mar devolvia; o Sr. falou isso, lá nos jornais.

“Falei, mas não menti, disse a verdade.”

CV: Por que não entregavam os corpos?

“Porque era o Sr. deixar um rastro. E isso não foi técnica nossa, isso foi uma técnica aprendida.

CV: Mas, no rio também o corpo boia. “Não”.

CV: No rio também o corpo encosta nas margens. “Não.”

CV: [Rosa Cardoso] Essa teoria dos rios não foi muito bem aceita não. Os rios lá em Petrópolis são rasos, tem cachoeiras. Essa versão, para aqueles que analisaram o assunto não foi muito bem aceita não. Aquela história do mar, parecia mais efetiva.

“Eu dou graças a Deus que os Srs. não tenham aceito essa versão”. CV: A do mar...

“Não, a do rio.” CV: A do rio foi verdadeira:

CV: [Rosa Cardoso] É, ele está brincando comigo...

CV: Afinal, jogava no rio ou no mar? “No rio.” “Não estou brincando com a Sra. não”.

CV: Jogava no rio, depois de descaracterizar o corpo, cortar os dedos.

“O Sr. não acha que isso seria o mais certo?”

CV: É, se eu tivesse as características de ser alguém encarregado de sumir com os corpos, é o que eu faria. É o que o Sr. fazia? “Eu não tinha essa função”

CV: Mas fez? “Posso ter feito”.

CV: Muitas vezes? “Não”.

CV: [Rosa Cardoso] E o Félix fazia? “Quem é o Félix?”

CV: [Rosa Cardoso] Félix era o motorista da Casa, Cabo Félix.

“A Sra. não sabe o nome completo dele?”

CV: [Rosa Cardoso] Félix Freire.

“Félix Freire na Casa? A Sra. sabe o codinome dele?”

CV: [Rosa Cardoso] Félix foi aquele que o Marival falou. Marival o Sr. já ouviu falar dele? “Já ouvi. Agora, qual é o codinome dele?”

CV: ‘Dr. Mário’ “Então, alguma coisa tá errada aí”.

CV: Bom, o Sr. disse que fez algumas vezes. Quem é que fazia isso de uma forma mais sistemática?

“Isso era feito normalmente. Eu acho que todos os serviços de informação faziam...”

CV: Todos os serviços de informação onde? “No Brasil, no exterior”.

CV: Não, digo, nós estamos tratando do Brasil. “Então, eu vou dizer, no Brasil.”

CV: Nós sabemos que o Sr. fez. [Rosa Cardoso] Não, e sem descartar que nós sabemos que o Sr. é personagem que teve uma atuação internacional. O Sr. atuou no ‘Cs’[CCC], o Sr. atuou no MAC (Anexo), o Sr. foi uma pessoa importante na inteligência. O Sr. estava na Operação Condor, o Sr. esteve lá em Foz do Iguaçu. Então, o Sr. tem essa experiência internacional. Se o Sr. diz que fazia em outros lugares também, então, isso não foi uma coisa criada no Brasil, não foi uma iniciativa brasileira. “Não”.

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. não pretende falar?

“Não, foi inventada ela... É o que eu digo para a Sra.. É difícil a gente hoje atinar, ou conceber pelo menos mentalmente, quais eram os problemas que eram enfrentados. Eu só posso lhe dizer que nós, não fui só eu, mas nós desbaratamos todas as organizações subversivas brasileiras.

CV: Quais, por exemplo? “Ah! Várias, VPR ...

CV: ALN ... Organizações terroristas? Tinha o nome terrorista nelas? “Não”.

CV: O Partido Comunista Brasileiro era terrorista? “Não”.

CV: E no Partido Comunista Brasileiro ninguém foi morto? “No Rio acho que não.”

CV: Os Srs. faziam uma avaliação: esse merece morrer porque é da luta armada, esse não?

“É lógico. Esse é cabeça de chave? Nós fazíamos o que hoje quando eu vejo no ...”

CV: Felix Freire Dias, o codinome é ‘Dr. Mário’.

“MAS, o Dr. Mário é de Brasília, isso é que eu não estou entendendo, certo?”

CV: Posso fazer algumas perguntas sobre algumas pessoas que passaram pela Casa de Petrópolis, para ver se o Sr. se lembra? “Se for ... “.

CV: Carlos Alberto Soares de Freitas. “Não”

CV: Olha aqui a fotografia dele para ver se o Sr. se lembra.

Ele olha por um bom tempo e diz: “Só acho que vão dar muitos mortos na Casa de Petrópolis que não passaram por lá, mas ... “

CV: Ereni Pereira Pires ... lembra dela? (**obs: não está na relação final da CNV**)

“Não, e vou lhe dizer o porquê. Eu tinha verdadeiro pavor de interrogar mulher e, vamos dizer, hoje, gay, para não dizer a palavra do nosso tempo, eu não gostava.

CV: Mas eu quero perguntar uns nomes para ver se o Sr. se lembra de algum deles. Carlos Alberto Soares de Freitas o Sr. não se lembra. Ereni Pereira Pires ...

“Essa, mesmo que estivesse eu não a vi”.

CV: Marilena Villas Boas Filho. “Por nome é difícil...”

CV: O Dr. José Carlos mostra a foto “Também é difícil. Se passaram 50 anos.”

CV: [Rosa Cardoso] Carlos Alberto era o Breno.

CV: Aloísio Trajano Pedreira Ferreira, lembra? “ Não “.

Ivan Mota Dias. “Também não”.

Mariano Joaquim da Silva. Tá aqui a fotografia dele.

“É o que eu digo para o Sr., fotografia e por nome, se o Sr. me dissesse os codinomes deles.”

CV: Heleny Ferreira Telles Guariba

“Se o Sr. me dissesse o codinome dele”.

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. poderia se lembrar. Mas o Breno o Sr. lembra.

“O Breno eu me lembro”.

CV: Paulo de Tarso Celestino da Silva.

“Aí eu vou mentir, o que eu não quero fazer para o Sr., conheci, não conheci. Tô dizendo, só não sei, quer dizer, não me lembro ou não vi.”

CV: José Raimundo da Costa. Celso Gilberto de Oliveira.

“Nenhum deles passou por mim.”

CV: Antônio Joaquim de S. Machado, João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira.

“Joaquim Pires Cerveira ... ele é militar; ele tinha ligações com o 1º. Exército, cuja senha era ‘passarinho’. Havia um telefone, que ele dava para um outro, daí quando eles ligavam, eles cantavam como passarinho, então, eles se identificavam através disso. Conheci.”

CV: Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira. “Não, não me lembro”.

CV: David Capistrano da Costa. “Escutei falar”

CV: [Rosa Cardoso] É, mas o Sr. fala da evolução das casas, o Sr. já estava aonde. Porque nós temos também uma folha de operações e o Sr. não estava mais lá, o Sr. estava aonde?

CV: Deixa eu acabar de falar os nomes.

José Roman. “Não”

Ana Rosa Kucinski. “Mulher é difícil”.

Wilson Silva. “Nomes muito comuns, Dr.”

Walter de Souza Ribeiro.

Tomás Antônio da Silva Meireles Neto. “Não”

Issami Nakamura Okano.

Izis Dias de Oliveira.

“Um momento, por favor. Falou um nome de japonês, eu tô aqui pensando que eu já ouvi.”

Izis Dias de Oliveira. “Eu acho que já ouvi”.

CV: Mas é mulher, o Sr. ouviu? “Eu sei, mas ouvi”.

CV: Mas o Sr. lembra dela ter passado pela Casa de Conveniência?

“Na minha mão não”.

CV: Paulo Costa de Oliveira Bastos. “Não, assim não.”

CV; Perci Monteiro Guimarães.(**obs: Perci ou Derci (?) não está na lista da CNV**)

“Sem o codinome deles vai ser difícil Dr.”

CV: Luiz Almeida Araújo.

Joel Vasconcelos dos Santos, quer dizer, o Sr. conhecia pelos codinomes? “É normal”.

CV: [Rosa Cardoso] A gente vai voltar ainda a essa questão. Mas eu acho que a gente tá perdendo um pouco a oportunidade de aprofundar mais as questões. Talvez se o Sr. pensasse mais um pouco o Sr. se lembraria. É melhor a gente não ficar atropelando o Sr.. Eu nem estou deixando o Dr. José Carlos perguntar mais um pouco, porque é tão difícil a gente estar aqui com o Sr.. O Sr. vive lá no seu sítio, é mais difícil para a gente ir lá. Mas eu sei que o Sr. poderia nos dizer mais sobre a área que o Sr. pode colaborar. Eu acho que o Sr. pode nos dizer muitas coisas sobre companheiros seus, agentes, que morreram. O Sr. pode ficar seguro, porque não vai acontecer nada com eles. Então, o Sr.

pode falar mais da Casa que o Sr. organizou, das equipes, como eram, quantas equipes eram.

“É porque nasce uma amizade, nasce uma amizade entre nós, é normal. Nós trabalhamos juntos, passamos, às vezes, 24 horas, 48 horas juntos, é justo que se crie uma amizade. E essas pessoas que o Dr. está perguntando, **eram guerrilheiros, não eram pessoas normais; eram pessoas ligadas à luta armada**, eles não foram presos porque jogavam bolinha de gude ou porque soltavam pipa; eles foram presos porque portavam armas e se propunham a lutar. Porque o nosso problema era muito simples, a experiência internacional trouxe para eles também, como trouxe para nós, uma experiência. Então, a teoria do foco de Regis Debray, teoria da guerrilha urbana, grupos armados desmoralizando a autoridade, provocando o terror na população, passam a ser aceitos por essa população e passam a dominar essa população. Tá a Nicarágua aí como demonstração típica dessa teoria do foco. Vamos para a teoria chinesa, de Mao Tsé Tung, o afogamento da cidade pelo campo; essa vai dar origem às áreas de guerrilhas, que eram no campo e tentavam afogar ou intimidar as cidades. Não eram pessoas simples, que viviam naturalmente. Eu, às vezes, quando vejo uma pessoa reclamar ‘Ah! Meu ente querido morreu, mataram ele’”, eu pergunto, será que se ele estivesse ficado junto da esposa dele, dos filhos, isso teria acontecido? Se ele não se lançasse numa aventura de guerra armada, de lutar por uma ideia que não existe, será que isso seria válido, será que ele estaria morto, ou estaria na casa dele junto da esposa dele e dos seus filhos? Porque a tem que pensar nisso também. Nós não entrávamos com a ideia de matar ninguém ...” CV: Mas mataram...

“É, o quê que a gente pode fazer? O quê que o Sr. quer que a gente faça? O Sr. mesmo disse que se o Sr. fosse também...”

CV; Eu não disse isso, eu nunca seria isso. Eu disse que se eu fosse, se eu tivesse esse temperamento, eu ia agir dessa forma. Mas eu, graças a Deus, não fiz. Bom, esses aparelhos, como a Casa de Petrópolis, eram do conhecimento de quais autoridades. Quer dizer, os Ministros sabiam, o do Exército, por exemplo?

“Deveriam saber. Alguns deles eu sei que sabiam. Mas deveriam saber todos eles, se não sabiam foi erro. CV: O presidente sabia? “Acredito que não”

CV: O presidente Garrastazu Médici, em 1971 era ele o presidente da ditadura, quer dizer, era ele o ditador. “Não, ele era o presidente”

CV: Bom, o Sr. chama de presidente, eu chamo de ditador, ele sabia?

“Eu acho que não. Médici eu tive a felicidade de conhecê-lo de perto. Tenho até uma certa intimidade com ele. Intimidade que eu digo é um relacionamento mais próximo, eu nunca tenho uma intimidade com um presidente ou com general, mas de ter um relacionamento mais próximo com ele. Porque quando ele veio do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, para a tal reunião do Alto Comando que ia decidir quem ia ser o presidente da República após a morte de Costa e Silva, por um acaso do destino, eu fui escolhido para ser o segurança dele, e aconteceu (vou estender um pouquinho); e aconteceu um fato interessante, o carro que ele ia, eu ia num fusca, ele ia num carro grande, um opala, e o carro dele furou o pneu; e aí eu encostei o meu carro no dele e perguntei “o Sr. quer entrar no meu carro pra gente ir embora, para não ficar parado aqui”, e ele, “mas será que as minhas pernas vão dar aí?” E eu disse: “o Sr. não é muito

mais alto que eu, então, se as minhas dão as do Sr. vão dar também”, e ele seguiu esse caminho comigo. Aí conversou comigo, da onde eu era, o quê eu fazia. Quando ele retornou da reunião em que ele foi escolhido presidente, eu também fui ser o seu segurança. Levei ele para a casa, na época, do Ministro da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. E fiquei montando guarda lá. Aí, mais e mais nos tornamos conhecidos. Não vou dizer amigos, mas conhecidos.

CV: O Sr. era segurança não fardado ou fardado? “Não, não fardado”.

CV: Me diga uma coisa. O Sr. poderia me dizer os nomes dos comandantes da Casa de Petrópolis, por exemplo, e de outros centros, de outras casas, de Casas de Conveniência como o Sr. chama?

CV: [Rosa Cardoso] Ou seja, o Sr., por exemplo, o do Major Bellia que foi seu chefe no CIE... “Não, ele não foi chefe em nenhuma casa...”.

CV: [Rosa Cardoso] Não, mas ele foi seu chefe de operações no CIE.

“Sim, ele foi chefe de operações no CIE”.

CV: [Rosa Cardoso] Mas antes dele ser, o seu chefe era o Coelho Neto?

“Não, o Coelho neto era um pouquinho acima, o Coelho neto era o subchefe do CIE, o General Milton era o chefe do CIE e ele era o subchefe.”

CV: [Rosa Cardoso] Agora, essa concepção que o Sr. não chegou a responder, da Casa, foi idealizada, é claro, tem a experiência internacional, mas foi do Coelho neto?

“É, nasceu pelo conhecimento que ele tinha com o dono da casa, ele não, o Aires tinha com o dono da casa, ele conseguiu essa casa.

CV: [Rosa Cardoso] Mas como o Sr. disse tinha várias casas, e as outras ...

“Mas as outras eu não conhecia as casas ... “

CV: Mas quem era o chefe dessa Casa de Petrópolis?

“O chefe da Casa de Petrópolis era o chefe da contrainformações”. CV: Quem era ele?

“Era o Coronel Etchegoyen Não o Etchegoyen que hoje é General. O outro Etchegoyen, que foi Coronel e hoje já faleceu. Tá aí um falecimento...”.

CV: [Rosa Cardoso] O Cyro? “Cyro”.

CV: Quantos militares eram lotados na Casa de Petrópolis? “É...”

CV: Em suma, quantos agentes?

“É, isso variava um pouco, porque dependia das necessidades. Se tínhamos muitos presos, tínhamos que ter muitos agentes.

CV: Quantos presos tinham na Casa, na média? “Umás 4 ou 6 pessoas no máximo”.

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. falou que tinham 5 equipes lá funcionando sob o seu mando.

“Não, mas as equipes, não são as equipes funcionando lá; são as equipes do sistema de operações. E todo mundo tinha o direito de ir lá.”

CV: [Rosa Cardoso] Certo, então funcionavam lá, eventualmente, funcionavam lá, o Sr. está dizendo. O seguinte; quem permanentemente se ocupava de fazer compras, de pagar as contas da casa, de pagar não sei, porque não sei se pagavam, enfim, essas coisas que uma casa, que sendo um aparelho, tem equipamentos, tem custos, quem administrava isso tudo? Ou o CIE providenciava isso e não passava pelas mãos dos agentes que estavam ali com a função política?

“É isso não passavam pela gente porque se tivesse essa função seria mais um desgaste que a gente tinha, então isso normalmente ficava com um que via o quê e quanto a casa precisava, falava com o Ciro, e o Ciro providenciava lá na sessão dele, fazia o preenchimento das faltas.

CV: Empresários colaboravam?

“Que eu saiba não. Nunca tive contato com empresário nenhum”.

CV: Além do que o Sr. recebia como militar, o Sr. recebia uma parte por fora?

“Não, eu recebia a gratificação do Gabinete do Ministro, só isso.”

CV: [Rosa Cardoso] Coronel, o Sr. falou também que cada um desses chefes tinha uma tripulação, como delegados, o Sr. falou isso. “É”.

CV: [Rosa Cardoso] O Sr., lá em Petrópolis tinha uma ligação lá com a Delegacia de Petrópolis? Algumas das pessoas lá na casa que não eram importantes foram enterradas lá em cemitérios? “Não acredito, eu não acredito”.

CV: [Rosa Cardoso] Não, né, porque era muito arriscado.

CV: A que horas eram jogados os corpos? “À noite, né?”

CV: [Rosa Cardoso] Vamos voltar aqui à questão das mulheres, que me intrigou um pouco. Eram mulheres gays... ” “Não, eram mulheres e gays”

CV: Esse Cyro Etchegoyen ele frequentava a casa? “Muito raro”.

CV: Qual era o codinome dele? “Dr., se não me engano, ‘Dr. Bruno’.”

CV: [Rosa Cardoso] Então, esses nomes de mulheres, Inês Etiene ...

“Não foi, porque a época que ela passou lá eu estava em operações em outros lugares; o começo da época que ela passou lá. Depois havia uma coisa que passou a existir então, que era a compartimentação. Quer dizer, o que está ocorrendo aqui, o Sr. que está trabalhando ao lado, não precisa ficar sabendo o que está acontecendo aqui. No meu caso, se eu estava ‘cantando’ um infiltrado, não interessava a ninguém, nem quem fosse”.

CV: Me explica um pouco mais essa questão do infiltrado. Chega lá um preso, esse preso ele responde a um processo, eventualmente, e passa a ser um infiltrado, ou ele é infiltrado no meio do processo, ou ele é processado depois de ser infiltrado?

“O certo é antes dele ser preso oficialmente, então, antes mesmo de ser instaurado o inquérito”.

CV: E as pessoas que estavam na Casa de Petrópolis elas estavam presas oficialmente?

“Não”.

CV: Geralmente não, estavam enrustidas.

“Pode ser se o Sr. quiser usar esse termo ... mas pode usar.”

CV: Então estavam presas clandestinamente.

“Clandestinamente eu acho mais certo do que enrustidas, enrustida é mais ... “

CV: [Rosa Cardoso] mas quem foi do interrogatório da Ana Kucinski, da Izis?

“Isso eu não sei.”

CV: [Rosa Cardoso] Foi um desses mortos...

CV: E o Dr. Guilherme? Quem era ele?

“Ah! O Sr. vai me fazer uma pergunta que a um mês eu tô me perguntando, como era o nome do Guilherme.”

CV: O quê que ele fazia lá? “Ele era um de nós”.

CV: Mas por que o Sr. estava se perguntando?

“Porque eu não me lembro o nome dele. Eu tratei ele por Guilherme, Guilherme ... “.

CV: Sei, mas ele era um daqueles que cortava os dedos, cortava o pescoço? “Não, não.”

CV: Quem eram os especialistas nisso? O Sr. fazia isso de vez em quando, o Sr. falou.

“Eu vou ser sincero com o Sr., mas existia sim – eu não era tão especialista assim -, mas existia gente mais especialista que eu”.

CV: Mas o Sr. fazia também. “Mas vai ser difícil eu qualificar quem eu fiz”

CV: Era isso que eu queria que o Sr. me dissesse. Um nome, pelo menos, de alguém que o Sr. tenha feito isso no corpo, e não tenha ficado curioso em saber quem era essa pessoa.

“É, eu concordo com o Sr. mas não vou revelar isso pro Sr.”.

CV: Então, o Sr. sabe , mas não quer revelar. “É, pode ser, mas vamos lá”.

CV: Mas qual é o inconveniente sobre isso. O fato grave o Sr. já contou. Mas, por que não dar nome aos bois?

“Porque implica numa série de outras sanções”.

CV: Quais sanções, vingança? “É, não em mim, mas nos meus filhos”

CV: Mas eles não tem nada a ver com o Sr.. Os erros que a gente pratica, os filhos não tem nada a ver com isso.

“É, depende, isso é muito relativo. O Sr. está fazendo uma revelação que ...”

CV: Mas é verdade.

“Não, não é verdade. Eu tenho 5 filhos e tenho 8 netos. Com essas reportagens que saíram por aí, eles estão sofrendo sanções, embora o Sr. diga que não tem nada a ver, uma coisa com a outra, eles estão sofrendo sanções.”

CV: Mas sofreriam mais se soubessem meu pai cortou os dedos, cortou o pescoço, ou se soubessem simplesmente que cortou os dedos, mas não cortou o pescoço de uma pessoa que ele nem conhece, que diferença faz? “Muita, essa pessoa também tem família”.

CV: [Rosa Cardoso] Aquele Major que o Sr. disse conhecer, que falou do passarinho, quem era que estava atendendo esse caso Cerveira?

“O Cerveira não chegou a ir à Casa não. O problema do Cerveira foi resolvido fora da Casa. O Cerveira, para nós, era um traidor, certo?”

CV: [Rosa Cardoso] Certo, certo, certo, como o Lamarca.

“Como o Lamarca. O que nós gastamos de tempo procurando o Lamarca.

CV: [Rosa Cardoso] E com ele não teve dó.

“Embora depois eu fui ficar sabendo da história e, talvez, até não condenasse tanto ele, porque ele mudou de lado”

CV: [Rosa Cardoso] Uma história?

“Então, aqueles que eram traidores... Ah! O pessoal da intentona comunista, de 37, que teve o Levante do Forte. Depois, alguns foram cuidar da vida deles, outros se tornaram chefes de organizações, certo? Então, esses eu nem considerava traidores, porque eles já estavam fora do Exército, quando se tornaram... aproveitaram a experiência aí que o Dr. diz que ‘graças a Deus eu não faria’, porque o Dr. conhece a parte branca da história, não conhece a parte negra, mas a história é o que eu digo. Eu costumava chamar a ‘meia Comissão da Verdade’. Eu acho que a Comissão da Verdade teria que apurar muito mais...”

CV: O que tiver que apurar, a gente apura. Me diga uma coisa, quem era o ‘Camarão’?

“Camarão, não sei se ele já morreu, se ele não morreu eu não posso dizer quem era o Camarão. Mas, eu vou dizer, Camarão era o que tomava conta da Casa; era o que limpava a Casa, certo?”

CV: E ele fazia isso com os corpos? “Acho que não”.

CV: E me diz uma coisa, lembra do Loyola? “Assim Loyola”

CV: Ele era o codinome de Mariano Joaquim da Silva.

“Assim, é difícil. Essa certeza que o Sr. tem de tudo. Por exemplo, o Cerveira”

CV: Mas eu não tenho certeza de tudo. Se eu tivesse certeza não estaria perguntando ao Sr. Eu tô querendo que o Sr. me ajude; me ajude a esclarecer os fatos, e na medida em que o Sr. disser a verdade, isso nos ajuda, ajuda ao Sr. Coronel.

“É, mas eu não estou preocupado em me ajudar. Vou lhe dizer por que. Porque eu acho que eu cumpri o meu dever.”

CV: O Sr. não se arrepende de nada do que o Sr. fez? “Não”.

CV: Nenhuma morte? “Não porque ...” CV: Quantos o Sr. matou? “Ah, não sei ...”

CV: Mas matou vários? “Dei tiro, matei na rua...”

CV: Mas, na Casa? “Na Casa acho que muito pouca gente”.

CV: Muito pouca gente o quê que é? Meia dúzia, dez? “Não, não chega a tudo isso não.”

CV: O Sr. não tem arrependimento? “Não”

CV: O Sr. acha que o Sr. fez bem em ter matado? Executou?

“Eu não tinha outra solução” CV: Por que não?

“Porque não, qual seria a outra solução? Me dê uma, me dê uma chance ...”.

CV: Entregar à Justiça. “Não há mais jeito”.

CV; O Sr. não acredita na Justiça? “Acredito”

CV: Então, se o Sr. prende, o quê que a pessoa que prende deve fazer?

“Lhe entregar à Justiça? Não, eu vou lhe contar uma história.” CV: Conte.

“Eu derrotei todas as organizações, aí fui eu, que existiam no Rio Grande do Sul. Inclusive, a área de Três Passos que era do Lamarca; eu fiz uma limpa no Rio Grande do Sul. Nunca matei uma pessoa.”

CV: Como é que o Sr. limpou? “Prendendo e entregando”

CV: E por que não fez o mesmo aqui no Rio de Janeiro? “Porque ...”

CV: [Rosa Cardoso] Eles mataram todos? A Justiça matou todos? “Não”

CV: [Rosa Cardoso] Prendeu só, a Justiça julgou todos.

(Parte 2/2) Obs: cada parte tem 1:06 ...)

“Porque já era uma condição. O Sr. vê o que aconteceu com a saída errada da Inês Etienne.

CV: Por que uma saída errada da Inês Etienne?

“Porque quem a cantou acreditou que ela fosse trabalhar.”

CV: Que ela fosse infiltrada?

“É, e a Inês Etienne saiu e derrubou a casa, foi a Inês Etienne de Romeu que derrubou a Casa de Petrópolis, entendeu? Derrubou a casa porque ela reconheceu a casa. Eu nunca entendi isso. Porque ela passou 7 meses dentro da Casa; 1 infiltrado quando o Sr. canta ele, quanto mais rápido o Sr. devolver ele ao meio ambiente dele, quer dizer, quanto mais rápido ele voltar à organização dele, mais certo será que ele vá trabalhar e que os outros não vão desconfiar.

CV: Cabo Anselmo o Sr. conheceu? “Conheci”

CV: Fale um pouco sobre ele.

“Era um militar, foi cantado para fazer um discurso onde ele não devia, não era lugar para ele, e, em consequência ele foi preso. E ele é um dos motores do movimento de 64, porque ele cria um caso de insubordinação, de quebra de hierarquia e o Exército é baseado em dois fatores, hierarquia e obediência, então quando o Sr. quebra um elo desses, o Sr. abre uma exceção para que os outros façam também.

CV: Qual era a relação do cabo Anselmo com o delegado Sérgio Fleury?

“Ele passou, ele foi ganho, na prisão ele foi ganho, passou a ser infiltrado e foi solto, mas para haver essa modificação, ele teve que trocar de ambiente, daí ele foi para São Paulo. Aí, o Fleury, que era um dos instrumentos... Porque o Fleury não tinha só 1 infiltrado. Recentemente eu li no jornal, com uma letrinha deste tamaninho, dizia que o filho do Fleury disse que o presidente era infiltrado dele!

CV: [Rosa Cardoso] Coronel vamos só fechar aquela história do Pires Cerveira. Onde que ele foi capturado? Ele morreu no DOI, né?

“Eu acredito que sim. Foi no Rio de Janeiro mesmo.”

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. acha que as coisas que o Cláudio Guerra tá dizendo faz sentido? “Nenhum.”

CV: [Rosa Cardoso] Aquela história da Usina?

“Nenhum, nenhum sentido, Cláudio Guerra é um picareta.”

CV: [Rosa Cardoso] É um picareta, é? Mas convertido, né?

“Eu não sei se ele se converteu. Eu acho que ele queria se aproveitar da situação. Eu sei porque ele se aproximou de mim também.”

CV: Cabo Anselmo e a Casa de Petrópolis? “Não tem nada a ver.”

CV: Fala com franqueza sobre o major Ustra, hoje coronel Ustra. O Sr. teve uma relação com ele? “Mais ou menos.”

CV: Ele morava no DOI-CODI?

“Ele, há muitas histórias, o vento, o vento traz muitas histórias.”

CV: O Sr. sabe que morreu muita gente lá.

“É, até gente famosa. Derrubaram um comandante do Exército, não é? Tem OBAN de São Paulo, tem OBAN de Minas.

CV: Eu estou lhe perguntando isso porque o Sr. é uma pessoas muito bem relacionada, e extremamente respeitado na sua área de informações, é ou não é? “É, graças a Deus.”

CV: É por isso que, eu queria que o Sr. falasse mais sobre esses centros. Por exemplo, a Casa de Itaipava, ela foi criada por quê?

“Por uma necessidade de se ter mais uma casa.”

CV: E quantos foram para lá? “Não tinha quantos foram para lá.”

CV: Quantos morreram lá? “Ah! Impossível de determinar.”

CV: O Sr. falou que o Cláudio Guerra não tem nada a ver, mas foi ele que deu essa informação. “O Cláudio Guerra era amigo do Freddie Perdigão, não sei o quê o Freddie Perdigão contou para ele.”

[Ao ser indagado sobre como mutilavam os corpos para depois jogarem num rio.]

“Quando me perguntaram pelo Rubens Paiva eu nem sabia quem era o Rubens Paiva; vou ser sincero pro Sr.. Qual era a importância dele/ Eu nunca tinha escutado falar dele. Depois é que eu vim a saber que ele era ‘pombo correio’.”

CV: O que o Sr ouviu falar é que foi acidente de trabalho ou que mataram ele?

Ah! Mas aí, como eu não assisti e não contaram para mim; aí, cada um descreve de um jeito, diz que viu pela fresta da porta, acho muito difícil.”

CV: O Avólio pode ter sido?

“Ah! Não. Ele era tenente e eu era capitão, o Avólio diz que viu, o Leão diz que soube.”

CV: Mas o Leão diz também que viu o Rubens Paiva pendurado no pau de arara. E o major Bento? É um homem de inteligência?

“É um homem inteligente, e não acredito que ele sabia que estavam matando o Deputado. Acredito por conhecê-lo, como diz o Sr., a sua índole.

CV: Ubirajara Ribeiro de Souza, a fotografia dele está aqui. Ele vinha depor hoje.”

[Olhando a foto absortamente... “Orlando Geisel... Sílvio Frota...É isso até pode ter acontecido. Eu não me lembro dele não. Eu lembro do Zezão.”

CV: O Sr. declarou ao jornal, acho que saiu no O Globo, que o Sr. recebeu a missão para sumir com a ossada do Rubens Paiva, é verdade? “É.”

CV: Quem atribuiu essa missão ao Sr? “O chefe do, não era o chefe, era o subchefe do CIE na época.”

CV: Quem era? “Coronel Coelho Neto.”

CV: Ele deu essa missão para o Sr.? “Mas quem executou essa missão não fui eu. Por uma coincidência só, quem teria que ter feito era eu.”

CV: O Sr. não fez por que?

“Porque eu tive uma outra missão. Foi para participar de um ‘esquadrinhamento’, ‘caminho de rato’ como a gente chamava, com um elemento que estava se tornando um infiltrado, para identificar alguns locais e alguns outros elementos da mesma organização, que era a VPR.”

CV: E quem é que desapareceu, que deu sumiço na ossada?

“Não sei. Eu só disse que fui eu, porque eu acho uma história muito triste, quando a família leva 38 anos dizendo que quer saber o paradeiro do ... Eu não sou sentimental não, mas tenho as minhas crises. Então, para não ter que desenrolar uma guerra, de que foi assim, foi assado.”

CV: Mas, ele não era terrorista, o Rubens Paiva. O Sr. o considerava um terrorista?

“Eu nem sabia quem era, e nem o que tinha feito. Mas acho que tinha que sumir para acabar com uma burrice feita.”

CV: Mas ia sumir como? Ia jogar no mar? “É, normalmente seria.”

CV: Jogar no mar de avião?

“Não, não precisa ser de avião. Não precisa fazer mais nada. Não existia mais nada. Existia uma massa morta, enterrada, desenterrada.”

CV: Mas o Sr. sabia disso? “Sabia. Mas não posso nem dizer para o Sr. se aquela massa era ele. Sabia que tinham enterrado, desenterrado, entendeu?”

CV: Voltando ao Ustra, fale um pouco sobre ele.

“O Ustra tinha uma equipe muito boa e um deles, o Pimentel, era muito meu amigo. Se suicidou esse rapaz, ele tinha um problema. Não tem nada a ver com o problema da subversão. Porque ele arranjou uma outra namorada, em outro estado, aí a namorada veio a São Paulo, e achou a casa dele, e causou um problema na vida dele, e ele achou que estava errado. Ele comandava um Batalhão, ele era da Artilharia de Corte, e ele deu

um tiro no ouvido. Então, o Ustra tinha uma equipe muito boa. Tinha bons interrogadores, tinha bons oficiais de informações.”

CV: O Sr. sabe quanto morreram no DOI-CODI?

“Não. Em lugar nenhum o Sr. vai saber com precisão quantos foram.”

CV: Então, vou lhe fazer de novo uma pergunta que eu já fiz para o Sr. Quantos o Sr. matou? Homens e mulheres.

Ele ri e diz: “Não, não vou responder para o Sr. Tantos quanto foi necessário.”

CV: O Sr. não se arrepende de nenhuma delas? “Não.”

CV: Mesmo que a pessoa não fosse terrorista? “Nunca fiz isso. Eu tenho infiltrados até hoje, em vários setores de esquerda, ainda. Só que eu fiz um trato com eles, com todos eles, isso quando acabou as informações: eu nunca mais, a partir de hoje, vou procurar vocês. Daqui pra frente, vocês tem a vida de vocês.”

CV; E quando acabou o sistema de informações?

“Ah! Quando assumiu, o Tancredo Neves não assumiu ... Quando assumiu o Sarney, mais ou menos essa época.”

CV; Quantos o Sr. torturou?

“Ah! Não sei te dizer, foram muitos.”

CV: Violência sexual o Sr. nunca praticou? “Não, não.”

CV: Nem com homem, nem com mulher, o Sr. não praticou mas o Sr. tem conhecimento de quem tenha praticado?

CV: “Olha tinha até umas mulheres muito bonitas, mas eu nunca fiz nada disso. Eu acho que mulher subversiva para mim é homem. Eu não modifico o tratamento porque ela é mulher. Eu não trato mal as mulheres.”

CV: A tortura tem cabimento? “Tem.”

CV: Defina a tortura. “A tortura é um meio para obter a verdade. O Sr. quer saber uma verdade, o Sr. tem que me apertar, senão eu não conto. Então, a tortura em elemento de grande periculosidade é válida.”

CV: O Sr. torturava e depois avaliava se era ou não de grande periculosidade? Por exemplo, elemento do Partidão? “Não.”

CV: Mas, o David Capistrano foi morto.

“Por um acaso, porque o Partidão não tem influência política na revolução.”

CV: Dentro do sistema de informação qual foi a lógica? Por exemplo, soltar uma bomba no Riocentro? “Uma grande besteira, condenada.”

CV: Por que deu errada? “Porque deu errada não, mesmo que desse certo. Qual era a finalidade?”

CV: E o que aconteceu na OAB, a morte da Dona Lyda?

“A OAB eu não sei nem, dizem que foi o Guarani, eu não sei, eu não acredito nisso. Porque ele tinha pouca potência. Porque a bomba da OAB, é uma bomba muito bem feita, eu digo até de produção externa do Brasil, porque é um explosivo fino em pequena quantidade, com alto poder de velocidade. A periculosidade do explosivo se me mede pela velocidade da explosão, pelo lançamento do ar. Então, aonde existia aquele explosivo? Que eu saiba, em nenhum lugar do Brasil. Um explosivo da finura de um papel, eu diria que os EUA podem produzir, os britânicos podem produzir, os israelenses podem produzir, menos o Brasil. Até hoje, embora nós tenhamos evoluído também na produção de explosivo.”

CV: O Sr. defende a tortura como um método para produzir provas. O Sr. aceita também a tortura para criminoso comum?

“Olha, nós temos um problema grave hoje em nossa sociedade, eu acho até que mais grave do que foi a subversão, que é o problema do tráfico. O tráfico chegou a um ponto, no Brasil inteiro, eu tive notícias de outros estados, por amigos meus, através da internet, que não é muito diferente do Rio de Janeiro não.”

CV: E pra esses casos o Sr. admite?

“Eu admito o mesmo processo e a morte também, pelo mal que eles causam.”

CV: E a confiança no Poder Judiciário, o Sr. tem ou não? “Hoje não é muito confiável.”

CV: E no Ministério Público? “Já é mais confiável.”

CV: O Sr. acha que a Justiça, que o Judiciário é corrupto?

“Eu não posso dizer isso porque eu nunca lidei com esse problema.”

CV: O que é pior, a subversão ou a corrupção?

“Acho que os dois se encontram. Porque a corrupção gera a corrupção. Se o comandante é corrupto, por que o soldado não vai ser também?”

CV: E a corrupção nas Forças Armadas é grande?

“No momento eu não sei. Na minha época não era não.”

CV: Me diga uma coisa, hoje em dia, qual é a disposição dos militares, é manter absoluta sintonia com o que aconteceu ou é reconhecer que houve erro no passado e daqui pra frente...

“Eu acho que é difícil até para eles analisarem. Só quem viveu a situação é que pode afirmar alguma coisa. Eles...”

CV: E o preparo dos Oficiais, como é que está sendo feito?

“Não sei como está sendo o Curso na Academia. A Academia na minha época era muito rígida, era uma Academia Militar, tanto é que no 1º. Ano, vamos dizer que de 20% a 30% desistia de cursar a academia. Porque o 1º ano, o tratamento do cadete era muito violento, era uma espécie de treinamento para a guerra. Mas, a Academia era assim. Hoje eu não sei como a Academia é.”

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. está dizendo isto ou aquilo por parábolas, mas o que o Sr. quer dizer para o Brasil com isso? O que o Sr. quer nos dizer com isso? Por que o Sr. está nos contando essas parábolas?

“Porque eu fui vítima de várias reportagens, fundamentalmente maliciosas; umas por ciúmes.”

CV: Mas aqui o Sr. tem total liberdade para dizer o que o Sr. pensa.

“Eu sei, tanto é que eu estou falando sobre isso; tá os jornalistas aí e eu tô falando. Então, eu acho que a parábola vai dar com que cada um interprete de uma forma. E o mesmo acontecimento, provavelmente, vai dar de uma forma diferente.”

CV: [Rosa Cardoso] Mas antes o Sr. começou a falar por que? O Sr. se sentiu mal tratado pelas Forças Armadas, incompreendido, não reconhecido, como o Sr. achava que deveria ser? “Não, não, eu não ...

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. se posicionou diante do Aussaresses (Anexo), aquele general francês que escreveu vários livros, e o Sr. disse que ‘era isso mesmo, nessa conjuntura, o que tinha de ser feito e eu fiz’.

CV: O Sr. foi condecorado? “Fui, pelo Exército, com medalha Pacificador com Palma, por ato de bravura; tenho uma medalha do mérito aeronáutico e tem a medalha do mérito militar do Exército. As três eu tenho, só não tenho nada da Marinha; uma incompatibilidade de gênios.” (rindo muito!)

CV: Freddie Perdigão Pereira, ‘Dr. Roberto’, indicado por Inês Etienne, é tido como um dos seus mais violentos torturadores. O que o Sr. tem a dizer sobre ele?

“O Freddie foi baleado, se eu não me engano por membro do MR-8. Ele, por quê? O Freddie foi fazer uma operação “Para Pedro”. O que é essa operação? Você para qualquer carro suspeito. Manda parar, examina a documentação e etc. etc. E ele fez sinal para um carro parar. Estava ele mais dois sargentos. Aí, ele saiu e falou: “não, vocês podem ficar no carro, não tem nada não”. Aí, ele saiu em direção ao carro e foi baleado duas vezes, uma das balas até hoje, não, hoje ele já faleceu, mas uma das balas parou do lado do coração. A gente até brincava com ele, não se aborrece não que a bala se joga pro seu coração e você pode morrer... E uma bala que quase o matou, que foi a que atingiu o seu femural na perna. Desse episódio em diante, o Freddie se recuperou, voltou a andar normal, normal não, meio claudicante mas voltou. O Freddie se tornou outro...”

CV: Isso foi antes ou depois da Inês? “Aí, o Sr. me pegou. Isso é difícil para mim julgar esse tempo. Encaixar esse tempo, vai ser sempre assim. Toda vez que o Sr. me perguntar tempo.”

CV: ‘Dr. Teixeira’, Rubens Paim Sampaio. “Esteve aqui hoje, não esteve?”

CV: Não, deveria ter vindo, mas não veio.

“Eu também, se eu fosse chamado só, e eu desse conhecimento dos meus defeitos, eu não poderia vir aqui, em sã consciência eu não poderia.”

CV: É, mas o Sr. fez muito bem. Porque uma pessoa convocada precisa vir. “Então, eu telefonei...”

CV: Isso eu sei, se o Sr. está sendo ouvido foi por isso. Se o Sr. aquiesceu os jornalistas é porque o Sr. quis assim.”

“Lógico, eu não tenho nada contra os jornalistas, muito pelo contrário. Só que eu acho que eles devem esclarecer a verdade e não ... “

CV: Eu pedi para eles ficarem aqui, porque senão todos eles depois iam pedir para contar, saber o que aconteceu, ao passo que assim eles assistindo, eles já ficam sabendo e assim não me dão trabalho. (o coronel Malhães acha graça e fica rindo).

CV: Ubirajara o Sr. já falou e o “Laecato”, Rubens Gomes Carneiro.

“Era um membro do Centro (CIE), um sargento. CV: Mas tá vivo, né?”

“Não sei Dr., eu não posso lhe garantir.” CV: Ele era da sua idade.

“Não posso lhe garantir isso não Eu me afastei, eu me exilei, vamos dizer assim, quando eu saí do serviço. A Sra. me perguntou se é porque eu achei que o serviço não me deu ... Não, é porque eu achei que eu não tinha mais missão para cumprir, acabou, então, eu quis me afastar, eu me afastei de todos ...”

CV: E o Laurindo? “Laurindo é o Delegado de Polícia do estado do Rio de Janeiro. (Delegado Luiz Cláudio de Azeredo Viana, o ‘Laurindo’)

CV: É o Delegado Civil de Petrópolis. “É, é o Delegado.”

CV: E o Mauro Magalhães? “É o Delegado de Polícia. O Mauro Magalhães se ocupava com a delegacia dele. Mas, como a gente morava ali perto, né, a gente tinha um contato com ele.”

CV: E o Alan? “O Alan, se é quem eu...” CV: Foi um dos que matou o Rubens Paiva. (Antônio Fernando Hughes de Carvalho, o ‘Alan’)

“Se é quem eu penso que seja...”

CV: Dálio Fernandes Hugo Carvalho. “Não conheci. Ele era da PE.”

CV: Ele é apontado por nós como o autor das torturas que levaram à morte do Deputado Rubens Paiva.

“Isso é contado pelo Avólio e pelo... A gente não sabe se isso é verdade.”

CV: E o Amílcar Lobo, hein? “É um médico ...” CV: Ia lá para que? Para dizer, “pode continuar a tortura que ele aguenta mais um pouco.” (Dr. Amílcar Lobo, o ‘Dr. Carneiro’)

“Ele era um médico que ia lá ajudar, consertar alguma coisa que tivesse errado; se alguém achava que o cara tava machucado, ou quando o cara foi preso, foi maltratado, e ele tratava, então não é bem...”

CV: [Rosa Cardoso] Algum membro que o Sr. conhece participou da Operação Gringo?

“A Operação Gringo participou todo o CIE, o pessoal do escritório do CIE no Rio. A Operação Gringo foi, eles começaram a procurar a gente, não só eles não. Graças a Deus o nosso sistema de informações criou fama, superou as fronteiras. A África do Sul, no começo foi o Chile, foi por acaso...”

CV: [Rosa Cardoso] E no Chile, foi também o Rubens Gomes Carneiro no avião? “Aí eu não sei. Quem foi no avião eu não sei, porque eu não fui.”

CV: [Rosa Cardoso] E o Sr. foi? O Cyro foi? “Não, o Cyro não foi, no Chile não.”

CV : [Rosa Cardoso] Mas, o Sr. esteve lá, como ‘Dr. Pablo’. “Alguém pode ter usado o meu nome, porque eu garanto para a Sra. que no avião eu não tava.”

CV: Mas, o Sr. era chamado ‘Dr. Pablo’? “Era, que era Paulo em espanhol, meu nome verdadeiro em espanhol.”

CV: [Rosa Cardoso] Então não é verdade que o Sr. esteve no Chile?

“Não, no Chile não. Se a Sra. me disser que com os argentinos, aqui, tô abrindo uma frente, porque eu atuei por uma coincidência. Quando nós estávamos acompanhando elementos de organizações subversivas, começaram a aparecer uma série de argentinos naquela área que dá asilo político ali, acho que é Botafogo, vocês podem me ajudar. Começaram a aparecer uma porção de argentinos a girar por ali, eu, nós não tínhamos nada o que fazer, então, você vão para a rua, fotografam todos os argentinos que vocês virem. Aí o pessoal foi fazendo plim plim plim, isso que o pessoal gosta de fazer. E eu guardei essas fotos, e os argentinos quando a repressão começou a aumentar muito na Argentina, eles souberam que vários comandantes, comandos nacionais, tinham migrado para o Brasil. Então, eles vieram e perguntaram se a gente tinha noção. Depois de um entendimento de autoridade, não foi por nossa conta não, depois de um entendimento de autoridades, Ministro com Ministro, Presidente com Presidente, aí eles apareceram para a gente. Daí eu disse que nós tínhamos um monte de fotografias aqui, que não identificamos ninguém, então, mas eu tenho as fotografias aqui para vocês verem, então, nós mostramos as fotografias e eles disseram: “Ah! Esse aqui é não sei o quê do ERP, esse é **Tupamaro***, esse é não sei o quê ”, eles mesmos é que identificaram. Porque eles tinham um grave defeito, me perdoe o Sr., eles prendiam e matavam, eles não interrogavam, então, quando eles chegaram com um mapa, por exemplo, do ERP, tinha um quadrado com uma fotografia, um quadrado... da famosa ‘aranha’, acho que eu não falei da ‘aranha’ aqui. Mas, eu falo. 1 quadrado com 1 fotografia, 1 quadrado com 1 fotografia, 1 quadrado com 1 fotografia, 6 quadrados sem fotografias, com os nomes das pessoas mas sem fotografias ... eu perguntei: “O quê que é isso aqui?” É que nós prendemos e matamos. “Mas vem cá, vocês tiveram o trabalho de matar, de prender e não interrogaram para preencher os quadradinhos de vocês”. Esse quadradinho é importante, aquilo vai afinando e a Sra. vai descobrir quem é o chefe da organização, quem são os principais comandantes da organização. A ‘aranha’ ela é muito importante, então, eles aí ficaram acoplados praticamente uma temporada

com a gente.” ***militante da mais importante Organização Política de Esquerda do Uruguai.**

CV: [Rosa Cardoso] E a guerrilha do Araguaia? O Sr. esteve por lá? “É, conheci, mas...” CV: [Rosa Cardoso] É uma história longa.

“É tem guerrilha do Araguaia, tem a guerrilha de Três Passos, tem a guerrilha aqui do estado de São Paulo, tem guerrilha em vários lugares, tem a de Caparaó. Onde a Sra. procurar tem guerrilha no Brasil. Eles montaram um esquema que nunca era da mesma organização, a não ser o Lamarca, que montou 3 ou 4 áreas de guerrilha. O Brasil estaria dividido, se eles vencessem o Brasil, hoje, estaria dividido. Então, a guerrilha urbana foi combatida, mas a guerrilha rural também foi.”

CV :[Rosa Cardoso] O Sr. esteve também no Mato Grosso? “Estive em Mato Grosso.”

CV: [Rosa Cardoso} E o que o Sr. lembra de lá? Eu terminei, já não vou mais fazer pergunta nenhuma. “Lhe agradeço muito ...

CV: [Rosa Cardoso] Por eu ter perguntado? Não, por a Sra. parar de perguntar (rindo bastante) CV: [Rosa Cardoso] Não, fala então só do Mato Grosso.

“É, ali foi uma infiltração dos paraguaios. E levaram vários brasileiros a participar também desse fato. Então, eles foram combatidos. E aquilo era o que o Paraguai mais desejava no mundo, era só prender e entregar para o Paraguai. Ali, se o Dr. perguntar; “mataram quantos paraguaios?”, eu digo, nenhum (rindo muito). Cibia aos paraguaios matar os paraguaios. Ali, cibia só interromper aquele trânsito que estava sendo maléfico para nós, certo?”

CV: Olha, o Sr. ficou conhecido pelo massacre no Estádio Nacional do Chile. “Massacre...”

CV: é, ficou conhecido, não estou dizendo que o Sr. fez isso. Numa entrevista recente a um jornal do Rio, o Sr. assumiu que foi líder dessa Operação no Estádio Nacional. “Certo”

CV: Aspas, frase sua: “Fui até lá e me apresentei ao Onofre Pinto, tido como quem tinha contato com a guerrilha.”. Paulo Malhões: “Verdade”.

CV; “Gostava da adrenalina e eu era o carioquinha”. “Certo”.

CV: Em 1974 o Sr. já não era bastante conhecido pelos militantes de esquerda? Era possível encontrar algum dirigente sem ser reconhecido?

“Mas, de que organização? De qualquer uma? É.”

CV: Além do Alberí Vieira dos Santos quem que acompanhava o Sr. quando teve esse encontro com o Onofre Pinto?

“O Alberí não me acompanhava, já tinha sido, era meu infiltrado na região.”

CV: O Alberí? “O Alberí, tanto é que ele morreu. Eu acredito que foi um cabo do Batalhão de Foz do Iguaçu que entregou ele. Enfiaram dois ‘cotocos’ de pau no olho

dele; cortaram a língua dele, pintaram e bordaram com ele; mas ele era, trucidaram tanto ele, que eu só reconheci ele, pelo cinto que eu havia dado a ele de presente.”

CV: O ‘Laecato’, o ‘Camarão’, participavam da execução do grupo de Foz de Iguaçu? Os mesmos tiveram participação na Casa da Morte, em Petrópolis? E o ‘Dr. Teixeira’ era o que cantou o Alberí?

“Não. O Alberí era o meu infiltrado. Mas, vamos lá, o ‘Laecato’ era um sargento operacional, mas também era um excelente cozinheiro, e o ‘Camarão’ era o cozinheiro normal. Como nós íamos acampar, íamos forjar uma área de guerrilha, eles foram, mas para serem cozinheiros e para serem...” (soldado Antônio Wainer Pinheiro, o ‘Camarão’)

CV: Houve realmente participação de agentes da DINA – Dirección de Inteligência Nacional, - da Polícia secreta chilena, no monitoramento de Onofre Pinto no seu grupo?

“É, eles eram monitorados lá.” CV: Como é que era feito esse monitoramento?

“Deles mesmos, a DINA é que fazia, eles se ligavam ao pessoal de esquerda do Chile.”

CV: [Rosa Cardoso] O Sr. sofreu alguma ameaça por ter dado a versão do caso Rubens Paiva? “Do Rubens Paiva? Não.”

CV: Alguma outra ameaça o Sr. já recebeu? “Até agora não, espero que não receba, mas devo receber.”

CV: O Sr. já foi ameaçado? “Não.”

CV: Bom, eu já estou satisfeito.

CV: [Rosa Cardoso] Eu também estou.

CV: O Sr. está dispensado, eu agradeço ao Sr. mais uma vez. O Sr. pode vir a ser convocado, mas eu acho que não o convocarei mais.

CV: O Sr. quer falar com a imprensa? “Não, a imprensa ouviu tudo o que foi falado aqui, então.”

ANEXO V

Audiência Pública sobre o DOI-CODI de São Paulo, que escutou o testemunho de diversas vítimas de tortura e o do Dr. Aparecido Laerte Calandra – o “Capitão Ubirajara”.. (A Audiência foi conduzida pelo advogado Dr. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari)

CV: Dr. Calandra, eu agradeço o seu comparecimento a essa audiência pública e o objetivo é justamente apurar, com base em documentos e testemunhos que evidenciam a sua participação em eventos relacionados à graves violações aos direitos humanos. Houve por bem a CNV destinar essa audiência para que a sua informação pudesse ser prestada à CNV, tendo em vista o objetivo fundamental da Comissão Nacional da Verdade, que não é uma Comissão processante, não é uma Comissão de natureza jurisdicional, ou inquisitorial, mas é uma Comissão que tem a responsabilidade hoje, legal inclusive, de construir um quadro fático que procure revelar, para a sociedade

brasileira, os eventos relacionados a essas graves violações dos direitos humanos. Então, esta Comissão colheu esses depoimentos, obteve esses documentos e com base nessas informações preparou um conjunto de questões que vai então fazer para que o Sr. tenha a total liberdade para se expor, para falar, apresentar os seus elementos, se julgar por bem consultar seu advogado pode fazê-lo, porque não é finalidade dessa Comissão outra coisa que não seja a obtenção senão da verdade dos fatos, da verdade. Portanto, aqui é isso que nos move. Eu tenho clareza pelos testemunhos que me foram prestados, que é um momento que deve necessariamente fazer que emergjam uma emoção em todos. Mas eu peço a todos, efetivamente, uma colaboração para que o depoimento do Dr. Calandra possa ter um elemento importante para que a CNV possa concluir seu papel de verificação dos fatos.”

CV: Eu gostaria que o Sr. se qualificasse.

Dr. Calandra diz que é Delegado de Polícia.

CV: Quando se tornou Delegado?

“Em 1970, passei por várias delegacias e depois eu fui para o DOPS, de 70 a 80, em seguida para a Polícia Federal e fiquei lá 8 ou 9 anos.”

CV: E quando o Sr. era do DOPS, o Sr. foi para o DOI-CODI. Durante quanto tempo o Sr trabalhou no DOI-CODI?

“Não lembro, uns 8 anos, não tenho certeza.”

CV: E no DOI-CODI o Sr. participou, atuou nas equipes do Comandante Ustra?

Diz que não trabalhou com o Ustra e não atuou no DOI-CODI.

CV: O que era o DOI-CODI? Por que o Sr. foi para lá? E o que o Sr. fazia lá?

“Era um órgão ligado ao 2º. Comando do Exército. Eu fui designado pelo diretor do DOPS para dar assessoria jurídica ao Comando Militar do Sudeste, que era o Comando do 2º. Exército. A única função nossa era a de assessorar, afora isso nós não tínhamos nenhuma outra função.”

CV: O Sr. ficou 8 anos aí só atuando burocraticamente, o Sr. era um burocrata do DOI-CODI?

“Eu fazia, exatamente, a assessoria jurídica para o II. Exército.”

CV: O que significava fazer parte do sistema de informações do 2º. Exército? Porque nós temos aqui um Documento, que vamos mostrar ao seu advogado agora, é um Ofício do II Exército, que aponta a sua conduta junto ao sistema de informações, como “integrante do sistema de informações”, com um teor elogioso à sua conduta no combate à subversão e ao terrorismo. Então, o Sr. não atuava só na assessoria jurídica.

Ele diz que sim, que esse tipo de documento é característico do Exército brasileiro.

CV: E o Sr., então, se engajou na luta?

“Não, meu único engajamento era no exercício da minha função.”

CV: O Sr nunca viu nada, não ouviu gritos, nunca entrou numa sala de tortura? E as celas, o Sr. também nunca viu?

“Não, eu nunca tive acesso às celas, às torturas, nunca ouvi gritos, nunca vi nada, nunca vi um preso.”

CV: E o Coronel Ustra o Sr. o conheceu?

“Ah! Ele era o Comandante, o resto eu não sei de nada.”

CV: Mas ele morava no DOI-CODI? Não tinha uma história de que ele morava com a esposa aí? Ou que morava aí com uma filha?

“Não, ele não morava aí. Ele morava num apartamento de um prédio militar na São João.”

CV: O Sr. era conhecido como ‘Capitão. Ubirajara’?

“Não, nunca usei esse nome. Sempre usei o meu próprio nome, nunca exerci nenhuma outra atividade e nunca feri nenhum dos direitos humanos. Não participei de tortura nenhuma. Nunca soube de nada.”

CV: Indaga sobre o jornalista Herzog, que morreu na tortura e do laudo que falava em suicídio dele. O Sr. conheceu o Herzog? Não ajudou no laudo?

“Não conheci, não tive contato nenhum com Herzog. Não soube de nada, em absoluto, só ficava sabendo pela imprensa. Não era atividade minha, não era da cadeia de informações; eu trabalhava na assessoria.”

CV: Então o Sr. ficou aí 8 anos sem saber de nada, o Sr. era um ‘burocrata’ dentro do DOI-CODI. O Sr. conhece a família Teles? O Sr. sabia que entravam crianças lá? Era permitida a entrada de crianças lá?

“Não, não conheço a família Teles; não sei se podia entrar criança no DOI-CODI.”

CV: Mas o Sr. deve conhecer, pois é citado num processo acusatório pela família Teles, que foi toda presa em 1972, inclusive com duas crianças. “Não, não sei disso não.”

CV: O Sr. conheceu Carlos Nicolau Danielli, dirigente do PCdoB? “Não, não conheci.”

CV: O Sr. conheceu Gilberto Natalini, hoje Vereador? “Não”. O Sr. não se envolveu em atos de tortura? Olha que ele foi bastante peremptório em seu depoimento, o Sr. tem certeza? “Tenho”.

(É perguntado sobre outros nomes, de pessoas que haviam acabado de dar depoimento na mesma sessão, e todos o citavam e o acusavam como torturador: Adriano Diogo, Darci Miyaki, Maria Amélia Teles, e ele nega afirmando: “Não tive contato com eles”.)

CV: No DOPS o Sr. fazia interrogatórios?

“Não, negativo. Eu trabalhava para o delegado Romeu Tuma.”

CV: O Sr. não foi responsável pelos arquivos do DOPS? “Não, nunca fui responsável.”

CV: Muitos pesquisadores que trabalharam com esses arquivos dizem que o Sr. é muito citado como responsável pelos arquivos.

CV: Durante 8 anos o Sr. trabalhou e não teve contato nenhum com ninguém?

“É, é isso mesmo.”

CV: O Sr. foi indicado no governo do Sr. Mario Covas, para ser diretor do DETRAN, mas ocorreram várias acusações relativas ao seu passado e aí o Sr. foi cortado.

“É, mas aí é assim mesmo, há a indicação, mas é o Executivo que decide.”

CV: Bom, Dr. Calandra o Sr. aparece nos depoimentos de várias pessoas, o Sr. tem certeza que não participou de nada?

“Não, não participei e diante de tantas acusações acho que só podem ter errado de pessoa. Eu nem sabia que fui citado num processo.”

CV: Mas diante de tantas acusações de torturas o que o Sr. tem a falar?

“Os testemunhos eu não sei, as pessoas falam o que elas acham que tem que falar.”

CV: Um dos autos de exibição e apreensão existentes, de 13/10/75, refere-se a quando o Sr. José Alípio Cruz., tenente, compareceu ao DOI-CODI, o Sr. não o conheceu? “Não”

CV: Dr. Calandra, não é crível o Sr. trabalhando numa repartição pequena, o Sr. não conhecer ninguém. “Não, não conheço ninguém.”

CV: O que está me impressionando é que num lugar onde há vários policiais civis, especializados em interrogar, o Sr. não conhecer nada. O Sr. mantinha contato com o Major Ustra? “Só quando eu entrei e fui apresentado a ele, depois não.”

CV: E como o Sr. sabia onde ele morava?

“Por outros oficiais que moravam lá, também, onde ele morava.”

CV: O Sr. sabia que o Major Ustra era um homem muito religioso, fundamentalista?

“Em absoluto, eu não tinha amizade e contato.”

CV: Tendo em vista a importância da CNV e como houve acusações muito graves, apesar da natureza da Comissão, há alguma coisa que o Sr. queira dizer, no final, em relação a essas acusações todas que são feitas contra o Sr.?

“Eu atribuo a engano pessoal de quem está fazendo essas acusações, porque em realidade eu nunca participei em nenhuma atividade de tortura, e muito menos apoiaria isso.”

CV: Essa Comissão vai continuar seus trabalhos de investigação da verdade. É evidente que seria melhor para nós, para o país que o Sr. se dispusesse a falar mais sobre a sua presença por quase 10 anos no DOI-CODI de São Paulo, porque com toda franqueza não é crível que o Sr. não tenha tido nenhum contato. Nós temos que respeitar a posição que o Sr. está escolhendo. Vivemos em um Estado de Direito, graças a Deus, e temos que respeitar as suas declarações, mas diante de tantas acusações contra o Sr., faço saber que o Sr. poderá vir a ser chamado novamente, ou mesmo se quiser vir dizer algo. O

país precisa, realmente, superar o desconhecimento de um período trágico de sua história, e isso é um legado para as futuras gerações.

Relatório Final da CNV – Volume I – p. 368:

“Cadeira do dragão”: Carlos Russo Júnior, militante do PCB e posteriormente da DI e da ALN, preso em abril de 1974 a março de 1976, mencionou em depoimento à CNV em 28 de setembro de 2012, que foi torturado pelo **ex-delegado Calandra** e colocado na cadeira do dragão para *dialogar*. O terceiro dia foi com a equipe C, passaram três equipes, as três batiam e depois voltavam. A equipe C era considerada a equipe do diálogo, coloca você na cadeira do dragão e dialogando.”

“Audiência com vítimas do DOI-CODI de São Paulo – conduzida pelo Dr. Dallari”

“Darci Miyaki”

“Eu fui presa no dia 25 de janeiro de 1972, ao meio-dia e dois minutos, na Rua Rainha Guilhermina, Leblon, Guanabara. Fui agarrada por vários homens que de imediato me jogaram num Opala branco. É uma das poucas lembranças nítidas que eu tenho. Me jogaram no chão, puseram um capuz preto e começaram a me dar pontapés. Eu permaneci na Guanabara do dia 25 de janeiro ao dia 28, metade da manhã. Durante esse período eu não fui para cela nenhuma. Tiraram toda a minha roupa... Logo que eu cheguei passei pelo corredor polonês, em que levava pancadas; ‘*telefone*’; caía, aí eles me levantavam – eu tinha cabelo comprido -, me levantavam pelo cabelo e em seguida me levaram para a sala de torturas.”

“No dia 28 de janeiro, eu e o companheiro Hércio Pereira Fortes fomos trazidos para São Paulo. Antigamente, as viagens levavam mais tempo, mas no dia 28 de janeiro já era anunciada a morte “em tiroteio” do companheiro Hércio Pereira Fortes. Não é verdade. Ele estava comigo na mesma viatura, sendo trazido do Rio de Janeiro para São Paulo, então eu quero registrar esse fato. Essa notícia foi divulgada tanto pela mídia falada quanto televisiva. Logo que chegamos ao DOI-CODI de São Paulo, Hércio e eu fomos levados para a sala de tortura. Cada um em uma sala. Nos intervalos da minha tortura eu ouvia os gritos do Hércio, por mais de uns dois dias, a gente perde a noção. Por mais uns dois dias, eu ouvi o Hércio sendo torturado, portanto, eu gostaria que retificassem a data do assassinato dele. Ele não morreu no dia 28 de janeiro, provavelmente ele morreu em 30 ou 31 de janeiro. [...] A notícia é que o tiroteio teria ocorrido aqui em São Paulo. E essa notícia foi dada enquanto estávamos em trânsito da Guanabara para São Paulo, então é uma farsa terrível. A família do Hércio veio a São Paulo, veio buscar o corpo dele, e [foi] declarado para os familiares que ele já tinha morrido em um tiroteio e já tinha sido enterrado. Gente, ele estava ali a poucos metros sendo torturado.”

Com relação ao Capitão Ubirajara, foi torturada por ele também. Havia três equipes A, B e C, e ele fazia parte da equipe B.

Ficou 7 meses presa e a tortura mais violenta foi até mais ou menos 2 de fevereiro.

O capitão Ubirajara entrou na sala de tortura (29 ou 30 de janeiro) e disse: “Ah! o Hércio está sendo “impalado”!

“Choques elétricos, muito choque na vagina, eu me tornei uma mulher estéril, o ato sexual se tornou muito difícil, cheguei a ter um companheiro depois, mas...”

“Durante esses 7 meses eu tenho muito claro que houve dias em que ele não participava, mas ficava assistindo, com um olhar ... “

“A cela número 1 ficava ao lado da solitária.”

“O companheiro Edgar, tive a dor e o privilégio de conviver com Edgar de Aquino, aquela figura dele, de cabelo comprido, segurando na grade; isso é subjetivo, ele sabia que ia ser morto.”

CNV: A Sra. quer falar alguma coisa mais?

“Não se trata de vingança, não se trata de revanche, jamais faríamos o que eles fizeram conosco. No entanto, se nós militantes, se a CNV não fizer isto para os jovens que não viveram isso, os Amarildos continuarão a morrer, nas delegacias eles torturam, eles matam.”

ANEXO VI

“A Sessão Pública para tomada de depoimento de Marival Chaves e do coronel Ustra, sobre as atividades que desenvolveram no DOI-CODI de São Paulo, começou às 8:40 e terminou às 12h28 no Centro Cultural do Banco do Brasil(CCBB) de Brasília” CNV: Claudio Fonteles e José Carlos Dias.

“Depoimento do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”

(Comandante do DOI-CODI de São Paulo, que era ligado ao 2º. Regimento do Exército.)

CV: A CNV com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no período fixado no *caput*, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, conforme a Lei 12.528/2013, e nesse sentido, estamos aqui hoje para...

Pede a palavra para ler um documento/texto que redigiu: “Eu quero dizer aos senhores que na primeira quinzena de 70 o terrorismo aumentava cada vez mais, principalmente no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro. Os órgãos policiais assim surpreendidos estavam despreparados para enfrentar essas ações, até mesmo São Paulo, com a OBAN, criada em 21 de agosto de 1969. Quando cheguei em São Paulo, em 1970, já haviam assaltado mais de 300 bancos, já haviam enviado mais de 300 militantes para cursos em Cuba e na China, cursos de terrorismo. Vale lembrar que muitos desses militantes foram enviados para a China desde o governo democrático do Sr. Jânio Quadros, em 1962.(...) eu era um agente do Estado, dentro de uma cadeia de comando, e recebi a medalha do pacificador, a mais alta condecoração que um militar pode receber, e que uso aqui (mostra a medalha) com muito orgulho, com muita honra. (...) Quem deve estar aqui não é o coronel Ustra, é o Exército brasileiro, não sou eu não sr. é o Exército brasileiro.(...) e digo que o objetivo de todas as organizações era a implantação da ditadura do proletariado, do comunismo, inclusive das quatro organizações terroristas que a nossa atual presidenta participou, e que tinham em seus estatutos/programas isso, então nós estávamos lutando para preservar a democracia; era derrotar os militares e implantar o comunismo. Nós estávamos lutando para não ser implantada uma enorme Cuba aqui, e porque nós ganhamos, nós lutamos, e se hoje estou aqui é porque nós garantimos a democracia. Quero dizer que eu nunca ocultei cadáveres, cometi assassinato, sempre agi dentro da lei...”

Depõe com o seu advogado ao lado, consultando-o a cada pergunta, se irritando, dizendo que não faz acareação com terrorista (com o Vereador Gilberto Natalini), nega a tortura, as mortes, e diz que está tudo em seu livro, que escreveu há alguns anos. [USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. OBAN, DOI-CODI. 29 set.70 – 23 jan. 74, Brasília, Editerra,1987.]

“Sobre a Palmatória: “Relatório Final da CNV, Volume I, p. 368 :

“Criméia Alice Schmidt de Almeida foi torturada com palmatória, entre outros métodos, apesar de grávida de 7 meses:

Pela manhã, o próprio **comandante major Carlos Alberto Brilhante Ustra** foi retirar-me da cela e ali mesmo começou a torturar-me [...] Espancamentos, principalmente no rosto e na cabeça, choques elétricos nos pés e nas mãos, murros na cabeça quando eu descia as escadas encapuzada, que provocavam dores horríveis na coluna e nos calcanhares, palmatória de madeira nos pés e nas mãos. Por recomendação de um torturador que se dizia médico, não deviam ser feitos espancamentos no abdômen e choque elétrico somente nas extremidades dos pés e das mãos.”

ANEXO VII

Depoimentos de Testemunhos à CNV & Trechos extratados do Relatório Final da CNV”

“Depoimento do general Álvaro de Souza Pinheiro”.

OBS: O depoimento não foi filmado, só tem áudio.

“Nós ganhamos esse combate”, assim inicia o seu depoimento.

Aponta todos os governos que os Estados Unidos derrubaram, de 1965 a 1975, citando os Montoneros na Argentina”

Fala diversas vezes que **“não irá citar nomes, datas, eventos e etc.”;**

- “247 dias no Araguaia não direto...”; “na fase decisiva do Araguaia, as forças especiais, os paraquedistas foram essenciais e acabou rápido, muito rápido...”;

- “Não falarei de pessoas, locais, fatos, datas...”; ele foi ferido, mas se nega a comentar como foi; quando afirmado que foi em 03 de junho ele desdenha: “foi mesmo?! Eu não falo sobre isso!”;

- “Lamarca! Canalha, canalha, grande traidor, traidor da pátria.” “Marighella! Figura horrível, horroroso; o manual do guerrilheiro da Al Qaeda é o dele!” “Nosso amigo, o Osvaldão, vocês devem saber exatamente o dia que ele foi para o inferno, de onde, aliás, nunca devia ter saído...”;

- Fogueira: “foco de guerrilha rural, nunca teve adesão de nenhum habitante de lá; a guerrilha urbana e rural nunca teve o apoio da sociedade”;

“(...) podem procurar que nunca vão encontrar nada... acho muito difícil que se encontre... e essas pessoas deixaram as famílias, então, não tinham que ser enterradas, eram clandestinas”; “A Comissão da Verdade tem uma missão muito inglória se quer saber onde estão os corpos... não vão encontrar nunca nada”; ele fala que “têm grupos lá pesquisando, da esquerda, porque agora os grupos são todos de esquerda...”

CV: Bergson Gurjão Farias, morto em 02/06/1972, em 2009 acharam o corpo dele.

-“Acharam?! Esse tipo de notícia eu classifíco isso como virtual...”.

-“Eu sempre fui muito esperto porque em cada área eu tenho/tinha um codinome diferente”

Ao ser indagado sobre quando foi ferido: “o homem é o único animal que tem pena de si mesmo... eu jamais vou falar de mim mesmo”;

CV: Morte do Cabo Rosa:

“ninguém sabe... eles foram emboscados pelo Osvaldão, a verdade é que ele morreu ... é que o Osvaldão se aproveitou desse fato e fez guerra psicológica: ninguém passa daqui!”

CV: Maria Lúcia Petit da Silva, uma das que foram encontrados os ossos.

- “Nem sei, aquelas mulheres, algumas eram bonitas, mas ficaram horrorosas vivendo ali no meio da mata fechada...”;

- “Só o Exército tinha o apoio da população, eles nunca tiveram a ajuda dos habitantes”;

CV: Mas, e o barqueiro Lourival que está desaparecido até hoje?

“1972: ano dinâmico, quando?! Pode ter sido em diversos momentos (...) para mim essas datas todas são meras suposições...”

“A velocidade de informação hoje, faz do terrorismo atual, hoje, ser estratégico e não mais tático”;

CV: O Sr. realizou prisões?

“José Genoíno Neto foi preso e foi levado pra Brasília para ser interrogado; esse aí eu até respeitei, mas, depois do dólar na cueca... e ele teve sorte...”

CV: Operação Marajoara, o que o Sr.. tem a dizer?

- “Não vou falar nada sobre isso, vou morrer e levar para o túmulo, porque eu sou um homem das forças especiais”; “neutralização da célula terrorista, torná-la inoperante. 90% das informações obtidas para a neutralização eram obtidas pelos habitantes, que eram recompensados de forma simples e objetiva e é isto que funciona.”

“Explicar o malefício que aquelas pessoas queriam para o Brasil. (...) rádio difusora de tirania... linha albanesa! Imagina! Quê loucura.”

“O João Amazonas era o presidente do PC do B e ele abandonou aquilo lá...” “O velho Mário ficou lá até o final”, canalhas, canalhas.”

CV: Se o Partido havia abandonado aquelas 40 pessoas, havia necessidade do Exército estar lá?

“Aquilo era um câncer! Tinha que ser neutralizado, e a missão só é cumprida quando o foco é neutralizado.”

CV: Se não tinha participação dos habitantes, então, por que combater?

“Não existe operador de forças especiais que não trabalhe com a inteligência! Nunca tivemos a ordem de aniquilar todos, isso é uma lenda!

“O Médici entrava no Maracanã com um radinho de pilha e era aplaudido por 150 mil pessoas. Era maravilhoso, agora os comunas não viam assim.”;

CV: Indaga sobre um dado Relatório:

“Relatório número tal! Isso é análise, é feito por um analista que diz o que ele quer... E tem mais, o Comandante faz o que ele quiser! Você acha que um analista vai dar ordens a um Comandante?!”;

CV: O Sr. poderia explicar como mais de 70 pessoas desapareceram?

“Eu estou rindo porque eu não sei de nada, você quer que eu diga que foram eliminados sumariamente! Isso acontece na China, na Coréia do Norte, aqui no Brasil isso não acontece não!”

“Se a documentação é sigilosa, chega um momento que ela caduca...”;

CV: É lei que os documentos tenham que existir e se eles não existem, o que explica isso? Isto está sendo perguntado a todos que estão vindo aqui.

“Isso aqui é uma canalhice sem tamanho, é uma indústria da indenização, os comunistas no Brasil são corruptos... A esquerda no Brasil... eu respeitava a esquerda no Brasil até um certo ponto...”;

CV: Acabaram as nossas perguntas. O Sr. quer dizer alguma coisa mais?

“Eu considero que a Comissão Nacional da Verdade é uma farsa, a Comissão Nacional da Verdade carece de legitimidade e de credibilidade; a Comissão Nacional da Verdade ela é revanchista, ela pretende que se repita aqui o que está acontecendo na Argentina da Cristina Kirchner, (...) mas a esquerda brasileira vai dar um tiro no pé porque a sociedade brasileira está começando a se informar e não vai deixar se engambelar com essa farsa, eu considero a Comissão Nacional da Verdade uma farsa; eu estou pronto, estarei pronto sempre, porque eu não tenho nada a temer, agora eu sei – vocês não sabem pela idade de vocês – que tanto eu e aqueles que estão sentando aqui como eu, estamos expostos física e moralmente, porque não faltam radicais aí, tresloucados, que queiram pagar contas passadas nos atingindo... eu não ando com segurança na rua, mas eu tomo cuidado, até porque na minha idade, com a experiência que eu tenho, não é qualquer vagabundo que vai me pegar não, mas os vagabundos estão aí, e hoje os vagabundos estão travestidos de policiais do governo, estamos assistindo à formação de uma Gestapo, então isso daí me preocupa profundamente”.

CV: Nós agradecemos a sua participação aqui nos trabalhos da Comissão, boa tarde para o Sr.

“Eu que agradeço a fidalguia do tratamento viu, espero que vocês sejam bem sucedidos”.

“Relatório Final da CNV, Volume I, p. 722”

“Nota 37: O Relatório de Apoio Aéreo, produzido em novembro de 1972 pelo tenente-coronel Flarys Guedes Henriques de Araújo, confirma o uso de **“bombas de napalm e de emprego geral na região”** (Relatório Araguaia I, Arquivo CNV, 00092.000135/2015-88). O **coronel do Exército Álvaro de Souza Pinheiro** confirmou, ainda, que as bombas de napalm foram empregadas na região conhecida como Serra das Andorinhas, onde, posteriormente, os militares teriam conduzido a chamada Operação Limpeza. Jornal *Folha de São Paulo*, 20/4/1998. Arquivo CNV, 00092.000134/2015-33).”

ANEXO VIII

“Tomada Pública de Depoimentos de Agentes de Repressão: Marival Chaves”

CV: A audiência será filmada e gravada

CV: O Sr. já foi ouvido pela CNV e hoje o Sr. é chamado novamente para depor exatamente sobre o coronel Ustra e suas atividades no DOI-CODI.

“Eu queria formalizar aqui a entrega de várias cartas de ameaça em 92, quando eu participei da matéria da revista Veja, são cartas de ameaça enviadas de Brasília, que eu quero entregar em público a esta Comissão.”

CV: Quanto tempo o Sr. trabalhou no DOI-CODI sob o comando do coronel então major Ustra?

Mais ou menos 5 meses, ou melhor, 4 meses, porque eu cheguei no DOI em 73, e ele deixou o DOI, me parece, em janeiro ou fevereiro de 74.

CV: Nesse período, o Sr. teve notícia de quantas mortes ocorreram lá?

É difícil mensurar quantas mortes, sei de algumas mortes e posso falar daquelas que mais me marcaram. Por exemplo, a de dois casais, Antônio Carlos Bicalho e a sua companheira que não lembro o nome, a de Wilson Silva e Ana Rosa Kucinski (Ana Rosa Silva). Maria Diva de Farias, estas são pessoas que perderam a vida lá. Nessa época também, muitos militantes no Nordeste – Pernambuco e Ceará –, numa ação do CIE (Centro de Inteligência do Exército) no Nordeste, foram enviados para a Casa da Morte em Petrópolis, para serem torturados e muitos não saíram de lá, como Marta Machado, Fernando Collier Filho, Fernando Santa Cruz.

CV: O Sr. assistiu a muitas sessões de tortura?

Eu nunca assisti, até porque eu só trabalhava com os documentos de informação. Eu quero aproveitar para dizer rapidamente, que andam espalhando por aí que eu torturei, participei de vários atos na prisão. Inclusive, eu participei de uma oitiva outro dia na CV de São Paulo, e um dos integrantes me disse que remanescentes da tortura falam cobras e lagartos do Sr. Nunca presenciei tortura, nunca entrei na sala de tortura, ela era exclusiva das equipes de tortura.

CV: O Sr. disse que nunca teve acesso à sala de tortura. E o major Ustra, ele tinha acesso? O major Ustra tinha acesso livre a essa sala?

Não só tinha como praticava a tortura.

CV: Era justamente sobre isso que eu ia perguntar ao Sr. . O Sr. tem certeza disso?

Eu tenho certeza porque ele circulava pela sala de interrogatório, principalmente quando era um preso importante. Eu trabalhava numa sala que ficava em cima da sala de tortura, é bom que se diga que o DOI tinha toda uma compartimentação e cada um ficava restrito a sua área de atuação. A antessala, que era a sala de interrogatório era exatamente defronte para a sala de tortura. Eu vi nessa sala de interrogatório o Herzog e o jornalista Paulo Markum, aguardando na antessala para serem interrogados.

CV: O que o Sr. pode informar sobre a morte de Vladimir Herzog?

Olha, eu trabalhei nesse dia até às 8:00 e no outro dia quando eu cheguei corria o boato de que ele tinha se enforcado, quer dizer, essa é uma versão fantasiosa. Eu até disse para o jornalista da Veja, na ocasião da matéria, que **era comum fazer esse teatrinho, isto é, criar histórias para justificar as mortes das pessoas em tortura, então, se dizia que perdeu a vida num atropelamento, perdeu a vida num entrevero com a polícia, num tiroteio com policiais.**

CV: Desovar corpos num rio em Avaré?

Depois de cada episódio desses, o público interno fervia, todos ficavam sabendo quem morreu e quem foi jogado no rio, quer dizer só não ficava sabendo aqueles que tinham participado da operação. O serviço era feito exclusivamente por militares do Exército. Essa equipe se reunia na calada da madrugada, fazia a operação e no outro dia estava lá trabalhando normalmente. A desova era feita numa ponte sobre o rio Avaré. Tive a oportunidade de ir lá com um jornalista da Veja, que fez a matéria em 92.. Voltei lá também com um jornalista da Isto É que estava fazendo uma matéria sobre a repressão em todo o Brasil nessa época.

CV: O coronel Ustra comandava tudo? Quer dizer ele sabia de tudo que acontecia sob o seu comando? Ele centralizava todas as operações?

É importante que se diga que o capitão era naquela ocasião, o capitão era senhor da vida e da morte. Por exemplo, numa ocasião chegou lá o Fujimori, que tinha participado da guerrilha no vale do Ribeira, chegou levado por um sub-tenente que perguntou ao capitão o que devia ser feito com ele. Então, esse capitão era quem decidia sobre a vida e sobre a morte de quem quer que seja.

CV: O DOI trabalhava com membros do Exército, da PM, da Polícia Civil de São Paulo?

Com membros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar de São Paulo, e da Polícia Civil e da Federal. Por isso me parece, a origem da Operação Bandeirante se deu aí, vem dessa confluência de forças, já que congregava todas as forças policiais orientadas pelo DOI, pelo 2º. Regimento do Exército.

CV: A Polícia Militar era principalmente dentro da PII, da Polícia Reservada?

É difícil afirmar que eram membros da PII, mas suponho que uma pessoa para ser convocada para uma ação dessas devia ter experiência adquirida na PII.

CV: O número de policiais militares era grande? Qual era o número de todos ali no DOI?

O DOI-CODI de São Paulo, que era o mais importante e maior do Brasil chegou a ter mais ou menos de 180 a 200 membros. Com relação à PM eu acredito que era mais fácil recrutar na PM, que tinha um efetivo de 100 mil homens em São Paulo, então era sim o que tinha maior número.

CV: O Sr. tem conhecimento de quais eram os recursos financeiros do DOI-CODI?

Olha, o DOI-CODI tinha dotação própria. Mas eu posso afirmar com absoluta certeza de que ele recebia dinheiro de grandes empresas do Brasil, VW, Ford, da Ultragas, de transportadoras. A VW e a Ford forneciam carros, a VW fornecia principalmente 'fuscas' e a Ford Mavericks, que era um carro de luxo naquela época, que eram usados pela cúpula.

CV: Voltando ao coronel Ustra, como era essa coisa dos centros de tortura, o coronel Ustra sabia?

Na gestão do Ustra existiam dois centros de tortura. Um era num sítio de um dono de uma transportadora, e o sítio ficava na Serra do Mar; o segundo era o centro de tortura da estrada de Itapevi para onde foram levados, por exemplo, Hiram de Lima Pereira, Orlando Bonfim, João Massena Mello,, José Montenegro de Lima, Elson Costa, Jaime Amorim Miranda, Itair José Veloso. E o terceiro centro era o da Rodovia Castelo Branco, em 74/75, para onde foram levados os últimos do PCB desaparecidos e mortos..

CV: O Sr. pode afirmar com certeza isso?

Não tenho dúvida nenhuma, com cem por cento de convicção de que essas pessoas passaram pelo centro de tortura da estrada de Itapevi, na antiga boate Querosene, centros clandestinos de tortura. Essas pessoas não passaram pelo DOI, foram direto para lá, e já não era o Ustra, era na gestão de Aldir Santos Maciel. Com relação ao Elson Costa, era ele quem fazia o trabalho de agitação e propaganda do PCB; ele era o responsável pela Voz Operária.. O PCB nomeou então a José Montenegro de Lima para substituir o Élcio. Ele recebeu 60 mil dólares e quando o prenderam levaram os 60 mil dólares. Andam dizendo que eu extorqui e eu quero, publicamente, fazer um desafio, que essas pessoas saiam do anonimato e digam quem extorqui.. São duas mentiras que estão pregando por aí, que eu fui torturador e que eu participei de grupos de rua que prendiam, que eu extorqui.

A minha motivação para sair do Exército foi outra, eu já não suportava mais conviver com aquelas atrocidades, as quais eu tomei conhecimento no órgão, isso me indigna muito mais ainda porque eu sei que fui usado por uma potência estrangeira, cujos laços tiveram início em 62, com o seu Kennedy e que o golpe foi arquitetado em função deles.

CV: E foi o coronel Ustra que determinou isso?

“Se o Sr. quer definir responsabilidades ele era o comandante quando foi criado o cárcere privado da Serra do Mar, e em 74 ele ativou o da Boate Querosene e também desativou o da Serra do Mar.”

CV: Em 74, então, Ustra determinou o fechamento do Centro da Serra do Mar e abertura do Centro de Itapevi?

“Sim, com todo o grupo, agora, se o Sr. quer definir responsabilidades ele era o comandante.”

CV: O Roberto Artoni era da tortura e da sessão de investigação? Que fatos concretos ele narrou sobre o casal Antônio Carlos Bicalho Miranda e Sônia?

Ele disse que foi ele que prendeu o casal Miranda e Sônia.

Sim, ele era da sessão de investigação, pessoa de confiança de Ustra, que se incumbia das operações clandestinas: prisões, encarceramentos em cárcere privada, interrogatórios com tortura, morte e ocultamento de cadáveres.

CV: Então ele era dessa equipe que prendeu Miranda e Sônia, então ele deu detalhes?

O que eu sei é que esse casal foi levado para o sítio e fizeram até tiro ao alvo. Esse casal foi exposto no DOI.

CV: O Sr. viu?

Vi o casal morto com balas no corpo.

CV: Isso era uma determinação do Comando? Qual era a motivação para tal ação? Por que exibir os corpos do casal? Seria como um troféu de vitória no comando do coronel Ustra?

Evidentemente que sim, isso é o que eu penso.

CV: Mas ele não se limitou a narrar só sobre o casal, ele falou de outros fatos?

Outros fatos: o casal Wilson e Ana era um casal que era marcado para morrer. Foi para a Casa da Morte, em Petrópolis. Até porque eram pessoas dirigentes nacionais, e houve uma sequência de mortes dos comandos da ALN.

CV: O Sr. tinha outros contatos além do Roberto?

As conversas eram generalizadas. Por exemplo, eu estava almoçando e escutava duas pessoas comentando.

CV: Um analista não se compraz em ouvir dizer, se eu sou um homem da análise eu vou querer saber aquilo que eu ouvi dizer. Então, Ieda Santos Delgado, o que o Sr. ouviu dizer? O que o Sr. sabe de concreto?

Olha fica muito difícil depois de tantos anos e de uma pessoa que se desligou e que quis esquecer propositalmente, Eu vim a público há 20 anos, em 93, vão fazer 20 anos agora em 2013; que eu participei num momento em que ninguém fazia isso, que eu prestei depoimento voluntário.

CV: O que era aquela apostila, uma apostila que dá orientação, por exemplo, no capítulo 5., sobre tortura. Essa aqui na minha mesa (ele se levanta para ver e pede para ficar falando em pé). O Sr. como analista deve saber.

Essa apostila deve ter origem na Escola das Américas e construída por americanos responsáveis pelo treinamento aqui. Ela foi feita muito provavelmente na escola de informações do Exército.

CV: Tenho conhecimento de recursos financeiros de pessoas ligadas às atividades, isto é, que desapareceram com dinheiro dos aparelhos que eram descobertos. O Sr. conheceu o marinheiro? Porque há indícios de que ele teria sido expulso pelo Ustra por corrupção.

Marinheiro, conheci... conheci o Marinheiro no DOI.

CV: Era o apelido do Eurípedes.

Nunca conheci o nome verdadeiro dele.

CV: O Sr. ouviu falar em Frederico Eduardo Mair? Ele teria dado um chute no Ustra e aí foi morto.

Eu ouvi dizer, eu tenho a impressão de que é um desaparecido político, mas a passagem pelo DOI é bem anterior a minha estada lá.

CV: Eu estou satisfeito, obrigado.

“Relatório Final da CNV, Volume I”

“Segundo Marival Chaves, somente em 1975, por questões de segurança, o cárcere de Itapevi foi substituído por uma fazenda, às margens da rodovia Castelo Branco, a cerca de 30 Km de São Paulo. Essa fazenda, segundo ele, era de um amigo do major do Exército, André Leite Pereira Filho” p. 811

“[...] o casal Wilson Silva e Ana Rosa Kucinski, que foi preso em São Paulo, eu fiquei sabendo através dele [Roberto Artoni] que esse casal foi encaminhado para o Rio de Janeiro [...] Evidentemente que o encaminhamento do casal para o Rio de Janeiro, para um cárcere privado da serra de Petrópolis, só isso já pressupõe que o casal era marcado para morrer, porque eram pessoas dirigentes nacionais da organização naquela ocasião. Houve uma sequência de mortes, mesmo por conta das informações prestadas por esse médico de Brasília, o Jota, o João [João Henrique Ferreira de Carvalho]” p.799

“Deixar Inês Etienne sair com vida da casa teria sido um erro, na avaliação de oficiais do CIE. Segundo Marival Chaves,

[...] nós temos um caso clássico aqui na serra de Petrópolis, naquela Casa da Morte de Petrópolis, que foi Inês Etienne Romeu; mas depois eu ouvi um comentário a respeito, disse que uma das maiores mancasas que deram, foi deixar a Inês Etienne viva.” p..798

CNV: Quem teria dito isso?

Marival Chaves: Isso aí foi num contexto do pessoal que gerenciava o cárcere lá. Especificamente, eu não sei, essa informação circulou no CIE.

“Paulo Malhães corroborou essa avaliação:

Paulo Malhães: A Inês Etienne saiu e derrubou a casa. Foi a Inês Etienne Romeu que derrubou a Casa de Petrópolis.

CNV: Foi o Cyro que soltou a Inês.

Paulo Malhães: Entendeu? Derrubou a casa porque ela reconheceu a casa. p. 798

Obs: Casa da Morte de Petrópolis também chamada de “Codão”, por ser uma extensão do DOI-CODI/RJ. O coronel Paulo Malhães apontou Cyro Guedes Etchegoyen, chefe de contrainformações do CIE, como responsável pela casa. O coronel já faleceu, e tem o Etchegoyen general, irmão do Cyro.

ANEXO IX

“Depoimento de Dulce Pandolfi – Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013”

Observação: a depoente deu o seu testemunho em pé, no auditório da OAB/RJ, e lendo o texto que preparou.

“Aquela noite do dia 20 de agosto de 1970, no momento em que eu entrei no quartel da polícia do Exército, situado na Rua Barão de Mesquita, número 425, no bairro da Tijuca, ouvi uma frase que até hoje ecoa forte nos meus ouvidos “Aqui não existe Deus, nem pátria, nem família, aqui só existe nós e você.” Era naquele quartel que funcionava o DOI-CODI, uma junção de torturadores da área civil e militar. O prédio que tinha dois andares, diferentemente do que muitos dizem, aquele local não era um ‘porão da ditadura’, um local clandestino, embora ali não existisse nem Deus, nem pátria, nem família, eu estava em uma dependência oficial do Exército brasileiro, uma instituição que funcionava a todo vapor, com todos os seus rituais, seus símbolos, seus hinos, sua rotina. Ali fiquei praticamente três meses. No térreo tinha a sala de tortura, com as paredes pintadas de roxo, e devidamente equipada. Tinha outras salas de interrogatório, com material de escritório, essas às vezes usadas também para torturar, e algumas celas mínimas, chamadas solitárias, imundas, onde não havia nem colchão. [Aliás vários aqui presentes, passaram por essas celas e por essas salas] Nos intervalos das sessões de tortura, os presos eram jogados ali. No segundo andar do prédio, haviam algumas celas pequenas e duas celas bem maiores, essas com banheiro e diversas camas beliches. Foi numa dessas celas que passei a maior parte do tempo. Uma noite, eu não sei precisar quando, desci para a sala roxa para ser acareada com um militante da ALN, Eduardo Leite (ela para, muito emocionada, bebe água), conhecido como ‘Bacuri’. Lembro até hoje dos seus olhos, da sua respiração ofegante (chora, muito emocionada), do seu caminhar lento, quase arrastado, como se tivesse perdido as duas pernas. Num tom sarcástico, o nosso torturador dizia para nós dois, na presença de outros torturadores: “Viram o que fizeram com o rapaz? Essa turma do CENIMAR é totalmente incompetente. Deixaram o rapaz nesse estado, não arrancaram nada dele, e ainda prejudicaram o nosso trabalho”. No dia 8 de dezembro daquele ano mataram o Bacuri. No dia 20 de outubro, dois meses depois da minha prisão, já dividindo a cela com outras presas, servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor diante dos seus alunos fazia demonstrações com o meu corpo, era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos pendurada no tal do pau de arara, ouvi o professor dizer “Essa é a técnica mais eficaz”. Acho que o professor tinha razão. Quando eu comecei a passar muito mal, a aula foi interrompida e eu fui levada para a cela. Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir a minha pressão. As meninas gritavam, imploravam, tentando em vão que a aula continuasse. A resposta do médico Amílcar Lobo diante dos torturadores, e diante de todas nós foi “Ela ainda aguenta”. E de fato a aula continuou. A segunda parte da aula foi no pátio, o mesmo onde os soldados diariamente faziam o juramento à bandeira e cantavam o hino nacional. Ali fiquei um bom tempo amarrada num poste, com o tal do capuz preto na cabeça, fizeram de tudo um pouco; no final avisaram que como eu era irreversível, eles iriam me matar, eu ia virar um presunto, um termo usado na época pelo Esquadrão da Morte. Ali fuzilaram o meu fuzilamento, levantaram rapidamente o capuz, me mostraram um revólver com uma bala e ficaram brincando de roleta russa; imagino que os alunos se revezaram no manejo do revólver, porque a brincadeira foi repetida várias vezes. Eu acuso o major da Polícia Militar Riscala Corbaje. Conhecido como ‘Dr. Nagib’, que ao perceber que o tal soro da verdade não

havia surtido o efeito esperado, me levou para uma sala, me deitou no chão, subiu nas minhas costas, começou a me pisotear e a me bater com um cassetete, dizendo aos gritos que ia me socar até a morte; o seu descontrole foi tamanho, os seus gritos tão estridentes, que os outros torturadores entraram na sala e arrancaram ele de cima de mim. Eu acuso o major do Exército João Câmara Gomes Carneiro, conhecido como ‘Magafa’, que em uma daquelas noites, um dia depois de eu ter saído do soro, me deixou durante algumas horas em pé com o capuz na cabeça e os fios amarrados nos dedos. Para mim, aquele foi um tempo infinito; a despeito de ser aquela uma noite muito fria, quando eu voltei para a cela, a minha roupa estava totalmente molhada, colada no meu corpo, de tanto que eu havia transpirado de medo. Eu acuso o médico Amílcar Lobo, que fez uso dos seus conhecimentos médicos para auxiliar no esquema da tortura de todos nós. Um dia, diante do nosso clamor para que ele tentasse impedir que Maria do Carmo Menezes, grávida de 5 meses continuasse sendo torturada, ele nos respondeu “Comunista não pode engravidar”. Eu acuso o cabo Gil, um dos responsáveis pela infraestrutura do quartel da PE; o seu sadismo era sem fim. Ouço até hoje o barulho forte das suas chaves, quando ele entrava na cela, com o capuz na mão, fazendo gracejos, propositalmente ele demorava um tempo, como se estivesse fazendo um sorteio e dizia acho que agora é a sua vez. Descer as escadas de olhos vendados guiadas por ele, era um verdadeiro horror, sempre inventava mais degraus ou colocava o pé na frente para nós tropeçarmos. Eu acuso o agente da Polícia Federal Luiz Timóteo de Lima, conhecido como ‘Padre’, que me deu muito choque elétrico. Eu acuso o coronel da reserva Paulo Malhões, que em recente entrevista ao jornal O Globo, do dia 26 de agosto de 2012, afirmou que em 1970 trouxe do rio Araguaia, cinco jacarés e levou para o quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, para aterrorizar os presos políticos, uma delas fui eu. Eu acuso os presidentes da República Humberto Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, a despeito das divergências entre eles e das diferentes conjunturas em que chefiaram o país, todos eles, sem exceção, foram responsáveis e coniventes com a tortura. Finalmente, eu acuso o regime ditatorial implantado no Brasil, em 1964, que fez da tortura uma política de Estado. Muito obrigada”.

Sobre a utilização de animais em tortura, Relatório Final da CNV, Volume I.

“Relato de **Ana Burszty**n à Comissão de Anistia e à UFRJ no dia 7 de julho de 2011, pelo projeto ‘Marcas da Memória’, sobre o uso de um jacaré em sua tortura:

[...] Ah! Então já são umas 8 horas! Aí então, depois te tira, mas não te dá porrada, mas põe um jacaré em cima de você, é tortura! [...] Um jacaré! Não muito grande, disseram eles depois que ele era desdentado. É assim, se perguntar ele vai dizer: “Tortura não. Foi só um choquinho. Ah! O jacaré não fazia nada!” Eles minimizam, entendeu? Eles colocavam o jacaré em cima e para cada um tinha um nome! O meu era Marighella. Era um jacarezinho que colocavam no teu corpo, aí vou dizer: não é porrada o tempo todo, mas é tortura! É humilhação, é sacanagem, é humilhar o outro na tua frente, e não te deixar dormir, é tortura! É terror!”. p. 374

“A jornalista **Miriam Leitão** foi uma das vítimas da tortura com animais, incluindo a utilização de uma jiboia pela equipe de interrogatório do DOI-CODI do I Exército, comandada pelo Coronel Paulo Malhões (V. documento Arquivo CNV 0092.003135/2014-59). P. 374

ANEXO X

“Sérgio Gomes”

Jornalista, fundador do Jornal Oboré. Integra o Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog. Coordena o Projeto Repórter do Futuro, concebido por ele no Oboré. Esteve preso no DOI-CODI/SP quando Herzog também lá estava. Com o assassinato e a repercussão da morte do jornalista Sérgio Gomes foi trnaferido para o DOPS/SP, sendo oficialmente declarado preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Dessa forma, ele afirma que quem o salvou foi o jornalista Herog.

“Eu e mais 10 companheiros fundamos o jornal Oboré...”

CV: O Sr. pode se apresentar, por favor, é praxe nos nossos trabalhos.

“Meu nome é Sérgio Gomes, sou jornalista, tenho 64 anos, nasci em 15/09/49, entrei no PCB no final de 69, pelas mãos de um desaparecido **José Montenegro de Lima**. Participo conscientemente da luta contra a ditadura desde 68. Atuei no Oboré, jornalzinho do Grêmio estudantil, e depois do AI-5, no final de 69 entrei no PCB.”

“Havia uma política deliberada para se eliminar aqueles que se aproveitassem da abertura.”

“A Operação Jacarta que prendeu Herzog; nosso trabalho em 71, 72 e 73 era articular a luta política através de cineclubes, jornais, então nossa atividade era, sobretudo, política. Não nos movia a ação de grupos que esperavam o levante das massas. Nossa atividade era de peito aberto.”

CV: E como o Sr. foi parar no DOI-CODI?

“5 de outubro de 75, eu e o Waldir Quadros, presidente da Juventude do MDB, fomos de São Paulo para o Rio de Janeiro, para entregar dinheiro para João Guilherme Vargas Neto que estava absolutamente clandestino, ficou 1 ano e meio num apartamento, porque ele havia feito uma denúncia grave, de que dentro do PCB, bem lá no miolo do PCB, tinha um agente da Cia e quando ele marcou um encontro para pegar o passaporte e sair do país – e ele depois saiu mesmo do país -, o encontro foi justamente com a pessoa que ele havia denunciado.”

“Fomos também porque queriam conversar sobre o acordo Brasil – Alemanha de energia atômica no governo Geisel. Eu particularmente queria organizar o Clube do Choro para resgatar a música instrumental; havia marcado encontro, à tarde, com o Paulinho da Viola, pois estava interessado em saber como eles haviam montado o Clube do Choro no Rio de Janeiro.”

“Só que não sabíamos que havia um grupo que estava nos seguindo. Porque havia sido preso o Bernardino dos Santos Gomes, um dos líderes da greve de 1930 dos portuários, que não queriam o embarque de mercadorias para a Espanha de Franco. Nos encontramos em Jabaquara e ele me pediu que falasse para o João Guilherme que ele retornasse. Ele foi preso e barbaramente torturado, inclusive a mulher dele, D. Tereza.”

“Fomos presos pelo esquadrão da morte, fomos levados para a PE e depois pro DOI-CODI. Eu e o Waldir dissemos que nossas vidas acabariam ali, que nós não nos arrendíamos de nada, faríamos tudo de novo.”

[Há toda uma movimentação na sala e ele pergunta o que está acontecendo. Era o capitão Ubirajara que estava chegando, ele entra na sala, e o depoente muda o discurso]

“Eu vou repetir de uma outra maneira que ‘a vingança é a justiça dos bárbaros e a justiça é a vingança dos civilizados’; é evidente que essas pessoas tem que vir aqui e passar a limpo ... Portanto, aqui não me move nenhum gesto de vingança ...”.

“Nós fomos sequestrados no Largo do Machado, por três camburões do DOI-CODI de SP., que haviam nos seguido, e quando fomos pegos foi dito que eram do ‘Esquadrão da Morte’”

“Na PE / DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, me pedem nome e endereço para ser enviado o corpo... pau de arara, afogamento, 5 costelas quebradas, queriam que eu dissesse onde estava Inácio – o João Guilherme”.

“No caminho para São Paulo eles param num posto de gasolina, tinha cheiro de podre, eles simulam ali um fuzilamento, e nós sabíamos que muita gente era executada na Baixada Fluminense pelo ‘Esquadrão da Morte’. Nos levam para o DOPS e depois DOI-CODI e aí o procedimento de sempre, torturas, cadeira do dragão, jogavam amoníaco na testa, que te deixa embriagado, tonto e é alucinante. E essa foi a forma que se matou Herzog.”

“Capitão Ubirajara não me torturava pessoalmente, ele fazia parte das torturas, mas todo mundo sabia, tinham os gritos; o mercado imobiliário sabia que um apartamento ali era mais barato.”

Fala da cadeira do dentista, que se tiver um barulhinho de motor de dentista a 100 metros ele fica todo arrepiado, que detonaram a sua boca e que está a 30 anos colocando tudo no lugar.

“Ednardo D’Ávila Mello era tio da Sarita D’Ávila Mello ... outro dia no Facebook eu perguntei: ‘é impressão minha ou você esteve presa, seu tio foi lá, e você continuou presa!’ Ela disse que sim, era verdade”.

CV: Quando você descobriu que o capitão Ubirajara era o Delegado Calandra?

“Agora... porque eu não fiquei anos tentando identificar esse ou aquele. Eu fui organizar a luta democrática, os movimentos sociais, o jornalismo democrático”.

Fala do filho de 27 anos, que é músico, tem um coletivo rosa choque, e como o Lobão havia declarado umas ‘M’ sobre direitos humanos, ele foi ao show do cantor e ficou jogando uma luz, com um aparelhinho, nos olhos dele. Ele foi preso, queriam que ele mostrasse a nota fiscal do aparelho; foi ameaçado de morte, com o delegado dizendo: “nós vamos te matar e ainda vamos enfiar isso no seu C ...” E isso foi há 48 horas atrás, portanto, essa é a herança que ficou da polícia que matava e torturava, e que continua agindo da mesma forma, contando com a impunidade.

CV. Bom, agora precisamos encerrar o seu depoimento, pois ainda vamos escutar o Sr. Adriano Diogo antes do Dr. Calandra, o capitão Ubirajara.

Ele olha fixamente para a cara do capitão e diz: “É tão estranho nós nos encontrarmos aqui hoje...”, mas é interrompido, assertivamente, pelo advogado Dr. Dallari, que está conduzindo os trabalhos da CNV.

ANEXO XI

“Adriano Diogo”

Geólogo, Deputado pelo PT em seu 3º. Mandato. Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, em 2003. Foi 4 vezes Vereador pelo PT.

“19 de março de 1973 – sábado pela manhã, cheguei em casa depois de dar aulas, esperava minha esposa. A campainha tocou, abri a porta, e imediatamente o apartamento foi invadido, tomei uma coronhada no meu olho direito. Fui preso, encapuzado e colocado num Opala verde. Quando cheguei no DOI-CODI já cheguei apanhando.”

– Você sabe onde você está?

- Você está na sala do inferno. Você vai ser levado para a Vanguarda Popular Celestial. Você sabe o que é um Magnum? Seu companheiro Alexandre Vannucchi acabou de ser mandado para o céu!

“O coronel Ustra e o Major Tibiriçá começaram a me torturar e fiquei uma semana, como um zumbi apanhando”.

“A OBAN era dividida em três equipes A, B e C., eu fiquei na OBAN 90 dias.”

“Dom Paulo Evaristo Arns estava celebrando uma missa na Sé, por não acreditar na versão do suicídio de Alexandre Vannucchi, então, o coronel Ustra estava furioso e me torturou na sexta-feira depois que fui preso, ou seja, no dia 25 de março.”

“O capitão Ubirajara era o segundo na linha de comando, o capitão Ubirajara era o segundo nível de comando, a sua especialidade era torturar as mulheres, humilhá-las”.

CV: Então, o Sr. viu, conhece o capitão Ubirajara?

“É evidente que sim, porque ele era uma pessoa muito importante. Ele torturou minha mulher, era a especialidade dele, repito, torturar as mulheres.”

“Gilberto Natalini”

Médico, Vereador da cidade de São Paulo no 4º. Mandato pelo PV.

“O Delegado Calandra, quando estive preso, era estudante do 3º. ano de Medicina, fomos 11 no total da Medicina da USP.”

“O Calandra, capitão Ubirajara, participava das sessões, ele tinha uma ação dupla, de morder e assoprar; ele torturava e depois vinha falar que se a gente colaborasse e etc. e tal “

“Eles se revezavam na sala de choque, devia doer o braço porque tinha uma manivela... participou do manejo da tortura, ele circulava lá, tinha a função da tortura. Depois das sessões ele vinha com copo d’água, tinha uma maneira educada de tratar. Isso foi no segundo semestre de 72, final de setembro. Me deu conselhos: “Olha você é estudante, tem um futuro brilhante, então você não abre a boca, não fala nada, porque a gente acaba com você”.

“Quando saí dali, na Rua Tutóia, tomei um taxi e perguntei ao motorista:

- O Sr. sabe o que é isso?

- Não, é uma delegacia?

- Não, isso aqui é o inferno brasileiro e nunca mais parei de falar sobre o que eu vi lá; não aceitei o conselho dele.”

CNV: O Sr. quer falar alguma coisa?

“Quero dizer que o que me move, nós não vamos fazer com eles o que eles fizeram conosco; nós temos uma formação humanista, democrática. Mas essas pessoas precisam responder à sociedade, sob a batuta da lei o que esses senhores fizeram naquela época da ditadura militar brasileira.”

ANEXO XII

Sobre o MAC – Movimento Anticomunista – CPDOC/FGV

Grupo armado de extrema direita criado em 1961, no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, com o objetivo de combater o “perigo vermelho”.

Acusado de receber apoio da agência central de informações norte-americana – a Central Intelligence Agency (CIA) – e de contar com a tolerância do governo Carlos Lacerda, o MAC realizou vários atentados a bomba no Rio de Janeiro. Em 1962, seus membros metralharam o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), lançaram bombas de gás no plenário do III Encontro Sindical e atacaram a sede da missão soviética. Essa série de atentados provocou um pedido de investigação por parte do Conselho de Segurança Nacional. Durante as investigações foram citados como membro do MAC: Rubens dos Santos Werlang, Luís Botelho, Roberto Magessy Pereira e Aluísio Gondim.

(*Google*, Acesso em maio de 2016)

Na década de 1970, o MAC realizou ações conjuntas com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).” (*Google*, Acesso em maio de 2016)

OBS: o ‘Ces’ a que se refere Rosa Cardoso no depoimento do coronel Paulo Malhães.

ANEXO XIII

‘Anexo sobre o general Aussaresses’, citado no depoimento do coronel Paulo malhães.

“Carta Capital, por Agência Brasil, 17/12/2013 – Rev. Digital”

Comissão da Verdade investiga general francês” por Elaine Patrícia Cruz

“A Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo ouviu nesta 3ª.feira, 17, especialistas na história do general francês Paul Aussaresses, militar que entre 1973 e 1975 esteve no Brasil ensinando técnicas de tortura e combate a guerrilhas

aos oficiais brasileiros e de países da América Latina. Aussaresses morreu no dia 4 deste mês.

Os debatedores que participaram da audiência pública concordam que a participação francesa nas ditaduras militares na América Latina é pouco conhecida, sobretudo no Brasil. “Achei bastante material na imprensa argentina sobre a atuação dessa escola do terror que se implantou em toda a América Latina, mas não acho quase nada na imprensa brasileira”, disse o pesquisador e ex-ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Fermino Fechio.

Aussaresse veio ao país como adido militar. “É eufemismo para colaboração estrita de informações e controle dos exilados”, explicou Leneide Duarte-Plon, jornalista e escritora. O general deu aulas no Centro de Instrução de Guerra (CIG), que ainda existe em Manaus. Fermino explica que a escola, hoje, é famosa por oferecer bons cursos de sobrevivência da selva. O Centro surgiu para proteger as fronteiras brasileiras, porém, a partir de 1973, passou a ser uma “escola do terror”.

Fermino defendeu que os documentos referentes às atividades da escola naquela época sejam divulgados. “Não sabemos quantos oficiais foram formados. No *site* da escola de Manaus se diz que foram 400 estrangeiros treinados, mas eu acho que foram até mais. Só o Chile mandava de 1 a 12 oficiais por mês”.

O pesquisador questiona a falta de informações sobre o trabalho do CIG durante a ditadura. “O que a escola tem a esconder? Já se passou tanto tempo e o Brasil precisa saber da sua história. Quem é que fez curso lá? Quais foram os instrutores? Por que essa escola foi direcionada para ser uma escola do terror?” Fermino contou que já foram solicitadas cópias dos documentos à CNV, mas acredita que nenhum desses dados tenha sido divulgado.

Segundo Leneide Duarte-Plon, Aussaresses escreve mais três livros em que admite e detalha execuções sumárias que praticou. Nas publicações, ele faz revelações como o envolvimento de militares brasileiros, que teriam colaborado ativamente no golpe militar chileno. O general francês chegou a ser processado por apologia à guerra, mas recebeu anistia.

Aussaresses fala que era bom amigo do falecido general João Baptista Figueiredo, que presidiu o país de 1979 a 1985, durante o regime militar, e foi chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), e de Sérgio Paranhos Fleury, o delegado que comandou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, um dos centros de tortura da ditadura militar. Fleury, que morreu em 1979, dirigia pessoalmente as sessões de tortura, sendo responsável por vários homicídios decorrentes da ação ilegal.”[Publicado Originalmente na Agência Brasil]

ANEXO XIV

“Sobre a Tortura Psicológica’ Relatório Final da CNV, Vol.1, pp. 376-377.”Citada no depoimento do coronel Paulo Malhões.

- O uso de Ameaças -

“Dilma Vana Rousseff, atualmente presidenta do Brasil, contou em 2001 à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT) de Minas Gerais: “Tinha muito esquema de tortura psicológica, ameaças. [...] ‘Você fica aqui pensando, daqui a pouco eu volto e vamos começar uma sessão de tortura’. A pior coisa é esperar por tortura [...]”

“O depoimento à CNV, em 1º. De julho de 2014, de Thomas Maack, médico, preso no navio *Raul Soares*, igualmente trata da tortura psicológica realizada por meio da ameaça de tortura física (envio para o DOPS): “Ameaça de mandar para o DOPS. O DOPS torturava mesmo! Torturava! Ameaça de prender a minha esposa! [...] Isso era as três [...]. Vamos dizer os três braços da tática deles de fazer falar!”

“O testemunho não identificado a seguir, efetuado à CNV, foi de um torturado sem qualquer relação com a militância político-partidária: ‘De início fui obrigado a ficar nu, dormir no chão frio, jejum total de 24 horas, também sem usar sanitários pelo mesmo período, interrogatórios a qualquer momento do dia ou da noite por agentes não identificados, barulhos durante a noite para me deixar acordado, ameaças diárias de mandar para Recife ou para o DOI-CODI/SP, pois lá estando eu falaria tudo o que eles queriam saber.’”

“Inês Etienne, integrante da VPR e da POLOP – a única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis –, foi internada em razão de torturas em clínica de saúde em agosto de 1981 e era visitada periodicamente por agentes de segurança, ‘que insistem que eu me torne uma colaboracionista, em troca de minha liberdade, por dinheiro e com ameaças sobre meus familiares’”. Inês também sofria constantes ameaças de morte:

“Meus carrascos afirmaram que ‘me suicidariam’ na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três meses de minha prisão, pois reconhecem que “sei demais”. Querem que morra “naturalmente”, sem que sejam responsabilizados pela morte que me impingiram. [...] Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias de minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do país em que nasci, muito pela decência de minha pátria e de meus compatriotas.”

ANEXO XV

“Casa de São Conrado” – Rio de Janeiro – Relatório Final, Vol. I, pp. 804-806-citado no depoimento do ex-sargento Marival Chaves.

“Ottoni Guimarães Fernandes Júnior conseguiu identificar alguns de seus torturadores, da equipe do delegado Fleury, além do próprio e do Cenimar. E testemunhou a presença na Casa de **Eduardo Collen Leite**, o “**Bacuri**”, dirigente da ALN, que seria ser (sic) morto meses depois, em 8 de dezembro daquele ano, 1970.”

“Marival fala desse centro clandestino, ligado ao delegado Sérgio Fleury, e a passagem de ‘Bacuri’ por lá:

CNV: Quem estava lá também?

Estava lá também [...] Eles tinham um médico que eu não sei quem é, esse médico, de tempo em tempo, avaliava se eu podia continuar sendo torturado ou não, me dava uma injeção de algum complexo para eu aguentar a tortura [...] Eu estava sendo torturado, no outro lado estava sendo essa outra pessoa que depois eu descobri ser o Eduardo Leite, o “Bacuri”. Nessa segunda ou terceira noite eles me colocaram para dormir com o Bacuri. Eu não o conhecia, ele estava em outro grupo da ALN, no Rio de Janeiro, era um grupo separado do Grupo Tático Armado (GTA) e nos colocaram juntos algemados na cama. Assim que saíram do quarto, o Bacuri fez sinal para mim de silêncio e apontou como se tivesse um gravador embaixo [da cama]. Nós não falamos nada, passados alguns minutos, eles nos tiraram e voltaram a nos torturar. O que eu suponho que aconteceu, com o Bacuri, o Fleury acabou o matando, como vocês sabem, acho que foi em novembro ou dezembro. Ele foi morto no litoral, no norte de São Paulo, depois de ser barbaramente torturado”. p. 805

CNV: Cárcere privado no Rio de Janeiro, sem ser o de Petrópolis...

Marival Chaves: Tem outro que o Fleury usou [...] Bacuri, ele esteve nesse cárcere no Rio de Janeiro, ele morreu em São Paulo, no DOPS, chegou lá todo arrebatado, não é?

“[...] Ele esteve nesse cárcere no Rio de Janeiro.”

ANEXO XVI

Sobre as inúmeras torturas praticadas, apontaremos somente algumas informações que nos parecem relevantes, que constam no Relatório Final da CNV, Volume I.

“Tortura física: choque elétrico”

“(...) Flávio Tavares conta em “**Memória do Esquecimento**”, que na máquina de choque elétrico com a qual foi torturado, “[...] sobressai uma inscrição em relevo ‘Donated by the people of United States’ e, logo abaixo a insígnia da Aliança para o Progresso, com as duas mãos entrelaçadas.” P. 366

“O projeto *Brasil: Nunca Mais* identificou ainda outras modalidades, como açoitar, amarrar a grades da cela, amarrar a lancha e arrastar pela água, amarrar pênis para não urinar, asfixiar, forçar a ingestão da água da latrina, chicotear, cuspir, manter em isolamento em celas molhadas, frias, sem iluminação e suja, martelar dedos, enterrar vivos, forçar a prática de exercícios físicos, estrangular, fazer roleta russa, cortar orelha, mutilar.” P 375

“Conforme a denúncia dos presos políticos em São Paulo à OAB, diversas *outras formas* de tortura eram praticadas, isoladas ou em conjunto, como queimar com cigarros alguma região do corpo, arrancar com alicate pelos do corpo (nomeadamente os pubianos), dentes e/ou unhas, obrigar o torturado com sede a beber salmoura, introduzir bucha de palha de aço no ânus e nelas aplicar descargas elétricas, amarrar fio de náilon entre os testículos e os dedos dos pés e obrigar a vítima a caminhar, e a mais comum de todas, o espancamento. Este último é descrito por Dulce Pandolfi em depoimento à CNV do dia 28 de maio de 2013:

“Eu acuso o major da Polícia Militar Riscala Cobaje, conhecido como Dr. Nagib, que ao perceber que o tal soro da verdade não havia surtido o efeito esperado, me levou para

uma pequena sala, me deitou no chão, subiu nas minhas costas, começou a me pisotear e a me bater com um cassetete, dizendo aos gritos que ia me socar até a morte.”

ANEXO XVII

“**Sobre os Navios-Prisões – Relatório Final CNV, Volume I, pp.823-25**”

“Os navios-prisões foram navios mercantes da Marinha – que a Marinha de Guerra chamava de navios civis – utilizados como prisões no período da ditadura.[...] Foram identificados 6 navios utilizados como navios-prisões durante a ditadura militar: *Raul Soares, Canopus, Custódio de Mello, Princesa Leopoldina, Bracuí e Guaporé.*” p.823

“A identificação dos navios-prisões e dos presos que ali estiveram aponta para dois aspectos importantes: primeiro, o fato de que os navios prisões existiram somente no primeiro ano da ditadura militar e foram usados como prisão, em sua maioria, no mês de abril de 1964, imediatamente após o Golpe de Estado, e, também a constatação de que parte significativa dos presos era ligada a atividades costeiras, como líderes sindicais dos trabalhadores portuários, além de militares da Aeronáutica e da Marinha, entre eles o almirante Cândido da Costa Aragão, o “Almirante do Povo”, defensor das reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, que foi preso e torturado. Como, no período anterior ao golpe de 1964, a Marinha passava por turbulências internas, há a possibilidade de que os navios-prisões tenham sido utilizados por essa força armada para prender militares perseguidos, que não apoiavam as decisões do alto comando. É o que mostra o depoimento de Raimundo Porfírio Costa, cabo da Marinha, ex-presos no navio *Princesa Leopoldina*. Mesmo tendo participado do movimento dos marujos, que antecederam o golpe, voltou para o navio onde servia acreditando que receberia apenas uma punição: “Como o nosso processo ainda não estivesse instaurado, fiquei tranquilo, aguardando”. Seu comandante, o imediato Darcy Rubens Gonçalves, era seu amigo. “No inquérito aberto posteriormente, ele até aliviou a minha barra”. No entanto, o ministro era Augusto Rademaker, que era conhecido, segundo Raimundo Porfírio, como “o cruel”. “As ordens vinham dele. Foi ele que exigiu uma limpa na Marinha, alegando que ela estava contaminada pelos comunistas”. P.824-25.

Observação: No primeiro capítulo apontamos uma passagem do livro de Jacob Gorender, em que ele afirma: “(...) Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. **Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado.**” (GORENDER, Jacob, 1987, p. 70).

ANEXO XVIII

“**As Disputas de Memória. Um caso emblemático: Os irmãos Etchegoyen**”

Relatório Final da CNV, Volume I

“**B. Responsabilidade pela Gestão de Estruturas e Condução de Procedimentos Destinados à Prática de Graves Violações de Direitos Humanos.**”

“78) **Cyro Guedes Etchegoyen**

(1929-2012) Coronel do Exército. Chefe da seção de contrainformações do Centro de Informação do Exército (CIE) de 1971 a 1974. Segundo depoimento do coronel Paulo Malhães à CNV, Etchegoyen era a autoridade do CIE responsável pela Casa da Morte em Petrópolis (RJ).” (Relatório Final da CNV, Volume I, p. 861)

“116) **Leo Guedes Etchegoyen**

(1925-2003) General de Brigada. Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio Grande do Sul de novembro de 1964 a fevereiro de 1965. Foi chefe do Estado Maior do II Exército de agosto de 1979 a julho de 1986. Assumiu a chefia do Estado Maior do II Exército em agosto de 1982.” (Relatório Final da CNV, Volume I, p. 868)

O general Sérgio Etchegoyen, do Alto comando do Exército, chefe do Departamento Geral de Pessoal (DGP), protestou contra a inclusão de seu pai, Leo Guedes Etchegoyen, também oficial general, no relatório final dos trabalhos da CNV.

Íntegra da Carta da Família Etchegoyen, contra a CNV.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgou ontem seu relatório final, onde relaciona 377 nomes sob a qualificação de “autores de graves violações dos direitos humanos”. Nela consta o nome de Leo Guedes Etchegoyen.

Sobre o fato, nós, viúva e filhos manifestamos nossa opinião. Jamais fomos contatados por qualquer integrante ou representante daquela comissão, nem o Exército recebeu qualquer solicitação de informações, ou documentos acerca de Leo Guedes Etchegoyen. Ao apresentar seu nome, acompanhado de apenas três das muitas funções que desempenhou a serviço do Brasil, sem qualquer vinculação a fatos ou vítimas, os integrantes da CNV deixaram clara a natureza leviana de suas investigações e explicitaram o propósito de seu trabalho, qual seja o de puramente denegrir.

Ao investirem contra um cidadão já falecido, sem qualquer possibilidade de defesa, instituíram a covardia como norma e a perversidade como técnica acusatória.. No seu **patético esforço para reescrever a história** (grifo meu), a CNV apontou um culpado para um crime que não identifica, sem qualquer respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Leo Guedes Etchegoyen representa a segunda geração de uma família de generais que serve o Brasil, com retidão e patriotismo, há 96 anos. Seguiremos defendendo sua honrada memória e responsabilizando os levianos que a atacarem.”

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2014.

“Nota da assessoria da CNV sobre questionamento a respeito da lista de autorias”

(por Assessoria de Comunicação da Comissão Nacional da Verdade)

A Assessoria da CNV, tendo em vista o questionamento da família do general Leo Guedes Etchegoyen sobre a inclusão deste no rol de autores de graves violações de direitos humanos (mais especificamente, no Cap. 16 do Volume I do relatório final da

CNV, categoria B: “responsabilidade pela gestão de estruturas onde ocorreram graves violações de direitos humanos”), esclarece que a inclusão se deve aos seguintes fatos:

Após o golpe de 1964, Leo Guedes Etchegoyen assumiu a chefia da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, período no qual recebeu Daniel Anthony Mitrione, notório especialista norte-americano em métodos de tortura contra presos políticos, para ministrar curso à Guarda Civil do Estado, realizado no período de 19 a 26 de junho. Em novembro de 1964, Leo Guedes Etchegoyen assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, permanecendo no cargo até fevereiro de 1965.

Leo Guedes Etchegoyen foi chefe do Estado Maior do II Exército de agosto de 1979 a julho de 1981, período no qual serviu sob as ordens do general Milton Tavares de Souza, comandante do II Exército que chefiou o Centro de Informação do Exército no período de Médici. Em 28 de dezembro de 1979, o general Leo Etchegoyen, na qualidade de chefe do Estado Maior e supervisor das atividades do DOI-CODI, fez calorosos elogios aos serviços prestados pelo Tenente-coronel Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, chefe do DOI-CODI/II Exército, quando ressaltou “(...) sua experiência no campo das informações e sua dedicação, boa vontade, capacidade de trabalho e espírito de cooperação”.

Como já registrado no capítulo de autoria do relatório da CNV, Dalmo Muniz Cyrillo atuou no DOI-CODI do II Exército como chefe de equipes de interrogatórios, tendo desempenhado a função de sub-comandante nos períodos de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Em 1979, Dalmo Cyrillo assumiu o comando do DOI-CODI de São Paulo, período no qual atuou sob as ordens de Leo Etchegoyen e Milton Tavares de Souza.

Em 19 de abril de 1980, quando Leo Etchegoyen era chefe do Estado Maior, seu comando esteve vinculado ao planejamento da prisão coletiva de sindicalistas e lideranças de metalúrgicos da região metropolitana de São Paulo conhecida como ABCD, bem como do sequestro de integrantes de organizações de direitos humanos que prestavam solidariedade a esses trabalhadores, como os advogados José Carlos Dias – então presidente da Comissão Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de São Paulo – e Dalmo Dallari – ex-presidente da CJP –, prisões efetuadas com violência, sem mandado de prisão e sem a devida comunicação às suas famílias. Este episódio está registrado no capítulo 8 do relatório da CNV, dedicado ao tema das prisões arbitrárias.

O episódio foi esclarecido em notícia publicada pelo jornal Gazeta Mercantil em 26 de abril de 1980, que indicou o comandante do II Exército, general Milton Tavares de Souza, como o responsável pelas prisões. O fato foi confirmado por documento produzido pelo Centro de Informações do Mar (Cenimar), protocolado no Serviço Nacional de Informações no dia 9 de junho de 1980.

A operação contra líderes do movimento sindical do ABC e integrantes da Comissão Justiça e Paz foi planejada pelo comando do II Exército e executada por agentes do DOI-CODI, do DEOPS/SP, DPF/SP, ocasião em que Etchegoyen era o chefe do Estado Maior do II Exército, principal instância de planejamento de ações daquele comando, e portanto responsável pelas ações executadas por agentes do DOI, do DPF e do DEOPS a ele subordinados por meio da estrutura do DOI-CODI do II Exército.

Ainda, deve ser registrado que, no dia 30 de dezembro de 1980, Dalmo Cyrillo foi novamente elogiado por Etchegoyen, quando o então comandante do Estado Maior do Exército demonstrou pleno conhecimento das atividades de repressão ao meio estudantil, da vinculação de Cyrillo com órgãos de segurança e informações, especialmente, na grande São Paulo.”

Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Assessoria da CNV, Blog Zé Dirceu (Nota publicada originalmente no site da CNV)

Sobre o coronel Cyro Guedes Etchegoyen

“Novas revelações do envolvimento do empresariado com o aparelho da repressão e consequentes graves violações de direitos humanos continuariam a aparecer ao longo das últimas décadas. Em depoimentos prestados por militares a cientistas sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no início dos anos 1990, os generais de reserva **Cyro Guedes Etchegoyen** e Gustavo Moraes Rego Reis admitiram a colaboração do empresariado na criação da OBAN.” (Relatório Final da CNV, Volume II, p. 331).

ANEXO XIX –

Carta aos torturadores – Marta Nehring *

“Paris, 1974. Na cômoda da sala, encontro duas fotos em preto e branco. Numa, um rosto de homem, traços amulados. Na outra, o mesmo homem, com uma espessa barba negra. Pergunto a minha mãe quem é. Ela diz: “um traidor”. Eu tinha dez anos. Nunca esqueci a cara do cabo Anselmo.

No ano passado, a *Veja* brindou o público com uma entrevista na qual um torturador se declarava orgulhoso de seus feitos. Há pouco, foi a vez da revista *Época* oferecer-nos, na forma de um furo de reportagem, declarações do famigerado cabo.

Tortura e infiltração foram as armas mais eficiente empregadas pela polícia política e por grupos paramilitares contra as organizações de esquerda nos “anos de chumbo” que caracterizaram a ditadura militar.

A tortura é um crime hediondo. Num local isolado, longe da vista e dos ouvidos, homens empenham-se em destruir física e espiritualmente um prisioneiro indefeso, num processo que pode durar horas, dias, meses. Muitos presos morrem em silêncio. Outros confessam nomes, indicam endereços que vão resultar em mais pessoas presas e torturadas. Outros, ainda, não apenas confessam como se tornam agentes duplos e retomam ao convívio de seus antigos companheiros para melhor traí-los. Esse é o caso do cabo Anselmo.

Quem foi torturado nunca esquece. Quantos não têm cicatrizes no corpo, doenças crônicas ou deformidades? Quantos, atormentados pela constante lembrança do horror, não se mataram depois de livres? (ANEXO XX) Quantos choram até hoje pai, mãe, companheiros, filhos perdidos? E quem participou de torturas, assassinato e ocultação de corpos dos militantes políticos esquece?

As declarações do algoz e do traidor levam a crer que não. Do que se vangloriam eles? De não ter culpa. Onde o comum dos mortais (eu, você, leitor) olharia as próprias mãos e veria o rastro de sangue que nunca será lavado, eles não veem nada. Bravata?

Só o cabo Anselmo sabe por quantas mortes e quanto horror é responsável. Consta do rol dos seus crimes ter entregue aos cães do Dops a própria mulher, grávida de sete meses. Ela e o bebê foram assassinados.

Tanto estrago o cabo provocou que, uma vez cumprida sua triste missão, foi obrigado a operar o rosto, trocar de nome e sumir. Imensa é a ironia do destino: na ditadura, os militantes de esquerda se exilavam ou entravam na clandestinidade para continuar sendo o que eram, ou seja, para manter sua identidade de combatentes políticos. Já o cabo exila-se em seu próprio país na tentativa de deixar de ser o que é.

Impossível. Todo dia, ele acorda e lá está o espelho mostrando-lhe o rosto deformado. Todo santo dia, a mulher, o filho, os vizinhos, os colegas de trabalho chamam-no por um nome e que – ele sabe – não é o seu. Não existe um novo cabo Anselmo, mas uma máscara. Tão falsa quanto o tom de jactância de suas declarações.

A questão é: o que justifica a máscara e a identidade falsa senão o medo da vingança? Mas, se a vingança tarda, talvez não venha? Onde estão os remanescentes da guerrilha, que deveriam estar apontando uma arma para a testa do traidor? De quando em vez, então, ressurgem o cabo dizendo: “Estou aqui! Não me arrependo!”. Falta completar: “Por favor, continuem me odiando, senão eu deixo de fazer sentido!”.

Pois fiquem sabendo o cabo e o algoz que os sobreviventes e seus familiares não os procuram porque têm mais o que fazer. Primeiro, não se trata de uma vingança pessoal, mas de fazer justiça – numa democracia, algo feito às claras e de acordo com a lei. No caso, a lei que criou uma comissão especial por meio da qual se conseguiu provar que “desaparecidos”, “suicidados” e “atropelados” durante a ditadura militar foram vítimas de execução sumária ou morreram sob tortura. Muito ainda está por fazer, como encontrarmos os corpos dos “desaparecidos” e dar-lhes sepultura digna. Um dia chegaremos lá.

Mas talvez a justiça que mais interesse às vítimas da tortura e aos seus familiares seja a verdade histórica. Trazer ao conhecimento do grande público as violências cometidas durante a ditadura, para que os direitos civis nunca sejam desrespeitados em nosso país. Trazer à luz os crimes do porão.

É provável que o torturador, assim como o cabo, morra simplesmente de velhice, na impunidade. Depende de a sociedade continuar aceitando ou não uma anistia que beneficiou o assassinato oficial de mulheres grávidas e a tortura de crianças – sim, pois isso aconteceu, apesar de poucos saberem.

Agora, de uma coisa podem ter certeza todos aqueles que colaboram com a perseguição, a tortura e a morte dos militantes de esquerda: a história já os condenou. Que o cabo Anselmo não durma em paz. Um dia a verdade virá à tona, e seu filho vai se envergonhar de toda a infâmia. (Publicado na Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 mar.1999. p. 3.)

* Mestre em Teoria Literária pela Universidade de São Paulo, co-diretora do vídeo 15 filhos e membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. É filha de Norberto Nehring, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), morto sob tortura em 1970.

ANEXO XX

1. No Brasil, temos Frei Tito e ‘Dora’ – Maria Auxiliadora Lara Barcelos, enquanto os casos mais emblemáticos. Frei Tito se enforcou num Mosteiro Beneditino – as sequelas das torturas efetuadas pelo delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury, foram fatais para a sua ‘alma’; ‘Dora’ se jogou numa linha de trem em Berlim/Alemanha, onde cursava Medicina. Muitos sobreviventes de campos de concentração da Alemanha nazista, por exemplo, também foram ‘suicidados’: **Primo Levi e Jean Améry**, são os mais conhecidos e/ou emblemáticos. Provavelmente, há sobreviventes de outros campos de concentração, como os da Argentina, que podem ter sido ‘suicidados’ também. Abaixo temos dois trechos retirados do Relatório Final da CNV, sobre as torturas que Frei Tito sofreu, bem como sobre “Dora”

“**Tito de Alencar Lima** – o frei Tito – foi torturado, entre 1969 e 1970, sob comando do delegado Fleury. Entre outras crueldades sofridas, contou que “Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais me fizeram abrir a boca ‘para receber a hóstia sagrada’. Introduziram um fio elétrico” (252) Incluído na lista de prisioneiros políticos que deveriam ser soltos em troca da vida do embaixador suíço sequestrado pela VPR, foi solto em dezembro de 1970. Desde então viveu no exílio, onde apresentou sinais de transtorno psicológico e diversas vezes tentou o suicídio. Mesmo estando na França, frei Tito alegava estar sendo perseguido por Fleury, que estaria ameaçando a sua família. Após vários acompanhamentos psiquiátricos, frei Tito se enforcou numa zona rural na França, em 10 de agosto de 1974. Entre suas anotações nos últimos meses de vida havia a seguinte frase: “é melhor morrer do que perder a vida” (ver Capítulo 11)”. (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 390**)

“Nota 252: FREI BETTO. “Frei Tito”. *In Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*, 14.ed., Rio de Janeiro, Rocco, 2006, p. 193.”

“Em 1º. /6/1976, **Maria Auxiliadora Lara Barcellos** atirou-se nos trilhos de trem da estação de metrô Charlottenburg, em Berlim. Teve morte instantânea. Seu sofrimento ficou registrado: “Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro [...]. A Apologia da Violência. A luta pelo poder absoluto. A destruição do outro [...] O sacrifício dos bebês. Onde já se viu jabuticaba de asa, meu filho? Eu tinha comido um besouro. Ele zumbia dentro de mim furioso, para me lembrar que a imaginação incomoda muita gente. Parar de imaginar, parar de ser e de querer. Aceitar, resignar é bom, traz brisa fresca, café com leite, muita fartura. Aurora, lugar de mulher donzela é na barra do marido e lugar de puta safada é no puteiro, uai. Pra que é que nós estudamos aritmética no Exército? Para saber que dois mais dois são quatro e que não existe pecado sem ser expiado. Moça donzela você não quis, puta safada também não quer. Minha querida, esse bicho não existe (.71)

Nota 71 – PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1986, p. 52.) (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 423**)

Pesquisando o Relatório Final da CNV, encontramos mais um ‘suicidado’

Em fevereiro de 2013, Dermi Azevedo, militante de direitos humanos, registrou a morte do filho, que nunca se recuperou da violência sofrida durante a ditadura:

“Meu coração sangra de dor. O meu filho mais velho, Carlos Alexandre Azevedo, suicidou-se na madrugada de hoje, com uma overdose de medicamentos. **Com apenas**

um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no Deops paulista, pela “equipe” do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe. Na mesma data, eu já estava preso no mesmo local. Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. Como acontece com os crimes da ditadura de 1964-1985, o crime ficou impune. O suicídio é o limite de sua angústia.” Nota72: Arquivo CNV, 00092.002401/2014-71. **(Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 423)**

ANEXO XXI – Sobre os depoentes/testemunhos do filme “15 Filhos”

- Registros de episódios de graves violações dos direitos humanos concernentes às crianças e adolescentes – Relatório Final da CNV, Vol.1 -

“MARIA OLIVEIRA”

Com menos de dois anos de idade, a filha de Eleonora Menicucci de Oliveira foi ameaçada pelo uso de choques elétricos, por Lourival Gaeta, como relata a própria mãe:

Um dia eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nós desmontaríamos por causa da maternidade”. Nota 25: “OLIVEIRA, Eleonora Menicucci, In: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.), “Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino”, São Paulo, Editora Caros Amigos, 2010, p. 149)”**(Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 408-9)**.

VLADIMIR E GREGÓRIO GOMES

“Outro relato sobre a separação dos filhos é o de Ilda Martins da Silva, presa em 30 de setembro de 1969, um dia depois de seu marido, Virgílio Gomes da Silva, ter sido assassinado. Na ocasião, Ilda se preparava para deixar o país com os filhos. A seguir, trecho de seu testemunho: No Tiradentes, eu fiquei quatro meses incomunicável. Todo mundo tinha visita e eu não. [...] Aí um dia eu combinei com as meninas de falar para os meus filhos ficarem na esquina, porque na prisão tinha uma janela com grades bem pequenininhas e na frente tinha uma chapa bem grande que a gente não via nada para fora, na frente. Mas do lado dava para ver porque era meio afastada, assim, dava para ver. Aí eu combinei com elas de falar para os meus filhos ficarem do outro lado da rua para eu ver eles. Eles não iam me ver, mas eu veria eles. Aí eles pararam lá e eu fiz um canudinho com o jornal e balançava o jornal para eles saberem que eu estava lá vendo eles e eles abanando com a mão.” Nota 28: Arquivo CNV, 00092.002416/2013-11. **(Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 409-10)**.

“DENISE E TELMA LUCENA”

“Em muitos casos as ameaças se concretizaram. O grupo de trabalho “Ditadura e Gênero” ouviu testemunhos envolvendo 41 crianças e adolescentes que foram sequestrados, estiveram confinados em prisões com os pais, em juizados de menores e orfanatos, ou mesmo submetidos à tortura. Uma criança relatou ter sido “cuidada” pela família de um funcionário do DOI-CODI de São Paulo e outras duas narraram períodos de detenção domiciliar. Em 1970, após o assassinato de seu marido e sua prisão pela Oban, **Damaris Lucena viu seus filhos Adilson, Denise e Ângela Telma ficarem sob a guarda do Estado:**

“Deixar meus filhos na mão daqueles animais, daqueles bichos. Ah, nem bicho faz aquilo. Aquilo são uns monstros. Jogaram meus filhos naquele Juizado de Menor. [...] As próprias empregadas, que cuidavam lá do, daquele Juizado de Menor, falavam que meus filhos eram filhos de terrorista. E eles, coitados, humilhavam, molhavam o colchão para os meninos não deitarem. Não, era uma coisa. Esse daqui [Adilson] foi levado não sei quantas vezes pela polícia, surravam ele, socavam meu filho, com nove anos. A polícia! A polícia de Atibaia surrava meu filho. O menino não tem nada a ver com isso. Olha, gente, foi... foi um momento muito difícil pra mim, ver meus filhos serem massacrados. Eu sabia, eu sabia que eles iam massacrar meus filhos para eles falarem. Mas eles, coitados, eles não”. Nota 29: Arquivo CNV, 00092.001717/2014-09(**Relatório Final da CNV, Vol. 1, p. 410**)

A morte de familiares ou amigos, desaparecidos ou assassinados pelo aparato de repressão, em um contexto de barbárie, assume uma dimensão ainda mais pesada ao envolver crianças como Ângela Telma Lucena. A menina tinha três anos e seis meses quando seu pai, Antônio Lucena, foi morto, em fevereiro de 1970. As crises de enxaqueca a acompanham até hoje. Foi esse momento, em que você vive um misto de pânico, com surpresa e a perda da inocência, tudo ao mesmo tempo. Seu pai ali. Seu pai foi baleado. Seu pai leva um tiro na cabeça. Eu comecei a ter uma dor de cabeça muito forte, tive uma enxaqueca terrível, não parava de chorar. Naquele momento [...] minha mãe começou a ser torturada na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Levaram a gente, minha mãe já num estado muito delicado. E eu chorando. [...] Agora, a lembrança da morte, é, é muito forte. Porque foi um momento que você perde... a inocência. É aquele momento em que você passa daquela fase infantil pra fase do... comprometimento. Eu vou chamar de comprometimento porque é aquele momento em que você tem que viver com a escolha que seus pais fizeram. Nota 96: Arquivo CNV 00092.001719/2014-90 (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 431**)

Seu irmão, Adilson Lucena, então com oito anos de idade, também presenciou a morte do pai: Disseram pro meu pai vestir a camisa, porque ele tinha que prestar um depoimento na delegacia. E chegou um momento que se gerou um impasse. Porque eu acho que meu pai percebeu que eles queriam prendê-lo. E foi aí, quando ele entrou e se apossou de uma arma, e saiu na porta da casa. [...] Começou um tiroteio, durou vários minutos, esse tiroteio, e nós nos jogamos para debaixo da cama. Eu fui um dos primeiros que saiu da casa. Vi meu pai sentado em frente aos tanques. Tinha tomado muito tiro, estava sem camisa. Eu entrei desesperado, chorando. Depois saiu a minha mãe, com a Telma no braço. Depois, eu senti aquele tiro que deram nele... E ficou aquele terror dentro de casa. Eles sentaram a gente na cama e tinha uns que diziam que

deviam nos matar ali mesmo, e ficou aquilo: mata não mata. Nota 97: Arquivo CNV 00092.001716-2014-56 (**Relatório Final da CNV, Vol. 1, p. 431**)

“JANAÍNA E EDSON TELES”

Maria Amélia de Almeida Teles teve os filhos raptados depois de ser presa com o marido, César, em dezembro de 1972: Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. **A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade.** [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. Os homens também. Os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo. Nota 30: Arquivo CNV, 00092.000600/2013-19. Testemunho prestado por Maria Amélia de Almeida Teles durante audiência pública realizada pela CNV em parceria com a Comissão da Verdade Rubens Paiva, em 25/3/2013, Assembleia Legislativa de São Paulo. (**Relatório Final da CNV, Vol 1, p. 410**)

César Augusto Teles foi obrigado a efetuar um transplante de pele em razão das queimaduras que sofreu. Seus filhos, para além dos danos psíquicos experimentados, também tiveram consequências físicas das torturas psíquicas: Em consequência das queimaduras de cigarro feitas pelos torturadores em seu pé direito (dano físico), o coautor César foi obrigado a fazer transplante de pele da coxa para o pé no Hospital Brigadeiro, e lá, no hospital, após a cirurgia, pegou infecção hospitalar e ficou deveras debilitado. Nota 238: Arquivo CNV, 00092.000104/2014-46 Proc. No.583.00.2005202853, movido por Janaína Teles e outros contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, p.44.

Édson e Janaína perderam a infância ao ficarem sem os pais por cerca de 5 cinco anos, vivendo com familiares sem o amor materno e paterno. **Janaína entrou precocemente na puberdade, entrando em puberdade aos 6 (seis) anos de idade,** além de, até hoje, sofrer doenças psicossomáticas. **Édson** passou anos da sua vida sem conversar com ninguém, com medo de crianças e adultos. Não comia com regularidade, e **aos sete anos tornou-se tuberculoso.** Nota 239: *Ibid.*

“JOCA GRABOIS” (Testemunho de sua mãe Criméia Schmidt de Almeida Teles)

Há relatos que mostram perícia distinta na tortura de grávidas, com a utilização de técnicas e cuidados específicos quando se pretendia evitar que abortassem ou quando pretendiam efetivar o aborto, ou mesmo quando esterilizar uma mulher era o objetivo. Não importava a vida que estava sendo gestada, tampouco o impacto que tamanha violência causaria à vida futura dos bebês que eventualmente conseguissem sobreviver. Criméia Schmidt de Almeida conta o que se passou com ela:

[...] eu era colocada no carro do meu cunhado e diziam que iriam me levar até a serra das Araras onde eu seria assassinada e o carro, incendiado e empurrado para o precipício. Várias noites passei no pátio da Oban, dentro deste carro, e, quando o dia amanhecia, me levavam de volta à cela. [...] se meu filho nascesse vivo seria

sequestrado por eles ou confinado na Febem. Eu e minha irmã fomos torturadas várias vezes para que assinássemos um papel em que consentíamos que eles me fizessem o aborto. Nota 32: Arquivo CNV, 00092.000104/2014-46, Processo Maria Amélia Teles vs Ustra, p.14) [...] Eu estava grávida, quando fui presa. Estava no sexto mês de gravidez. Mesmo assim, eu fui torturada. Era feito com acompanhamento médico, médico ou, pelo menos, que se dizia médico. Disse o tipo de tortura que eles poderiam fazer, recomendava que não espancassem a barriga e não dessem choques elétricos na vagina, na boca, nos órgãos mais internos, né? Ouvidos... E depois que esse médico, sei lá se é médico, o que que é isso, falou isso, ficou nessa sala. Então, eu não fui pendurada no pau de arara e eles priorizaram muito a tortura psicológica. [...] Meu filho tinha soluços na barriga. Meu filho tem soluços até hoje [...] Qualquer tensão, ela se manifesta com soluços. Nota 33 – **Testemunho prestado por Criméia Schmidt de Almeida à novela Amor e revolução, Cap. 6, exibido em 14/4/2011, pelo SBT.** Arquivo CNV, 00092.000111/2015-29. (**Relatório Final da CNV, Vol. 1, p. 411**)

IVAN SEIXAS

Em carta endereçada à Comissão Justiça e Paz de São Paulo, durante a ditadura, Fanny Akselrud de Seixas narra o suplício a que foi submetido seu filho, Ivan Seixas: Ivan contava 16 anos quando foi preso, juntamente com seu pai, por agentes do DOICODI – II Exército (ex-Oban). Além de ter sido barbaramente torturado, assistiu ao início das torturas que culminaram com a morte de seu pai. Embora cessadas as torturas físicas – pau de arara, choques elétricos nos órgãos genitais, ouvidos, língua etc. –, as torturas psicológicas duram até hoje, com idas ao DOI-CODI e DOPS, para novos espancamentos e ameaças de morte. Depois de seis meses de incomunicabilidade ilegal, passou então Ivan à custódia da Justiça Militar. (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 411**)

Uma violência como essa produz, em alguns casos, consequências duradouras para os familiares. Ieda Akselrud de Seixas, no depoimento emocionado que fez à CNV a respeito da prisão de toda a sua família, narra como o único irmão que não foi preso, por ter apenas dez anos de idade, foi, segundo sua perspectiva, aquele que mais sofreu: Ieda Akselrud de Seixas: Eu fui presa no dia 16 de abril de 1971. Junto com a minha mãe, minha irmã. [...] Eu sou filha de Fanny Akselrud de Seixas e de **Joaquim Alencar de Seixas**. Meu pai e meu irmão Ivan, na época menor de 16 anos, foram presos de manhã e nós fomos presas à noite. Eu, minha mãe Fanny, e minha irmã Iara. O único que não foi preso foi o meu irmãozinho que na época tinha dez anos, que é o Irineu. O problema meu maior reside no meu irmãozinho porque eu acho que ele foi a maior vítima nessa história toda. [Choro]

CNV: Qual é o nome dele?

Ieda Akselrud de Seixas: Irineu. Ele tinha só dez anos e perdeu o pai, perdeu a mãe, perdeu a casa, perdeu tudo! Ele perdeu tudo de um dia para o outro. Ele mesmo fala “Eu virei adulto aos dez anos”. Bom... [choro]. Nota 231: Arquivo CVN, 00092.000408/2014-11 (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 381**)

“CHICO E JOÃO VICENTE GUARIBE” (Violência sexual – Helyne Ferreira Telles Guariba – mãe de Chico e João Vicente)

Muitas vítimas fatais da ditadura foram submetidas à violência sexual antes de desaparecer ou de ser assassinadas. Emmanuel Bezerra dos Santos é um desses casos. Em 1973, segundo denúncia feita por outros presos políticos, antes de ser morto sob tortura, no DOI-CODI de São Paulo, o jovem de 26 anos teve seu pênis e testículos arrancados, junto com dedos e umbigo. Nota 61: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 352. Conforme relato de Inês Etienne Romeu, sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis, antes de sumir, em julho de 1971, **Heleny Ferreira Telles Guariba** também sofreu violência sexual. Foi torturada durante três dias, “inclusive com choques elétricos na vagina” Nota.62: *Ibid.*, pp. 168-169. Anátalia de Souza Melo Alves teve seus órgãos genitais queimados, antes de sua morte, em janeiro de 1973, no local em que funcionava a Seção de Comissariado da Delegacia de Segurança Social da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, em Pernambuco. Nota 63: *Ibid*, pp. 331-332. **(Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 420)**

ANEXO XXII

Sobre o direito internacional humanitário...

Afora isso, desde a Primeira Guerra Mundial, o direito internacional humanitário tem desenvolvido normas para coibir todo tipo de maus-tratos, inclusive violação sexual.⁴⁶ A partir daí, muitos Estados passaram a conceber violação sexual, durante um conflito armado, como “crime de guerra”. Posteriormente, a violação sexual cometida em determinadas condições passou a ser considerada também “crime contra a humanidade”.⁴⁷ Ou seja, o conjunto de direitos humanos, que atos de violência sexual costumemente atingem, vem sendo objeto de explícita proteção internacional há praticamente um século – ainda que esse esforço só comece a ganhar forma com o Protocolo e as Convenções de Genebra e a Declaração sobre a proteção da mulher e da criança em estados de emergência e de conflito armado. **(Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 416)**

ANEXO XXIII

Tortura psicológica – a falta de liberdade após a saída da prisão.

O fim das torturas e a saída da prisão, portanto, não necessariamente representaram a liberdade para os sobreviventes de graves violações de direitos humanos. Tampouco o fim das perseguições. É o que relata jovem presa por equipe de Lourival Gaeta (“Capitão Maurício”), da Oban, em 1969. A abordagem mencionada ocorreu cerca de um mês depois que ela foi posta em liberdade: Fui abordada pelo capitão Maurício, que veio falar comigo, na faculdade. Eu tive uma crise de choro, que eu não parava de chorar. Não parava! Ele me puxou para um canto e falou, claramente, assim: “Por favor, pare de chorar porque senão as pessoas vão pensar que eu sou um monstro”. Oh! Então, ele falou comigo algumas outras vezes... Pra mim, parecia assim, que ele estava sinalizando: “Olha, tô de olho, viu?”. Tinha um pouco essa cara. Então, o clima de falta de liberdade, de você se sentir vigiado, é uma coisa pavorosa! Porque, por trás disso, tem todo medo, toda ameaça... Havia uma falta de liberdade muito grande, um sentimento de medo o tempo todo. Nota 73: Arquivo CNV 00092.002072/2014-13 **(Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 424)**

ANEXO XXIV

“Crianças que cresceram fora do país”

Para as crianças que cresceram em outro país, dificuldades adicionais se apresentaram sob a forma de obstáculos para concluir a educação formal e a ausência de suporte emocional de um núcleo familiar, rompido no exílio ou mesmo antes deste, nas prisões dos pais, nas fugas e na vida em clandestinidade. Voltar ao Brasil não foi simples para muitas delas, conforme relatou à CNV Marília Benevenuto Chidichimo, que acompanhou a perseguição política sofrida por seu pai Alberto Benevenuto, liderança do PCB no Rio Grande do Sul: Nós fomos traídos. Logo que chegamos, recomeçaram as perseguições e as prisões e todo o terror que isso implica nos filhos pequenos e na mulher despreparada para enfrentar essa luta. Nossa infância ainda não teria uma trégua da violência e do abuso que a permeara até o seu final, atravessando a adolescência e, como não poderia ser diferente, repercutindo indelével na vida adulta. Repercutindo, principalmente, onde mais se exige a troca, no convívio diário e na confiança em pessoas da sociedade. A vida estudantil e profissional. Nota 81: Arquivo CNV,00092000889/2014-57(**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 426**)

ANEXO XXV

“Violência contra as crianças”

Um dos aspectos menos conhecidos do horror exercitado pela ditadura militar transparece nos relatos de crianças e adolescentes que, mesmo sem oferecer nenhum risco à dita “segurança nacional”, **foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo baleados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam** – caso de José Wladimir Benevenuto. O garoto tinha seis anos quando a casa da família foi invadida pelo Exército, em abril de 1964: Numa manhã, bem cedo, a empregada da casa me acorda e diz que eu tenho de me levantar e ir para perto de minha mãe. Quando eu saio do quarto e começo a descer a escada, noto que há pessoas subindo em fila, estão todos vestidos de verde, de capacete e de armas na mão. O soldado que vai subindo na frente da fila me enxerga e para. Tem uma metralhadora na mão, apontando em minha direção. Eu, sem entender o que está acontecendo, vou descendo a escada. Com a mão, tiro a metralhadora da minha frente e sigo. Todos os militares me dão espaço para passar, porque a escada é muito estreita. Quando chega a sala do andar térreo, noto que ali se encontram mais soldados. Todos estão de pé e parados. Dois estão armados com metralhadoras Nota.85: Arquivo CNV, 00092.000889/2014-57 – Trechoi extraído de relato escrito por José Wladimir Bevenuto e lido por sua irmã Marília Bevenuto Chidichimo durante testemunho prestado por ela à CNV. (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 427-8**)

ANEXO XXVI

“PRISCILA ARANTES”

Priscila Arantes é filha de Maria Auxiliadora e Aldo Arantes e nasceu quando os pais, acusados de subversão, estavam na clandestinidade: **Aquilo era muito misterioso... Nas pessoas normais, a mãe é médica, o pai engenheiro, o pai é advogado. Têm**

uma profissão, uma coisa estabelecida. Os meus pais não tinham isso. A atividade profissional deles era muito complicada. Não existia uma atividade profissional e sim uma atividade política. Aquilo para mim era muito misterioso. Por isso, a lembrança que eu tenho é de mistério. A minha lembrança de infância é uma lembrança extremamente agradável. O que não era agradável, eu não lembro Nota 90: “O depoimento de Priscila Arantes foi extraído do **documentário 15 filhos**, de Maria Oliveira e Marta Nehring, 1996, 2 min.”

Memória traumática Priscila Arantes

“**Questão de segurança**” ainda é uma expressão constante na fala de muitos sobreviventes da violência do período. Para reduzir os riscos que a militância impunha, foram treinados a guardar segredo sobre o tema, principalmente em casa. Para inúmeras famílias de perseguidos políticos, o assunto segue sendo tabu. Condiçãoados a esquecer, têm muita dificuldade de lembrar, por exemplo, nomes e endereços de conhecidos daquela época. Com o passar dos anos, o imperativo de “**não recordar**” acabou por se transformar em uma espécie de sequela daquele tempo – a memória “**que falha**” ou “**nunca mais foi igual**”. Em muitos casos, como o de Priscila Arantes, foram necessários anos, ou mesmo décadas, para que determinada lembrança fosse compartilhada. [...] em uma dessas visitas, a Priscila, muito curiosa, tinha dez anos de idade e quis saber o que eles realmente conversavam. Ela ficou na sala. Quando entram três ou quatro homens, então ela se esconde embaixo de uma mesa, que tinha toalha. [...] Ela se escondeu embaixo da mesa e as pessoas sentaram em volta da mesa. O Singilo [torturador], mais uns dois ou três homens, mais a minha mãe, meu cunhado e a minha irmã. E o Singilo, **segundo o que a Priscila conta**, ficou fazendo ameaças à minha mãe, pra dizer onde eu estava, falando sobre a tortura do pai. Então ela ficou debaixo dessa mesa, ouvindo essas histórias que o pai estava preso, que tinha sido torturado, que tinha sido muito difícil, que isso, que aquilo. E ela foi ficando profundamente incomodada. **Fugiu de debaixo dessa mesa. E, nessa noite, ela teve uma febre de 40 e tantos graus e vários pesadelos [há cerca de 20 anos, Priscila disse à Maria Auxiliadora:] “Mãe, saí de debaixo da mesa”.** Nota 94: Arquivo CNV, 00092.001902/2014-95 (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p. 430**)

ANEXO XXVII

TESSA MOURA LACERDA lamenta a impossibilidade de enterrar seu pai. Gildo Macedo Lacerda desapareceu em outubro de 1973, pouco antes de Mariluce Moura, mãe de Tessa, descobrir que estava grávida dela: “**O fato de não ter um corpo para que eu faça o rito impede que eu possa ter o luto por essa morte [...] Queria poder levar meus filhos ao túmulo de meu pai. É uma história que não fecha, não é justa com ninguém**” Nota. 99: “Testemunho prestado por Tessa Moura Lacerda em audiência pública da Comissão da Verdade Rubens Paiva, em 7/5/2013, São Paulo” (**Relatório Final da CNV, Vol.1, p.432**)